

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

REBECA CAPOZZI

**EXPERIÊNCIA E DESCRIÇÃO: OS ANIMAIS DA FRANÇA EQUINOCIAL ENTRE
A ATIVIDADE FRANCISCANA E A FILOSOFIA NATURAL
(1612-1615)**

**Rio de Janeiro
2021**

REBECA CAPOZZI

**EXPERIÊNCIA E DESCRIÇÃO: OS ANIMAIS DA FRANÇA EQUINOCIAL ENTRE
A ATIVIDADE FRANCISCANA E A FILOSOFIA NATURAL
(1612-1615)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Prof^a Dra. Lorelai Brilhante Kury

**Rio de Janeiro
2021**

REBECA CAPOZZI**EXPERIÊNCIA E DESCRIÇÃO: OS ANIMAIS DA FRANÇA EQUINOCIAL ENTRE
A ATIVIDADE FRANCISCANA E A FILOSOFIA NATURAL
(1612-1615)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Lorelai Brilhante Kury (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz)

Prof. Dr. Amilcar Torrão Filho (Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense)

Prof.^a Dra. Kaori Kodama (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz)

Suplentes:

Prof.^a Dra. Heloisa Meireles Gesteira (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Flavio Coelho Edler (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz)

Rio de Janeiro
2021

Ficha Catalográfica

C246e Capozzi, Rebeca.

Experiência e descrição : os animais da França Equinocial entre a atividade franciscana e a filosofia natural (1612-1615) / Rebeca Capozzi ; orientada por Lorelai Brilhante Kury. – Rio de Janeiro : s.n., 2021.
262 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). – FundaçãoOswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.
Bibliografia: 235-250f.

1. História das Ciências. 2. História Natural. 3. Catolicismo. 4. História doSéculo XVII. 5. Brasil. 6. França.

CDD 509

Catálogo na fonte – Marise Terra Lachini – CRB6-351

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Agradeço à minha orientadora Lorelai Brilhante Kury, pelas orientações, direcionamentos e pela sua confiança no meu trabalho.

Aos professores(as)/pesquisadores(as) da Casa de Oswaldo Cruz (COC), com os quais aprendi sobre História das Ciências e da Saúde no Brasil e no mundo. A banca de qualificação, composta pelos professores doutores Rodrigo Bentes Monteiro e Flávio Coelho Edler, pelas indicações e sugestões que me foram dadas.

Aos funcionários(as) da secretaria do PPGHCS.

Aos membros do Centro de Estudos dos Animais (CEA), do qual faço parte, pelo apoio e incentivo.

Aos amigos e colegas que conheci no mestrado, com os quais pude aprender e conversar ao longo dos semestres, especialmente à Maria Carolina, ao José Roberto e ao Gabriel, pelas conversas, indicações e pela força que me deram durante a produção deste trabalho.

À minha amiga Caroline, com quem venho crescendo pessoal e profissionalmente.

Ao meu esposo Jorge, por ser meu cúmplice e companheiro de estudos, por me apoiar e me ajudar emocionalmente e por compartilhar comigo o nosso projeto de divulgação científica no YouTube, canal Tópicos em História das Ciências, que muito tem nos inspirado desde sua criação.

Às nossas filhas caninas Bertha e Sasha, que mantêm a casa cheia de vida, a vida ainda mais cheia de afeto e pelas lições que elas têm me ensinado.

Aos meus pais Nilson e Regiane, ao meu irmão Nicolas, aos meus sogros Jorge e Leni e à todos os meus familiares, pelo apoio e dedicação que têm me dado em relação à pós-graduação e aos projetos pessoais.

*Nature is not silent but speaks to us
everywhere and teaches the observant man
many things if she finds him attentive and
receptive.*

ERASMUS Desiderius.
The Godly Feast *In*
The Colloquies of Erasmus.
(1965 [1522]): 48-49.

RESUMO

Esta pesquisa busca estudar as descrições dos animais feitas pelos franceses durante o processo de fundação da França Equinocial, segunda colônia francesa estabelecida no Brasil, e colonização do Maranhão e adjacências. Essa empresa colonial durou de 1611, quando partiram os navios da França ao norte do Brasil, até 1615, com a expulsão dos franceses da breve colônia, após a batalha de Guaxenduba, travada entre franceses e portugueses, junto de seus respectivos aliados ameríndios. Ao longo desta dissertação, analisamos as relações da missão capuchinha na França Equinocial, escritas por Claude d'Abbeville (?-1632) e Yves d'Évreux (1577-1632) e intituladas *Histoire de la mission des Pères capucins em l'isle de Maragnon et terres cirvoisions* (1614) e *Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614* (1864 [1615]) respectivamente. Ademais, investigamos as cartas que foram trocadas entre os missionários e seus pares ao longo da sua estadia no Maranhão, e depois reunidas na obra *Discours et congratulations à la France sur l'arrivée des Pères capucins en l'Inde nouvelle de l'Amérique méridionale, en la terre du Brésil* (1613) e um grupo de desenhos que foram, possivelmente, produzido pelos franceses, à comando do militar e explorador Charles Des Vaux – que também participou dessa empresa colonial –, mas que foram apropriados pelos portugueses e publicados séculos depois, em 1967, no livro *História dos Animais e das Árvores do Maranhão*, atribuído à Cristóvão de Lisboa. Este, por sua vez, foi um missionário português que atuou no Maranhão alguns anos depois do fim da França Equinocial. Partimos das discussões sobre ciência, papéis históricos e natureza feitas pela História das Ciências, em diálogo com a Epistemologia Histórica, a História dos Animais e a História Colonial. Procuramos investigar as formas de conhecer a natureza e o papel dos animais nos registros franceses para a constituição do conhecimento natural sobre o Maranhão no início da época moderna.

SOMMAIRE

Cette recherche vise à étudier les descriptions d'animaux faites par les Français lors du processus de fondation de la France Equinociale, deuxième colonie française établie au Brésil, et de la colonisation du Maranhão et des environs. Cette entreprise coloniale dure de 1611, lorsque les navires de la France partent au nord du Brésil, jusqu'en 1615, avec l'expulsion des Français de la brève colonie, après la bataille de Guaxenduba, combattu entre les Français et les Portugais avec leurs alliés amérindiens respectifs. Tout au long de cette thèse, nous avons analysé les relations de la mission capucine en France équinoxiale, rédigés par Claude d'Abbeville (? -1632) et Yves d'Évreux (1577-1632) et intitulés *Histoire de la mission des Pères capucins à l'isle de Maragnan et terres cirvovisions* (1614) et *Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614* (1864 [1615]), respectivement. De plus, nous enquêtons les lettres qui ont été échangées entre les missionnaires et leurs pairs lors de votre séjour à Maranhão, puis rassemblées dans l'ouvrage *Discours et félicitations à France sur l'arrivée des Pères capucins em l'Inde nouvelle de l'Amérique méridionale, em la terre du Brésil* (1613) et en groupe de dessins qui ont peut-être été réalisés par les Français au commandement de l'armée et l'explorateur Charles Des Vaux – qui participa également à cette société coloniale –, mais qui furent appropriés par les Portugais et publiés des siècles plus tard, en 1967, dans le livre *Histoire des Animaux et des Arbres du Maranhão*, attribué à Cristóvão de Lisboa. Lui, à son tour, était un missionnaire portugais qui travailla dans le nord du Brésil quelques années après la fin de la France équinoxiale. Nous sommes partis des discussions sur la science, les rôles historiques et la nature faites par l'Histoire des Sciences, en dialogue avec l'Épistémologie Historique, l'Histoire des Animaux et l'Histoire Coloniale. Nous avons cherché à explorer les manières de connaître la nature et le rôle des animaux dans les traités français pour la constitution des connaissances naturelles sur le Maranhão au début de l'ère modern

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1-** “toucan” In: THEVET, André. *Les singularitez de la France antarctique [..]*. à Paris: chez les heritiers de Maurice de La Porte, 1558..... 140
- Figura 2-** “toucan” In: BELON, Pierre. *Illustrations de Portraits d'oiseaux, animaux, serpents, herbes, arbres, hommes et femmes d'Arabie et d'Egypte*. à Paris, 1557..... 141
- Figura 3-** “toucan” In: PARÉ, Ambroise. *Les oeuvres d'Ambroise Paré... divisées en vingt huit livres*. Paris : G. Buon, 1585..... 141
- Figura 4-** “guarauna” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 154
- Figura 5-** “veado” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 155
- Figura 6-** “cabure” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 171
- Figura 7-** “orucuria” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 171
- Figura 8-** “castas de papagaio” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 171
- Figura 9-** “castas de papagaios” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 172
- Figura 10-** “guratinguamerim” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do*

- Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 173
- Figura 11-** “guanba” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 174
- Figura 12-** “preguiça” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 175
- Figura 13-** DIOSCÓRIDES, Pedacio; LAGUNA, Andres de. (trad). *Dela Pestinaca Marina. Libro Secundo. Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos*. Salamanca: Matías Gast, 1570..... 180
- Figura 14-** “arraya” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 182
- Figura 15-** “cavalo marinho” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 183
- Figura 16-** “Del hipocampo em *Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos [...]*” In: DIOSCÓRIDES, Pedacio; LAGUNA, Andres de. (trad). *Dela Pestinaca Marina. Libro Secundo. Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos*. Salamanca: Matías Gast, 1570..... 183
- Figura 17-** “cery” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967..... 183
- Figura 18-** “Del caranguejo em *Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos [...]*” In: DIOSCÓRIDES, Pedacio; LAGUNA, Andres de. (trad). *Dela Pestinaca Marina. Libro Secundo. Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos*. Salamanca: Matías Gast, 1570..... 184

SUMÁRIO

Lista de Imagens	IX-X
Introdução	1-22
Capítulo 1. O cenário ultramarino francês	23-92
1.0 Políticas internas e externas.....	23-25
1.1 Empresas coloniais francesas no Novo Mundo.....	25-33
1.2 Poderes centrais e locais.....	33-35
1.3 Maria de Médici e os franceses no Maranhão.....	35-39
1.4 Reformas e conflitos religiosos na França renascentista.....	39-47
1.5 Missionários capuchinhos e conversão entre dois mundos.....	47-50
1.6 Capuchinhos franceses no Maranhão: uma história de retorno às origens franciscanas	50-55
1.7 A Igreja e os animais.....	55-60
1.8 Produção letrada francesa e conhecimento no Renascimento.....	60-72
1.9 Conhecimento científico e modernidade no século XVII.....	72-88
1.10 Considerações Finais.....	88-91
Capítulo 2. As singularidades da França Equinocial: viagens, experiências e conhecimento natural	92-158
2.0 O Maranhão e a ocupação do Novo Mundo no início da época moderna.....	92-94
2.1 Autoridades discursivas, experiências <i>in loco</i> e viagens.....	94-107
2.2 Navegações, conquistas, ocupação territorial e os franceses nas Américas do Novo Mundo.....	107-113
2.3 “La Nouvelle France” e o Brasil francês.....	114-117
2.4 A França Antártica.....	117-122
2.5 A França Equinocial no Maranhão.....	122-123
2.6 O Itinerário francês e a chegada à Ilha do Maranhão.....	123-128
2.7 Missões capuchinhas entre aldeias Tupinambá.....	128-129
2.8 O fim da França Equinocial.....	129-130
2.9 Os animais do Brasil entre impressos europeus.....	131- 138
2.10 Circulação e classificação dos animais do Brasil em crônicas e tratados de viagem	138-156
2.11 Considerações Finais.....	156-158
Capítulo 3. Os animais da França Equinocial e suas qualidades	159-228
3.0 Observar, perceber e descrever.....	159-167
3.1 Visualizando os animais.....	167-177
3.2 Os animais e a Verdade <i>na</i> natureza.....	177-184
3.3 Os capuchinhos franceses e o comportamento animal.....	185-204
3.4 Francisco de Assis e os animais.....	204-207
3.5 Conhecimentos europeus e conhecimentos indígenas.....	207-227
3.6 Considerações Finais.....	228-228
Conclusão	229-234

Referências Bibliográficas	235-250
Fontes Analisadas.....	235-236
Fontes Citadas.....	236-237
Bibliografia.....	237-250

Introdução

Muito tem-se discutido sobre a história das relações entre humanos e outros animais, desde, pelo menos, o início dos anos 1980, com as renovações historiográficas que buscavam centrar outros atores, como as mulheres e os sujeitos escravizados, na análise histórica. Algumas obras anteriores foram referenciais para essas investigações¹, como as de Keith Thomas, (1983), que analisou as atitudes humanas em relação à outros seres, como os animais e o mundo vegetal entre 1500 e 1800, com foco especial na Inglaterra; Sérgio Buarque de Holanda (1945, 1957, 1959) que em seus trabalhos ressaltou a agência do ambiente e dos animais como personagens que auxiliaram no aprendizado dos sentidos e na adaptação terrestre; João Capistrano de Abreu (1907) que ressaltou o papel de animais, como o gado vacum e o couro extraído dele, para a conquista dos sertões brasileiros; finalmente, Caio Prado Júnior (1942) que destacou a pecuária como um dos elementos econômicos fundamentais para a história do Brasil. Apesar de não serem estudos específicos do campo da história dos animais, eles já destacavam a atuação de outros personagens, que não apenas humanos, nos processos históricos (DUARTE, 2019).

Passados alguns anos, estudos do campo da Antropologia, (CASTRO, 1986, 2002; VANDER, 2012), da História Ambiental (CROSBY, 1986; PÁDUA, 2010; OLIVEIRA, 2007, 2010; DUARTE, 2005), da História dos Animais (FUDGE, 2002, 2004; BARATAY, 2012; APROBATO FILHO, 2007; DUARTE, 2006, 2014, 2017, 2019; OSTOS, 2017) e da História das Ciências (LOPES, 2017; RADER, 2004; CLARK, 2011) vêm discutindo, cada vez com mais abrangência e aprofundamento, o lugar dos animais na história, a partir de análises das ciências humanas e biológicas. Estudar as trocas entre homens e outros animais é estudar as proximidades e distâncias existentes entre eles. Analisar essas relações no tempo pode nos elucidar sobre as mudanças e continuidades dos papéis empreendidos pelos bichos em sociedades variadas, assim como sobre seus vários significados, suas utilidades, sua domesticação, suas agências na vida humana, ou na ciência, entre tantos outros fatores que entrecruzam a própria história humana (FUDGE, 2002, 2012; BARATAY, 2012).

No Brasil, os estudos em história dos animais ainda são bastante incipientes, apesar de existirem pesquisadores(as) que vêm contribuindo para esse campo de

¹Veja mais em DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições, historiografia e transformação. *Historia Ambiental Latinoameicana y Caribeña (HALAC)*, vol. 9, n. 2, 2019, p. 16-44.

investigação há anos, como Nelson Aprobato Filho (2007), que em sua tese estudou sobre a paisagem sonora dos animais urbanos de São Paulo; Regina Horta Duarte (2006, 2014, 2017, 2019) que vem discutindo as relações entre história e natureza, especialmente através da história ambiental, e que tem se debruçado sobre história dos animais a partir da história dos zoológicos da América Latina; Valéria Mara de Oliveira (2007, 2010) que estudou, desde seu doutorado, o combate às formigas saúvas a partir das Campanhas que constituíam interesses políticos e agrários em 1935; Gabriel Lopes (2017), que em seu doutorado estudou a chegada, a disseminação e extermínio do mosquito africano *Anopheles gambiae* no Brasil, do ponto de vista da história das ciências em diálogo com fatores políticos que perpassam esse processo histórico e Natascha Ostos, (2017) que investigou as sociedades protetoras dos animais UIPA E SUIPA, e que segue analisando a história dos direitos animais e as primeiras sociedades vegetarianas do Brasil (DUARTE, 2019).

Nessa pesquisa, que se encaixa no campo da história das ciências, a interlocução com a história dos animais põe em questionamento não só a essencialidade humana da história, mas também da própria ciência e do conhecimento. É através desse diálogo que podemos analisar o impacto e o papel de outros seres e outras sensibilidades nas vidas humanas e no ambiente, inclusive no que tange a produção de conhecimentos científicos. Esse impacto tornou-se evidente ao longo da Pandemia de Covid-19 que estamos vivendo, e que já deitou raízes profundas na história do século XXI.

Pensar o conhecimento sobre os animais em séculos remotos é também pensar na diversidade de personagens que fizeram parte das várias formas de conhecer a natureza ao longo do tempo, o tipo de classificação utilizada para a organização e explicação do mundo natural e a relação entre as áreas do conhecimento, que no início da época moderna eram maiores e menos especializadas, como passaram a ficar a partir do século XVIII (LEITE, 2014). Os animais, como elementos da natureza, foram importantes para o entendimento do ambiente, do clima, da vegetação e mesmo dos habitantes humanos espalhados pelos territórios do Globo, os quais estavam sendo ocupados e colonizados pelos europeus no período da atividade marítima e da conquista do Novo Mundo, entre os séculos do início da modernidade. De certa forma, pode-se pensar o papel dos animais, dentre tantas outras maneiras, sob a função de mediadores culturais e de conhecimentos, sendo estes filosóficos, ambientais, etnográficos e sensoriais. Como mediadores, buscamos nesta pesquisa indicar que esses animais faziam parte central dos encontros entre conhecimentos franceses e conhecimentos Tupinambá ao longo da existência da

França Equinocial, seja pelos seus significados para ambas as culturas, ou mesmo pelos papéis práticos de ‘professores’ que estes seres tinham nelas.

Ainda que as discussões apresentadas pelo campo da História dos Animais tenham sido fundamentais para a delimitação do objeto desta pesquisa, eu entrei em contato com esse campo de estudo depois de ter ingressado no mestrado. Meu primeiro contato com o tema dessa dissertação, que diz respeito à produção de conhecimento sobre os animais do Maranhão no contexto da colônia francesa intitulada França Equinocial (1612-1615), foi através da minha pesquisa de Iniciação Científica, que realizei entre 2017 e 2018, sob a orientação do Prof. Dr. Amilcar Torrão Filho, na qual estudei a obra *Frutas do Brasil numa nova, e ascética Monarchia Consagrada à Santíssima Senhora do Rosário* (1702), de Frei António do Rosário (1647-1704), com bolsa Fapesp. Nela, analisei a centralidade do Brasil nas dinâmicas ultramarinas portuguesas, tanto comerciais, quanto políticas e, de acordo com Rosário, espirituais, frente às Índias Orientais. António do Rosário, capuchinho² e missionário apostólico, ergueu diversas alegorias, nas parábolas que compõem sua obra, a partir de 36 frutas tropicais que ele selecionou. Suas alegorias transpuseram características dos três Estados de Portugal à natureza brasileira, aproximando os dois mundos através das frutas que no Brasil encontravam-se.

Ao longo desse trabalho, percebi a importância ímpar da natureza na retórica franciscana, herança da própria trajetória de São Francisco de Assis e sua relação com outros seres vivos, relatada em suas hagiografias³. No caso da obra de António do Rosário, essa relação foi expressa através das frutas, que foram selecionadas pelas suas propriedades ascéticas e físicas, para servirem de analogia com os Estados de Portugal, como o abacaxi, a cana-de-açúcar, o maracujá, dentre tantas outras. Seguindo meu interesse pela temática das interações entre humanos e outros seres, no mestrado, resolvi estudar o lugar de outros elementos do mundo natural em publicações franciscanas.

À princípio, meu objetivo na dissertação era estudar a produção de conhecimento sobre as plantas e os animais contidas na obra de alguns religiosos franciscanos sobre o Brasil, como Frei Vicente de Salvador (1627), Cristóvão de Lisboa (1967), Claude d’Abbeville (1614) e Yves d’Évreux (1864 [1615]). Passados alguns meses do primeiro semestre do mestrado, resolvi direcionar a pesquisa à análise da produção de

² A palavra ‘capuchinho’ é utilizada para se referir aos religiosos da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Ela diz respeito, especialmente, à vestimenta utilizada por eles, que possuía um capuz, imitando aquela dos franciscanos primitivos.

³ Veja mais sobre em: GONÇALVES, Rafael. “Francisco de Assis: mestre dos animais, exemplo dos homens”. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, vol. 9, n. 1, 2016.

conhecimento sobre os animais a partir das obras de Claude d'Abbeville, Yves d'Évreux e Cristóvão de Lisboa – que possivelmente foi produzida por Charles Des Vaux, importante militar francês – no período em que se deu a colonização francesa do Maranhão e adjacências, entre 1612 e 1615. A escolha em estudar o conhecimento sobre os animais existentes nesse território, através das suas descrições, foi tomada a partir do minicurso que participei, no primeiro semestre do mestrado, na Casa de Oswaldo Cruz, sobre o conhecimento no Antropoceno.⁴ Acredito que esse curso tenha me influenciado a refletir, de forma mais atenta, sobre os animais e sua atuação histórica na produção de conhecimentos sobre a natureza e o território da então colônia francesa. Em paralelo, escolhi estudar a França Equinocial, por ser uma experiência colonial pouco investigada, especialmente do ponto de vista da história das ciências – e da produção de conhecimento filosófico e etnográfico –, e os documentos que dela foram produzidos sobre o mundo natural, ainda pouco conhecida e explorada pelos europeus, e por isso, objeto de disputas entre as monarquias ultramarinas no início do século XVII.

Vale ressaltar, ainda, que nesta dissertação eu também optei por aprofundar o estudo das relações entre a doutrina franciscana – pouco debatida pela historiografia brasileira, especialmente em relação à sua atuação colonial nas terras do Brasil –, nesse caso, capuchinha francesa, com os animais, seus enigmas, significados, e suas qualidades, dentre as quais o comportamento se destacava como elemento fundamental para o estabelecimento de aprendizados e adaptações ao ambiente e a outros animais do território onde foi fundada a breve colônia.

A empresa colonial francesa intitulada França Equinocial, estabelecida por um grupo de franceses que contava com cerca de 500 navegantes, dentre eles alguns comerciantes, fidalgos, religiosos e artesãos, durou de 1612 a 1615. Seu curto tempo de existência foi suficiente para a composição de alguns importantes documentos⁵ sobre esse território. Esses documentos são duas relações da missão capuchinha, escritas por dois dos quatro Frades capuchinhos⁶ enviados nessa empreitada ultramarina francesa, e

⁴ Nesse minicurso, uma das discussões apresentadas pelos palestrantes e professores foi a ideia de que existem agências não-humanas que influenciam nas dinâmicas ambientais e na própria vida do homem, como os animais e outros seres microscópicos. Veja mais sobre em: APARICIO, Miguel. “Um mundo sem animais, ou a rota da nossa desconexão”. *Revista Campos*, vol. 17, n.1, 2017, p. 65-77.

⁵ Esses documentos, que nesta pesquisa servem como fonte, foram acessados através do arquivo digital da Gallica Biblioteca Nacional da França e da plataforma Calames. O único documento que não foi acessado virtualmente é o conjunto de desenhos localizados da obra *História dos Animais e das Árvores do Maranhão* (1967) de autoria de Cristóvão de Lisboa, que foi publicado em 1967 através do Arquivo Histórico Ultramarino Português. Essa obra foi acessada em formato físico não original.

⁶ Os quatro Frades capuchinhos escolhidos para essa missão, no Convento de Saint-Honoré de Paris, foram

publicadas posteriormente sob os títulos de *Histoire de la mission de Pères Capucins en l'isle de Maragnan et terres circonscions* (1614) de Claude d'Abbeville (?-1632) e *Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614* (1864 [1615]) de Yves d'Évreux (1577-1632). Segundo Andrea Daher (2007), a cronologia dos registros de d'Abbeville e de d'Évreux possui uma estrutura de relato de viagem, que por vezes dialoga com uma escrita edificante e teológica.

Como parte dos documentos que compõem os registros dessa experiência colonial, há também algumas cartas que foram trocadas entre os franceses que participaram da empresa francesa, como os capuchinhos do convento de onde saíram os missionários enviados à colônia e a fidalguia francesa, além de alguns desenhos feitos por Charles Des Vaux, um militar, viajante e intérprete francês que participou da colonização deste local. Uma parte das cartas que sobreviveram à expulsão dos franceses foram publicadas na obra *Discours et congratulations à la France sur l'arrivée des Pères capucins en l'Inde nouvelle de l'Amérique méridionale, en la terre du Brésil* (1613). As outras foram reunidas e publicadas nas edições do século XIX das relações da missão acima citadas, organizados pelo brasilianista francês Ferdinand Denis. Os desenhos, por sua vez, foram atribuídos ao frade português Cristóvão de Lisboa, qualificador do Santo Ofício e fundador da Custódia do Maranhão, mediante a publicação de alguns deles na obra *História dos animais e das árvores do Maranhão* (1967),⁷ de autoria desse religioso.

Cristóvão de Lisboa foi um religioso português da Ordem dos Frades Menores de Lisboa. Ele foi enviado para o Maranhão em 1625, junto de seus subordinados, como última investida portuguesa para acabar oficialmente com o domínio francês sob esse território, depois da disputa armada que aconteceu anos antes, em 1614 (PAPAVERO; TEIXEIRA, 1999). Sobre a obra, acredita-se que sua apropriação e atribuição a Lisboa tenha influenciado obras feitas na década de 1620, como a do frei Vicente de Salvador (1627), religioso que mantinha contato próximo com Lisboa e seu irmão (PAPAVERO; TEIXEIRA, 1999). Ao chegar em São Luís, fundou o convento Margarida e, além de atuar como inquisidor e Custódio no Maranhão, Lisboa também teria viajado para outras regiões, como Belém, Pernambuco, Amazonas e Ceará (PAPAVERO, TEIXEIRA, 1999). De todo modo, o códice com os desenhos foi mantido em formato manuscrito no Arquivo Ultramarino Português por séculos, até que em 1967, recebeu uma versão

Claude d'Abbeville, Yves d'Évreux, Arsène de Paris e Ambrósio d'Amiens.

⁷ Essa obra foi composta a partir da viagem de Cristóvão de Lisboa ao Maranhão, na segunda década do século XVII, para de lá extinguir qualquer resquício da presença dos franceses no território.

impressa editada pelo Arquivo Histórico Ultramarino. Esta versão conta com todos os desenhos e comentários acima citados, além de algumas notas e estudos sobre o códice, feitos por Jaime Walter. De acordo com Ferdinand Denis, parte dos documentos utilizados para compor o livro de Lisboa foi apropriada de alguns registros que La Ravardière teria ordenado que fossem feitos sobre o Amazonas, ao longo da sua viagem à foz do rio de mesmo nome. Nesta mesma viagem, Charles des Vaux e Yves d'Évreux participaram. O capuchinho, que atuou nela como missionário, deixou algumas descrições das suas aldeias e da sua natureza e florestas.

À Des Vaux, que conhecia bem a língua dos nativos da região e explorou por muito tempo os recursos naturais desses locais, não lhe foi concedida a autoria dessa obra, e sim ao missionário português, Frei Cristóvão de Lisboa, no processo de ocupação portuguesa do território do norte do Brasil, logo após a expulsão dos franceses dessa região. A importância política e econômica das representações presentes na obra figura as disputas também pelo conhecimento natural sobre a territorialidade e o conjunto de elementos naturais dela entre franceses e portugueses.

De todo modo, a obra, que só ganhou uma versão impressa em 1967, é composta de cerca de 164 pranchas de desenhos de plantas e animais da região do Maranhão e circunvizinhanças. Os desenhos dispostos na obra foram organizados entre as plantas e animais, sendo que os últimos foram subdivididos entre os pássaros, os animais terrestres e os peixes. Eles foram feitos a lápis e depois cobertos de tinta e, de forma geral, estão acompanhados de alguns comentários sobre as espécies representadas (WALTER, 1967). Há algumas lacunas nesta obra, como o fato de não existir a indicação da autoria ou do ano de feitura desses desenhos em nenhum local, nem mesmo no frontispício. Também vale ressaltar que a ortografia utilizada para nomear as espécies, e mesmo àquela dos comentários que os acompanham, aparecem de formas variadas, ou seja, mais de uma pessoa manipulou esses documentos (WALTER, 1967; PAPAVERO; TEIXEIRA, 1999). Essas alterações podem ser verificadas, por exemplo, pelas diferenças entre a letra do índice e do frontispício, que são legíveis – que voltam a aparecer em algumas outras folhas do códice – e algumas outras ortografias que aparecem em forma de emenda, rascunho, anotação ou rasura em diversos trechos (WALTER, 1967; PAPAVERO, TEIXEIRA, 1999; KURY, 2014). Por fim, vale ressaltar que a má escrita de português que atravessa o códice pode indicar, novamente, que é muito provável que o códice não tenha sido escrito, ou manipulado pelo Frei Cristóvão de Lisboa, já que ele era um religioso letrado que possuía cargos importantes dentro da Ordem que fazia parte. Nesse

caso, acredita-se que outros atores portugueses, como auxiliares do missionário, tenham feito essas alterações.

O projeto de ocupação do Maranhão não era exclusividade dos franceses. Desde os primeiros anos do século XVII, algumas expedições portuguesas já tinham sido enviadas às terras habitadas pelos Tupinambá, que hoje conhecemos como Maranhão, Pará e Amazonas, para a conquista de seus territórios e a redução de seus habitantes, mas fracassaram. O estabelecimento da colônia francesa nesse território só foi possível, em contrapartida, por conta das alianças existentes entre as aldeias Tupinambá e alguns viajantes e comerciantes franceses que já tinham estado nessa região, antes mesmo da ocupação colonial francesa que viria a se estruturar em 1611 (MARIZ; PROVENÇAL, 2007; DAHER, 2007).

Anteriormente ao estabelecimento da empresa colonial, que contava com o apoio e o patrocínio de nomes importantes da fidalguia francesa e normanda, como François de Rasily, Daniel de La Touche, Nicolau de Harley, ambos fidalgos, e Sr. De Sancy, Barão de Molle (D'ABBEVILLE, 1614), Jean Guérard em 1579 e, alguns anos depois, Jacques Riffault, entre 1594 e 1596, tinham navegado pela costa do Rio Grande do Norte até o Maranhão. Suas viagens proporcionaram o estabelecimento de um laço comercial e político importante com os habitantes ameríndios dessa região da América, aliança que constituiu uma rota de navegação e um sistema de comércio de especiarias, madeira, víveres, pedras preciosas e outras curiosidades raras entre o porto de Dieppe⁸ e o Maranhão (MARIZ; PROVENÇAL, 2007). Tanto Guérard, quanto Riffault, concluíram que havia a possibilidade de uma colônia ser implementada no Maranhão.

O contato com essa região foi fundamental para a promoção da futura colônia no local, a qual já havia chamado a atenção de outros armadores e comerciantes normandos e franceses que tinham navegado pela costa do norte do Brasil, como Binot Palmier (1503) e Jean Fleaury (1522) (MARIZ; PROVENÇAL, 2007; PERRONES-MOISÉS, 1992). Alguns anos depois, em 1610, Daniel de La Touche, junto de Charles Des Vaux, verificaram a possibilidade de fundação da colônia no local, e voltaram à França entusiasmados com as notícias positivas que traziam ao então monarca francês Henrique IV. Este, por sua vez, tinha sido assassinado em decorrência dos conflitos religiosos que afligiam a França. Maria de Médici, que passou a ocupar o cargo de Rainha Regente, não eliminou a carta patente de seu falecido cônjuge, mas não cedeu apoio aos futuros

⁸ O porto de Dieppe foi um dos mais importantes em termos de comércio e de produção cartográfica da França.

colonos, os quais tiveram de buscar apoio financeiro da fidalguia, da qual faziam parte nomes como Isaac e Claude de Razilly. Os irmãos, católicos, teriam convencido a Regente a prosseguir com os planos de fundação da colônia francesa no norte do Brasil (DAHER, 2007; TAVARES, 2014).

Junto de mais de 500 homens, os quatro capuchinhos enviados ao Maranhão pelo Reverendo Padre Leonard do convento de Saint-Honoré, notadamente frei Claude d'Abbeville, frei Yves d'Évreux, superior dos missionários, frei Ambroise d'Amiens e frei Arsène de Paris, foram encarregados de escrever sobre os habitantes, seus costumes, seu território e o mundo natural do local. Os registros, que foram feitos por d'Abbeville e d'Évreux, carregaram consigo a responsabilidade de comunicar aos muitos europeus, especialmente por meio da publicação do tratado de Claude d'Abbeville, a existência de uma grande diversidade de qualidades de animais e plantas e as características e costumes dos povos da França Equinocial no Maranhão.

Claude d'Abbeville permaneceu durante quatro meses no Maranhão. Nesse período, fez observações e teve experiências pessoais, que resultaram na sua obra, que condiz com a relação da missão dos capuchinhos do Maranhão, publicada em 1614 em Paris.

Junto do comandante François de Rasilly, o missionário retornou à França, em 1612, levando consigo seis indígenas Tupinambá à corte. Sua relação sobre a missão capuchinha é dividida em 62 capítulos, os quais seguem a cronologia da sua viagem, desde os seus preparatórios; a travessia marítima; a descrição do Globo e da linha equinocial; as características do mar, que os navegantes precisavam conhecer; a chegada à ilha do Maranhão; o contato com os nativos da região; a implantação da fé cristã na localidade e a conversão dos nativos; a descrição das aldeias existentes no Maranhão; as características e singularidades do território do Maranhão, como o clima, as plantas, as frutas, os animais e, por fim, o retorno à França. Tendo em vista sua curta estadia no Maranhão, possivelmente boa parte de suas observações e descrições basearam-se em relatos e crônicas de outros letrados, exploradores e missionários de seu tempo que já tinham estado no Brasil, como os religiosos que ajudaram na fundação e manutenção da França Antártica, André Thevet e Jean de Léry.

A partir do retorno de d'Abbeville e Sr. de Razilly à França, junto de alguns embaixadores Tupinambá, permaneceram Arsène de Paris e Yves d'Évreux no norte do Brasil, juntamente de La Ravardière e dos outros franceses que embarcaram ao Maranhão em 1611. Ainda no início da empreitada colonial. Ambroise d'Amiens veio a óbito por causa de febres que teve no Maranhão (D'ABBEVILLE, 1614). Posto isto, os

missionários e franceses sobreviventes ficaram por mais 2 anos, aproximadamente, no território da colônia francesa, e, durante esses anos, d'Évreux explorou e conheceu o interior da colônia, fazendo registros e descrições sobre os habitantes, a fauna, a flora e a paisagem que nesses locais era possível encontrar. Arsène de Paris, por sua vez, depois de deixar o Maranhão, já no fim da existência da colônia, partiu para o Canadá e passou a atuar nessa região como missionário católico da colônia francesa em Quebec.

O registro de d'Évreux – que é uma continuidade do relato de d'Abbeville –, por conta do período que permaneceu no Maranhão, é mais extenso e é dividido em dois momentos: o primeiro tem por objetivo relatar cronologicamente os acontecimentos e as singularidades desse território, desde a construção da capela de São Francisco e do forte de São Luiz do Maranhão; a viagem que os franceses e os Tupinambá fizeram para o Amazonas; o contato com os portugueses após a chegada de suas barcas no território; as leis, hábitos, constituição, características e cultura dos indígenas locais; os animais do Maranhão, as plantas, os astros e o sol e sua influência sobre a natureza desse território; até algumas instruções para outros navegantes que para as Índias Ocidentais quisessem viajar. Já o segundo momento é voltado para comprovar a importância e os frutos que tiveram a França Equinocial com a presença da fé cristã e dos franceses. Os capítulos que encerram sua obra serviram como justificativa da fundação da colônia francesa, tendo em vista a disputa territorial e a guerra entre franceses e portugueses que se estabelecia desde 1614 no norte do Brasil (D'ÉVREUX, 1864 [1615]).

A sua relação de missão e viagem foi editado e publicado em 1615 sob o título de *Suite de l'Histoire des choses mémorables advenues en Maragnan, és années 1613 & 1614 [...]*, ano em que d'Évreux retornou à França. Entretanto, a obra não chegou a alcançar seu público leitor, em virtude da destruição de seus exemplares no ateliê de impressão do editor, François Huby, localizado em Paris, que também foi o responsável pela edição e impressão da obra de d'Abbeville. Acredita-se que o motivo da destruição dessa obra tenha relação com o casamento do jovem rei Luís XIII com a Infanta de Espanha, Ana D'Áustria, filha do rei Felipe III de Espanha. Essa aliança diplomática, celada pelo casamento, poderia ser prejudicada pela colônia francesa, já que, nesse mesmo período, a península ibérica era regida por uma unidade política, conhecida por União Ibérica, e unia os interesses portugueses e espanhóis, inclusive territoriais (MARIZ; PROVENÇAL, 2007; DAHER, 2007).

Graças a François de Razilly, o livro, que estava com alguns capítulos em falta, foi recuperado. Razilly, sabendo que o tratado de d'Évreux, que era complementar ao de

d'Abbeville, seria destruído, dirigiu-se à oficina de François de Huby para tomar para si uma cópia desse livro. A cópia fornecida à Razilly veio fragmentada e as páginas unidas demonstravam as lacunas que alguns capítulos da obra abriram (DAHER, 2007). Razilly, então, encadernou o manuscrito e foi entregá-lo ao Luís XIII, rei da França. O pequeno rei leu algumas partes do livro do missionário e o pôs para descansar com outros na sua biblioteca. Assim, junto do exemplar impresso da relação de d'Abbeville, a obra manuscrita de d'Évreux permaneceu inerte na biblioteca do jovem monarca (MARIZ; PROVENÇAL, 2007). Essa obra foi redescoberta apenas no século XIX, através de Ferdinand Denis, na Bibliothèque Saint-Geneviève. Denis mandou publicar sua versão impressa em 1864, sob o título *Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614*, que se disseminou e ganhou repercussão pública, alguns anos depois em Paris (DENIS, 1864; MARIZ; PROVENÇAL, 2007; ZERON, 2001). Vale ressaltar que a publicação da obra de d'Évreux contém notas explicativas e comentários de Denis ao longo dos seus capítulos, o que pode ter modificado, em certa medida, o próprio sentido da relação da missão escrita pelo capuchinho.

Depois da partida de Arsène de Paris ao Canadá e do retorno de d'Évreux à França com o desfecho drástico da colônia francesa, uma nova embarcação com cerca de 300 novos colonos foi enviada ao Maranhão em 1614 para socorrer La Ravardière. Nessa embarcação estavam o padre François de Bourdemare – antigo conhecido de d'Évreux – e o padre Archange de Pembroke, comandando um grupo de cerca de 10 outros capuchinhos que foram atuar como missionário na colônia francesa, na qual restava apenas Arsène de Paris do grupo primeiro enviado para essa missão (DAHER, 2007).

Os três documentos citados e descritos acima são os principais com os quais trabalhamos nesta pesquisa. Ademais, utilizamos fontes da época, publicadas no contexto de sua feitura, para cruzar as informações analisadas nestes documentos com os demais. É o caso, por exemplo, de obras como as de André Thevet (1557, 1575); Hans Staden (1557); Pero de Magalhães Gândavo (1576), Jean de Léry (1578) entre outros.

Vale ressaltar que a documentação primária, acima indicada, contém elementos que unem cada uma das fontes. Entretanto, também há características muito singulares e heterogêneas entre elas. Por exemplo, os desenhos de Charles des Vaux não interferem necessariamente no discurso das relações escritas pelos capuchinhos franceses. Ademais, mesmo as duas obras de d'Abbeville e d'Évreux, que são complementares, também possuem suas diferenças, evidenciadas pelo próprio tempo de estadia de cada um na breve colônia francesa, ou pelo estudo de descrição da natureza que eles adotaram, sendo que

d'Évreux utilizou mais elementos de analogias e descrições mais longas, e d'Abbeville construiu descrições curtas porém compostas de um grande número de animais e plantas do norte do Brasil.

Existe uma literatura que se debruça, especificamente, sobre a França Equinocial e as temáticas que dela podem ser estudadas, sobretudo os processos socioculturais envolvidos nessa experiência colonial. Ainda no século XIX, mais especificamente em 1864, João Francisco Lisboa publicou os seus apontamentos para a história do Maranhão, obra que buscou traçar, de forma panorâmica, os acontecimentos relativos à conquista, ocupações, à agricultura local, às relações entre governo geral e às políticas regionais do Maranhão, os indígenas que habitavam esse território, entre outros temas. A obra foi republicada em 1976 pela coleção Dimensões do Brasil. O trabalho de Lisboa, preenchido por muitos detalhes sobre a vinda dos franceses ao norte do Brasil no início do século XVII, é uma obra que insere esse episódio na história do Maranhão. Ao longo do século XVII, a tentativa era contrária, de extrair qualquer resquício francês da memória e da história de ocupação do norte do Brasil. Em meados do século XX, o capuchinho português Francisco Leite de Faria (1961) também publicou um texto, já considerado clássico, no qual tratou da chegada dos primeiros capuchinhos franceses no Maranhão enviados como missionários ao norte do Brasil entre 1612 e 1615. Seu artigo, bastante completo e com uma tônica católica evidente, defende a ideia de que os franceses estavam invadindo o território que era posse portuguesa. O que parece é que, durante muitos séculos, a disputa pela memória e pela posse do Maranhão e terras próximas permaneceu.

A historiografia mais recente vem demonstrando as possibilidades de análise desse episódio. Andrea Daher (2007), uma das especialistas brasileiras no assunto, estudou a viagem dos franceses até a região onde fundou-se a França Equinocial, investigando, a partir da história cultural, o discurso dos Frades e as estratégias de conversão que utilizavam com os indígenas locais. Sua pesquisa tornou-se uma referência importante, pois oferece informações relevantes sobre os personagens que participaram da missão no Maranhão, sobretudo do ponto de vista cultural. Mais recentemente, em 2018, a autora publicou um artigo que tem por objetivo compreender as relações da produção retórica de d'Abbeville e d'Évreux com a representação das alianças franco-tupis como forma cultural de uma política católica francesa. Seus trabalhos são valiosos para a historiografia sobre o tema, pois avançam os debates sobre a atuação francesa no Maranhão e sobre as diferenças retóricas entre os franceses e portugueses na América Portuguesa. A obra de Andrea Daher dialoga com a ideia de que os intercâmbios entre

Brasil e França não seguiam as mesmas relações hegemônicas entre metrópole e colônia na época – apesar das assimetrias existentes entre os dois continentes e bastante expostas nos registros dos capuchinhos franceses –, já que era Portugal, e não a França, que atuava como metrópole nessa complexa interação ultramarina. (CARELLI, 1994)

Assim como Daher, Vasco Mariz e Lucien Provençal (2007) também são importantes referências acerca dessa experiência francesa. Partindo da perspectiva da história naval francesa, eles analisam a trajetória de Daniel de la Touche, Senhor de Ravardière, um dos comandantes oficiais da viagem de fundação da França Equinocial no Maranhão. Nesse trabalho, os autores refletiram acerca da relevância desse episódio para a atuação francesa em relação ao comércio ultramarino e a ocupação do Novo Mundo no período das grandes navegações. Mariz e Provençal possuem um outro trabalho sobre Villegagnon e a França Antártica (2005), que da mesma forma que o anterior, investiga a trajetória do oficial naval francês.

A discussão historiográfica e contextual sobre a presença dos franceses no Novo Mundo e sobre a França Equinocial pode ser apreendida através da tese de doutorado de Luís Fabiano de Freitas Tavares, defendida em 2014 sob orientação do professor doutor Rodrigo Bentes Monteiro. Seu estudo é outro referencial para as investigações sobre a empresa francesa no Maranhão. O autor segue a perspectiva da história cultural e política e analisa o discurso francês acerca do Brasil e do Novo Mundo. Sua pesquisa tem por objetivo compreender as relações entre a monarquia francesa e as terras do Novo Mundo nos séculos XVI e XVII.

A relação entre a França e o Brasil, ou o Novo Mundo, também pode ser analisada através da ideia de imaginário. José Guilherme dos Santos Fernandes (2012) lançou mão da ideia de que os autores que primeiro começaram a descrever e fazer circular seus escritos sobre o mundo amazônico, como os franceses que participaram da empresa colonial francesa no Maranhão, foram os primeiros responsáveis pela criação do imaginário do Novo Mundo amazônico

Alguns outros trabalhos que fazem parte dessa historiografia buscam estudar objetos ligados à natureza do território da França Equinocial. Danilo Rincon Caires (2011), sob o ponto de vista da história ambiental e da história da urbanização, ao estudar o contato entre os europeus e os Tupinambá, levantou a tese de que essa troca produziu uma das primeiras experiências de urbanização no Brasil, além da transformação de comportamento em relação a natureza, tanto pelos franceses, quanto pelos indígenas. Seguindo essa lógica, Amílcar Torrão Filho e Danilo Rincon Caires (2012) escreveram

sobre as mudanças nas interações entre os seres humanos e o meio ambiente na região da Ilha do Maranhão, partindo de uma análise mediada pela história cultural e ambiental, para a compreensão do estabelecimento da França Equinocial, através, principalmente, da obra de Claude d'Abbeville. Esses dois trabalhos podem servir para pensar a constituição da vila de São Luís, mediada e delimitada pelas suas singularidades naturais, além de indicar a importância de se estudar sobre as relações entre o homem e a natureza, ou até mesmo da natureza consigo mesma.

Ainda sobre São Luís, vila fundada pelos franceses, Guy Martinière (2011) estudou como ela se instalava como um projeto de “capital” francesa no Brasil, assim como aconteceu na ocupação francesa em Quebec. De acordo com o autor, a tentativa de ocupação das Américas pelos franceses, através dessas duas colônias, pode representar a utopia colonial francesa, que deixou rastros culturais e memórias concretas até hoje nos dois locais.

Ainda sobre as obras dos missionários, existe um número maior de trabalhos que buscam analisar o teor etnográfico da obra dos franceses acerca dos nativos Tupinambá, seja sobre a antropofagia, sobre os costumes, sua língua, ou sobre a conversão desses povos (LIMA; MOREIRA, 2005; FUJIMOTO, 2008; FISHMAN, 1989; CASTELNAU-L'ESTOILE, 2013) que habitavam no Maranhão. Essas obras são fundamentais, pois apresentam o papel dos Tupinambá na produção de conhecimentos astrológicos, além de outros conhecimentos práticos, como a caça de animais, o preparo de remédios e alimentos etc.

Apesar de Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux apresentarem uma grande quantidade de informações sobre a diversidade da fauna das terras do Maranhão, dedicando, no conjunto das duas obras, cerca de 11 capítulos aos animais que se encontravam nesses locais, em detrimento de 2 que descrevem as suas árvores e plantas, poucos são os trabalhos historiográficos que se debruçaram, ou mesmo apontaram a relevância das obras dos missionários franceses no que se refere ao papel dos animais na narrativa sobre a natureza do Maranhão e sua ligação com aquela existente no Velho Continente. Philippe Billé (2015) lançou mão de alguns apontamentos importantes referentes aos animais, como elementos particulares na narrativa dos religiosos, em seu trabalho sobre a fauna brasileira nas obras de d'Abbeville e d'Évreux. O autor indica que as descrições feitas por d'Évreux e d'Abbeville e a nomenclatura utilizada por eles revelou uma grande diversidade ambiental e animal existente nesse local, que não havia sido ainda exposta em outras crônicas ou relatos sobre o Brasil.

Ademais, Heloisa Meireles Gesteira (2012) e Lorelai Kury (2014), sob o ponto de vista da história das ciências, destacaram a relevância e o pioneirismo das obras produzidas no contexto da ocupação francesa no Maranhão e adjacências, inclusive dos desenhos que depois compuseram o livro atribuído à Cristóvão de Lisboa (1967) sobre os animais e as árvores do Maranhão. As autoras ressaltaram, dentre outros aspectos, a nomenclatura utilizada nas relações e nos desenhos, que revelava a diversidade de animais existentes no local e o impacto dessas informações em obras de caráter científico que foram posteriormente produzidas sobre a mesma região, como é o caso do manuscrito de Lourenço Potfliz (1752) sobre as aves do Maranhão e Grão-Pará.

É possível observar, entretanto, a falta de uma análise mais aprofundada sobre a importância da constituição do conhecimento, observação, experiência e descrição natural acerca dos animais, que a missão da França Equinocial foi capaz de produzir, sobretudo levando em consideração a especial localidade do Maranhão e as discussões sobre o território equinocial que circulavam pela Europa nesse período. No campo da história das ciências brasileira, há uma produção ainda muito escassa sobre o recorte temporal em questão e sobre a atuação de personagens variados na produção de conhecimento, sendo eles humanos ou outros seres. A constituição da ciência moderna, apesar de bastante estudada, especialmente pela historiografia estrangeira (CAPELLI, 1999; ROSSI, 1997 [1992]; SHAPIN, 1996), precisa levar em consideração, cada vez mais, as mudanças e, sobretudo, as permanências no pensamento e nas práticas socioculturais e seus impactos na conformação desses conhecimentos dos períodos mais remotos (SHAPIN, 1996; FLECK, 2010 [1935]). Nesse sentido, a produção de um novo conhecimento, especialmente sobre os animais e sua diversidade, nas experiências de viagens, que contavam com personagens variados espalhados pelo Globo, como nesse caso da França e do Maranhão, mas também de Portugal e da Espanha, é importante para a reflexão sobre os papéis, as várias formas de conhecimento sobre a natureza, a coletividade da ciência e a diversidade de atores históricos que participaram desses contatos, como os humanos, os objetos, os animais, as plantas, o ambiente e as ideias, conformando uma rede complexa de intercâmbios culturais e científicos (FINDLEN, 2002; GESTEIRA, 2012).

O trabalho de descrever, catalogar e observar *in loco* a natureza desse Novo Mundo foi essencial na época das ocupações europeias e pode ser um caminho para compreendermos as formas de conhecer o mundo natural e as suas diferenças entre os atores que dessas práticas participavam (DASTON, 2017). Uma das principais discussões

que perpassam esta dissertação é a epistêmica. Ou seja, através da análise das fontes, buscamos investigar as formas de conhecer e perceber o mundo natural, particularmente os animais, do Maranhão e terras próximas. Sendo assim, nos debruçamos, ao longo da dissertação, acerca de noções importantes para a conformação do conhecimento, como a de percepção sensorial e de experiência *in loco*. Estas, por sua vez, como formas de conhecer a natureza, envolveram elementos culturais Tupinambá, capuchinhos e franceses na produção das descrições dos animais do Maranhão e adjacências no início do século XVII.

As percepções sensoriais foram essenciais no processo de contato e conhecimento do mundo natural e de seus enigmas, pois elas indicavam não apenas as interpretações que os exploradores tinham, mas também suas vivências práticas e cotidianas junto dos povos ameríndios de cada um desses locais em conquista no início da época moderna. Ao longo do período em que esses atores permaneciam juntos a essa nova natureza, eles precisavam restabelecer seus sentidos em relação a uma vasta quantidade de estímulos multissensoriais e físicos que eram recebidos constantemente. Logo, escutar, sentir, provar, cheirar e observar eram práticas sensitivas que podiam dar sentido a todas essas novas informações que os exploradores e missionários recebiam através do ambiente físico e dos povos nativos das Américas e do Novo Mundo (HACKE; MUSSELWHITE, 2017).

Dessa maneira, como apontam Daniela Hacke e Paul Musselwhite (2017), que estudaram as relações de alteridade e o contato entre povos do Velho e do Novo Mundo, as percepções e práticas sensoriais eram formas de conhecer o mundo natural bastante utilizadas pelos exploradores do início da época moderna. Essas percepções sensoriais também faziam parte de um sistema sociocultural muito próprio do período e do local de onde os navegantes partiam, podendo também revelar características de cada uma dessas sociedades. Por exemplo, a preferência por certos gostos (SHAPIN, 2013), a curiosidade por certos animais e plantas, a sensibilidade a alguns aromas eram – e até hoje são – aspectos que constituem os costumes de cada população e seus conhecimentos sobre o equilíbrio do corpo. Além disso, as percepções sensoriais demonstravam que, assim como a mente, o corpo era essencial nos processos de conhecimento do mundo, pois sentir (cheirar, provar e escutar) eram fenômenos fisiológicos que podiam, inclusive, ir contra a hierarquia existente entre a mente e o corpo, mesmo que não propositadamente, dando maior credibilidade aos sentidos corporais a partir das experiências *in loco* nas viagens.

Keith Thomas (1983), quando escreveu sobre os fundamentos teológicos que

baseavam as interpretações e classificações da natureza, afirmou que alguns antropólogos demonstraram que existia uma inclinação, por parte dos humanos, de refletir no mundo natural e especialmente nos animais, valores e noções culturais da sociedade humana. Esses valores davam conta de classificar os animais de determinados lugares como “superiores” ou “inferiores”, baseando-se também em arranjos sócio-políticos de cada época. Assim, segundo o autor, era possível lançar mão de categorias naturais mais ou menos próximas das ideias de natureza que se tinha nesse período. Para tanto, esses valores dos quais Thomas comenta, tão próprios da vida humana, também eram baseados nas experiências sensitivas que eram capazes de dar sentido às coisas e aos seres vivos através das percepções e experiências diretas.

Os exemplos utilizados por Thomas, para provar a superioridade humana sobre os animais e o uso dos valores humanos sobre estes, também ajudam a compreender o lugar importante dessas experiências sensitivas no momento da classificação das qualidades animais, como por exemplo: “O cormorão, explica Thomas Pennant “tem o cheiro mais desagradável e vil de todos os pássaros. Seu formato é repulsivo, sua voz rouca e agourenta, e suas qualidades desprezíveis” (PENNANT *apud* THOMAS, 2010: 79). Os valores dados às características específicas dessa ave eram reflexos do mundo humano aplicados na interpretação do mundo natural. Portanto, é possível observar que esses sentidos, como o olfato ou a audição, eram essenciais e faziam parte dessa implantação de valores humanos no mundo animal. Como consequência, também integravam as formas de conhecer o mundo natural e, especialmente animal, do início da época moderna.

Diante disso, assim como comenta o autor acima citado, as sociedades, pautadas em seus valores, usavam os animais também enquanto símbolos, a partir de sua classificação natural e de suas qualidades, para significar coisas distintas. No caso dos capuchinhos e dos franceses que ocuparam o Maranhão, acreditamos que os animais ajudaram esses missionários a perceber e interpretar, muito através das experiências sensitivas, a natureza do território que estavam ocupando.

Os sentidos e seus usos também possuem uma história. As percepções obtidas através deles podem revelar traços fundamentais do comportamento dos animais na natureza, dos humanos e da relação existente entre um e outro. Havia, desde a Antiguidade, hierarquias entre os próprios órgãos dos sentidos, como o nariz, os olhos, o ouvido e as mãos. Os médicos, muitas vezes, afirmavam que o olfato era um sentido superior aos outros, pois o nariz, em relação aos demais órgãos dos sentidos (CORBIN,

1987), estaria mais próximo do cérebro. Nesse período, esse tipo de contato com a natureza estava diretamente relacionado com o ofício dos médicos, os quais trabalhavam com os sentidos dos pacientes e os seus próprios para analisar o curso de alguma doença. Nesse caso, provar, cheirar e ingerir certas substâncias provenientes do corpo de um indivíduo doente, como as fezes, a urina, os vômitos etc, poderia dar pistas de qual era o mal que o acometia e como seria possível tratá-lo e até mesmo curá-lo. Essa lógica estava referenciada nas bases teóricas do pensamento hipocrático-galênico, que por sua vez, estava bastante alicerçado pelas ideias e postulados de Aristóteles. Essas mesmas referências antigas perduraram, enquanto fundamentos das práticas e teorias médicas por diversas gerações, apesar das inúmeras vertentes que foram surgindo dentro da própria medicina.

Sobre a tradição hipocrático-galênica, ela se baseava, em termos gerais, na fisiologia e na anatomia, de modo que nesse período não existia uma distinção tão estanque entre elas. Isso pode ser percebido, como aponta Regina Andrés Rebollo (2006), nas diretrizes que influenciaram a composição da obra de Hipócrates, que depois foi estudada e restabelecida por Galeno: “A fisiologia contida no CH [Corpus Hippocraticum] deriva de uma anatomia teorizada, fortemente comprometida com a filosofia natural do final do século v e primórdios do século iv a.C” (REBOLLO, 2006: 54). A natureza especificamente orgânica dos corpos, sua *physis*, estava em sua base, e essa, por sua vez, seria uma parte da *physis universal*, responsável pela organização original dos corpos. A ação da *physis* era motivada, ou pelas necessidades da natureza, ou do cosmo, ou pelo acaso. Nesse caso, a *physis* poderia transformar o curso da natureza, que, no que lhe concerne, atingiria todos, ou poderia, por acidente, modificá-la, inclusive inesperadamente, como por exemplo o que aconteceria no caso de uma reação indesejada de certo organismo à algum medicamento. Os objetos e elementos naturais existentes dentro dessa lógica possuíam sua *dynamis*, ou um conjunto delas, que estavam inseridas dentro da *dynamis universal*, e esta era objeto fundamental da observação do médico hipocrático. As *dynamis* se subdividiam e eram concebidas de três formas distintas, tais como: o princípio do movimento que era causado por elementos de forças qualitativas (frio, quente, úmido, seco, amargo, salgado, doce, daí em diante); o resultado da intensidade e da qualidade dessas mesmas forças e como consequência da relação entre esses elementos (fogo, terra, ar e água) (REBOLLO, 2006).

Essas relações influenciaram a teoria humoral, que entendia que os humores eram consequências das interações das *dynamis*. As forças qualitativas elementares, conhecidas

como água, fogo, ar e terra, geravam as qualidades dos corpos. Estes passavam a obter as características de frio, seco ou úmido, por aí em diante. As ligações existentes entre tais elementos e as qualidades provenientes deles também estavam correlacionadas, segundo a teoria humoral, com as estações do ano (inverno, primavera, verão e outono), indicando um equilíbrio entre todas essas forças qualitativas dentro dessa teoria. Os humores, portanto, eram resultantes dessas relações de similitude e analogia, e o estado de saúde dos humanos e dos animais dependia do equilíbrio entre as qualidades, os elementos e as estações do ano. Para restabelecer o equilíbrio desses organismos quando enfermos, acreditava-se que era preciso eliminar os humores que nesses mesmos corpos existiam em excesso, ou que, de alguma forma, estavam alterados, corrigindo a chamada *discrasia*, conhecida como desordem dos humores. A partir dessa reorganização era possível alcançar a *eucrasia*, que era reconhecida como a harmonia entre os humores.

A teoria humoral também foi estruturada através das referências contidas nos postulados de Aristóteles, sobretudo de seu texto *A natureza do homem*. O antigo filósofo também se referia à importância desses elementos e do equilíbrio entre eles nas suas obras *História dos Animais* e *Partes dos animais*, ressaltando a relevância desses aspectos para a organização e divisão entre os animais, seus comportamentos, suas qualidades, suas formas e suas causas naturais. Esses mesmos elementos, por sua vez, assim como endossava o próprio autor da Antiguidade clássica, poderiam ser melhor percebidos através das práticas sensitivas, mais uma vez, tão importantes para a compreensão do mundo natural, dos organismos e para a organização e equilíbrio da saúde dessa mesma natureza.

No caso da história natural, cuja forma de descrever e compreender o mundo, até meados do século XVII, ainda adotava as percepções sensoriais para acessar os aspectos e características da natureza, passou a se filiar a outra forma de conhecimento. A classificação menos sensitiva e mais racional, sobretudo a partir do século XVIII, alicerçava-se em novos postulados, como o de Linnaeus, que passou a ser adotado como um novo paradigma (KUHN, 2013 [1962]) na classificação da natureza, desprendendo-se das antigas formas sensitivas de adentrar aos segredos naturais, praticadas por filósofos naturais. Essas diferenças entre as atividades médicas e as atividades dos naturalistas indicam que, anteriormente a esse período, ou seja, antes da metade do século XVII – conhecido como momento em que aconteceu a chamada Revolução Científica – as práticas e ideias médicas eram muito próximas daquelas referentes aos filósofos e historiadores naturais. Ademais, com o passar dos séculos, a medicina não se despreendeu

totalmente de tais formas de perceber, que retomam as práticas dos filósofos e exploradores naturais de séculos anteriores. Nesse sentido, é possível que os interesses dessas áreas do conhecimento fossem muito mais condensados no início da época moderna, os quais buscavam analisar as causas da natureza de cada território, suas similitudes e analogias com outras de outras regiões, suas qualidades e formas e, certamente, suas singularidades, seja em relação ao clima, às doenças, aos animais, às plantas etc. Para instrumentalizar esses homens das ciências, cujo mundo orgânico era intrinsecamente ligado ao filosófico, os sentidos funcionavam como meios e formas de organizar, conhecer, analisar e descrever a fauna, a flora e outras características da natureza.

Com isso, de forma geral, fica evidente que, tanto a medicina, quanto a história e filosofia natural, ainda nos séculos XVI e início do século XVII, eram qualitativas, buscavam conhecer a natureza através de práticas sensoriais e do equilíbrio dos humores e estavam muito entrelaçadas nos seus interesses e nas suas formas de conhecer e organizar o mundo. Nesse sentido, ambos os campos de investigação eram ofícios mais ligados à experiência direta, orgânica. É importante ressaltar, ainda, que há uma grande lacuna na historiografia sobre história das ciências e da saúde brasileira que aborde os sentidos nas práticas, regimes de objetividade científica e teorias da ciência em períodos variados.

Essas práticas sensitivas estão presentes nos textos dos missionários franceses aqui estudados e no de outros exploradores e cronistas que se aventuravam pelos mares em busca de respostas e perguntas sobre o mundo. Entretanto, a relação existente entre os religiosos franciscanos e a natureza é uma característica essencial na própria tradição instaurada pelo fundador desta Ordem, Francisco de Assis (LE GOFF, 2011; GONÇALVES, 2016; ALAKAS; BULGER, 2020). Essa tradição visava a procura de Deus e de Suas respostas acerca de questionamentos espirituais e morais na natureza, nos Seus elementos e nos Seus segredos. Para tanto, era preciso saber olhar, escutar, palpar e sentir a natureza, e a partir desses contatos sensitivos, interpretá-la.

Não é incomum depararmos com obras escritas por capuchinhos nas quais a narrativa é preenchida por diversas alegorias e analogias entre humanos e animais, ou mesmo outros elementos naturais. Essas analogias serviam para demonstrar como a natureza e seus componentes podiam dar lições morais aos fiéis, através, por exemplo, do comportamento dos animais ou da qualidade de certos frutos e plantas. Por conta disso, os animais, em especial, vão ocupar um lugar importante dentro da produção e da

atividade capuchinha e franciscana, pois, assim como os religiosos e missionários que davam exemplos morais cotidianos baseados em seus comportamentos apostólicos, os animais, seu comportamento, sua relação com o meio ambiente e suas qualidades davam exemplos da boa interação entre eles e a natureza, traços e aspectos que podiam servir aos homens, tanto espiritualmente quanto fisicamente (GONÇALVES, 2016; ALAKAS; BULGER, 2020). Assim, para apreender e descrever as qualidades dos bichos, as experiências sensitivas eram essenciais, pois a partir delas os missionários buscavam entender suas causas, utilidades e funções, mas também refletiam sobre as qualidades espirituais e morais desses seres através da sua relação intuitiva e sensitiva com o seu meio. As reflexões sobre tais aspectos, como podemos notar ao longo dessa pesquisa, nas obras de d'Abbeville e d'Évreux, indicam aproximações e distanciamentos entre o Velho e o Novo Mundo e mesmo entre humanos e animais.

Juntamente das discussões sobre percepções sensoriais e experiências *in loco* (FINDLEN, 1996), nessa dissertação procuramos evidenciar os papéis e formas de produção de ciência (SHAPIN, 1996; FLECK, 2010 [1935]; DASTON, 1998, 1995), que nesse caso foram evidenciadas pela atuação de missionários, intérpretes, comerciantes e populações ameríndias, como os Tupinambá. Também buscamos discutir sobre a utilidade, o comportamento animal e as relações dos animais com os seres humanos (THOMAS, 2010 [1983]; BARATAY, 2012; FUDGE, 2002; 2004) através, sobretudo, de aproximações e distanciamentos por similitudes e diferenças expostas nas descrições desses bichos e daqueles do Velho Continente (FOUCAULT, 2000 [1966]).

Nesse sentido, lançamos a ideia de que os animais tinham o papel de mediadores de conhecimento natural e de culturas. Sobre essa noção de mediadores, alguns autores vêm discutindo conceitos próximos, como o papel de negociadores, agentes transculturais, ou 'go-between', como Philip D. Curtin (1984) e Kapil Raj (2009, 2016). Esses atores históricos, normalmente, são humanos e possuem o papel de intérpretes e comerciantes, por exemplo, que negociavam e traduziam o conhecimento e a cultura contingente com as demais que eram externas. No caso dos animais do Maranhão, defendemos a ideia de que eles mediarão o conhecimento sobre o ambiente e suas propriedades entre capuchinhos franceses e Tupinambá das aldeias deste local. Suas mediações, entretanto, nem sempre aparecem de forma explícita nas relações da missão dos franceses, sendo que podem aparecer nos hábitos alimentares, no temperamento em relação à outras qualidades de animais, nas propriedades terapêuticas extraídas da natureza, ou na relação entre eles e outros humanos, como os Tupinambá.

Além disso, buscamos discutir sobre o papel das experiências frente às observações, nas investigações do mundo natural do início da época moderna (POMATA, 1998; DASTON, LUNDBECK 1998), e sobre o papel das cópias, da circulação de informações sobre as Américas do Novo Mundo entre letrados e exploradores da natureza, para a conformação de novos conhecimentos e práticas de descrição dos animais (LONG, 2002; NICKELSEN, 2006; RAJ, 2007, 2010) e do contato entre Tupinambá e franceses, que repercutiu na grande diversidade de descrições de animais e plantas contidas nas obras aqui estudadas (PRATT, 1999)

Ao longo dos capítulos desta dissertação, as discussões teóricas apresentadas acima, fizeram parte da análise das fontes e proporcionaram um entendimento mais aprofundado sobre a produção de conhecimento colonial francês acerca dos animais, feita a partir do contato entre a tradição franciscana, a filosofia e história natural vigentes no período e os conhecimentos Tupinambá.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo dessa pesquisa, nomeado *O cenário ultramarino francês* tem o intuito de discutir, de forma panorâmica, a relação entre o contexto político e religioso francês, entre o século XVI e início do século XVII, e as empresas coloniais francesas na América. Ademais, neste capítulo também refletimos sobre a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, sua especificidade em relação ao mundo animal; a importância da atividade mercantil na conformação de um mundo ultramarino francês; a produção de conhecimento letrado na França e as universidades modernas e, por fim, o tema da Revolução Científica, que é um assunto central para esse trabalho, já que se discute, entre outras coisas, quem, como e onde se produziu ciência moderna no século XVII.

O segundo capítulo, intitulado *As Singularidades da França Equinocial: viagens, experiência e conhecimento natural* tem como principal objetivo apresentar a temática das viagens ultramarinas europeias e o impacto do imaginário sobre o Novo Mundo na produção de conhecimentos sobre seus territórios. Com isto, discutimos nele as tentativas de aproximação e distanciamento entre a natureza dos dois Continentes, expressas nas obras investigadas, através da descrição da natureza dos dois hemisférios. Para tanto, refletimos sobre a importância das similitudes, que de certa forma, ajudavam a explicar a existência de animais diferentes nas Américas e na Europa. Por fim, também discutimos as categorias de classificação e descrição que eram mais utilizadas para o conhecimento da fauna. Estas, em muitos casos, seguiam um modelo parecido, baseado nos postulados de autoridades discursivas como Aristóteles e Plínio, o Velho, mas também nas

experiências diretas e *in loco*.

Por fim, o terceiro capítulo, de nome *Os animais da França Equinocial e suas qualidades* tem por principal objetivo discutir o lugar dos animais na explicação da natureza equinocial da colônia francesa e das qualidades desse território. Dessa maneira, neste capítulo analisamos a importância do comportamento, das utilidades, das relações entre animais e seus meios e dos significados dos animais encontrados no Maranhão e adjacências nas obras dos capuchinhos franceses. A investigação desses aspectos auxiliou no entendimento do papel moral e filosófico que os animais possuíam nas obras de d'Abbeville e d'Évreux, e como esses papéis podem suscitar reflexões sobre as conexões desses bichos com os seus territórios, a partir de um discurso pautado no determinismo geográfico e das qualidades compartilhadas entre a natureza equinocial e seus elementos.

Capítulo 1

O cenário ultramarino francês.

1.0 Políticas internas e externas.

Para pensar a atuação das empresas coloniais francesas e das missões que aconteceram nelas, é preciso analisá-las articulando-as com os acontecimentos e tensões políticas, religiosas e sociais que marcaram a França entre o século XVI e início do século XVII. À vista disso, neste capítulo estudaremos os episódios políticos e religiosos que tiveram implicações diretas nas empreitadas coloniais francesas e a relação deles com a produção de conhecimento sobre a natureza do Maranhão e adjacências. Por conseguinte, vamos discutir o papel das missões empreendidas pelos capuchinhos franceses dentro e fora da França, a produção letrada francesa, a relação entre a igreja e os animais, e como ela se refletia nos textos dos franciscanos e capuchinhos, além de analisar as interações entre ciência, religião e Renascimento na França.

Durante o período de ocupação francesa nas Américas do Novo Mundo, as alianças entre a coroa da França, os reinos da Europa e outros locais do Globo se davam, invariavelmente, pela ação dos comerciantes, armadores e exploradores que se lançavam aos mares, a fim de instalar novas relações mercantis com os portos da Europa e os povos ameríndios das regiões em exploração (MARIZ; PROVENÇAL, 2007). Esses alinhamentos comerciais e geopolíticos estruturaram os caminhos das ações francesas internas e externas, na conformação de um império francês ultramarino. Entretanto, a França enfrentava, na época, um desafio ainda maior, que ganhava intensidade dentro de seu território: as Guerras de Religião.

Com a instituição das práticas da fé reformada na França, os grupos favoráveis e convertidos a ela aumentavam com rapidez (DOMPNIER, 1998). Os franceses passaram, então, a se dividir gradativamente entre os que apoiavam a fé católica, os que eram favoráveis às práticas da fé protestante e os que acreditavam na coexistência das duas religiões no reino. Essas divergências marcaram os reinados e as políticas francesas durante décadas. Sendo assim, para analisarmos o cenário sociopolítico interno e externo francês, é preciso trazer para o centro da discussão a importância das disputas religiosas que ganharam força na Europa e que nela marcaram todo o século XVI, deixando resquícios no século seguinte.

As experiências da França Antártica e da França Equinocial no Maranhão podem servir de exemplos para a compreensão do funcionamento das práticas e disputas

religiosas que se travavam, inclusive, entre poderes locais e centrais da França, sendo estes, ora católicos, ora protestantes. Nessas duas experiências, além da dependência que tinham os missionários e navegantes da fidalguia e de parte da nobreza francesa para o financiamento e manutenção das breves colônias, os seus participantes precisavam manter relações com as monarquias ibéricas, que nem sempre eram pacíficas. Um outro elemento essencial para a existência das empresas coloniais nas Américas foi a aproximação com as aldeias indígenas dos locais em conquista. Esse é o caso das aldeias de Tamoios e Tupinambá, que fizeram alianças comerciais e políticas com os grupos de normandos e franceses que aportaram na Baía de Guanabara e, anos depois, no Maranhão.

A relação entre os grupos nativos acima citados e a França era de longa data. Há de se lembrar que, anos antes da chegada das embarcações francesas na Nova França Antártica em 1555, a celebração do reinado de Henrique II (1547-1559), casado com Catarina de Médici (1560) e feita em Rouen em 1550, tinha a participação de cerca de 50 indígenas trazidos do Brasil⁹. Os nativos participaram de uma encenação à beira do rio Sena que banha os portais da cidade, juntamente com bretões e normandos, os quais imitavam os hábitos e o cotidiano desses indígenas, como a agricultura por eles feita, a extração de pau-brasil, e assim por diante. Nessa encenação havia animais brasileiros, como macacos, papagaios, saguis entre outros, trazidos com frequência aos portos franceses e normandos pelos comerciantes, especialmente através das trocas que eram feitas entre eles e os mercadores de Lisboa (PERRONES-MOISÉS, 1992; TAVARES, 2014).

Da mesma forma, a aproximação entre os colonos e os nativos Aborígenes do Canadá, feita especialmente para a instalação de novas trocas mercantis, também possibilitou que os franceses e normandos se tornassem, na época, um dos grandes comerciantes de pele de castor e pesca¹⁰. Alguns anos depois, empresas coloniais foram montadas para que nesse local fosse instaurada uma colônia de domínio francês.¹¹

⁹ A celebração do reinado de Henrique II é um episódio já bastante estudado e comentado pela literatura sobre o tema. A teatralização que fez parte da entrada do Rei e da Rainha em Rouen são marcadores do imaginário sobre as conquistas que os franceses estavam legando. A participação de indígenas vindos do Brasil causou comoção e funcionou como testemunha ocular das trocas que aconteciam no Novo Mundo. Sobre esse episódio, veja mais em: DENIS, Ferdinand. *Fête brésillienne célébrée à Rouen en 1550, suivie d'un fragment du XVIIe siècle roulant sur la théogonie des anciens peuples du Brésil, et des poésies en langue tupique de Christovam Valente, par Ferdinand Denis*. à Paris, 1850.

¹⁰ Sobre um dos primeiros contatos entre franceses e os chamados aborígenes do Canadá e o comércio de pele de castor, ler mais em: CARTIER, Jacques. *Relation originale du voyage de Jacques Cartier au Canada en 1534: documents inédits sur Jacques Cartier et le Canada (nouvelle série)*. par Henri-Victor. Michelant et Alfred Ramé. à Paris: Librairie Tross, 1867.

¹¹ O processo de ocupação e conquista francesa nos territórios da América do Norte e do atual Canadá

1.1 Empresas coloniais francesas no Novo Mundo.

As empresas coloniais, responsáveis pela fundação das colônias francesas no Novo Mundo, eram compostas por membros diversos que, em sua grande maioria, contavam com o apoio de pessoas que ocupavam papéis distintos na sociedade francesa desse período. Para a sua realização, o patrocínio e os interesses da fidalguia, nobreza e de alguns militares franceses que, naturalmente, possuíam objetivos distintos, eram decisivos para o funcionamento dos empreendimentos coloniais, sua duração e sua relevância. Por conta da multiplicidade de interesses e posicionamentos pessoais, muitas dessas colônias não vingaram, já que seus idealizadores e executores acabavam entrando em conflito (TAVARES, 2014).

A implantação de uma colônia de comércio no atual Canadá, no início do século XVI, por exemplo, foi idealizada primeiramente por Jacques Cartier e sucedida pelos planos de outras empresas coloniais, como as de Samuel de Champlain e do Almirante Henri II de Montmorency. Cartier havia declarado suas ideias em algumas cartas, e, depois de anos, com o fluxo de trocas de mercadoria nesse local, interesses mais duradouros passaram a surgir.

Outro exemplo foi o processo de fundação da colônia na região que hoje conhecemos por Guiana Francesa. As empresas envolvidas no movimento de exploração e formação de uma colônia nesse território perduraram por mais de 100 anos. La Ravardière, um dos líderes da ocupação francesa no Maranhão, inclusive, foi mandado pelo então rei Henrique IV para a região em 1604, para que no território estabelecesse os primeiros contatos com os indígenas e verificasse a possibilidade de ocupar essa região. Desde então, muitas outras tentativas de conquista desse local foram feitas, não apenas pelos franceses, mas também por ingleses e holandeses, que junto dos reinos de Portugal e da Espanha estavam tentando delimitar seus impérios ultramarinos. Nessa região, havia um alto fluxo comercial de produtos como o pau-brasil, o ouro, o urucum e outras matérias-primas (CARDOSO, 2010). Apenas no século XIX a França conseguiu delimitar os limites e as diferenças entre os territórios portugueses e franceses na localidade amazônica onde encontra-se a Guiana.

Os personagens que participavam das investidas no Novo Mundo estavam ligados pelas rotas marítimas de comércio entre a França e os outros locais da Europa, e por conta

foram turbulentos. As disputas com alguns grupos indígenas dessas regiões e com os Ingleses que tinham dominado e colonizado esses locais marcaram o início e o fim das colônias francesas do Norte das Américas.

disso, estabeleciam intercâmbio mercantil nessas empreitadas. Os navios que partiam dos portos de Dieppe e Honfleur, no norte da França, com frequência faziam paradas nos portos de Portugal, particularmente no de Lisboa, no início do século XVI. Através dessa troca portuária, as informações de novas rotas marítimas, instruções cartográficas e as mercadorias das Índias Orientais chegavam à França. Assim, com o aumento das viagens de exploração e comércio, os pescadores e mercadores que viviam nos portos franceses começaram a ganhar suporte das ciências da época, como a astronomia, a matemática, e a cosmografia, que instruía as navegações, sobretudo àqueles lugares que eram considerados mais difíceis de chegar (PERRONES-MOISÉS, 1992). A geografia e a cartografia, no entanto, já eram bastante importantes nos territórios franceses, produzidas especialmente por cosmógrafos ligados aos empreendimentos de navegação europeus. Muitos mapas eram produzidos pelos normandos e franceses ainda antes da instalação das empresas coloniais na América Portuguesa¹². Inspirados pelos ibéricos, eles produziam alguns mapas para a circulação das informações sobre os locais onde faziam trocas comerciais e, em alguns casos, achavam singularidades expressivas na natureza local.

Já no início do século XVI, mapas-múndi foram elaborados por normandos e franceses, referenciados por alguns que já existiam, como os que foram feitos por Juan de la Costa em 1500, os de Cantino em 1502, os de Nicolau de Caneiro em 1502 e outros anônimos que circulavam pelos portos, como é o caso do mapa que foi editado por Kunstmann no mesmo ano (PERRONES-MOISÉS, 1992; ANTHIAUME, 1916). A escola de cartografia de Dieppe, que passou a produzir mapas encomendados em meados do mesmo século, indica a relevância das informações presentes em documentos cartográficos, além de refletir os conhecimentos geográficos do período, como os postulados ptolomaicos, ainda em voga, e de demonstrarem os supostos alcances que as navegações normandas e francesas tiveram na época.

Não é incomum depararmo-nos com figuras que representam alguns animais marinhos e mesmo terrestres nestes mapas e cartas náuticas. Algumas vezes eles funcionavam apenas como representações esparsas, mas outras vezes podiam indicar as riquezas naturais que se encontravam em determinados territórios, ou mesmo a diversidade de animais existentes nas terras do Globo (GEORGE, 1969). Um exemplo

¹² Sobre a produção de mapas produzidos pelos normandos, veja mais em: ANTHIAUME, Albert. *Cartes marines, constructions navales, voyages de découverte chez les Normands, 1500-1650*. Tome I. à Paris, 1916.

importante para pensar a relação desses animais com as navegações é a travessia da linha do Equador. Evidentemente, não há linhas no mar, entretanto, nos relatos feitos pelos comerciantes e exploradores que por ela passaram, é notável como algumas características eram constantemente relacionadas a ela.

O peixe-voador, por exemplo, parece ter sido um desses animais que funcionavam como marcadores da região equinocial, até pelo menos o início do século XVII. Ele aparece com frequência nos relatos de viagem de navegadores, missionários, comerciantes e exploradores que estavam passando por esse espaço marítimo. Esses animais marcaram o imaginário dos marinheiros e exploradores desde o início das navegações normandas e francesas, passando a aparecer, também, nas narrativas de viagens empreendidas nas empresas coloniais. Jean de Léry, quando escreve sobre as espécies de peixes que banhavam a Zona Tórrida, elenca alguns desses animais marinhos como marcadores do território. Segundo o calvinista:

Nessa passagem, apanhamos muitos golfinhos, dourados, albacoras, bonitos e boa quantidade de outras espécies, além dos peixe voadores, cuja existência até então eu sempre julgara ser invenção de marinheiros [...] cardumes de peixes saíam do mar e se erguiam fora da água voando cerca de cem passos, quase à altura de uma lança. E, como acontecia frequentemente, alguns batiam nos mastros de nossos navios e facilmente nós o apanhávamos, no convés, com as mãos. Este peixe, conforme observei na viagem de ida e de volta, tem a forma de um arenque, embora um pouco mais comprido e redondo, tem pequenas barbatanas, na cabeça, as asas como as do morcego, quase tão grandes quanto o corpo, e é de muito bom paladar. Não os tendo visto aquém do trópico de Câncer, acredito, embora não o afirme, que amigos do calor e vivendo na zona tórrida, não a ultrapassam para os lados do polo. (LÉRY, 1611: 24)¹³

A ideia de Zona Tórrida foi apresentada por Aristóteles em sua obra *Meteorologia*. Nela, o filósofo havia explicado, dentre outros aspectos da Terra, que existiam nesta cinco zonas climáticas e latitudinais. Estas, por sua vez, eram divididas em duas zonas glaciais – próximas aos pólos terrestres – duas temperadas e uma zona média conhecida por Zona Tórrida. Esta região média situava-se, segundo o antigo, na proximidade do Equador, ou como era conhecida, região equinocial. Aristóteles descreveu a temperatura deste local, dizendo ser muito quente, e que, por conta de seu clima, nesse território não havia nem águas, nem habitantes (PAPAVERO; TEIXEIRA, 2001). O filósofo ainda argumentou que as zonas temperadas, que eram passíveis de vida, localizadas uma no norte e outra no sul terrestre, não poderiam manter conexões, pois entre elas existia a Zona Tórrida,

¹³ Nessa pesquisa, as citações foram feitas através de tradução nossa.

incapaz de produzir vida.

Entretanto, ainda que tenha defendido a impossibilidade do desenvolvimento de vida da região tórrida e da conexão entre o norte e o sul terrestre, Aristóteles tinha convicção de que havia terras no hemisfério sul do Globo, assim com outros autores clássicos, tanto gregos quanto romanos, como Pitágoras e Thales (GÓMARA, 1552) e esse pensamento indicava alguma simetria e equilíbrio entre as regiões da Terra. As ideias de simetria e equilíbrio estavam relacionadas com a própria ordem da Terra e do Universo. Apesar da importância de sua colocação sobre a existência de terra no sul terrestre, a dúvida acerca da origem e da vida de homens e animais no hemisfério sul não chegou a ser um problema para os antigos (PAPAVERO; TEIXEIRA, 2001). Este questionamento veio a se tornar uma problemática a partir das viagens medievais e, com as navegações da época moderna, as dúvidas e as explicações acerca da existência humana e animal em territórios do sul global seriam largamente discutidas.

Alguns anos depois da experiência de Jean de Léry e dos franceses na Baía de Guanabara, apesar de atestar a existência desses mesmos peixes na região próxima ao Maranhão, Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux teceram descrições diferentes acerca da passagem pela linha equatorial. D'Abbeville, em especial, demonstrou a utilização de conhecimentos astronômicos e astrológicos da época para fazer suas descrições do mar, do fluxo dos ventos específicos da linha equinocial, além de escrever sobre como se devia navegar nesta localidade¹⁴. O capuchinho dividiu suas explicações expondo a possível relação dessa região do Globo com as teorias sobre as partes elementares e celestiais do mundo. Desta maneira, apresentou suas considerações sobre as singularidades da região equinocial. Sobre as especificidades da narrativa acerca da natureza desse território, e sobre o uso das ciências do momento para o melhor entendimento da conformação desta, trataremos mais à frente.

Quando o capuchinho escreveu sobre a presença dos peixes voadores na região da linha equinocial, nota-se que as práticas de navegação e as experiências diretas vivenciadas nelas eram importantes argumentos na conformação de conhecimentos sobre a natureza e os territórios:

De todos os peixes que se encontram entre os dois Trópicos, não há nenhuma mais admirável que o peixe voador¹⁵, assim chamados porque

¹⁴ Veja capítulos V e VI da obra de Claude d'Abbeville sobre a missão capuchinha no Maranhão e terras próximas.

¹⁵ A nomenclatura dos animais descritos nos registros aqui analisados permaneceu de acordo com a época em que ela era usada, como parte de um conhecimento específico e datado e que, se atualizado, poderia perder o seu sentido. Logo, apenas em alguns casos, iremos indicar a possibilidade da atualização delas ao

voam aos bandos, em número infinito, principalmente na proximidade da linha: parecem-se muito com arenques, porém são mais redondos e a cabeça mais chata, à semelhança de um pequeno sargo¹⁶. Uns têm duas asas, outros quatro, as quais são de couro, como as do morcego, mas de ordinário muito delicadas e brancas, e algumas negras: é excelente, e preferido a todos os outros peixes. Como os dourados bonitos e outros peixes grandes, dão-lhe caça, o Soberano Criador dos voadores, querendo dar-lhes armas para se defenderem de seus inimigos, colocou-lhes nas costas estas pequenas asas a fim de fugirem, deixando no mar, seu elemento, e salvando-se no ar. Dura seu voo enquanto as asas estão molhadas, e quando secam mergulham no mar, e são de novo perseguidos, tornando a voar. Parecem bandos de estorninhos. Nota-se que fugindo estes infelizes peixes para no ar evitarem os cruéis bonitos e dourados, que os perseguem até matá-los, são também atacados por certos pássaros grandes, que estão sempre alerta para saltar sobre eles, apenas começam a voar e devorá-los. Desta forma, não encontram segurança nem no ar e nem na terra (D'ABBEVILLE, 1614: 30-31).

D'Abbeville se preocupou em enfatizar que estes peixes se encontravam em grande quantidade na proximidade da linha equinocial. Esta região era temida pela maioria dos navegantes da época, pois ainda se tinha a ideia de que não havia a possibilidade de ultrapassá-la. O imaginário sobre esta região e a ideia de sua impossibilidade de desenvolvimento e vida, ligado à noção de Zona Tórrida, passaram a se transformar, especialmente, com as viagens que foram se estabelecendo nessa região, com a ocupação do norte do Brasil, Peru e outros territórios do norte da América do Sul. Hans Staden, por exemplo, também escreveu sobre a presença desse peixe em sua crônica sobre suas viagens ao Brasil, anos antes dos capuchinhos franceses chegarem ao Maranhão. Verifica-se que, tanto d'Abbeville, quanto Staden descreveram um conjunto específico de peixes quando estavam navegando pela passagem do continente africano para o Brasil, ultrapassando a então conhecida zona equinocial:

As Bonitas eram menores, e ainda a outros chamavam Dourados. Também havia muitos do tamanho do harenque, que tinham asas nos dois lados, como os morcegos, e eram muito perseguidos pelos grandes. Quando percebiam isso, saíam da água em grandes cardumes e voavam, a cerca de duas braças acima da água; muitos cabiam perto e outros longe a perder de vista; depois, caíam outra vez na água. Nós os achávamos frequentemente, de manhã cedo, dentro do navio, tendo entrado durante a noite, quando voavam. E são denominados na língua portuguesa—*pisce bolador* (peixe voador). Daí chegamos até à linha equinocial onde estava muito quente, porque, ao meio-dia, o Sol estava exatamente por cima das nossas cabeças. Durante algum tempo de dia não soprou vento nenhum; mas de noite, se desencadeavam muitas

longo dos capítulos.

¹⁶ Este peixe de nome sargo era encontrado em abundância na costa africana e em boa parte da costa da Europa central.

vezes fortes trovoadas, acompanhadas de chuva e vento, que passavam logo. Entretanto tínhamos de velar constantemente, para que não nos surpreendessem, quando navegávamos a pano (STADEN, 1900: 17).

No registro de Staden, a nomenclatura portuguesa utilizada para referir-se a esse peixe pode indicar que os registros e cartas náuticas portuguesas já eram referências que circulavam entre os cronistas e exploradores de outros lugares desde o início da ocupação das Américas. Alguns anos mais tarde, Willem Piso e George Marcgrave, quando escreveram sua *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), descreveram um extenso conjunto de outros animais e plantas que diziam compor a natureza brasileira. Dentre esses animais, o peixe que chamaram de *Miivipira & Pirabebe Brasilianis*, ou *Peixe Volator Lusitanis*, aparece na obra. As descrições anatômicas e o interesse pelas suas asas e seu voo sobre as águas do mar atravessam esse tratado. Entretanto, a localização onde se encontrariam esses peixes, segundo os neerlandeses, seria, agora, a região da costa do Cabo da Boa Esperança, ou seja, a costa da África, sobretudo do Sul, banhada pelo Oceano Atlântico (PISO; MARCGRAVE, 1648: 162). A descrição do peixe voador feita por Piso e Marcgrave, anos depois da experiência da França Equinocial, transformou algumas informações sobre esse animal. Também é possível que, nesse recorte temporal, as noções sobre a localidade da antiga Zona Tórrida estivessem se modificando, tornando-se mais específicas e atualizadas.

Décadas mais tarde, o peixe voador passou a ser desassociado da região equinocial. Esse animal começou a ser referenciado nas descrições marítimas como um peixe que podia ser encontrado em várias localidades oceânicas. Por exemplo, Giovanni Cavazzi da Montecuccolo, missionário e capuchinho italiano que atuou no século XVII na África, ao escrever sua obra *Istorica Descrizione de' tre regni Congo, Matamba ed Angola* (1687) teceu descrições interessantes sobre esse animal, sobre seu comportamento em relação a outros peixes e sobre a sua localização no oceano:

O peixe-voador, conhecidíssimo em todo o oceano, pode fugir das insídias do peixe-dourado, levantando-se a voo por cima das águas. Mas, depois de um breve espaço, cai miseravelmente na boca aberta do seu inimigo. Estes peixes abundam no vasto oceano, para proveito dos pescadores e para distração dos navegantes (CAVAZZI, 1965 [1687]: 72)

Já caminhando para o fim do século, o que parece é que a noção das zonas geográficas e oceânicas tinham se delineado de forma ainda mais específica. Entretanto, alguns traços da descrição de Cavazzi se pareciam muito com os dos capuchinhos franceses aqui estudados. O comportamento e a relação dos animais entre si e com os

humanos é um tema refletido em Cavazzi, e que já havia sido tratado com evidência nas obras de d'Évreux e d'Abbeville. Dessa maneira, sem deixar de notar a semelhança da narrativa dos capuchinhos italiano e franceses, podemos considerar que, de forma mais geral, a circulação de conhecimento sobre a fauna e sobre as geografias marinhas, e, no caso do peixe-voador, da sua situação natural e geográfica, pode ter ajudado, inclusive, na transformação dos estudos e entendimentos sobre os oceanos existentes e sobre a diversidade de seus animais. Além de estampar os relatos, crônicas e tratados de viagens ao Novo Mundo, os peixes voadores, assim como outros peixes e monstros marinhos, como baleias e sereias, também eram representados em mapas, atlas e cartas náuticas até, pelo menos, meados do século XVII.

Cada vez mais, esses conhecimentos foram se tornando fundamentais para as explorações de locais longínquos com maior precisão. Desse modo, além de promoverem conhecimentos mais específicos sobre as terras do Novo Mundo, as empresas coloniais podem ser compreendidas como motores da solidificação de novos laços políticos e econômicos firmados entre a França, ameríndios e outros reinos nesse momento.

Logo, os papéis e os personagens escolhidos e enviados nessas empresas eram fundamentais para a sua manutenção e para que ela desse frutos. Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, os religiosos que participaram inicialmente como missionários da França Equinocial, junto de Ambroise d'Amiens e Arsène de Paris, eram membros da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos com trajetórias relevantes e destacadas no próprio convento de onde saíram para o Maranhão. Criado em uma família muito religiosa, Claude d'Abbeville e seus dois irmãos receberam exemplos desde muito jovens, para seguirem uma vida ligada à fé católica. No ano de 1593 recebeu o hábito em Saint-Honoré. Em 1601, inseriu-se no catálogo dos primeiros capuchinhos da região onde nasceu, passando a utilizar 'd'Abbeville' como sobrenome. Nessa mesma região, ajudou na fundação de um novo convento, que em 1606 foi erguido e, por conta de sua dedicação na construção desse edifício, foi nomeado o seu guardião. A partir de então, foi enviado a Paris onde atuou no convento de Saint-Honoré e, depois de sua missão na França Equinocial, em 1616, permaneceu em Rouen. Ao longo de sua formação, é provável que o Frade tenha tido contato com obras clássicas, tanto da teologia, quanto da filosofia. Sua obra, que publicou sob o título de *Histoire de la mission des Pères capucins en l'isle de Maragnan et terres cirvovisions* (1614) foi um sucesso e ganhou novas edições ainda no mesmo século de sua feitura (DAHER, 2007; MARIZ; PROVENÇAL, 2007; FARIA, 1990 [1961]).

Os religiosos da Ordem dos Capuchinhos, da qual faziam parte os missionários franceses, que viviam como eremitas, utilizavam das fontes de conhecimento organizadas de forma manuscrita nas bibliotecas de seus conventos. Esse tipo de conhecimento, bastante antigo, possibilitava aos religiosos terem contato com obras originais e clássicas, bem como as próprias obras de seus pares que, muitas vezes, circulavam apenas entre si, como apontou Federico Palomo (2016) sobre o conhecimento manuscrito da cronística franciscana portuguesa do período. Ainda que os manuscritos tenham tido um grande valor para a Ordem dos capuchinhos, na França e sobretudo para os participantes da empresa colonial francesa estudada, a publicação da relação da missão capuchinha, escrita por d'Abbeville, foi essencial como prova e legitimação da posse e da ocupação francesa no território do Maranhão e adjacências (GESTEIRA, 2012) e como incentivo para que novos fidalgos e possíveis colonos fossem para a França Equinocial e lá se instalassem.

Em paralelo, Yves D'Évreux era um religioso bastante aplicado à teologia e conhecido, entre os conventos da França, por isso. A educação que d'Évreux recebeu incluía o latim, o grego e o hebraico, e por esse motivo, desde cedo adquiriu gosto literário. Em 1559, quando tinha em torno de 18 anos, d'Évreux fez seu noviciado no convento de Rouen. Após ter tomado o hábito, pregou pela maioria das cidades da Normandia. É possível que nesse período da sua vida d'Évreux tenha tido contato com François de Bourdemare, sobretudo nos seus estudos e nas funções que ocupou enquanto permanecia em Rouen (DENIS, 1864). Em 1598, tornou-se professo e passou a atuar como Presidente da Residência de Auxerre. Passado alguns anos, tendo recebido o título de pregador, o qual era cedido apenas à uma elite religiosa, Yves d'Évreux tomou o posto de guardião do convento de Monforte 1611, às vésperas de se tornar o superior dos capuchinhos na empresa colonial francesa estabelecida no Maranhão. Nos primeiros anos do século XVII, o capuchinho transferiu-se para o convento dos capuchinhos da Saint-Honoré em Paris, de onde partiu, ainda em 1611, para a missão francesa no norte do Brasil. Não se sabe ao certo para qual convento d'Évreux retornou quando voltou dessa missão. Acredita-se, entretanto, que ele possa ter retornado ao seu antigo convento de Paris (DENIS, 1864; DAHER, 2007).

Como fruto da empresa colonial empreendida no Maranhão e terras próximas, seus registros sobre o Maranhão configuram dois importantes documentos do período para as reflexões sobre a região equinocial, sua disputa entre as monarquias européias e sua posse, além da importância dos animais para a aprendizagem e o conhecimento do

território, importante espaço colonial, político e comercial.

1.2 Poderes centrais e locais.

Apesar da grande importância das empresas coloniais acima discutidas para o avanço e o estabelecimento do império marítimo francês, muitas vezes, elas atenuavam a fragilidade do poder real francês. Os reinados de Henrique III e Henrique IV, por exemplo, foram marcados por essa falta de autonomia do Estado monárquico, que se sentia afunilado pelos reinos vizinhos, os quais avançavam nos domínios da Europa e do Novo Mundo. Desde o início do século XVI, no governo de Francisco I, a atividade de exploração e comércio marítimo foi posta em prática pelos franceses, com os vários projetos de navegação e colonização das terras da América do Novo Mundo¹⁷. O interesse na pesca em alto mar, na extração de óleo de baleia e na troca de peles de castor com os nativos, especialmente da América do Norte, foram importantes conexões estabelecidas para que outras empresas coloniais futuras pudessem ser empreendidas. Apesar da intensa atividade comercial desenvolvida pelos franceses nessa época, propiciada sobretudo pelo restabelecimento das trocas ativas em seus inúmeros e importantes portos, a ocupação de territórios no Novo Mundo ainda era bastante ínfima, muito provavelmente por conta do despreparo da marinha, em termos de armamento, e até mesmo pelo desfavorecimento geográfico francês frente às outras monarquias europeias, que tinham maior facilidade de dominação Atlântica¹⁸. Além disso, nem sempre os monarcas se dispunham a ceder patentes para as empresas coloniais que buscavam explorar as terras “novas” do hemisfério sul. Ainda assim, era preciso conhecer os mares para a manutenção da prática mercantil francesa.

Os portos eram fundamentais nesse processo de conquista do mar Atlântico – conhecido na época como Mar do Sul (GÓMARA, 2011 [1552]) –, pois através deles as mercadorias, pessoas, ideias e conhecimentos sobre o Novo Mundo Ocidental circulavam e se conformavam (TAVARES, 2014). O porto de Honfleur, por exemplo, ainda no início do século XVI, era um importante ponto de partida e chegada de produtos. Esses portos, inclusive, eram locais de passagem de portugueses para a atividade de trocas com portos

¹⁷ Veja mais sobre em: TAVARES, Luís Fabiano de Freitas. *O Novo Mundo Na França: discursos e poderes (c. 1530- c. 1630)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

¹⁸ Sobre a atividade naval francesa e sua posição frente às outras monarquias que estavam disputando a conquista das terras do Atlântico, veja mais em: BRAUDEL, Fernand. *L'identité de la France*. Paris, Arthaud-Flammarion, 1986.

da Inglaterra, pois ficavam situados perto do canal da Mancha, como é o caso do porto mencionado e outros, como o principal na época, que era o de Dieppe (PERRONES-MOISÉS, 1992). Nas cidades portuárias desse período, a burguesia tinha ganhado muita força econômica, especialmente pela atividade mercantil, o que, de certa forma, alimentava os poderes locais franceses.

Ainda que a monarquia francesa do Antigo Regime seja conhecida popularmente pelo seu caráter centralizador e absolutista, havia muitos monarcas que, até meados do século XVII, disputavam a força de seus poderes com a burguesia enriquecida pela atividade mercantil e com os políticos de cidades menores da França. Em meados do século XV, o Reino processava os danos causados pelas guerras de cem anos que havia travado com a Inglaterra. A Normandia, por exemplo, local que fazia ligação entre o território francês e o inglês, estava em disputa. O rei que sucedeu após essas batalhas, Carlos VII (1422-1461), reestruturou as finanças francesas e buscou reforçar a marinha de guerra do reino. Estes, por sua vez, ficaram encarregados de expulsar da França os ingleses que permaneceram no local. O monarca que governou a França em seguida, Luís XI (1461-1483) não conseguiu manter equilíbrio favorável à monarquia francesa, estabelecendo-se em guerras civis que combatiam o poder dos senhores feudais.

Somando-se ao enriquecimento das famílias de comerciantes, especialmente localizadas nas cidades portuárias, o cenário religioso no Antigo Regime, em particular, nos séculos XVI e XVII, interferiu nas políticas internas e externas do reino. As empresas coloniais francesas e normandas também foram afetadas pela disputa entre protestantes e católicos que marcaram essa época (TAVARES, 2014). Os missionários e religiosos, enviados nesses empreendimentos ultramarinos, passavam, então, a ocupar, ainda mais o centro do debate sobre conquista, conversão e construção de um império marítimo tão importantes para esse período na Europa.

Acredita-se, de todo modo, que o governo e a centralidade da França passaram a se fortalecer apenas com a atividade absolutista de Luís XIV (PALAZZO-ALMEIDA, 2010). Luís Fabiano de Freitas Tavares (2014) demonstrou, em sua tese de doutorado, como o discurso colonial francês não partia do poder centralizado, como acontecia com as monarquias ibéricas, por exemplo, mas sim de poderes periféricos, engajados com vários empreendimentos marítimos que visavam a exploração das terras do Novo Mundo. Com isso, a atividade de navegação¹⁹ e do apoio cada vez mais firme da monarquia

¹⁹ O retorno às práticas de navegação no início do século XVII foi intenso. As empresas coloniais marítimas que partiam da França buscavam formar um império atlântico assim como faziam outras potências da

francesa era cobrado por esses poderes periféricos que advinham da fidalguia, de alguns membros da nobreza, das famílias de comerciantes e militares e de armadores que habitavam na França (TAVARES, 2014). Como o autor constatou, a atividade mercantil ultramarina e as navegações de exploração territorial formavam parte dos aspectos essenciais da política externa francesa, que na maioria das vezes não partia do poder monárquico francês. A filiação a outros territórios e monarquias era importante para a ampliação dos domínios da França, atitude que era constantemente cobrada pelos atores envolvidos nas empresas coloniais francesas desse momento. O desejo de ampliação dos domínios franceses refletia as apostas desses projetos coloniais nas regiões localizadas no Atlântico (TAVARES, 2014).

1.3 Maria de Médici e os franceses no Maranhão.

No momento em que a colônia francesa foi fundada no Maranhão, a França estava sendo regida por Maria de Médici (1610-1617). A Regente era mãe de Luís XIII (1617-1643), que passaria a governar apenas em 1617 através de um golpe de majestade. Médici advinha da família dos Médici, que, neste momento, governavam a República de Florença. Alguns anos antes, em 1533, Catarina de Médici, uma outra nobre que fazia parte da mesma família real italiana, havia se casado com Henrique II, passando a ocupar o lugar de Regente de seu filho, Carlos IX, que tinha apenas 10 anos, após o falecimento de seu cônjuge.

Assim como Maria de Médici e Catarina de Médici, Francisco I (1515-1547) atribuía muito valor às artes e às letras. Inclusive, ele é considerado um dos fundadores do Renascimento francês. Durante seu reinado, trouxe artistas e letrados florentinos para a França para trabalharem com ele, como o próprio Leonardo Da Vinci. Apesar da ligação forte, especialmente no campo das artes e das letras, existente entre os reinados franceses desse período com o Império Romano-Germânico, a França protagonizou as chamadas guerras italianas²⁰ que perduraram por anos, fazendo com que alguns conflitos duradouros fossem instituídos entre essas duas potências. Essas disputas se iniciaram pela tentativa de tomada da corte de Nápoles pelos franceses em 1494. Entretanto, muitos outros reinos

Europa, como as ibéricas. Logo, havia uma nova valorização das antigas navegações de exploração feitas por franceses, como aquelas armadas por Jean Ango.

²⁰ As guerras italianas foram conflitos travados entre o Sacro Império Romano-Germânico e outros reinos como a França, a Espanha, o Império Otomano e o Inglês. Sobre esses conflitos, veja mais em: SURAYA Faroqui. *The Ottoman Empire and the World Around It*. Londres: The Library of Ottoman Studies 7, 2004.

foram envolvidos nesses embates, como a Espanha, o Império Otomano e a Inglaterra. Francisco I, acompanhou os passos dos reinados franceses anteriores, fazendo, assim, parte de outras contínuas batalhas que envolveram o Sacro Império Romano-Germânico no início do século XVI. Dessa maneira, sua atuação como governante fez com que a França ganhasse notoriedade nas cortes italianas.

Alguns anos mais tarde, na época em que a França Equinocial foi estabelecida, havia muitos italianos e descendentes de italianos vivendo em Paris e movimentando a produção de conhecimento e o comércio nos grandes centros do reino. Antes mesmo, no século XVI, sua presença era massiva em Paris e em outras cidades da França, como Lyon. Acredita-se que em 1580, 40% ou 50% dos imigrantes presentes na cidade de Paris eram de origem italiana. O momento de maior número da presença dos italianos na França aconteceu durante o reinado de Henrique II, casado com Catarina de Médici (DUBOST, 1997). Esse auto fluxo de imigrantes italianos alimentava desavenças duradouras entre eles e os franceses, sobretudo por conta da naturalização de muitos que passaram a viver em Paris e em outros centros comerciais. Os franceses alegavam que os impostos taxados sobre os produtos comercializados e produzidos pelos italianos eram muito altos, e que, por isso, estariam diminuindo a riqueza da nobreza francesa (DUBOST, 1997). Essa situação também agravava a centralização do poder do Estado monárquico francês, cada vez mais fragilizado. Apesar desse sentimento de rivalidade que passava a existir, a França havia atravessado momentos de grande confluência com a Itália, especialmente durante as regências de Catarina de Médici e Maria de Médici.

Após o assassinato de seu marido Henrique IV, Maria de Médici assume a regência da França em 1610 (TAVARES, 2014). Com o passar dos anos, a regente adotou um posicionamento católico mais rigoroso frente às disputas religiosas da época. Dois personagens essenciais que influenciaram nas suas decisões regenciais foram o florentino Concino Concini e sua esposa, Leonora Galigai, então dama de companhia da regente francesa. O fortalecimento dessa nova aliança alimentava um sentimento de desacordo nos antigos conselheiros do falecido rei, que buscavam alianças com a nova governante. Em 1614, os *États Généraux* causaram ainda mais conflitos por conta da falta de conclusões acerca de pautas e problemas importantes na França, como a implementação das diretrizes do Concílio de Trento,²¹ que buscava assegurar a unidade da fé católica na Europa, ou a diminuição das pensões que anteriormente eram mantidas pela coroa

²¹ Décimo nono concílio ecumênico da igreja católica para a garantia da unicidade da fé católica apostólica romana.

francesa. Por conta disso, em 1616, uma revolta por parte da nobreza foi instaurada, tendo como seus líderes os príncipes Condé e Soissons, que não concordavam com a centralização das decisões monárquicas nas mãos da regente. Mais tarde, essa mesma revolta influenciou o filho de Maria de Médici, Luís XIII, a dar um golpe de majestade tomando o poder monárquico e exilando sua mãe da França.

Assim como evidenciou Luís Fabiano de Freitas Tavares (2014), pode-se traçar paralelos entre essas disputas políticas que aconteciam no seio da corte francesa com os empreendimentos coloniais da França Equinocial e da Nova França na América do Norte. As ligações estabelecidas entre a regente Maria de Médici e os capuchinhos designados para a evangelização dos nativos no Maranhão é um indício do contato possivelmente mais aliado que havia entre eles. Em contrapartida, os jesuítas que foram enviados ao Canadá, nesse mesmo período, eram considerados protegidos da marquesa de Guercheville, dama de honra da regente. Por conta disso, acredita-se que a colônia do Maranhão agradava mais a regente francesa²² que aquela estabelecida no Canadá. Apesar das divergências pessoais em relação aos grupos religiosos designados à catequização indígena em cada uma dessas colônias, é evidente que o poder monárquico, que estava aliado aos interesses da regente, como é o caso da marquesa que patrocinou a ida de alguns jesuítas ao Canadá pela sua preferência aos inácianos, buscava atenuar a aliança com a religião católica. Isso fica claro quando analisamos o discurso providencialista dos missionários enviados para ambas as colônias, os quais buscavam com a conversão das almas dos nativos combater o paganismo e fortalecer a luta da Reforma católica na França.

Os capuchinhos que estiveram no Maranhão reforçaram a importância da catequização dos povos indígenas, especialmente os Tupinambá que habitavam esse território do Maranhão, ao longo de seus registros, buscando reforçar o papel e a autoridade moral da sua natureza. Dessa maneira, a compreensão dos seus elementos, como as plantas, os frutos e os animais fazia parte desse processo de evangelização da região e de seus habitantes. Nesse sentido, o conhecimento sobre o território e seus elementos pode ser considerado um conhecimento colonial e etnográfico, que baseava-se em autoridades teológicas na conversão do povo Tupinambá e na explicação de suas

²² A conversão de alguns huguenotes feita pelo grupo de capuchinhos menores que atuava na França pode também ter atenuado a importância desse grupo de religiosos para na empreitada da França Equinocial. Ver mais em: DAHER, Andrea. *O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

qualidades naturais. Por isso que, em diversos trechos das descrições dos animais do Maranhão e adjacências, os missionários citavam alguns teólogos e Senhores da Igreja que já tinham estudado alguns animais e tecido comentários sobre suas causas e suas naturezas. Este é o caso, por exemplo, de quando Yves d'Évreux citou Santo Isidoro para exemplificar as diferenças entre os crocodilos do Nilo descritos pelo Santo e os jacarés do Maranhão (D'ÉVREUX, 1864 [1615]). Assim como os capuchinhos que foram destinados ao Maranhão para catequizar os indígenas, os jesuítas que estiveram no Canadá buscavam se posicionar frente às heresias protestantes e tentavam ganhar destaque na luta travada pela Reforma. Ainda que os dois empreendimentos, do ponto de vista religioso, tivessem objetivos em comum, as desavenças pessoais e políticas entre os religiosos e os membros das empresas coloniais, envolvidas com os empreendimentos marítimos franceses, acabavam diminuindo a importância da atuação das outras colônias em seus registros. Isso acontecia, pois apesar das colônias do Canadá e do Maranhão terem sido implementadas no mesmo período, os relatos e cartas feitas a respeito de uma delas não citavam a existência da outra e vice-versa (TAVARES, 2014).

Ainda assim, não obstante da postura de alguns membros dessas empresas coloniais em relação aos seus posicionamentos religiosos e pessoais, havia outros personagens, como La Ravardière, que não hesitavam em negociar com os grupos de interesse distintos, inclusive entre os poderes nobiliárquicos. Não é à toa que, depois da batalha de Guaxenduba, ele passou longos anos preso na Torre de Belém sem que algum esforço significativo fosse feito para tirá-lo da prisão. Mesmo assim, em 1624, depois que as disputas territoriais entre franceses e portugueses pelo domínio do Maranhão e regiões próximas passaram, Luís XIII apoiou uma nova viagem de exploração à Amazônia²³, empreendida por Ravardière, para que lá fosse erguida uma nova França Equinocial na região das Guianas.

Analisando os embates políticos que se concatenavam com o impulso francês pela navegação ao Novo Mundo nos séculos XVI e XVII, influenciados pelo contato prévio existente com alguns dos habitantes das terras do Atlântico, é possível perceber que os problemas relativos às guerras de religião acabaram adentrando as decisões geopolíticas e comerciais do reino. Essas divergências entre as visões protestantes e católicas dos empreendimentos de ocupação do Novo Mundo e das políticas internas da França acabavam, inclusive, tecendo diferentes descrições sobre a natureza e a cultura desses

²³ Assim como La Ravardière, Isaac de Rasilly também tinha intenção de retornar à região amazônica, sobretudo ao Maranhão para restabelecer uma colônia francesa.

locais em conquista que configuravam disputas pelo conhecimento sobre tais temas. Isso fica bastante evidente quando voltamos ao embate entre André Thevet e Jean de Léry, que embora se acusassem mutuamente acerca das informações inseridas em suas respectivas obras, acabaram influenciando um ao outro e tornaram-se referências a outros missionários que, muitas vezes, seguiam posições opostas à deles²⁴.

Os séculos XVI e XVII para a política da França foram definitivos, pois eles abarcaram todo um período de lutas e conflitos para o estabelecimento das monarquias com governantes sólidos, buscando anexar territórios ao seu domínio. Essa postura é enfatizada no século XVII com as tendências absolutistas da França (GUIUMBELLI, 2001). Ao longo desse processo, os conflitos causados pelas Guerras de Religião, passam a fazer parte das ações políticas, as quais alimentam as intrigas internas que estavam ocorrendo na França. Sendo assim, essas batalhas religiosas tornam-se um tema incontornável para a compreensão dos motivos espirituais, políticos e culturais das disputas nas colônias e na metrópole francesa. No próximo tópico, trataremos da trajetória dos conflitos causados pelas chamadas Guerras de Religião na França, dando maior atenção à atuação da Ordem dos Capuchinhos nessa batalha pelo domínio da fé.

1.4 Reformas e conflitos religiosos na França renascentista.

As mudanças causadas pelas reformas protestantes afetaram as monarquias europeias como um todo. No entanto, na França, os conflitos causados por essas alterações dos hábitos religiosos tiveram consequências graves e perduraram por longos anos. Apesar das divergências atenuadas entre os grupos de protestantes e católicos franceses desse período, as disputas chamadas de ‘guerras de religião’ não tiveram como seu motor único o conflito instaurado na arena religiosa. Como vimos no tópico anterior, as desavenças internas da nobreza francesa e as disputas pelo poder e pelas decisões do Estado francês alimentavam os confrontos entre esses grupos que aderiram às posturas devocionais discordantes.

Um dos maiores desafios que a França encontrou no desenvolvimento do protestantismo foi a força que ele passou a ganhar em algumas de suas regiões. Os huguenotes, assim chamados os reformados calvinistas que viviam na França, ganharam adesão sobretudo na região Sul do seu território. Essa frente de reformados acabou, inclusive, convertendo alguns membros da nobreza francesa. Ao mesmo tempo que as

²⁴ Um desses exemplos é a semelhança dos discursos de d’Abbeville e d’Évreux com algumas passagens do relato feito por Jean de Léry.

igrejas reformadas se espalhavam pelo interior da França, as missões católicas empenhadas com a retomada dos antigos fiéis eram cada vez mais constantes entre as cidades francesas e nos seus domínios ultramarinos. A possibilidade da coexistência de membros da corte francesa que fossem católicos e protestantes acabou descentralizando a força e as decisões do Estado monárquico.

Durante a primeira metade do século XVI, o movimento crescente de conversão ao protestantismo na França e em outras regiões da Europa causou um grande impacto na produção de textos de teor religioso. Na França, foi nesse primeiro momento que os reformados sofreram com as investidas do Estado monárquico e autoritário francês, que atuou intensamente combatendo as práticas consideradas hereges das confissões protestantes. A partir da década de 1560, especialmente no período entre 1561 e 1598, havia um esforço em fazer com que a fé das duas religiões coexistissem. Como tentativa de pôr fim oficialmente à primeira fase das chamadas Guerras de Religião, o Editto de Amboise (1563), assinado por Catarina de Médici, mãe do rei Carlos IX, buscava estabelecer uma convivência pacífica entre as duas religiões.²⁵

A partir de então, os huguenotes começaram a ocupar mais cidades da França e eleger-se em cargos políticos locais, como nas câmaras municipais. Havia uma mobilização que envolvia a corte francesa e outros atores, como os juristas, prefeitos, e, de forma geral, os poderes locais de cidades francesas e normandas, como Orange e Nyon. Essa dinâmica que envolvia a participação ativa dos políticos de cidades menores, tanto nas atividades religiosas, quanto econômicas, expressa a complexidade das relações entre esses poderes, particularmente das câmaras municipais das cidades francesas, a corte francesa e as decisões da monarquia e a tentativa de coexistência religiosa de forma firme e concreta (CHRISTIN, 2014). O que se tornou evidente é que a vivência pacífica entre as duas religiões não aconteceu de fato. O único acordo que realmente conseguiu estabelecer um período de pacificação entre católicos e calvinistas se deu apenas nos últimos anos do século XVI.

Francisco I e Henrique II, que governaram a França entre 1515 e 1559, como de costume, protegiam a Igreja católica e seus membros. Muito embora, as ações políticas

²⁵ Nesse mesmo período, várias outras potências europeias passaram a adotar uma atitude pacífica em relação à existência das duas práticas religiosas, como o Sacro Império Romano com a adoção da Paz de Augsburg em 1555, ou a Paz de Cappel nos Cantões Suíços em 1531. Veja mais em: CHRISTIN, Olivier. “O desfecho das guerras de religião: a autonomização da razão política na metade do século XVI.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 14, 2014, p. 139-165.

de ambos eram destinadas às suas vontades pessoais, passando por cima, inclusive, dos bispos, clérigos e outros católicos para estabelecer o poder real centralizado em sua figura. Com isso, os reis não hesitavam em firmar acordos com outras potências que tinham representantes protestantes quando lhes convinha, como fez Francisco I com as alianças entre França e Sultão. (KNECHT, 1984). Apesar da flexibilidade parcial que esses reis possuíam em relação à fé reformada, os protestos de calvinistas tinham se iniciado entre o governo dos dois monarcas na França. Após sua morte, Henrique II ascende ao poder carregando a característica autoritária de seu pai. Como monarca, perseguiu os calvinistas criando uma câmara exclusiva que atuaria no combate aos reformados. Entretanto, entre os membros da corte francesa dessa época, havia aqueles que seguiam os atos políticos do Rei e eram intolerantes com os huguenotes, mas também havia alguns que não tinham posições contrárias à fé reformada por eles praticada.

Por conta das divergências internas entre a corte em relação ao protestantismo crescente na França, a resistência dos calvinistas fez com que outros governantes sucessores buscassem, a longo prazo, uma política de convivência entre as práticas devocionais distintas. Nesse processo de alargamento das alianças da nobreza francesa, Catarina de Médici e seu filho Carlos IX (1560-1574) firmaram novos laços com a rainha reformada de Navarra, com o Império Otomano²⁶ e com o Império Germânico. Apesar dessa atitude tolerante em relação às práticas dos huguenotes franceses, Catarina de Médici muda sua postura frente à religião reformada quando em 1567 o então rei, seu filho, sofre um golpe arquitetado pelos grupos de protestantes residentes na França. O golpe faz com que a corte francesa mude-se às pressas para Paris. A partir de então, Médici adotou uma postura punitiva contra os huguenotes e repreendeu os exercícios de sua fé (FRIEDA, 2005). Os huguenotes, por sua vez, migraram para La Rochelle, unindo-se à Henrique de Bourbon e sua mãe para ganhar força e proteção política.

A disputa entre católicos e protestantes, então, não havia cessado. Nem mesmo a paz entre as duas religiões havia existido nesse período. Desde as primeiras decisões tomadas por Catarina de Médici em relação ao convívio com as devoções católicas e protestantes, alguns grupos de católicos começaram a se organizar entre si para proteger a sua religião. Esse movimento torna-se mais evidente nas cidades menores, onde os

²⁶ Carlos IX e sua mãe, Catarina de Médici tinham o intuito de estabelecer os luteranos e huguenotes franceses e germânicos na Moldávia, localizada no Leste europeu. Para tanto propuseram uma aliança com a corte do sultão para que nesse território fimassem uma colônia militar comandada pelos otomanos para frear o crescimento imperial da casa dos Habsburgos. Veja mais em: SURAIYA, Faroqhi. *The Ottoman Empire and the World Around It*. Londres: I. B. Tauris, 2006.

grupos disputavam por maior influência política e por mais espaço para a prática da sua fé. Os grupos de católicos que se organizaram contra a coexistência do catolicismo e protestantismo passaram a ter como líder Henrique I de Guise, um dos antigos pretendentes de Margarida, filha mais nova de Catarina de Médici que acabou se casando com Henrique II da França, o qual era huguenote. Guise pretendia colocar seu tio, Carlos de Bourbon, no lugar do pretendente de Margarida. Com esse intuito, angariou aliados católicos pela Europa, firmou o tratado de Joinville com a Espanha e começou a se organizar para o combate aos protestantes na França (PETTEGREE, 2002). Essas motivações que se formavam no cerne das disputas políticas e religiosas da França, depois de alguns anos, passam a ser um problema ainda maior pela Europa, fazendo com que os conflitos entre protestantes e católicos piorassem.

Consequentemente à aliança de católicos franceses que se formava e aos acontecimentos políticos envolvendo a adesão mais branda da prática da fé reformada pelos membros da corte francesa, a década de 70 deste século foi marcada por um dos mais sangrentos episódios relativos às guerras de religião, o qual perdura até hoje no imaginário francês. Ele ficou conhecido como o Massacre do dia de São Bartolomeu (1572).

Dois anos antes, Catarina de Médici estava arranjando o casamento de uma de suas filhas mais novas, Margarida. Ela e Joana d'Albret acabam firmando essa união que aconteceu em 1572, com a condição de que Henrique III permanecesse huguenote. Três dias depois, o então Massacre que marcou a história da França teria seu início. Ao longo dos dias de comemoração do casamento entre Margarida e Henrique III, o almirante Gaspar II de Colligny foi atingido por um tiro no Louvre. Apesar da tentativa de assassinato feita contra o membro do partido protestante, aliado até então aos Bourbons, Colligny teria sobrevivido, com alguns ferimentos. Em agosto do mesmo ano, um grupo de católicos planejou um outro atentado contra Colligny, o qual acabou assassinando o líder reformado.

Nessa mesma noite, conhecida por ser a data de comemoração do dia de São Bartolomeu, muitos outros assassinatos de líderes huguenotes aconteceram em Paris. Apesar do então rei Henrique III ter tentado amenizar as implicações desses primeiros ataques parisienses, diversos outros foram cometidos durante os meses de agosto a outubro de 1572 por algumas cidades francesas, como Toulouse, Rouen e Orleães (HOLT, 2012).

Nesse processo, alguns huguenotes letrados passaram a produzir obras que

refletiam sua posição contrária ao absolutismo monarca francês, como foi o caso de François Hotman com seu trabalho *Franco-Gallia* (1573) e Phillipe du Plessis-Mornay e Hubert Languet com a obra *Vindiciae contra tyrannos* (1579). A monarquia francesa, no entanto, não tinha meios para manter o reino equilibrado frente aos ataques que se sucediam, os quais, inclusive, valiam-se de exércitos mais eficazes que os seus próprios. Essas guerras se alastraram de tal forma que, outras potências europeias passaram a adotar um lugar nessas disputas. A Espanha, por exemplo, estava planejando invadir a Inglaterra e, para isso, junto à liga dos católicos, dominou a região norte da França para que fosse mais fácil o acesso ao seu território.

Como se pode observar, diferentemente do restante da Europa, esse cenário instaurado pela tentativa da coexistência entre a fé católica e protestante fez com que a França se destacasse pelo seu projeto monárquico que permitia essa condição. (BAUBÉROT, 1993; POULAT, 1987; WANEGFFELEN, 1998; GIUMBELLI, 2000). No entanto, as desavenças religiosas, passaram a fazer cada vez mais parte das oposições políticas da monarquia. Como foi citado acima, alguns membros da nobreza francesa foram convertidos ao protestantismo e se consideravam huguenotes²⁷. Ademais, os católicos e os protestantes identificavam-se como membros de partidos políticos. Os reformados estavam mais atrelados aos poderes descentralizados e, em geral, fortalecidos pelas potências estrangeiras, e os católicos estavam diretamente ligados ao poder estatal, o qual tinha autonomia para interferir nas decisões da Igreja.

Apenas em 1589, quando a França era governada pelo rei Henrique IV, um acordo efetivo foi assinado, conhecido como Edito de Nantes²⁸, que previa a tolerância religiosa e assegurava liberdade para a prática do culto calvinista, além de outros direitos, como ao letramento formal, semelhante ao católico. (DELUMEAU, 1998). Esse Edito foi um dos mais importantes acordos desse período para a França, pois pôs fim aos mais de 30 anos de perseguições que os calvinistas vinham sofrendo no seu território. O acordo se refletiu na colônia francesa instaurada ao longo da monarquia de Henrique IV na Baía de Guanabara. A rivalidade em relação a coexistência das religiões torna-se evidente ao analisarmos os registros de André Thevet e Jean de Léry sobre a mesma colônia e sobre

²⁷ O termo “huguenote” tinha uma conotação religiosa, mas sobretudo política. Os calvinistas que se designavam huguenotes adotavam atividades políticas relacionadas com interesses específicos franceses. Esse grupo organizava assembleias políticas, angariando autonomia e poder em algumas regiões e cidades, como em Genebra, e ameaçando o poder dos católicos na França.

²⁸ Sobre o Edito de Nantes, veja mais em: DELUMEAU, Jean. “De l’Édit de Nantes à l’œcuménisme.” *Bulletin de la Société de l’Histoire du Protestantisme Français* (1903-2015), vol. 144, 1998, p. 927-939.

a possibilidade de conversão dos nativos da região. De acordo com Thevet, a conversão ao catolicismo deveria ser praticada entre os gentios, já para Léry, os selvagens não deveriam ser convertidos. Esta talvez seja uma das principais diferenças entre a França Antártica – nome pelo qual ficou conhecida essa tentativa de colonização francesa no Rio de Janeiro – e a França Equinocial, empresa colonial que se estabeleceu posteriormente no norte do Brasil. Diferentemente do contexto político e religioso do período em que se instaurou a colônia na Guanabara, o empreendimento de colonização posto em prática no Maranhão e adjacências contava com o apoio financeiro e religioso de fidalgos e nobres católicos, como a própria regente deste momento, Maria de Médici, que autorizou e apoiou a empreitada caso os capuchinhos franceses fossem enviados junto dela como missionários apostólicos para espalhar a fé católica entre os habitantes do Maranhão.

Segundo Vernard (1988), pode-se pensar nos dois grupos religiosos da França a partir de seus sistemas de organização. Nesse caso, o autor entende que os reformados estavam mais atrelados a um poder municipal, fundado nas cidades, e os católicos estariam aliados a um sistema nobiliárquico que tem o dever de protegê-los, baseado em um sistema de hierarquia de estamentos sociais mais estanques. Acreditamos que, junto desses interesses, os desejos de expansão dos domínios territoriais franceses sobre o Novo Mundo reforçaram, para além das disputas já evidenciadas, uma disputa pelo conhecimento da natureza, suas qualidades e suas proximidades e distanciamentos em relação àquela da Europa.

As disputas religiosas que penetraram o cotidiano francês desde o século XVI influenciaram também na produção letrada dessa época. Nos relatos das missões empreendidas na França Antártica e na França Equinocial, muitas vezes nas entrelinhas, aparecem algumas desavenças que permeavam o discurso dos religiosos enviados às colônias. No caso dos capuchinhos que atuaram no Maranhão, sabemos que um dos grandes fatores que impulsionaram a ida desses personagens ao Novo Mundo foi a atividade de conversão dos indígenas à fé católica romana. Fazer desses habitantes novos aliados era importante para a Reforma católica, que, para além de ter sido apenas uma resposta à reforma protestante, foi um movimento de renovação da tônica retórica dos seus religiosos, que passaram a evidenciar cada vez mais a vida de Santos mártires como exemplos heróicos do catolicismo, além de pregar a piedade e a santidade dos religiosos católicos.

Nesse movimento, os capuchinhos tiveram relevância, assim como a Ordem das irmãs ursulinas, que já davam exemplos morais de vida religiosa, especialmente

exaltando a santidade dos católicos e a caridade por eles praticada. Existem autores, como Jean Delumeau (1971), que defendem que a Igreja Católica teria tido dois momentos de renovação no século XVI. Um deles foi o Concílio de Trento (1545-1563), que visava estabelecer a unidade do catolicismo e a disciplina eclesiástica na Europa sobre o contexto da reforma religiosa. Esse concílio, que foi interrompido por motivo de discordância política e religiosa, serviu como uma medida frente a reforma protestante que ganhou a adesão de vários países europeus. Nesse processo, as Ordens religiosas se destacaram. Os jesuítas, por exemplo, chamavam atenção pela atuação do além-mar. Os capuchinhos, recém-estabelecidos, pela vida religiosa, e assim por diante. Nesse sentido, as Ordens salientaram a conversão e a catequese na Europa e no mundo. Nesse movimento de resgate de fiéis, os religiosos católicos ganhavam destaque político e acabavam se aliando às ações da monarquia ou da nobreza local, como foi o caso da relação decisiva dos jesuítas com as atividades coloniais, particularmente de Portugal e da Espanha (BOXER, 1978; ASSUNÇÃO, 2001). Esse foi o caso dos capuchinhos em relação às iniciativas que partiram de alguns monarcas e regentes da França.

Alguns autores se debruçaram sobre o tema das reformas religiosas na Europa na Idade Moderna. Seus trabalhos são importantes para compreendermos a mudança da historiografia acerca do assunto e os vários olhares lançados sobre ele. Lucien Febvre (1983) e Jean Delumeau (1971, 1991), por exemplo, buscaram olhar para as práticas populares das religiões em conflito. Febvre analisou as origens da Reforma na França, considerando de forma mais assídua as intensidades pessoais religiosas vividas na Europa. O historiador francês acredita que o sucesso da reforma na França pode ser relacionado, particularmente, à alta impressão de Bíblias traduzidas em língua vulgar. Com isso, Febvre afirma que, em seu tempo, ela deveria ser estudada como uma consequência da crise moral e espiritual que a Europa passava nesse momento (MONTEIRO, 2007). Delumeau e Febvre vão se destacar perante os trabalhos produzidos em sua época, pois seus estudos estavam interessados no comportamento popular e formal dos religiosos franceses. Delumeau (1991) demonstrou que, no início do século XVI, havia uma incidência muito profunda das práticas do catolicismo entre as camadas populares, que, invariavelmente, não tinham sua fé tão impactada pelas disputas políticas relativas aos confrontos religiosos que aconteciam no reino, mas que acabam incidindo mais na vida das elites francesas. O historiador relaciona o amedrontamento da população europeia, causado pela peste, pela fome e pelas guerras desse momento, com o aumento da adesão às superstições, que eram duramente criticadas pelos reformados, que

acusavam essas práticas e outras atividades católicas como formas de idolatria.

Há outros historiadores que também escreveram sobre o tema das reformas a partir de diferentes pontos de vista. De acordo com Rodrigo Bentes Monteiro (2007), John Bossy (1985) lançou mão da ideia de uma reforma silenciosa que era feita pelos clérigos, os quais ordenavam as práticas de casamento, do batizado seguido do ato de nascimento e da atividade de confissão constante. Esses exercícios, ligados a lógica religiosa, reforçavam, segundo o autor, silenciosamente a reforma católica. Antes dessa ideia ter sido exposta, como aponta Monteiro, Hubert Jedin, famoso por sua *História da Igreja*, dividida em 10 volumes e publicada em 1975, havia criado o próprio conceito de *reforma católica*. O historiador alemão, entretanto, seguindo as demandas de sua época, estudou as reformas a partir das suas instituições.

Os estudos que visavam analisar os processos históricos das Igrejas, através das instituições e de seus documentos oficiais, passaram a ser criticados pelos trabalhos culturais, influenciados sobretudo pelos Annales (MONTEIRO, 2007). Estes, por sua vez, estavam mais preocupados em analisar os aspectos populares desses processos. Dessa maneira, eles buscavam compreendê-los a partir das mentalidades da época, das práticas cotidianas e dos indivíduos comuns. Nesse contexto, a história da leitura e do livro auxiliaram muito a historiografia, pois através delas foi possível perceber a maior, ou menor, incidência de impressos em certas regiões, as formas de leitura, os títulos que mais circulavam, ou que eram reimpressos. Existem trabalhos mais atuais que retornam ao tema da reforma católica para analisar outros de seus aspectos, como as pesquisas de Federico Palomo²⁹, que vem se debruçando, particularmente, sobre o catolicismo em Portugal e seu caráter “moderno” (MONTEIRO, 2007).

Os capuchinhos ganharam força política e religiosa na França ao longo do extenso processo de disputas religiosas. Desde quando passaram a instituir conventos e igrejas pelas cidades francesas, esses religiosos ficaram conhecidos pela atuação veemente como

²⁹ Federico Palomo se debruça acerca do tema da religião e da Ordem franciscana. Veja: PALOMO, Federico. *A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006; PALOMO, Federico. *La memoria del mundo: clero, erudición y cultura escrita en el mundo ibérico (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Universidad Complutense, Servicio de Publicaciones, 2014; PALOMO, Federico. “Ascetic tropics: Franciscans, missionary knowledge and visions of Empire in the Portuguese Atlantic at the turn of the eighteenth century”. *Culture & History Digital Journal*, v.5, n. 2, p. 1-14, 2016.

missionários. Em grupos, organizavam com frequência missões para outras regiões da França, nas quais buscavam converter a população e se tornarem conhecidos pelo povo. Não foi diferente nas missões do além-mar. Esses religiosos, assim como muitos outros, adotavam as bases das missões estruturadas e empreendidas pelos jesuítas nos oceanos para atuarem como missionários apostólicos pelo mundo. Os Frades capuchinhos, que já eram conhecidos pelas suas missões e, conseqüentemente, pela adesão popular de seu apostolado, angariavam aliados da fidalguia e da nobreza que buscavam estabelecer comércio, ou instituir colônias em outras regiões para além da França (DOMPNIER, 1998).

1.5 Missionários capuchinhos e conversão entre dois mundos.

Os missionários capuchinhos se valiam do passado do criador da Ordem dos franciscanos e de seus discípulos para fortalecer a sua imagem de peregrinos e missionários, capazes de levar a palavra do Evangelho ao mundo todo e a todos os seus habitantes (DOMPNIER, 1998). De forma geral, os capuchinhos se valiam da pregação homilética para levar a verdade católica aos fiéis. Esse tipo de pregação era bastante utilizado pelos cristãos primitivos. Os capuchinhos, por sua vez, seguiam esse modelo a partir de exemplos do Velho e do Novo Testamento para fazer analogias com a vida dos seus fiéis. Esse tipo de pregação servia para aproximá-los dos exemplos bíblicos e da própria Ordem. Assim, a proximidade com as analogias, similitudes e alegorias preencheu boa parte dos escritos feitos pelos Frades, sejam eles sermões, pregações, ou até mesmo os registros de missão e cartas (MAUZAIZE, 1972).

Claude d'Abbeville, no primeiro capítulo da sua relação sobre a missão dos capuchinhos na França Equinocial, inseriu alguns comentários que buscavam intensificar a imagem dos franciscanos e, conseqüentemente, dos capuchinhos, como portadores do verdadeiro dom de espalhar a palavra do Criador:

Abri a história, e aí não encontrareis um canto onde não se tenha pregado o Evangelho há mais de 400 anos, sendo os religiosos de São Francisco os que à custa de suas vidas estream essas missões. Quem foram os primeiros entre os infiéis, desde esse tempo, senão os gloriosos São Bernardo, São Pedro, São Acúrsio, São Adjuto e São Ôton, enviados pelo nosso padre seráfico São Francisco para aí plantar a fé? Eles derramaram seu sangue, e morreram por amor de Nosso Senhor. Não foram São Daniel, São Ângelo, São Samuel e seus companheiros, todos filhos do nosso seráfico Padre, que, ainda na vida dele, foram mandados para anunciar aos sarracenos o Evangelho, tratados cruelmente até a morte, sofrendo todos a coroa de um notável e glorioso martírio? Quem plantou a Cruz nas Índias Orientais senão os filhos

deste glorioso Patriarca? (D'ABBEVILLE, 1614: 15-16).

Os franciscanos, citados por d'Abbeville no trecho acima, serviram de grande inspiração para a própria Ordem que, no ato de sua formação, optaram por adotar hábitos mais próximos dos franciscanos primitivos. Nota-se que o capuchinho utilizou o exemplo do grupo de Frades que, em missão, foram para o Marrocos em 1227, pregar o catolicismo. Sob o comando de São Daniel, um grupo de sete religiosos foi enviado para atuar como missionários numa região onde as autoridades tinham proibido qualquer culto e pregação cristã. Depois de pregarem aos moradores das cidades por onde eles passaram, foram condenados à morte e, algum tempo depois, foram considerados mártires franciscanos pela Igreja Católica.

Espelhar-se, ou comparar-se aos mártires franciscanos que estiveram nas chamadas Índias Orientais, foi uma das formas de fortalecer e alimentar a presença desses capuchinhos na missão da França Equinocial. Há poucas referências feitas pelos missionários que atuaram no Maranhão à prática da fé protestante. O principal foco dos capuchinhos em seus registros, sobretudo acerca do trabalho de conversão dos indígenas, foi mostrar que, muitos dos Tupinambá e dos habitantes das aldeias vizinhas aceitaram a fé católica e passaram a adorar o Criador. Dedicam muitos capítulos descrevendo os hábitos, o comportamento, a alimentação, o cotidiano e os traços etnográficos referentes à vida desses moradores do norte do Brasil, justamente para dar sentido as suas práticas e atividades, como parte do processo de sua conversão. Esses capítulos são importantes indícios de que a experiência direta e *in loco* dos missionários e a descrição daquilo que eles viviam era fundamental para o trabalho da pregação da fé católica, ligado diretamente às missões, como parte de seu trabalho eclesiástico.

Há, na historiografia mais voltada para os aspectos culturais desses processos históricos, trabalhos que buscam focar no teor teatral dos rituais de conquista e ocupação dos franceses no Novo Mundo, como é o caso da obra de Patricia Seed (1995). A autora demonstrou, entre outras características cerimoniais da chegada europeia ao Novo Mundo, o caráter simbólico dos atos franceses de implantação da fé católica nos territórios que colonizaram. A narrativa dos missionários capuchinhos fez com que o imaginário da conversão desses habitantes do Novo Mundo fosse, de fato, preenchido por elementos teatrais, como as procissões que os religiosos disseram ter acontecido quando chegaram ao Maranhão, ou até mesmo a aceitação pacífica da implantação da Cruz neste local, como registro da chegada francesa no território. Ainda assim, os elementos da

narrativa e dos processos de evangelização da natureza americana e de seus habitantes têm suas características que reforçam o caráter naturalista da atuação capuchinha, não apenas como promotora do catolicismo no Novo Mundo, mas também como investigadores da natureza física e moral dessas terras.

Assim como d'Abbeville e seus irmãos capuchinhos que atuaram no Maranhão, Thevet e outros religiosos que foram enviados para as Américas reforçavam sua atuação como evangelizadores. Entretanto, em sua obra sobre as singularidades da França Antártica e, novamente, em sua *Cosmografia Universal*, o franciscano atacou a religião reformada e o papel que tiveram seus membros no Brasil. Jean de Léry, quando decidiu publicar seu relato da viagem à França Antártica, alguns anos depois dele ter sido feito, também reforçou as batalhas entre os reformados e os católicos que nela estiveram. No prefácio de sua obra, Léry apontou os motivos que o levaram a publicar tal registro *a posteriori*, revelando os conflitos entre ele e o cosmógrafo Thevet. O protestante cita alguns trechos da obra do franciscano que indicam sua insatisfação com a presença dos reformados no Brasil:

Esquecia-me de dizer-vos que pouco antes houvera sedição entre os franceses, provocada pela dissenção e parcialidade de quatro ministros da nova religião, enviados por Calvino para implantar seu sangrento Evangelho, e entre os quais o principal se chama Richier e fora carmelita e Doutor em Paris, anos antes de sua viagem. Esses pregadores gentios, animados apenas pelo desejo de enriquecer e apossar-se do que lhes fosse possível, organizaram associações secretas responsáveis pela morte de alguns dos nossos. Mas, tendo em partes esses conspiradores sido presos e executados e jogados os seus corpos aos peixes, fugiram os outros, entre os quais o dito Richier, que pouco depois, foi ser ministro em La Rochelle, onde imagino que ainda se encontre [...] (THEVET apud LÉRY, 1576: n.p.)

André Thevet havia acusado os ministros huguenotes, enviados à França Antártica, de terem corrompido o trabalho de evangelização feito, até então, pelos católicos no local. Léry, após citar esse trecho da *Cosmografia* do franciscano, destacou outros que revelavam uma batalha discursiva e espiritual sobre os trabalhos empreendidos por católicos e calvinistas na colônia francesa. Léry chegou a escrever que as informações proferidas por Thevet eram mentirosas e distorcidas, inclusive no sentido cosmográfico, pois reforçava que não teria o reformado encontrado com o franciscano em solo americano, enquanto o cosmógrafo real afirmou ter visto e experienciado os danos causados pelos protestantes no território da colônia. Como comentado nos tópicos anteriores, o Edito de Nantes acabou alimentando as desavenças religiosas nesta

experiência colonial, o que se sobressai em relação à França Equinocial. As disputas políticas e religiosas estavam muito entrelaçadas nesse momento, seja na França ou em outros lugares da Europa. Evidentemente, o caso francês carregou diferenciais, sobretudo pelo enfraquecimento da monarquia e dos atos políticos que possibilitaram, ou tentaram garantir, a coexistência das práticas religiosas distintas em seu reino.

A atitude dos missionários católicos propiciada, particularmente, pela reforma, era importante, primeiramente para inserir essas “novas” terras dentro da explicação bíblica sobre a origem do Globo e a dispersão dos seus habitantes, em segundo lugar para ganhar relevância dentro do movimento de reforma católica. Paulo de Assunção (2001), em seu trabalho sobre os primeiros missionários jesuítas que foram enviados à América portuguesa, demonstrou o fundamental papel de conexão entre os dois mundos que esses religiosos fizeram. O discurso sobre a origem espiritual e natural feito pelos jesuítas corroborou para a inclusão das Américas na história do mundo e, sobretudo, na história dos conquistadores ibéricos. No caso dos capuchinhos franceses aqui estudados, apesar da finalidade evangelizadora e missionária, as conexões entre os religiosos e a monarquia eram feitas a partir de Maria de Médici, então regente da França, e outros nobres e políticos de tendência católica. Apesar da sua posição hierárquica, Médici não tinha uma recepção tão agradável de seus atos políticos, nem pela grande parte da corte, nem pela população francesa.

Além dos problemas relativos à fragilidade política da França nesse recorte temporal, como comentado anteriormente, havia também uma grande desavença de alguns membros de certas Ordens, como a de Inácio de Loyola, com parte da corte monárquica, ou até mesmo com a própria regente. Essas discordâncias, que fundamentalmente eram de ordem política, passavam a auxiliar na popularidade dos capuchinhos em território francês e, conseqüentemente, nas colônias que recebiam o apoio mais efetivo da governante.

1.6 Capuchinhos franceses no Maranhão: uma história de retorno às origens franciscanas.

A historiografia existente sobre a atuação dos franciscanos defende, de maneira geral, que sua maior participação colonial foi junto das monarquias espanholas (NAVARRO, 1955; AMORIM, 2005; PALOMO, 2016), sendo ela menor em outros lugares e nas monarquias da Europa renascentista. Ainda assim, suas vertentes começaram a ganhar importância política e cumpriram um fundamental papel, enquanto

decodificadores da natureza do Novo Mundo, para a França na época das suas expansões marítimas e das guerras de religião que marcaram a história dessa potência. Alguns autores da historiografia francesa, em especial, vêm se debruçando sobre o trabalho dos capuchinhos franceses há algum tempo, como é o caso de Jacques le Brun, que estudou, desde pelo menos os anos 1970, entre outros temas, o papel dos capuchinhos nos episódios de conflitos religiosos franceses, ou Bernard Dompnier (1981, 1984), com quem dialogamos ao longo desse capítulo e que, desde os anos 1980, produziu trabalhos importantes sobre as especificidades espirituais, religiosas e eclesiais dos capuchinhos e da tradição franciscana na França. Esses autores contribuíram para a historiografia sobre a religião e a religiosidade francesa entre os séculos do início da modernidade, e podem auxiliar na compreensão das especificidades da atuação capuchinha na França e nos espaços conquistador por ela no Novo Mundo.

Em paralelo, a historiografia brasileira vem se dedicando ao estudo da atuação franciscana nas terras do Brasil e das Américas. Desde as primeiras décadas do século XX, alguns trabalhos, como os de Frei Samuel Tetteroo (1924), Frei Fidelis M. de Priemeiro (1937) e Frei Odolfo Van Der Vat (1943) estudaram a história da presença dos Frades Menores no Brasil (IGLESIAS, 2011). Essas obras contribuíram para a composição de uma primeira literatura de fôlego sobre o trabalho missionário nas regiões brasileiras e vizinhas, além de abrirem algumas discussões sobre as lacunas historiográficas do Brasil acerca dos franciscanos, enquanto importantes produtores de conhecimento e atores históricos que trabalharam largamente pela difusão da conversão ao catolicismo nessas terras.

A partir dos anos 1960 em diante, obras importantes foram produzidas e causaram uma mudança na historiografia sobre o tema, é o caso do trabalho de Maria de Carmo Tavares de Miranda (1969), que analisou de que maneira a atuação desses religiosos pode ter influenciado na formação da personalidade do brasileiro. Outro autor incontornável acerca desta temática é o Frei Venâncio Willeke, que é considerado um autor muito relevante para a própria história da historiografia sobre o tema. Em vários de seus trabalhos, como *Resumo histórico do Convento de Santo Antonio e do santuário do Sr. Santo Cristo de Ipojuca* (1938); *São Francisco das Chagas de Canindé* (1962); *Antologia do Convento da Penha* (1974); *Missões Franciscanas no Brasil 1500-1975* (1974) e *Franciscanos na História do Brasil* (1977), Willeke se dedicou a escrever a história dos franciscanos no Brasil (IGLESIAS, 2011). Distanciando-se dos autores citados acima, Willeke demonstrou uma veia mais crítica em relação aos processos históricos relativos

à Ordem. Segundo ele, muitas vezes, os Frades que tinham escrito sobre a história dos franciscanos, até então, expunham de maneira exacerbada sua subjetividade apologética, em defesa de certos acontecimentos históricos e de uma imagem acrítica sobre os Frades (IGLESIAS, 2011).

Atualmente, alguns autores, como Frei Hugo Fragoso (1994), vêm colaborando fortemente para a produção historiográfica brasileira sobre os franciscanos. Fragoso defende a não existência de uma história única sobre toda a atuação franciscana no Brasil. De acordo com o autor, podemos contar com fragmentos e resquícios dessas histórias, que podem ser mais relacionados à memória da Ordem. Fragoso buscou compreender se era possível reconhecer a existência de uma história franciscana de atuação evangelizadora no Brasil ao longo dos cinco séculos desse empreendimento, apesar de reconhecer a dificuldade dessa investigação. Seu trabalho abriu debates sobre dois temas importantes para os estudos dessa historiografia, sendo eles sobre o conceito de história e sobre o papel da mulher franciscana e sua atuação na Ordem, em especial na educação (ALGRANTII, 1993).

Em se tratando da atuação dos capuchinhos na França, objeto de maior interesse dessa pesquisa, com o passar dos séculos, a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos foi perdendo força política em território francês, especialmente por conta da separação entre igreja e Estado, que se deu de forma mais intensa a partir do século XVIII. Essa segregação afetou as atividades administrativas das igrejas, de uma forma geral, mas também as atividades espirituais, que passaram a ter outro significado.³⁰ Entretanto, quando se fixaram na França, ao longo da primeira década do século XVI, os Frades capuchinhos se espalharam rapidamente pelo seu território, construindo igrejas e conventos em diversas cidades e províncias (DOMPNIER, 1984).

Baseados nas missões jesuíticas e no modelo de missão de Chablais nos Estados de Sabóia (1594-1595), os Frades capuchinhos franceses começaram a aderir a devoção das quarenta horas como parte de seu dispositivo missionário (DOMPNIER, 1981). Ela consiste na oração ao Santíssimo Sacramento, como forma de manter viva a memória das quarenta horas de Cristo no sepulcro. Essa devoção se iniciou na primeira metade do

³⁰ Apesar da imensa importância que a Igreja, especialmente católica, teve nas ações políticas de Estado europeias, com o passar dos séculos, sua influência tornou-se menos ampla. Especialmente depois da Revolução Francesa no século XVIII, que aconteceu num período no qual muitas noções relativas à natureza filosófica do pensamento eclesiástico e teológico já tinham ganhado outros significados, a força de algumas Ordens foi bastante diminuída. Veja mais em: DOMPNIER, Bernard. "Les missions des Capucins et leur empreinte sur la Réforme catholique en France". *Revue d'histoire de l'Église de France*, n.184, 1984, p. 127-147.

século XVI na Itália. A difusão dessa prática de devoção foi feita, especialmente, pelo fundador dessa forma de devoção eucarística, o capuchinho Giuseppe de Ferno.

Depois que foi estabelecida em Roma em 1550, os religiosos empenhados com a Reforma católica, como o caso dos capuchinhos, jesuítas e barnabitas³¹, promoveram essa prática de piedade pela Europa e depois pelo mundo. O intuito dessa oração, nesse momento, era de pedir pela unidade dos cristãos (DOMPNIER, 1981). No fim do século XVI, essa devoção passou a fazer parte dos rituais de festividades católicas, como o Corpus Christi, ou a festa do Pentecoste. Ainda que essa prática tenha se difundido por muitos lugares através de vários religiosos, dentro das missões apostólicas, elas formavam um dos traços importantes da veia missionária capuchinha na França, especialmente entre o final do século XVI e início do século XVII (DOMPNIER, 1981).

Essas missões serviam como forma de conquista, ou reconquista, dos territórios franceses e do além-mar. Nelas, a vida conventual era uma regra. Logo, mesmo fora do ambiente dos conventos, os capuchinhos se comportavam da mesma forma, assim, podiam dar exemplos espirituais e morais aos seus fiéis. Nas missões, mobilizava-se muitos Frades para expandir seus apostolados e espalhar seus membros pelos territórios que estavam sendo evangelizados. No caso da missão empreendida no Maranhão no início do século XVII, os capuchinhos enviados eram poucos e o grupo destinado a ocupar e manter a colônia era muito diverso, inclusive em relação a sua fé religiosa. Nesse sentido, a situação não estava favorável para os capuchinhos viajantes. Ainda assim, é perceptível nas suas obras o uso das orações, das meditações e dos rituais religiosos cotidianos e rotineiros para aproximar os indígenas maranhenses e convertê-los à fé católica. Como prova do desempenho dos missionários, mas também como forma de demonstrar o impacto da presença dos franceses no Maranhão, seis indígenas Tupinambá foram levados à França junto de d'Abbeville, quando este retornou de sua estadia como missionário na colônia. A recepção dos nativos causou surpresas positivas e, talvez, esse seja um dos fatores que podem ter influenciado nas opiniões que minimizaram o fracasso da França Equinocial (DAHER, 2007). Juntamente disso, poucos anos depois os exploradores franceses já estavam se preparando para fundar uma Nova França Equinocial nas Guianas, que faziam fronteira com regiões exploradas pelos franceses, enquanto ainda existia a França Equinocial no Maranhão e terras próximas.

³¹ São chamados de 'barnabitas os clérigos regulares que fazem parte da Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo, fundada em 1530, num contexto de mudanças importantes nas Ordens religiosas, especialmente por conta do Concílio de Trento e por conta dos conflitos entre católicos e protestantes.

Os quatro missionários enviados ao Maranhão conviviam diariamente no convento que habitavam em Paris, antes da viagem às terras do Novo Mundo. O convento dos capuchinhos de Saint-Honoré, de onde eles saíram, apesar de não existir mais³², foi um centro de produção de conhecimento espiritual e intelectual. Em sua biblioteca, inicialmente mantida por doações de benfeitores e membros do Parlamento da França, o acervo de obras baseava-se em escritos sobre espiritualidade especializados nas Escrituras (MAUZAIZE, 1972). Logo, ela era uma biblioteca frequentada, sobretudo, por professores de teologia, pregadores e diretores espirituais. A vida conventual era dividida entre atividades espirituais e práticas. Alguns Frades focaram-se nas orações mentais e nas meditações, enquanto outros usavam o tempo do dia para as práticas mecânicas e intelectuais. No noviciado do convento, estudava-se filosofia e teologia e, quando se terminava o tempo de estudo, o noviço tinha de fazer os votos, dos quais o de pobreza era o mais importante. Nesse mesmo convento, havia uma grande enfermaria onde ficavam os capuchinhos de outras regiões que passavam uma estadia em Paris. Nela, os religiosos enfermos também se tratavam, juntamente de prisioneiros e pessoas doentes da vizinhança. A vida intelectual dos capuchinhos era preenchida pela exegese bíblica, pelo estudo de línguas antigas e orientais e pela aplicação à teologia. Também havia alguns religiosos que se debruçavam sobre as ciências, como a cronologia, a geografia e a astronomia. Esse é o caso de Pe. Jean-Louis d'Amiens e sua famosa obra *Atlas des Temps*, editada em 1638 (MAUZAIZE, 1972). Logo, o cotidiano e a dimensão prática da vida conventual eram muito relevantes para a doutrina dos Frades.

Como pode-se notar, a dedicação dos padres capuchinhos, sobretudo no início da sua instalação na França, no convento de Saint-Honoré, era voltada aos estudos espirituais e filosóficos, buscando atingir um grande público pelo discurso simplificado e acolhedor que praticavam, especialmente através das homilias, que aproximavam os exemplos bíblicos da realidade dos fiéis franceses da época. A prática religiosa desses Frades capuchinhos se uniu à filosofia natural apreendida por eles ao longo de sua trajetória como conventuais, e, em particular, nas missões empreendidas no Novo Mundo, onde as atividades religiosas e as concepções filosóficas em relação à moral, à natureza e ao mundo penetravam-se. Essa junção era a forma pela qual os capuchinhos conheciam a “nova” realidade do Maranhão. Nesse “molde” estruturado pelo suporte espiritual e filosófico, as experiências pessoais, diretas e sensitivas constituíam as maneiras de

³² O convento foi demolido no início do século XIX, quando a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos foi expulsa da França.

acessar as informações que eram descritas, assim como maneira de dar sentido ao comportamento e aos hábitos de sua população, seja ela humana ou animal. Por isso, as referências teológicas, filosóficas e intelectuais desses religiosos eram muito importantes, especialmente aquelas referentes às concepções de experiência, natureza, observação e, no sentido espiritual, crenças, Verdade e espiritualidade.

Nesse sentido, estudar as descrições feitas pelos capuchinhos que participaram da missão no Maranhão, através das atividades espirituais desses religiosos e da filosofia natural, conecta-se com as práticas pessoais de experiência, observação, descrição e contato com esse Novo Mundo. A imitação da vida do Criador da Ordem de São Francisco é um dos fatores que pode evidenciar a importância da peregrinação e da pregação da palavra de Cristo ao mundo todo e a todos, e, nesse sentido, da experiência *in loco*. Da mesma forma, a relação desse Santo com o mundo animal pode ter inspirado as alegorias, descrições e analogias feitas pelos outros religiosos que o seguiam, como é o caso dos capuchinhos aqui estudados.

1.7 A Igreja e os animais.

A história da relação entre religião, discurso evangelizador e o mundo animal é de longa data. Ela está inserida, de forma mais ampla, nas práticas de narrativa, descrição e relação com o “outro”. Em especial, nesse caso, os animais têm relevância distinta à escrita religiosa, pois encontram-se, tanto na concepção de mundo – que se refere especialmente à origem dos animais e dos seres que existem –, quanto na sua explicação (BARATAY, 1989). Nesse sentido, a presença de obras como os bestiários medievais, fábulas, ou até as produções filosóficas antigas sobre tais seres, serviram de exemplos às produções católicas, que tinham assimilado o mundo antigo e medieval, especialmente através dos escolásticos, como São Tomás de Aquino. Posto isso, vale resgatar alguns exemplos da iconografia católica, que utilizava os animais e a relação deles com os Santos como exemplos narrativos.

Os animais de rebanho, como o gado, citando caso análogo, possuem em si um significado objetivo no discurso evangelizador, no qual o uso dos animais servia de exemplos morais a serem seguidos pelos humanos. Essa forma de analogia feita entre a atitude e a vida dos animais e dos humanos era bastante comum entre os cristãos primitivos e, no início do século XVII, voltava a ser recorrente.

A natividade de Jesus é um dos casos em que os animais foram fundamentais como parte da narrativa do futuro de Cristo e dos homens. A ideia de natividade, para os

católicos, tinha relação com o local onde as pessoas – nesse caso os Santos – nasciam, e quem estava junto no momento do nascimento. A narrativa tradicional sobre tal episódio defende a ideia de que Jesus teria ganhado vida em um estábulo, no qual não havia a presença de humanos além de José e Maria. Além disso, seu nascimento teria sido em uma manjedoura, e não em um berço. A imagem que se alimentou da natividade de Cristo é de que ele nasceria humilde e pobre, envolto por animais que, desde o momento em que nasceu, já reconheciam nele um mestre. Acredita-se que esse episódio do nascimento de Jesus seja um dos casos bíblicos mais importantes para o estudo e explicação das relações entre Deus, homens e animais nessa época (BARATAY, 1989).

Com o passar dos séculos, a ideia de que havia, no local onde Jesus nasceu, alguns animais, tinha se espalhado pelos religiosos e se propagado pelas imagens simbólicas, que a partir dessas narrativas, eram criadas. A cena da natividade é representada pelos Evangelhos apócrifos³³, no século VI, incluindo especialmente dois desses animais: o boi e o burro. Na Idade Média, a reprodução da natividade foi alimentada, particularmente, por São Francisco de Assis. Este, por sua vez, teria sido o primeiro religioso a organizar, em Greccio, uma manjedoura real, com animais de verdade – particularmente o burro e o boi –, pois acreditava-se que estes bichos teriam presença obrigatória nessa cena bíblica (BARATAY, 1989).

Ainda que o lugar dos animais para o catolicismo fosse irrefutavelmente importante até as primeiras décadas do século XVII, havia pouca informação no Evangelho sobre seus significados. Essa discussão foi retomada no contexto da Reforma católica acima apresentada, sobretudo na França do século XVII, pois os religiosos passaram a debater novamente o que era considerado canônico, ou não, nas narrativas teológicas e devocionais. Segundo Éric Baratay (2011), no início desse século, 70 % das obras teológicas e devocionais mencionaram os animais na vida dos Santos, ou os utilizavam como exemplos espirituais aos fiéis. O autor também demonstrou que havia, para o estabelecimento de significados dos animais na religião católica, uma relevância ímpar da presença deles na prática religiosa “vívida”. Nesse caso, Baratay usa como exemplo os presépios de Natal, que eram feitos com animais vivos nesse momento, preenchendo o cotidiano popular dos símbolos que esses seres tinham para a religião.

Apesar de terem ocorrido algumas mudanças a respeito da importância e do lugar

³³ São textos canônicos que foram escritos alguns anos depois da morte de Cristo, com um teor mítico sobre a vida dele. Em geral, seus textos estão focados em partes da vida de Santos católicos das quais pouco se fala, ou até mesmo em personagens pouco debatidos nos Evangelhos canônicos.

dos animais no discurso clerical com o passar dos séculos – sobretudo no século XVIII quando havia um silenciamento sobre esse assunto nas obras religiosas –, o interessante aqui é perceber como essa relação era explicada pelos teólogos no início do século XVII, período em que os capuchinhos franceses estiveram na França Equinocial e produziram suas descrições sobre a fauna da breve colônia.

Posto isto, vale ressaltar que o posicionamento, em geral, dos teólogos que se debruçaram sobre este assunto buscava evidenciar que o comportamento dos animais perante Cristo, ou outros Santos católicos, revelava uma atitude moral exemplar, além de também funcionar como um sinal de retorno ao paraíso terrestre (BARATAY, 1989). Por conta disso, acreditava-se que, através dos animais, era possível evocar o futuro dos homens. A mensagem que era transmitida por Deus aos humanos, através das bestas, evidenciava, mais uma vez, que os animais eram o meio pelo qual Deus buscava se comunicar com os seres humanos. (BARATAY, 1989). Dessa forma, o comportamento e os hábitos dos animais se configuraram, no imaginário católico, como qualidades importantes para entender suas utilidades e significados perante a vida humana.

Logo, na narrativa eclesiástica desse momento, os animais eram símbolos, modelos morais e mediadores divinos na terra. Se pensados através dessa perspectiva, os animais do Maranhão e adjacências, que foram descritos pelos missionários da França Equinocial, também funcionaram como portadores de sinais, mensagens divinas que indicavam qualidades daquele território. Acreditamos que esses seres podem ser lidos a partir da ideia de mediadores de conhecimento, justamente por compartilharem significados e auxiliarem os outros seres a se adaptarem e aprenderem sobre o ambiente e as qualidades do Maranhão.

A relação dos franciscanos com os animais é uma tônica carregada desde as hagiografias do criador da mesma Ordem religiosa, e que marca o tipo de narrativa e interação desse grupo de religiosos com os outros seres vivos, especialmente os bichos. De maneira geral, o discurso alimentado, também pelos religiosos do início do século XVII, era reflexo da matriz de pensamento tomista. Da mesma forma, a concepção dos animais e seus usos tinham influência da hierarquização dos seres em escalas. Essa hierarquia teria sido feita pelo Criador como forma de organizar as funções de cada uma das espécies. Logo, as criaturas variavam desde o mais alto nível onde se encontravam os anjos, até o mais baixo, no qual estavam as matérias puras. Entre tais espécies, havia os humanos, os animais, as plantas e assim em diante. Entre as escalas que dividiam os seres vivos, não existiam diferenças radicais. Por exemplo, se as plantas tinham alma

vegetativa, os animais, acima delas nesta escala, possuíam alma vegetativa e sensitiva, e assim seguia-se até os anjos. Os humanos, nesse caso, se diferenciavam dos animais por causa da sua alma racional.

Ainda que estivessem dispostos em escalas hierárquicas, as semelhanças entre esses seres eram muito importantes para a explicação da integração entre eles, especialmente, no discurso franciscano. Nesse caso, a aproximação era feita pelos franciscanos pelas sensibilidades, fraternidade e outros aspectos que, inclusive, humanizavam os animais (ALAKAS; BULGER, 2020), como a capacidade de ‘falar’, ou mesmo ‘saber’ das coisas. A título de exemplo, vale citar um trecho do tratado de Yves d’Évreux para a compreensão de como essa aproximação aparecia nas obras dos capuchinhos franceses aqui estudados. Ao falar de alguns animais pequenos existentes na França Equinocial, descreveu o grilo e, por considerar o animal mais próximo dos humanos que havia nessas terras, o caracteriza desta forma:

Entre os bichinhos caseiros que fazem companhia ao homem no Brasil, os mais numerosos são os grilos, chamados de *Coujou* pelos selvagens. E como é realmente muito caseiro, pude observar com toda a calma e curiosidade as qualidades desse pequeno animal [...] Esse pequeno animal é muito ávido de acasalamento, por isso se multiplica por demais naquela região. Esse bichinho é muito pequeno, mas muito esperto também. Sabe exatamente quais as horas mais adequadas para ir buscar seu alimento, e quais os melhores momentos para cantar [...] Há quatro inimigos que perseguem os grilos incansavelmente. Os primeiros são os lagartos [...] Os segundos são certos macaquinhos amarelos e verdes, chamados de *Sapaious* pelos selvagens, *alegres e espertos como pássaros* [...] Os terceiros são as galinhas, que engolem os grilos com *uma avidez incrível* [...]” (D’ÉVREUX, 1864 [1615], p. 187-188).

Ao escrever que esse animal sabia a hora para buscar alimento, e que era muito esperto, o missionário, de certa forma, humanizou o grilo, além de ter utilizado esse bicho de exemplo moral à própria vida humana. Aqueles animais descritos pelos missionários e exploradores que estiveram por suas terras utilizavam, com frequência, de meios de aproximação para incluir os animais considerados exóticos na narrativa teológica e devocional, e na escala de divisão das criaturas do mundo. Ocorreram mudanças em relação à presença e função dos animais para os teólogos e clérigos, a partir do fim do século XVII em diante, influenciados pela visão cartesiana de mundo, que impactou as ciências, as políticas e as práticas religiosas. Estas passaram a designar aos animais aspectos mais educativos e folclóricos do que centrais na explicação das atitudes do bom

cristão, e dos exemplos morais que estes deveriam seguir. Ainda assim, os animais que povoavam o imaginário bíblico, teológico e devocional, continuaram presentes, em especial, nas atividades religiosas populares, que não deixaram de considerar, ao longo dos séculos, a importância moral e simbólica que eles tinham, seja na iconografia, nas orações, ou na vida dos Santos.

As concepções religiosas sobre o mundo animal e, num sentido geral, natural, preenchiam o imaginário da população europeia sobre o papel deles na espiritualidade católica. No caso dos missionários aqui estudados, fica claro que a atenção dada aos animais do Maranhão é dividida entre as explicações providencialistas e espirituais, e aquelas de cunho mais filosófico, ou natural. Isso se deu, entre outros motivos, pela influência de alguns teólogos medievais na própria formação dos capuchinhos e de outros religiosos. As ideias de Santo Agostinho, que aglutinavam o mundo filosófico grego, a partir de Aristóteles, com as visões cristãs sobre a explicação do mundo, deram origem a uma matriz intelectual medieval que impactou na teologia de São Tomás de Aquino, um dos grandes nomes da escolástica medieval. Esses teólogos contemporâneos a Aquino, acreditavam que era preciso crer para compreender as coisas e, seguindo essa lição que foi dada por Isaías na Sagrada Escritura, entendiam que não era importante apenas crer mas também conhecer o que se estava acreditando e, para isso, explicar as causas das crenças. Desse modo, as explicações religiosas que partiam da formação escolástica tinham o intuito de envolver o conhecimento natural com as artes liberais, como a astronomia, a cosmografia ou a matemática; e o conhecimento teológico, importante para a condução do discurso sobre as explicações do mundo.

Junto desses missionários, que produziram e reproduziram boa parte do letramento medieval, lançando novos questionamentos e descrições, outros personagens também formavam o corpo de conhecimento espiritual e natural que preencheu a vida letrada da França no início do século XVII. Dessa mesma forma, outros atores partiam para as terras em conquista nas viagens de exploração e colonização, junto dos religiosos, em busca de respostas. Estas podiam ser de ordem mercantil, espiritual, astronômica, cosmológica, política entre tantas outras. Esses navegantes desenvolveram novas relações com o mundo e com a natureza, buscando na filosofia e nas outras ciências do período, como a geografia, a astronomia e a matemática, formas de enxergar essas “novas” realidades. Antes de chegar em terra firme, estes atores também passavam alguns meses acumulando experiências, muitas vezes marcantes, em alto-mar. As relações com os ventos, os fluxos de água e os animais marinhos, por exemplo, são temas que aparecem

com frequência nos registros feitos por esses missionários que, na tentativa de narrar o seu cotidiano, também inseriram em sua cronologia a atuação de tantos outros personagens como os marinheiros, os artesãos e o próprio mundo natural.

Esse corpo de atores e produtos de conhecimento natural e espiritual, que foram gerados nesse momento, são importantes para analisarmos o letramento francês, produzido através das faculdades intelectuais e das experiências pessoais, e o seu impacto na forma de se conhecer a natureza do Novo Mundo (LONG, 2002).

1.8 Produção letrada francesa e conhecimento no Renascimento.

Para estudarmos as bases da produção letrada francesa de meados do século XVI e início do século XVII, temos que levar em consideração que as formas de conhecimento e as atividades eruditas desse momento tinham passado por uma fase de redescoberta dos filósofos antigos, tanto gregos, quanto árabes, propiciada pela impressão e tradução de obras inéditas às pessoas da Europa central (GARIN, 1991; SOARES, 1998; AUDUBERT, 1970). O encontro com certos trabalhos que ainda não circulavam nesses locais impactou nas práticas e na visão dos letrados sobre assuntos relativos à natureza e aos animais existentes em outros locais (DASTON; LUNBECK, 2011). Esse movimento de “redescoberta” fez com que o início da época moderna ficasse conhecido, mais tarde, como Renascimento.

Entretanto, nos séculos XVI e XVII, a ideia de que esse período se caracterizava por um tempo de renovação, que se distanciava da Idade Média, propiciando uma maior atenção ao homem e a uma civilidade moderna, alimentada pelas obras que foram publicadas nesse momento já existia (GARIN, 1991). Pode-se perceber a presença constante da ‘novidade’, inclusive, nas obras filosóficas, teológicas e de outras ordens que foram escritas e publicadas nessa época, como é o caso de obras como *Nova Organum* (1620) de Francis Bacon, ou mesmo mapas e cartas-náuticas que buscavam destacar as novidades que estavam sendo reproduzidas naquele documento, sendo elas territoriais ou técnicas. Ainda assim, é preciso observar o que exatamente o termo ‘Renascimento’ significou e como ele repercutiu na produção de conhecimento da época

Segundo Eugenio Garin (1998), o termo ‘Renascimento’ foi introduzido na produção histórica recentemente. Seu aparecimento na historiografia data do século XIX, especificamente em 1860 quando Jacob Burckhardt publicou sua obra *Die Kultur der Renaissance in Italien*, propondo uma discussão sobre o Renascimento enquanto um conceito histórico. Sua obra é considerada um marco na historiografia do período e, assim

como ele, outros autores passaram a estudar a Itália do fim da Idade Média, enfatizando que havia nela um renascimento político e cultural que diferenciava os seus novos traços daqueles considerados medievais e antigos.

Ainda hoje, o tema do Renascimento propicia discussões inúmeras sobre sua história e difusão pela Europa, sobre as possíveis permanências e mudanças que nele aconteceram em relação aos períodos anteriores, sobre suas características italianas e tantos outros assuntos que fizeram com que a historiografia passasse a usar o termo Renascimentos (GARIN, 1991) em detrimento das pluralidades de temas e aspectos que envolvem este tema.

Mesmo que não se tenha uma conclusão unânime sobre o que especificamente caracterizou esse período de ‘redescoberta’, há um consenso sobre a importância do trabalho das oficinas de impressão de livros clássicos da Antiguidade nesse momento na constituição de uma ideia de “novo nascimento”. Uma vez impressas, circulavam as obras ainda pouco, ou nada, conhecidas pelos europeus, as quais passavam a ser apropriadas e inseridas dentro da matriz moderna de pensamento que se formava no período. Também é verdade que a atuação dos comerciantes, mercadores e navegantes, que se lançaram aos mares, alimentou o sentimento de que havia uma “nova” realidade que estava sendo “descoberta” por esses europeus, como foi destacado no início deste capítulo e será, ainda, analisado no próximo. Como apontou Pamela Long (2002), a cultura material e não letrada, dos comerciantes e marinheiros, por exemplo, fez parte integral do conhecimento e das relações de troca e conexões entre várias partes da Europa e de outros continentes. Essas trocas, de certa forma, nutriam essa sensação de novidade entre os letrados e a população, que passava, aos poucos, a possuir artefatos, livros e outras mercadorias com maior facilidade, advindas de vários locais do Globo.

De acordo com Eugenio Garin (1998) o que se passou a chamar de “Renascimento” foi, na verdade, uma grande revolução cultural, gerada a partir de um contexto de crise europeia, em especial italiana, que provocou influência sobre o mundo das letras, pela redescoberta dos textos clássicos. Essa redescoberta letrada teria, segundo o autor, influenciado na releitura das atividades religiosas e na produção de conhecimento sobre o mundo natural, através das artes liberais e da filosofia que se gerava na confluência desses saberes.

Os debates historiográficos oferecidos, particularmente, em meados do século XX, buscaram reforçar a ideia de que, no seu início, este movimento teria sido um esforço de renovação, a partir do retorno aos antigos e suas produções. Depois, esta renovação

teria sido convertida em uma interpretação histórica, a qual deu vazão para a produção do mito do Renascimento greco-romano, que buscou na razão as formas de se distanciar da “obscura” Idade Média. Evidentemente, o discurso que permaneceu ativo sobre esse mito foi herdado dos séculos passados. Essa narrativa histórica era enfatizada desde, pelo menos, o século XVIII. Assim, o impulso pelo progresso, pela modernidade e pela separação entre cultura e natureza, ou melhor dizendo, entre o homem e o mundo natural, foram ganhando importância filosófica e passaram a reger a civilidade europeia ocidental desde então, deixando resquícios duradouros no discurso histórico, no pensamento e nas práticas letradas e culturais do Ocidente. Através do retorno às práticas culturais desse momento, Garin (1998) demonstrou que, apesar de ter se concretizado o que ele intitula o ‘mito do Renascimento’, que teria rompido com o passado medieval, os diálogos que se estabeleceram entre os homens dessa época e as práticas e pensamentos, tanto da antiguidade quanto do medieval, continuaram. Elas foram cotejadas com as novas experiências pessoais, endossadas pelos filósofos e propiciadas com a abertura dos portos europeus ao Novo Mundo.

A assimilação de valores da escolástica medieval pelos filósofos, religiosos e letrados dessa época foi importante como parte do resgate de valores teológicos sobre a natureza e sobre o homem, que nesse momento, estavam sendo repensados. O humanismo, por sua vez, como matriz filosófica, estava ganhando a atenção dos europeus. Essa corrente tinha sido restabelecida no letramento ocidental no século XV, quando nascia uma vertente filosófica que combinava os postulados de Platão com este movimento. Ficou conhecida como humanismo neoplatônico, que teve seu nascimento em Florença, na Itália. Depois de algum tempo, espalhou-se e ganhou adesão de outras regiões (SOARES, 1998).

O humanismo neoplatônico surgiu em meio a um regime político italiano bastante autoritário, liderado pelo então governante Cosimo I de Medici. Tanto Cosimo I, quanto seus sucessores, Pietro e Lorenzo, pertencentes à mesma família, vieram a se tornar mecenas, patrocinadores do mundo das letras e das artes. O filósofo florentino Marsilio Ficino, que ficou conhecido pela retomada dos valores platônicos de forma secularizada, havia também estudado outras obras da antiguidade que eram consideradas fundamentais para o estudo do homem e da natureza, como as de Aristóteles, Hipócrates, Averróis e Avicena. Ele foi patrocinado por Cosimo I e produziu uma obra teológica que combinava valores platônicos e herméticos. Vale ressaltar que, antes do surgimento dessa vertente de pensamento filosófica, Santo Agostinho havia combinado as ideias de Platão em suas

obras teológicas. Ainda que isso tenha ocorrido, a perspectiva do neoplatonismo propagada, sobretudo, pela obra de Ficino, não carregava os mesmos traços daquela medieval agostiniana. O neoplatonismo, edificado pelo florentino, tinha o objetivo de impulsionar os estudos de Magia, Astrologia e Alquimia e, com isso, ressaltar uma ideia de *prisca theologica*. Esta tinha o papel de conciliação entre as religiões, filosofias e da humanidade que estava dividida. Além disso, ela enfatizava que as explicações teológicas e filosóficas expressavam apenas uma verdade parcial sobre as coisas (SOARES, 1998).

A tradição hermética, que havia sido cotejada com outras correntes filosóficas nesse movimento neoplatônico, preconizava que existiam segredos na natureza que não eram revelados de imediato aos homens. Com isso, os que possuíssem as respostas desses enigmas naturais passavam a ter o direito de dominá-la. Desse modo, o humanismo neoplatônico estabelecia um objetivo ao conhecimento e à filosofia: a dominação da natureza. Assim, o convívio do homem com o mundo natural passava a ser cada vez menos harmônico e equilibrado. Novamente, vê-se os traços da separação entre cultura e natureza emergindo juntamente da ideia que, mais adiante, no século XVII, ganhava sua forma idealizada: a modernidade.³⁴ O humanismo, enquanto movimento filosófico, cultural e político, conhecido pela sua relação com o período denominado de Renascimento, se caracterizou por uma valorização do homem e de sua sapiência, carregada da secularização e da introdução de valores cada vez mais quantitativos que qualitativos. Ainda assim, há traços que ligam essa nova corrente de pensamento com as vertentes da escolástica medieval. Apesar de observar e idealizar o mundo através de uma harmonia entre os elementos da natureza, dentre os quais o homem era incluído, havia noções de hierarquia que eram levadas em consideração nessas correntes filosóficas e teológicas medievais. Nesse caso, os animais, as plantas e todos os outros elementos naturais que se encontrassem abaixo do homem, nessa escala hierárquica, tinham alguma utilidade e serviam a ele. Logo, apesar da secularização que era enfatizada pelos humanistas neoplatônicos, o domínio do homem sobre o mundo natural também estava ligado ao pensamento escolástico, ainda que este fosse de matriz providencialista e divina.

O movimento escolástico foi concebido ao longo da baixa Idade Média e reestruturou as vertentes do conhecimento letrado da época. O conhecimento natural que

³⁴ Desde o século XIX autores como Michelet e Burkhardt preconizam a ideia de que o homem, nesse momento, passa a entender seu destino como dominador dos saberes e a natureza, externa a ele, o objetivo de seu conhecimento. Veja mais em: SOARES, Luis Carlos. *Do Novo Mundo ao Universo Heliocêntrico*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 65-82.

se desenvolveu nos séculos XVI e XVII herdou algumas noções, práticas e conceitos desse período anterior. Ainda no século XII, as cidades feudais promoviam um comércio ativo com o oriente, o que movimentou a economia europeia. Juntamente disso, as políticas aristocráticas que se estendiam sobre as relações feudais, causavam grande impacto na cultura e na convivência social. O contexto conturbado de mudanças sociais foi palco para a introdução da literatura filosófica e matemática grega e árabe. Na vida letrada, ela passou a interferir na visão crítica que se constituía acerca da teologia cristã tradicional. As obras manuscritas eram, em geral, trazidas à Europa central, através de comerciantes e exploradores que, sobretudo, na Itália e na Espanha, alimentavam sua perpetuação (LE GOFF, 1988). Elas foram traduzidas ao latim e, posteriormente, ao francês, e assim circularam por muitos portos do Velho Mundo. Algumas das obras foram bastante influentes no pensamento filosófico e nas artes liberais que se desenvolviam na Europa, como é o caso das obras *Física*, *Lógica* e *Ética*, de Aristóteles; a *Astronomia* e a *Geografia* de Ptolomeu; a *Matemática* de Euclides, a *Medicina* de Hipócrates; *Álgebra* de Al-Kharizmi, e as obras médicas de Avicena e Rhazi, entre outras (SOARES, 1998).

Na França do fim da Idade Média, lugar que se configurava como um dos centros de circulação e apropriação do conhecimento letrado, o ensino universitário passou a focar-se mais nas chamadas “artes do *trivium*”. Os ensinamentos da faculdade de artes – uma daquelas oferecidas na Universidade de Paris, junto da faculdade de direito e de teologia – estavam divididos entre o *Trivium* e o *Quadrivium*. O pensamento filosófico, abstrato, ou *conceitualista*³⁵ que ganhou ênfase em Paris, desde antes do advento da Universidade, quando o ensino letrado era monástico, pode ser explicado por esse fator. Havia uma outra vertente de interpretação escolástica de nome *chartrense*, a qual dedicava-se mais aos estudos das artes do *quadrivium*, ou seja, as artes da matemática. Elas eram estruturadas pela Geometria, Astronomia, Música e Aritmética, Ciências que se debruçaram sobre o estudo e a observação da natureza.

Os *chartrenses* foram bastante influenciados pelas obras árabes e gregas de álgebra, aritmética e física. Ainda que essas vertentes tenham tido suas desavenças, por conta da perspectiva que buscaram adotar ao responder às questões divinas e naturais, as respostas que elaboravam, em geral, contemplavam a fé cristã. Nesse caso, os *chartrenses*

³⁵ A vertente conceitualista da escolástica parisiense presava pelo estudo das artes do *trivium* e tinha como um dos seus grandes nomes o teólogo Pierre Abélard. Em sua trajetória como letrado, Abélard propôs um método lógico-dialético que desenvolvia a ideia de que as palavras, os conceitos, tinham sua estruturação na realidade concreta. Dessa forma, seu método visava expressar que as palavras compreendiam as coisas que elas significavam, e não apenas uma abstração (SOARES, Op. Cit.)

esforçavam-se para construir argumentos lógicos e matemáticos para explicar os problemas de ordem religiosa, já que até mesmo a possibilidade de um conhecimento racional, exclusivo do homem, era encarado como um fenômeno divino. Ainda assim, para este grupo, os conhecimentos sobre a natureza deveriam se desenvolver a partir do raciocínio estudado, através das artes do *quadrivium*, diferentemente do teológico. Alguns estudiosos como Bernard Chartre – que deu origem ao termo *chartrense* –, Guilherme de Conches, Thierry de Chartres, entre outros, marcaram essa vertente de estudo mais naturalista do pensamento escolástico. Estes nomes admitiam o poder onipresente da Natureza e sua capacidade de criação de fontes e matérias primas que não se esgotariam.

Se cotejarmos a escrita dos capuchinhos franceses que estiveram como missionários no Maranhão com a estrutura das duas vertentes escolásticas apresentadas, podemos observar que, em certos momentos, os missionários parecem seguir um pouco dessas duas vertentes, embora tenham certamente uma predisposição ao pensamento conceitualista, pela relação deles com a própria Igreja Católica e pela Ordem à qual eles pertenciam, que buscava se aproximar das práticas dos franciscanos primitivos e sua pregação. A cristandade do século XII, que já era preenchida pelo impacto dessas obras que embasaram o *trivium* e o *quadrivium*, tinha concretizado a possibilidade dos homens letrados de adquirir conhecimento sobre a natureza e o mundo. Esse conhecimento, apesar da sua relação intrínseca com a Criação e com a religião cristã, passava a estabelecer um campo de investigação específico da natureza, uma *scientia*, como afirmou Honório Autun, que utilizava de um saber metódico. Alguns anos depois, essa forma de conhecer viria a dar origem à filosofia da natureza (SOARES, 1998).

Como pode-se notar, os *conceitualistas* e os naturalistas *chartrenses* fundaram parte da base do conhecimento epistemológico e filosófico do que veio a se tornar a investigação da natureza nos séculos XVI e XVII, além de pôr em questão, desde então, as relações do homem com a natureza, que foi ser tema de muitos outros embates epistemológicos posteriores.

Ainda que essas correntes filosóficas tenham sido a base da escolástica do século XIII, que se ergueu na cultura letrada europeia, as desavenças entre esses dois grupos dificultaram a unidade de um conhecimento sobre o mundo natural. Observando os confrontos que aconteciam entre eles, sobre as formas de interpretação da natureza, São Tomás de Aquino tentou conciliar as duas visões sobre o mundo em uma única (SOARES, 1998).

Foi no século XIII que a cultura letrada alcançou seu ápice na Europa medieval. As universidades se espalharam por toda a Europa ao longo dos anos, buscando romper com o ensino essencialmente oral que fazia parte da estrutura do aprendizado medieval europeu anterior. Assim, a secularização do conhecimento tinha sido iniciada por esse coletivo de eruditos que começaram a fazer parte da cultura universitária. Esta tinha como um de seus pilares a construção dos argumentos com base nas autoridades – que eram os teólogos e filósofos célebres, além dos Santos católicos – e na elaboração de sumas e sínteses de filosofia e teologia, para que aquele conhecimento acumulado por séculos fosse organizado de forma objetiva e direcionada. Foi assim que Tomás de Aquino formulou sua *Suma teológica*, escrita entre 1265 e 1273, aproximadamente. Esse tipo de obra havia se tornado um gênero literário, o qual deveria sistematizar as disciplinas do conhecimento erudito aos iniciantes. Ela deveria seguir uma ordem lógica e funcionar como uma espécie de resumo. Além de Aquino, outros letrados também publicaram importantes sumas que se tornaram referência a outras obras posteriores, como São Boaventura (1221-1274) e Roger Bacon (1210-1295). Nessa sua suma, Tomás de Aquino evidenciou a influência da obra de Aristóteles, que tinha chegado à Europa recentemente, sobre seu pensamento. Também buscou envolver as correntes *conceitualistas* e naturalistas *chartrenses* em sua organização sintática da teologia ocidental (LE GOFF, 1973).

O tomismo, que se desenvolveu com grande adesão pela comunidade de escolásticos, refletia a necessidade de se relacionar cada vez mais a razão humana e a fé cristã. Essa vontade de buscar a explicação das coisas da natureza foi herdada de outros teólogos antigos e medievais, como Santo Agostinho, que refletia a importância do conhecimento para o melhor entendimento da crença,³⁶ e os princípios de Santo Anselmo, o qual defendia a fé como busca da inteligência. Dessa forma, Tomás de Aquino reforçou a ideia de que a Teologia, enquanto forma de conhecimento do mundo, deveria se organizar através da razão, para construir seus argumentos lógicos sobre a explicação das suas causas naturais. Logo, acreditava que ela deveria ser entendida como uma ciência. Ainda assim, a forma pela qual os teólogos e religiosos, num geral, formularam suas explicações acerca do mundo natural se deu partir de uma visão divina, transcendental, de ordem primeira, diferentemente das outras ciências consideradas “artes liberais”, que

³⁶ A postura de Agostinho em relação às formas de se entender a crença cristã revela a grande interferência que Isaías tinha sobre suas formulações teológicas. Ver: Profeta Isaías, Capítulo 7, Versículo 9 do Antigo Testamento.

analisavam e estudavam a Natureza através das chamadas causas segundas, que não eram divinas, mas sim terrenas. Dessa maneira, a natureza passava cada vez mais a fazer parte dos objetos de estudo da teologia e das outras áreas de conhecimento. Ela obteve cada vez mais importância espiritual e, nos séculos posteriores, os religiosos e teólogos também se debruçaram sobre ela, tentando, inclusive, explicar as causas naturais do Novo Mundo, e suas relações com a Europa.

Assim como a natureza terrestre, o universo passou a aparecer como objeto de estudo e descrição desses letrados. Tomás de Aquino se apropriou, especialmente, dos postulados de Aristóteles, enquanto filósofo, para explicar o movimento dos corpos celestes, o formato esférico da Terra e sua tese sobre a dupla dimensão do universo geocêntrico, que seriam a supralunar e a sublunar, sendo que a última não poderia ser corruptível. Essa ideia sobre o universo, proposta por Aristóteles, foi absorvida pelo coletivo de teólogos e clérigos que buscaram explicar as relações divinas entre as suas duas dimensões.

No âmbito da França Equinocial, Claude d'Abbeville, quando escreveu sobre as especificidades da natureza do Maranhão, a qual se localiza próximo da linha equinocial, fez algumas considerações sobre as duas dimensões do universo, deixando claro sua propensão às ideias aristotélicas e tomistas, além de declarar suas referências ptolomaicas e de Jâmblico e Proclo³⁷ (D'ABBEVILLE, 1614, Cap. V).

Apesar do grande sucesso do tomismo pela comunidade de escolásticos da Europa, havia outras vertentes que ganhavam adeptos e adotavam, muitas vezes, posições opostas à esta. Uma destas perspectivas, por exemplo, foi a averroísta, que adotava uma interpretação do Aristóteles físico, herdada do naturalismo *chartrense*. Seus principais representantes, Singer Brabante e Boécio da Dácia, lecionavam na universidade de Paris e se opunham a uma visão finita do mundo. Dentre suas teses, acreditavam que não existia a possibilidade do mundo ser finito, assim como os tomistas e cristãos, em geral, pregavam com o juízo final. Dessa maneira, eles enxergavam Deus como a causa final das coisas naturais e não a causa primeira, eficiente, como os tomistas afirmavam. Estes escolásticos também não pensavam ser possível a relação de Aristóteles com os ensinamentos cristãos bíblicos e, por isso, afirmavam que havia duas verdades: a

³⁷ Os filósofos gregos da antiguidade tinham sido influenciados pela obra de outros matemáticos e astrônomos da época, como o próprio Ptolomeu e Euclides. Aqui fica claro a ênfase no estudo dessas obras clássicas da antiguidade que atingiam a Europa Central desde os séculos da baixa Idade Média e que, depois da possibilidade de impressão dos livros no século XVI, estas e outras obras desses antigos pensadores passam a circular e se multiplicar.

“revelação”, ou da “providência”, que advinha da Bíblia, e a verdade da filosofia e da razão. Com isso, esse grupo de letrados não desconsiderava as verdades defendidas pelos cristãos que buscavam interpretar a natureza e o mundo através de uma visão mais religiosa, providencialista, mas demonstravam que havia outra perspectiva que deveria ser levada em consideração, a da filosofia, da razão, do mundo material (LE, GOFF, 1973).

Uma outra vertente da escolástica medieval que motivou muitos letrados, inclusive, séculos depois, foi a do *experimentalismo*. Roger Grosseteste, do grupo de franciscanos da Universidade de Oxford, liderados por Roger Bacon, tinha dado início a essa corrente escolástica na Inglaterra. Depois de algum tempo, essa vertente alcançou outras universidades da Europa, como a de Paris, particularmente pela influência de um de seus membros, o próprio Bacon. Os experimentalistas, herdando a visão naturalista do grupo de *chartrenses*, defendiam a ideia de que a verdade natural poderia ser provada através da razão humana. Apesar da grande influência das autoridades e da racionalidade conceitual, tanto defendida pelos escolásticos de veia mais *conceitualista*, Bacon acreditava que era preciso, também, fazer o uso da experiência para conseguir chegar a uma prova confiável da realidade (SOARES, 1998). Assim, a experiência era o critério mais importante para a comprovação da verdade natural para esse grupo. Essa visão naturalista, alimentada pelos experimentalistas medievais que seguiam Bacon, deu força à experiência que vai ser fundamental nos séculos seguintes e culminou, mais à frente, no fundamental papel dos experimentos e do empirismo a partir de meados do século XVII em diante. Não queremos aqui elencar todas as vertentes escolásticas que surgiram nesse momento, ou mesmo aquelas que nasceram como consequência dessas interpretações. O que pretendemos com essas discussões é compreender o caminho pelo qual o conhecimento teológico e naturalista, da passagem da Idade Média para a época moderna, de forma geral, se deu, e como isso impactou a produção letrada do período e, conseqüentemente os registros de viagem e de exploração do Novo Mundo, como os aqui estudados.

As obras clássicas, tanto gregas quanto latinas, como as de Aristóteles, por exemplo aquela intitulada *Partes dos Animais*, foram referenciais aos estudos de história natural dos animais e para as descrições daqueles encontrados nas viagens às Américas. Apesar da grande adesão às suas ideias e aos seus trabalhos, pela comunidade de letrados europeus do período, havia divergências entre os teólogos que o liam e formulavam suas próprias interpretações. Por isso, é preciso lembrar que, ainda que exista uma noção,

nutrida por parte da historiografia sobre o assunto, de continuidade da cultura aristotélica nas obras dos letrados modernos, o que se conformou, a partir da assimilação das ideias dos filósofos da antiguidade, foram diversas interpretações de sua obra que, conseqüentemente, deram vazão à formas diferentes de análise e sistematização da natureza. Ao longo de meados do século XVII, as noções de ordem, classificação e qualificação do mundo natural acompanharam a ascensão de novas perspectivas científicas, mais quantitativas que qualitativas, que contavam com um novo modelo de razão, de moral e de ciência. (ROSSI, 1992).

Ainda sobre as observações feitas por Aristóteles em seus trabalhos relativos ao mundo animal, elas contavam com certas categorias de análise que acompanhavam suas investigações. As funções, o modo de vida, o comportamento, o formato e a reprodução dos animais eram alguns elementos importantes a serem considerados, segundo o autor, quando tais seres fossem ser investigados, descritos e estudados. As experiências, em especial, ganharam força a partir da matriz aristotélica de pensamento filosófico, que reforçava o valor das constatações pessoais e *in loco* para o conhecimento natural sobre os animais.

Com o passar dos séculos, sobretudo no momento das grandes navegações, quando os exploradores e missionários traziam seus testemunhos das terras em conquista para a Europa, mostrando aspectos novos sobre a natureza desses locais ainda pouco conhecidos, as experiências e o contato pessoal com o mundo natural eram fundamentais como forma de obter novas informações desses outros seres vivos e seus ambientes. O mundo dos sentidos, dessa maneira, era favorecido e utilizado com bastante constância nas descrições da natureza, especialmente até o início do século XVII, apesar de não ter desaparecido completamente, mesmo depois do desenvolvimento mais assíduo de uma visão ‘matematizante’ ou cartesiana, com suas novas formas de conhecer, sistematizar e analisar a natureza. Ainda assim, vale reforçar que a partir, sobretudo, de meados do século XVII, o valor do experimento – que não é a mesma coisa que a experiência de anos anteriores –, acerca das verdades naturais, passou a ser acompanhado de um novo regime de objetividade, deixando cada vez mais as percepções sensoriais, que tinham maior ligação com atividades etnográficas, de fora desse novo sistema de observação e interpretação do mundo (DASTON, 1995).

Apesar das mudanças epistemológicas que ocorreram no pensamento e nas práticas ligadas ao conhecimento natural no século XVII, a força da filosofia natural que nascia na escolástica medieval, e mesmo de algumas ideias apropriadas pelos filósofos e

teólogos de Aristóteles, impactaram gerações de exploradores, matemáticos, teólogos, astrônomos e tantos outros letrados da Europa. No século XVI, uma revitalização das ideias tomistas tinha ganhado força, especialmente na Espanha, espalhando-se pelos outros locais. Algumas obras foram publicadas nesse momento e ajudaram a reviver as formulações de Aquino, como os trabalhos do jesuíta Gabriel Vásquez, Francisco de Toledo Herrera, Francisco de Vitória (que foi um dos que impulsionou o movimento neoescolástico na Escola de Salamanca), entre outros. Como se pode observar, o tomismo ganhou muita força entre os jesuítas ibéricos, que participaram com veemência das instituições coloniais dessas potências. Também eram influências desses escritores Santo Agostinho, que ergueu a matriz de pensamento cristão ocidental que, mais tarde, foi assimilada pelo tomismo, como já foi comentado acima. Os inicianos portugueses e espanhóis serviam como exemplo, tanto nas explorações coloniais, especialmente por causa das rotas que eles tinham percorrido no além-mar, quanto em alguns gêneros de escrita e pregação católica.

Os capuchinhos, por sua vez, também carregavam traços do tomismo e do pensamento agostinho, particularmente pelo fato de buscarem aproximação com a filosofia e o modo de vida dos franciscanos primitivos, que se debruçavam sobre a teologia e a pregação profundamente. Ainda assim, é verdade que muitos dos traços das missões capuchinhas e a forma pela qual buscavam catequizar os habitantes do Novo Mundo seguiam as características inicianas ibéricas, que impulsionaram consigo o tomismo e uma nova busca pelas explicações divinas no mundo natural.

Os conhecimentos filosófico, teológico e natural, na França e em outras universidades da Europa, foram produzidos tanto pelos eruditos, em geral, dominicanos e franciscanos, como pelos letrados que frequentavam gabinetes de curiosidade, financiados muitas vezes por nobiliárquicos que eram engajados com uma ideia de modernidade e novidade que caminhavam em conjunto nesse período. A cultura humanista, que ganhava relevância nas universidades, exibia suas problematizações em relação à filosofia da moral, principalmente a partir do século XVI. Apesar da importância dos antigos filósofos que influenciaram todo o pensamento europeu medieval e que, por conseguinte, formaram a base das interpretações e posições eclesiásticas modernas, a cultura pagã que tinha sido assimilada pelos cristãos alguns anos antes ainda era um problema epistêmico e filosófico, em particular aos teólogos do início da época moderna.

Na França dos séculos XVI e XVII, as discussões sobre moral católica e discurso retórico eram ainda mais importantes, especialmente por conta das acirradas disputas

religiosas que o reino vivia. Dessa forma, os teólogos passaram a produzir tratados de retórica pedagógicos que podiam instruir os eruditos, clérigos, filósofos e letrados de um modo geral a apresentar suas ideias de forma lógica, convincente, levando em conta as regras discursivas. Esses tratados faziam com que a noção de *cópia* circulasse pelos letrados e ganhasse lugar de destaque nas formulações filosóficas e naturais. Esta apresentava sentido de abundância e delimitação (MARTINS, 2010), e fazia com que os princípios de *res* e *verba* fossem difundidos pelos estudos retóricos e pelas produções discursivas. Nesse conhecimento enciclopédico, que ganhava lugar de autoridade nessa época, a *res* era constituída da *copia argumentorum*, da *copia exemplorum* e da *copia sententiarum*. Estas, por sua vez, articulavam-se na competência do *inventio*, ligada à formulação moral individual, sensitiva. A *verba*, em contraposição, fazia parte dos domínios das letras, das línguas, das expressões da *elocutio*. Tanto a *copia rerum* quanto a *verborum* eram associadas nas produções humanistas, que eram estruturadas por seis partes discursivas: *narrativo*, *exordium*, *divisio*, *confirmatio*, *confutatio* e *conclusio*. Essas normas que baseavam a escrita retórica eram promovidas pela cultura erudita universitária, mas impactavam todo um coletivo de produtores de conhecimento filosófico e natural, como os missionários, os exploradores, os marinheiros, entre outros atores que também se valiam dessas leis da escrita para assegurar credibilidade às suas produções (MARTINS, 2010).

A cópia,³⁸ nos relatos de d'Abbeville e de d'Évreux, pode ser encontrada nas passagens onde se repete a descrição de determinados animais que já tinham sido apresentados aos europeus e ganhado atenção pelas suas qualidades singulares, ou mesmo no uso de determinados autores como forma de reafirmar a autoridade discursiva dos argumentos que os capuchinhos usaram ao longo de seus registros. Além disso, a cópia também pode ser reconhecida nas imagens produzidas ao longo da missão de Charles des Vaux no Maranhão. O uso das autoridades teológicas, como São Bartolomeu, São Tomás de Aquino, Santo Agostinho, São Roque, entre outros, reforça o peso da retórica cristã e demonstra como foi importante para os missionários franceses utilizar desses dispositivos discursivos para inserir a colônia dentro do circuito de assuntos narrados e comentados pelos religiosos, mas também para dar valor moral à natureza do território ocupado e ao empreendimento da França Equinocial como um todo.

³⁸ Nesse momento, as cópias estavam mais associadas a uma ideia de transmissão de conhecimento. Ela era considerada mais importante do que a própria autoria de um texto ou um conhecimento específico. Para saber mais sobre, veja: CHARTIER, Roger. *O que é um autor*. Edufscar, 2012.

Além dessas formulações retóricas que embasaram a prática discursiva dos religiosos e letrados, havia outros campos de investigação que foram importantes nesse momento para a produção de novas teorias, experiências, obras e conhecimentos naturais, como por exemplo a física, a geografia e a astronomia. Essas áreas do conhecimento, que faziam parte dos estudos das chamadas artes liberais, consideradas mais matemáticas, foram cada vez mais importantes nos espaços de produção de conhecimento, sejam eles as universidades, as explorações ou os gabinetes de curiosidade. Assuntos e problemas como: o movimento dos corpos, a distribuição dos seres pelo mundo e suas similitudes, ou o estudo dos céus e das estrelas para as navegações, para a contagem do tempo e para indicar a localização de regiões específicas, eram alguns dos assuntos que circulavam pelos tratados, observações, descrições e relatos sobre tais artes. Alguns importantes nomes lançaram sua atenção às questões físicas que, apenas algum tempo depois, foram consideradas relevantes para a ciência. Havia, espalhados pela Europa, estudos que passaram a lançar novas questões para essas áreas do conhecimento. Alguns nomes conhecidos, como o florentino Galileu Galilei, Isaac Newton e René Decartes formaram obras que são consideradas marcos da história da ciência do início da época moderna, pois passavam a confrontar conhecimentos acumulados durante anos sobre a racionalidade, o movimento ou a própria noção de finalidade da vida humana.

Na França, os estudos matemáticos, físicos e astronômicos estavam se desenvolvendo, ao mesmo tempo que outras formas de conhecimento como a astrologia, uma área de investigação da natureza antiga, também permeavam as produções letradas. No início da época moderna, havia algumas críticas lançadas às teorias astrológicas, particularmente denominadas divinatórias, que buscavam explicar como o destino da humanidade poderia ser conhecido através dos astros celestes. Mesmo que tenha ocorrido uma tendência, por parte da comunidade de matemáticos e físicos, de se desvencilhar da astrologia judiciária, inevitavelmente há alguns traços dela que podem ser reconhecidos nas obras que, inclusive, balizaram a chamada ‘nova ciência moderna’, com o novo método científico (GARIN, 1998).

1.9 Conhecimento científico e modernidade no século XVII

Pode-se estudar toda a ideia de modernidade que estava florescendo nos séculos XVI e XVII a partir de concepções astrológicas, herdadas dos séculos passados, da Idade Média tardia, assim como a própria noção de *renovatio*, que influenciou no nascimento do conceito de Renascimento. “Renascimento”, do mesmo modo que “revolução”, foram

ideias de caráter cíclico, que demonstravam a alternância de períodos com frequência nas mutações astrais. Essas ideias têm suas matrizes em formulações astrológicas, ligadas ao destino, mas também ligadas à uma filosofia histórica do Universo, pois através das ações cíclicas, ou seja, repetidas dessas mutações astrais e celestes, a partir das quais era possível observar o céu lendo as estrelas, os astrólogos antigos e medievais acreditavam na possibilidade de fazer suposições sobre o futuro (GARIN, 1998).

A astrologia impactou os estudos ocidentais modernos juntamente da noção aristotélica de universo, pois sua análise e entendimento sobre o mundo terreno e celeste estava diretamente ligada às estruturas geocêntricas, finitas e esféricas que fazem parte das teorias sobre a estrutura universal, supralunar e sublunar, de Aristóteles. Essa teoria também foi levantada por outros eruditos da antiguidade. A dependência das esferas sublunar e supralunar, exposta por Aristóteles, foi defendida por Ptolomeu em sua obra *Almagesto*. Segundo o autor, na introdução ao *Tetrabiblos*, ou *Quadripartitum*, o estudo dos astros também devia ser dividido em duas partes, estas, por sua vez, eram uma ligada ao estudo da configuração e aparecimento dos movimentos dos corpos celestes, do Sol e da Lua, e a outra às qualidades das conjunções físicas dos astros para compreender sua relação com os acontecimentos do mundo (GARIN, 1998). Em sua proposição, Ptolomeu já havia demonstrado que existia duas formas de se trabalhar com a astronomia, mas essas duas, segundo o autor, eram interdependentes.

Nos séculos do início da época moderna, os letrados que se debruçaram, sobretudo, acerca dos estudos matemáticos e físicos, buscavam enfraquecer a astrologia que utilizava de indícios menos físicos para suas explicações, dando valor às formulações da astrologia matemática. Kepler, por exemplo, apesar de se opor a essa prática de conhecimento ligada ao mundo divino, em alguns momentos, também produzia horóscopos e os utilizava para seus estudos. Além disso, é verdade que, mesmo depois da aceitação mais branda das teorias de Copérnico sobre o heliocentrismo, que fomentaram a ideia de que os saberes astrológicos não tinham mais valor para a ciência, muitos eruditos, teólogos, filósofos e matemáticos continuaram utilizando das práticas e ideias astrológicas (SARTON, 1954). Kepler acreditava que a astrologia matemática podia ser utilizada para descobrir as verdadeiras causas das realidades aparentes e sensíveis. Dessa maneira, o matemático defendia que ela podia ajudar a distinguir os movimentos reais existentes daqueles que, segundo o autor, eram aparentes. Assim como Kepler, o coletivo de eruditos que se aproximava dos estudos da matemática, como a aritmética, ou a geometria, reforçaram a necessidade de se desvencilhar das intuições mítico-religiosas

que estavam atreladas a astrologia divinatória, desenvolvendo uma ciência que investigasse a natureza dos astros a partir de aspectos físicos, matemáticos, que culminou na valorização da astronomia sobre as práticas e conhecimentos astrológicos.

Apesar de alguns autores tentarem determinar um momento de ruptura definitiva em relação aos estudos dos astros, como fez Ernest Cassirer (1927) demonstrando a atenção dada pela historiografia de seu tempo aos processos de mudanças, é difícil localizarmos os limites entre essas duas vertentes do conhecimento sobre o mundo celeste. A indicação dos limites entre essas formas de observar os céus tornou-se uma batalha entre a astrologia e a astronomia, na qual seus apoiadores e seus críticos enfatizavam os problemas e as utilidades das duas. Ainda assim, não conseguiam esconder a permeabilidade entre elas nas formas de conhecer o mundo dos astros, em suas práticas e proposições teóricas. Dessa maneira, parece que a astrologia se fixava num lugar que contemplava, tanto o pensamento mais lógico e racional, quanto as visões mágicas e herméticas do universo, ainda que seja tarefa árdua separar exatamente as duas nesse período de intensa circulação de ideias, textos e proposições, sejam estas antigas ou novas.

Nessa discussão sobre o teor menos ou mais racional, exato, ou sensível da astrologia, especialmente no século XVII, o que podemos perceber é que, apesar da falsa ideia de que a astrologia passou a não ser mais utilizada como uma ciência, havia uma nova conjuntura epistemológica da racionalidade humana. Ela priorizou mais os dados que eram capazes de demonstrar com exatidão racional, e não sensitiva, a verdade natural das coisas (GARIN, 1998). Essa epistemologia, que passa a ser moldada, se espalhava pelos vários aspectos da vida humana, estendendo-se à religião, à ciência, à arte, à política e assim por diante. Ainda assim, vale reforçar que, mesmo sendo essa uma nova forma de conhecer e se relacionar com o Universo que surgia, a matriz de sua conformação partia também das ideias, concepções e práticas anteriores. Logo, não buscamos aqui dar ênfase apenas aos aspectos que configuraram as rupturas do conhecimento letrado, nem só às continuidades entre eles, mas sim demonstrar como esses processos caminharam juntos, e como eles configuraram movimentos simultâneos e interligados, de diferentes vieses, que figuraram num momento de intenso fluxo de práticas e ideias sobre a natureza e sobre o mundo, os quais estavam sendo explicados através de novos olhares, sem que fosse possível, ainda, desprender-se dos antigos.

A crítica à astrologia judiciária, feita pelos eruditos em defesa de um conhecimento mais racional e matemático, tem ligação com o fato de que, desde pelo

menos a Idade Média, o estudo dos céus servia para conduzir a vida dos seres vivos, em todos seus aspectos, ou seja, era um conhecimento muito amplo e, por isso, alguns letrados entendiam que ela não indicava com precisão ou exatidão as verdades universais sobre o mundo natural e suas características. Ainda no século XVI e XVII, o conhecimento sobre a natureza, em seus diversos ramos, se conectava com muita intensidade. O coletivo de eruditos que passava a constituir novos modelos de investigação do mundo natural a partir, particularmente, da física e da matemática, colocaram outras explicações acerca do movimento e do repouso, da natureza e das causas desta sobre os elementos naturais em pauta. Dessa forma, produziram maneiras de analisar os seres vivos e seu ambiente que, apesar de carregar resquícios dos modelos anteriores, como o aristotelismo – que passou a ser bastante criticado ao longo desses séculos –, ainda assim eram renovações no campo das investigações naturais.

A física e a matemática ganharam destaque nas universidades europeias, e juntamente delas, a filosofia e a história natural foram se conformando de maneira cada vez mais homogênea. Ainda no século XVI, esses campos do conhecimento eram compostos por métodos, investigações e análises com poucas regras gerais que fossem capazes de ordenar o trabalho do explorador, ou do letrado, que se debruçasse sobre a natureza. Com o passar dos anos, especialmente da metade do século XVI em diante, buscou-se estabelecer regras e métodos de análise e descrição dos elementos naturais, organizando o conhecimento em suas diferentes vertentes e campos. A anatomia, a física, a fisiologia e a matemática foram alguns dos campos de estudo que se fortaleceram nesse processo, pelo fato de que os eruditos dessas áreas acreditavam que, através dos cálculos, os indícios físicos e concretos, objetivos de um corpo, um problema natural, ou de uma conjuntura específica ambiental, poderiam ser explicados, levando em consideração normas gerais que conduzissem o trabalho.

Na França, assim como em outros lugares da Europa, como a Inglaterra, a Espanha e a Itália, alguns coletivos de mecanicistas, anatomistas e matemáticos fundaram escolas de estudos que começaram a estabelecer algumas concepções, tais como o que era natureza, ordem, normalidade e verdade. O saber enciclopédico também volta a ter impacto na vida desses letrados, pois foi nas enciclopédias³⁹ que o conhecimento formal sobre as áreas de investigação da natureza primeiramente se organizou em leis gerais. Tratados de observações e descrições físicas e metafísicas foram publicados, ao longo

³⁹ As enciclopédias não eram um gênero tão bem conhecido por esse nome antes do século XVIII.

dos séculos XVI e XVII, com o intuito de guiar as formas e conhecer as causas e efeitos dos elementos naturais. Junto da física, da matemática e da anatomia, áreas que se destacaram entre os letrados franceses, a astronomia e os estudos sobre os territórios, o que depois convencionou-se chamar disciplinarmente por geografia, também se desenvolveram com ênfase, especialmente por conta da expansão imperial europeia ao Novo Mundo. Os textos que foram publicados e impressos contavam com descrições moralizantes sobre a natureza, pois a própria noção de natureza também era concebida através de uma percepção que intercalava aspectos orgânicos, sensíveis, físicos e metafísicos.

Havia, nesse período, uma grande quantidade de publicações nas quais o título buscava delimitar a atuação pedagógica do discurso dos seus autores. Os tratados descritivos, as cosmografias e os tratados de navegação, ou se observação dos céus, por exemplo, foram, em geral, feitos para serem lidos por pessoas que buscavam conhecer os fundamentos desses campos de conhecimento para assim se dedicarem sobre essas atividades. Alguns exploradores e missionários escreveram tratados e relatos cosmográficos sobre suas viagens, buscando demonstrar as singularidades de cada região por onde passavam e como suas características também modelavam os aspectos territoriais desses locais. André Thevet, por exemplo, que era cosmógrafo real, produziu sua *Cosmographie Universelle* descrevendo as quatro partes do mundo, sendo que o Brasil fazia parte da quarta. Além de Thevet, outros cosmógrafos influenciaram o trabalho dos navegadores e missionários que se aventuravam pelos mares, como por exemplo Oronce Finé, arquiteto francês do século XVI que se debruçou acerca da astronomia e publicou algumas obras ao longo de sua vida. Uma delas, bastante conhecida, foi o tratado de matemática pura e aplicada, publicado sob o título de *Prothomatesis* (1530). Como cartógrafo, também produziu alguns mapas e, em se tratando de cosmografia, sua obra *Sphaera Mundi* (1551) também se disseminou entre seus contemporâneos, por descrever detalhes geográficos e hidrográficos das partes do mundo, que eram fundamentais, particularmente para os comerciantes e navegadores do período.

Os tratados produzidos pelos ibéricos e por outros europeus também circulavam e eram impressos na França, como por exemplo, o tratado cosmográfico de Gemma Frisius e Petrus Apianus, matemáticos e astrônomos germânicos que estudaram, por anos, os aspectos do Globo e buscavam descrevê-lo em mapas e em suas observações textuais. Suas obras *Cosmographia* (1529), *De principiis astronomiae et cosmographiae* (1530), *De usu globi* (1530), entre outras, foram editadas – muitas vezes com comentários de

cosmógrafos e matemáticos franceses – e publicadas pelas oficinas de Paris, ao longo do século XVI. Frisius também fabricou alguns instrumentos matemáticos que auxiliavam na medida das longitudes, altitudes e na definição das posições geográficas dos territórios. O método de medida da longitude estabelecido por ele foi bastante difundido, além dos astrolábios e das balhastilhas que ele aperfeiçoou. O cosmógrafo real Pedro Nunes certamente foi um dos responsáveis pela difusão do conhecimento cosmográfico e astronômico pelos ibéricos na Europa como um todo. Nunes traduziu algumas obras importantes de astronomia ainda no século XVI, como o primeiro livro da *Geografia* de Ptolomeu e o *Tratado da Esfera* (1537) de João de Sacrobosco. Também foi responsável pela invenção de instrumentos de medição, como o nônio, que servia para determinar com precisão alguns minutos e grau, o que permitia planejar a navegação com uma margem de erro.

Das obras citadas acima, é preciso dar maior atenção a uma delas, notadamente o *Tratado da Esfera*. Esta obra foi citada pelos missionários franceses que estiveram no Brasil entre meados do século XVI e início do XVII, atestando a influência de seus postulados sob o pensamento e a atividade desses personagens, em especial de Claude d'Abbeville, que se dedicou com maior zelo aos assuntos da astronomia. O sucesso que essa obra teve na Europa pode ter relação com o trabalho do autor em cotejar a astronomia medieval com a astronomia matemática, sobretudo aquela herdada dos árabes, nos séculos XII e XIII. Sua obra demonstrou a permeabilidade entre as artes do *Quadrivium* e do *Trivium* no estudo da astronomia ainda no século XIII, influenciada pela cultura escolástica das universidades europeias. Nesse tratado, Sacrobosco incluiu obras literárias da retórica, da lógica e de outras artes do *Trivium*, que foram consideradas paradigmáticas para dar exemplos às suas argumentações lógicas. Algumas dessas obras foram aquelas produzidas por Virgílio, Euclides e Teodósio, que eram considerados autoridades discursivas nesse momento.

Vale ressaltar que, nas universidades europeias, era comum que algumas obras permanecessem sendo lidas pelos letrados por anos. Particularmente nos séculos XIII, XIV e XV, a obra de Sacrobosco era uma das mais lidas por aqueles eruditos que estudavam astronomia, em especial aqueles que estudavam na Universidade de Paris, pois foi nela que a obra foi produzida. Juntamente dela, podemos citar outras que foram importantes marcos nos estudos desse momento, como a *Liber Sententiarum* de Pedro Lombardo, fundamental à formação em Teologia, e *Summulae Logicales* de Pedro Hispano, utilizado por anos pelos eruditos que se aplicavam à Lógica. Esses três textos,

que tinham fins pedagógicos em suas devidas áreas, foram escritos em Paris e, junto deles, outras obras de autores que eram considerados autoridades discursivas também formavam os estudantes, como Aristóteles, Galeno, Euclides e Ptolomeu. O sistema de Ptolomeu de avaliação das esferas do Globo era utilizado pela maioria dos eruditos para resolver problemas relativos aos astros. O complexo sistema de esferas que ele criou parecia ser capaz de resolver, através dos cálculos, os assuntos relativos ao céu. Entretanto, já no século XVI, alguns astrônomos passaram a questionar seu modelo e adotar outras formas de explicação do funcionamento e divisão do universo. Nicolau Copérnico, em 1543, lançou mão de sua tese heliocêntrica em sua obra publicada sob o título de *As Revoluções dos Orbes Celestes*. O trabalho de Copérnico não teve uma recepção muito calorosa por seus pares nesse momento. A Igreja Católica, por exemplo, não adotou de imediato o seu novo modelo como parte de suas explicações cosmográficas e, por décadas, ele continua sendo assunto de debates e polêmicas astronômicas e teológicas. Ainda assim, depois de algum tempo, particularmente quando os católicos passam a adotar como oficial o modelo heliocêntrico, ele ganha maior adesão do coletivo de letrados e a Terra deixa de ser encarado como o centro do universo.

A respeito, ainda, da importância do *Tratado da Esfera* de Sacrobosco, pode-se elencar alguns fatores relativos ao seu impacto. Em especial, vale destacar o uso contínuo dele no ensino de astronomia, desde meados do século XIII até o fim do século XVII (CAMENIETZKI, 2012). Seu fim pedagógico refletia a importância dos textos clássicos para a formação dos astrônomos ao longo desses séculos, e demonstrou, novamente, que apesar dos embates travados entre os coletivos de eruditos, que defendiam vertentes qualitativas e quantitativas distintas nessa arte de investigação do céu, a continuidade do uso de textos antigos no ensino das faculdades do *Trivium* e do *Quadrivium* permaneceu inalterada por séculos.

Em seu tratado, Sacrobosco utilizava exemplos fáceis de serem assimilados. Nesse caso, ele não propôs o uso de cálculos e instrumentos de forma recorrente em suas ponderações, apenas em casos específicos, como quando escreve sobre o cálculo do diâmetro da Terra. Também é verdade que o autor teve prestígio prolongado pela forma com a qual cotejou a astronomia do início da Idade Média com a astronomia que passou a ser produzida, a partir da tradução de textos árabes que chegavam à Europa ao longo do medievo. Sua obra foi a primeira da área da astronomia a ser impressa em uma oficina de tipos móveis em 1472, e sua circulação pela Europa e outros continentes foi bastante intensa, seja em formato manuscrito, ou impresso (GLORIEUX, 1971). O tratado de

Sacrobosco também teve caráter fundamental na formação dos pilotos e navegadores que se aventuravam no além-mar. Esses personagens eram formados com o aprofundamento nos conhecimentos de astrologia, astronomia, matemática e cosmografia. As muitas traduções de sua obra para língua vernácula podem indicar a importância desta para tais atores dos empreendimentos marinhos (CAMENIETZKI, 2012).

Claude d'Abbeville, ao escrever um pequeno tratado cosmográfico dentro da sua relação da missão capuchinha sobre o Maranhão, divide sua narrativa entre a descrição mais geral do Globo, seus hemisférios e pólos, a descrição da parte elementar do universo e depois, mas não menos importante, o movimento do mar, dos ventos e sua influência no ato de navegação (DAHER, 2007). Ao iniciar esses três capítulos que servem de forma pedagógica aos leitores, d'Abbeville afirmou que decidiu, posteriormente, inserir esses comentários para auxiliar os navegadores e marinheiros que pretendessem explorar os mares da região das Américas. Assim, seguindo a tradição escolástica, sua narrativa é composta por uma forma pedagógica de relatar os acontecimentos e as reflexões da viagem, afim de instruir outros navegantes franceses. Esses dados são importantes, tanto para a análise dos componentes físicos presentes nessas experiências marítimas, como para a relação dos homens com o ambiente e com seus elementos, as tempestades, os cursos que foram sendo modificados ao longo da viagem, as precisões em relação à localização que se encontravam, à medida que seguiam viagem, quanto para a compreensão do significado simbólico e espiritual que essas experiências tinham para as pessoas que delas faziam parte, seja pelos comentários de cunho religioso que permeiam o discurso mais preciso sobre as coordenadas da viagem, ou até mesmo pelos acontecimentos curiosos narrados, de vez em quando, entre uma passagem e outra, que passam a ter significado moral através da retórica do capuchinho.

A linha equinocial, objeto de maior interesse do capuchinho francês e dos seus companheiros de viagem, estaria no meio dos dois trópicos, segundo o autor, distante igualmente de um e de outro. Claude d'Abbeville afirmou que a linha equinocial, ou Equador, era assim conhecida pois os habitantes das regiões localizadas abaixo dela viviam com dias e noites de tamanhos equivalentes, além de que, segundo o religioso, se o sol se encontrasse nessa linha, os dias e as noites ficavam iguais em todo o mundo (D'ABBEVILLE, 1614). É interessante observar que, logo após descrever detalhadamente a posição específica da região equinocial e as causas de seu reconhecimento enquanto tal, relativas às suas qualidades geográficas, climáticas e longitudinais, o religioso insere um comentário fazendo menção à não existência da

medida da largura dessa linha em relação aos círculos precedentes, ou em relação à esfera celeste, sendo que a única medida precisa, de acordo com o capuchinho, existente até então seria a distância entre essa linha e o Zodíaco, um outro círculo, cuja distância entre eles era de uma cinta, como afirma o frade.

Ao longo dos capítulos de descrição cosmográfica, o religioso demonstrou a fundamental importância das informações precisas, astronômicas e matemáticas sobre os territórios e suas localidades, além da ligação delas com suas singularidades específicas, como o calor, a umidade, seus elementos naturais e assim por diante. Claude d'Abbeville também explicou sobre a conexão do Zodíaco com a linha equinocial, sua influência sobre o Sol e sua passagem nessa área. Apesar do grande repertório astronômico que o capuchinho demonstrou ter, o autor também fez observações e comentários de cunho providencialista, revelando a permeabilidade dos conhecimentos teológicos, astronômicos e práticos que levava em consideração ao redigir seus registros sobre a missão no Maranhão. Um exemplo de como o missionário intercalou argumentos astronômicos, astrológicos e providencialistas pode ser encontrado na passagem em que ele escreveu que o sol parecia demorar mais enquanto passava pela linha do equador do que em outras regiões e que, sendo este um fenômeno singular, teria apenas explicação milagrosa e divina (D'ABBEVILLE, 1614).

A região do Equador, ou da linha equinocial, já havia sido estudada muito antes. A comunidade de eruditos que, ao longo dos séculos, estudou e analisou as características específicas desse local buscou filiar-se às explicações ligadas a ideia de Zona Tórrida de Aristóteles, acima mencionada. Essa noção propunha que a região localizada abaixo da linha equinocial seria inabitável, espaço este em que os habitantes seriam menos desenvolvidos e desprovidos dos recursos para uma vida equilibrada. Essas características seriam refletidas no calor excessivo, na umidade – que supostamente dificultava a fertilidade dessas terras –, entre outras características que criavam uma ideia de território inabitável. Ao longo de muitos séculos, as discussões acerca das propriedades naturais das regiões desse local específico foram repensadas, reinterpretadas e, assim, receberam novos valores científicos e morais⁴⁰.

Junto de Sacrobosco e seu legado astronômico, é preciso dar destaque a mais um

⁴⁰ A polêmica sobre o estudo da natureza e da fertilidade das terras do Novo Mundo, ou aquelas que ficavam abaixo da linha do Equador, foi alimentada por muitos filósofos e naturalistas desde a antiguidade até, pelo menos, o fim do século XVIII. O estudo do clima, dos aspectos geográficos e das espécies vivas de cada local do Globo auxiliaram nas novas teorias sobre a Natureza desses territórios. Veja mais em: GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*. Brasil: Companhia das Letras, 1996.

letrado que atuou em Paris, na França, e que influenciou na produção e na atividade dos capuchinhos missionários da França Equinocial. Claude Duret, francês que viveu entre os séculos XVI e XVII, sendo, então contemporâneo dos capuchinhos aqui estudados, foi um astrônomo e cosmógrafo, além de ter atuado como conselheiro do rei, que produziu alguns estudos importantes para a história da evolução das espécies e suas mutações⁴¹, assim como também publicou outros trabalhos de teor mais pedagógico sobre cosmografia e sobre navegação.

Ao analisar as descrições feitas pelo capuchinho francês, acerca da composição da linha equinocial, apesar da antiga noção de Zona Tórrida ainda pairar sobre sua narrativa – bem como sobre outras descrições feitas pelos exploradores e eruditos do período –, parecia que uma nova noção de territorialidade emergia e ganhava espaço nos estudos sobre astronomia, geografia e outras artes que buscavam analisar as especificidades territoriais, nesse caso, da região equinocial. Com isso, essa região passou a ter outros marcadores biogeográficos⁴², os quais refletiam-se na visão, nas explicações, nas observações e nas novas descrições cosmográficas dos séculos XVII e XVIII. Os animais, enquanto elementos do mundo natural, eram considerados importantes para a compreensão precisa das características de cada natureza que passava a ser conhecida. No caso dos animais do Maranhão e adjacências, fica claro, segundo d’Abbeville e d’Évreux, que a conformação, o tamanho, o comportamento e a qualidade desses seres tinha ligação com aspectos ambientais, como o calor, a umidade, a posição geográfica da França Equinocial e, até mesmo, a quantidade de rios que poderiam ser encontrados nesse território.

Utilizando o exemplo de Claude d’Abbeville, pelo fato de ter exposto com maior amplitude suas explicações cosmográficas acerca do Globo e seu funcionamento, podemos notar a presença de argumentos astrológicos, astronômicos e filosóficos que são compatíveis com as ideias difundidas pelos antigos e medievais, que foram apropriados e reinterpretados ao longo dos séculos do início da época moderna, bem como também é possível identificar a influência de autores e letrados que defendiam posições díspares em

⁴¹ Seus trabalhos sobre a história das plantas e sobre a história das línguas e da voz dos animais são dois exemplos do fundamental papel de Duret para a história da evolução e estudo da mutação das espécies. Veja: DURET, Claude. *Thresor de l'histoire des langues de cest univers: contenant les origines, beautés, perfections, décadences, mutations, changemens, conversions et ruines des langues*. diffusion Champion, à Paris, 1613. DURET, Claude. *Histoire admirable des plantes et herbes esmerveillables & miraculeuses en nature*, à Paris: N. Buon, 1605.

⁴² Entendemos nessa pesquisa ‘marcadores biogeográficos’ como elementos do mundo natural que caracterizavam as qualidades físicas, morais e, especialmente geográficas de um local.

relação àquelas que perduraram desde os séculos anteriores acerca do funcionamento e das partes do universo. Apesar da tradição clássica na formação dos acadêmicos e da utilização de textos tradicionais na retórica dos religiosos que viveram entre os primeiros séculos do chamado Renascimento, a experiência prática e *in loco* impactou profundamente a produção de conhecimento, seja natural ou moral, sobre a natureza. Essa experiência era importante, no caso dos capuchinhos e de outros religiosos que atuaram como missionários pelo mundo pois, mesmo sem ter o intuito de levantar leis gerais ou descrever minuciosamente o mundo material que os circundavam, esses atores buscavam dar explicações para os elementos divinos que enxergavam na natureza, e para isso, precisavam conhecer melhor sua materialidade e suas singularidades.

Assim, tendo em vista o coletivo de atores que participava dos empreendimentos marítimos juntamente dos missionários, destaca-se novamente a relevância das navegações e dos personagens que nelas produziam conhecimento. Essa forma de conhecer o mundo natural era composta através das experiências *in loco*, tanto no mar quanto em terra. Os marinheiros, comerciantes, missionários, artesãos, entre outros atores, tinham papéis fundamentais no desenvolvimento e difusão de outras teorias e questionamentos sobre os territórios que conheciam e seus elementos naturais. Logo, junto dos estudos que eram praticados e desenvolvidos nas universidades europeias, nos gabinetes de curiosidades e nos jardins e palácios, que guardavam coleções de espécies vindas de várias partes do mundo, as navegações podiam ser consideradas localidades e também maneiras, formas, de se produzir conhecimento natural, astronômico, físico e moral.

Nesse sentido, a sensação de novidade, discutida no início desse tópico, que abarcou o imaginário e as obras que foram produzidas e publicadas entre os séculos XVI e XVII, traduz o encontro entre teorias, obras e atores clássicos da antiguidade com as novas demandas que surgiam nesse período do início da época moderna, marcado pelas navegações ao Novo Mundo, pela importância das experiências pessoais e pela novas teorias que surgiram a partir do encontro com as realidades distintas nessas terras em conquista. Essas discussões impactaram profundamente as produções letradas, teológicas e filosóficas do momento e geraram, inclusive, reformas dentro das instituições como a Igreja, que buscavam reavaliar sua postura frente à Natureza e suas “novas” facetas.

1.9 Conhecimento científico e modernidade no século XVII.

A respeito, especificamente, da relação desse movimento de renovação com as

ciências da época, muito se tem discutido sobre as mudanças cognitivas e teóricas do conhecimento sobre a natureza e o Mundo (SHAPIN, 1996; FLECK, 2010 [1935]). Nesse debate, há também perspectivas que buscam avaliar a presença de uma continuidade entre as práticas das ciências. Estas continuidades revelam a dificuldade de se tratar deste assunto a partir de uma ruptura definitiva com o seu passado.

Essa discussão ficou conhecida a partir dos postulados de Alexandre Koyré, que defendeu a ideia de que, nesse período, mas sobretudo de meados do século XVII adiante, ocorreram mudanças na visão de mundo do homem europeu que teriam partido de uma ruptura definitiva com a filosofia e a cosmologia medieval. Em sua discussão, cunhou o termo “revolução científica”, que se referiu a essa transformação profunda e teórica do conhecimento e da mentalidade das pessoas que viveram nesse momento. Ainda hoje, muito se discute sobre a chamada revolução científica, que se tornou um campo de estudos e investigações historiográficas.

Koyré, em seu trabalho *Do Mundo fechado ao Universo infinito* (1958), fez uma reflexão sobre as mudanças na estrutura do pensamento ocidental europeu frente às realidades naturais, que se apresentavam através de novas teorias e visões de mundo no século XVII. Para tanto, embasou sua análise, principalmente, na obra de René Descartes (1644), Isaac Newton (1687) e Nicolau Copérnico (1543). Ainda que o autor tenha defendido a existência de uma mudança profunda na matriz do pensamento ocidental nesse momento, ele entendeu que algumas antigas visões de mundo cosmológicas não desapareceram repentinamente nem da prática, nem da mentalidade dos europeus. Por isso, analisou aquilo que foi chamado de “crise da consciência europeia” como um processo revolucionário que teria acontecido ao longo do século XVII e que, mesmo que tenha surtido efeitos drásticos na visão da população letrada do período, demorou para se consolidar enquanto parte da estrutura da sua visão de mundo desta sociedade.

No início do século XX, havia grupos de intelectuais que estavam atentos aos aspectos das mudanças ou discontinuidades dos processos históricos. Alguns deles estavam interessados em compreender esses aspectos na ciência. Gaston Bachelard, nos anos 1930, é um desses autores. Ele estudou, dentre inúmeros outros assuntos, as discontinuidades na ciência. Bachelard acabou influenciando autores importantes para a história da história das ciências e da medicina, como Foucault e o próprio Koyré. Mais tarde, nos anos 1950, Alexandre Koyré desenvolveu essa ideia de Bachelard em sua obra, e lançou mão da noção de revolução científica acima apresentada. Por revolução, o autor quis fazer referência à transformação da mentalidade da população europeia,

caracterizada pela destruição do cosmos e da substituição do mundo finito, ordenado, qualitativo e hierarquizado pelo mundo infinito, unificado pelos aspectos de seus componentes básicos e não mais hierarquizados (KOYRÉ, 1961).

Dessa forma, numa escala espacial, o autor defende que a concepção aristotélica de espaço, adotada e bastante difundida no início da época moderna, teria sido substituída pela ideia de geometria euclidiana. Assim, ao longo de seu texto, Koyré defendeu a ocorrência do que ele chamou de uma ‘matematização’ do pensamento e das práticas da ciência nesse momento. Aliados à definição de crise espiritual europeia feita especialmente por conta da disseminação do livre pensamento cada vez mais secularizado na Europa – como pode-se observar com a ampla divulgação de obras como a de Bacon, Montaigne e Descartes – o pensamento filosófico, o conhecimento natural e o conhecimento científico deixariam de ser metafísicos para se tornarem mecânicos (físicos), alcançando, ao longo do mesmo século, o que Koyré chamou de “fase instrumental do conhecimento”, carregada de uma cultura material que não fazia parte da realidade letrada até então.

Posta a tese de Alexandre Koyré, outros autores revisitaram o tema das revoluções na ciência moderna. As impressões sobre seus postulados, elaboradas por outros autores, foram estruturando uma controvérsia que acompanhou a própria história da história das ciências. Influenciados pelo contexto da Guerra Fria, autores contemporâneos a Koyré, como Alfred Rupert Hall e Herbert Butterfield também produziram reflexões sobre a sua ideia acerca da ruptura que teria acontecido no pensamento europeu. Ainda que o termo e a ideia de ‘revolução científica’ tivessem ganhado a atenção do coletivo de autores que passaram a estudar seus possíveis impactos nas sociedades do século em que ela teria acontecido, estes mesmos sujeitos que viveram no recorte temporal estabelecido não utilizavam esse termo para se referir às renovações na ciência e no pensamento pelo qual estavam passando gradativamente.

A partir dos anos 1980, pelos crescentes trabalhos históricos com uma veia mais social, novas análises historiográficas buscam reavaliar a ideia de revolução científica que parece ter feito parte da gama de revoluções que povoou o fazer historiográfico por anos. Steven Shapin (1996) foi um dos autores que, novamente, refletiu sobre essa temática. Para Shapin, um dos grandes problemas que estavam sendo carregados pela chamada ‘Revolução Científica’, até o momento, era o fato de que, por gerações, os historiadores, sociólogos e filósofos, que debateram sobre esse assunto, estiveram muito mais preocupados em buscar as efetivas origens dessas mudanças no século XVII, ou

então elencar os personagens e as formas de conhecimentos que teriam sido centrais e mais efetivamente importantes para a estruturação dessa noção. O autor defendeu, na contramão, que a revolução científica nunca aconteceu. Sua não existência tinha ligação, segundo Shapin, com o fato de que não havia apenas uma forma singular, unificada e coesa de produção de ciência, ou de conhecimento, entre os séculos do início da época moderna.

Para tanto, Steven Shapin argumentou que, ao invés disso, seria preciso atentar-se cada vez mais aos papéis múltiplos dos personagens que produziam conhecimentos, tanto matemáticos, quanto teológico e filosófico sobre o mundo natural e suas causas (SHAPIN, 1996). Shapin também deu maior ênfase à análise das práticas, e não apenas mentalidades humanas em seu trabalho. Nesse caso, o autor analisou e debateu sobre a própria noção do que podia ser considerado ciência nos séculos XVI e XVII. Sendo assim, ele ressaltou que havia uma ampla gama de ofícios da ciência da época, não apenas ligados às artes quantitativas, como a matemática e a astronomia, que continuavam investigando a natureza de diversas formas. Assim, diferentemente de Koyré, que se baseou nas discussões de sua época para analisar a mentalidade europeia em relação a essa revolução, e a considerava o fator mais importante para sua investigação, Shapin defendeu que as práticas coletivas e sociais concretas eram fatores mais relevantes e, inclusive, indissociáveis das formulações teóricas acerca da ciência e da produção de conhecimento. Logo, para Steven Shapin, não teria como dissociarmos práticas sociais da própria lógica teórica de cada contexto científico.

Ademais, a concepção de modernidade, tão enraizada na cultura e nas noções atuais sobre ciência, foi problematizada por Steven Shapin e alguns outros intelectuais que, junto dele, buscavam reavaliar as lacunas e os problemas deixados por essa ideia de ruptura total no século XVII. Como poderia essa modernidade abarcar todo um coletivo de pessoas de forma homogênea e singular se, nesse mesmo conjunto de indivíduos, havia tantas divergências religiosas, políticas, sociais e de conhecimento sobre o mundo? Esse questionamento foi posto pela geração de historiadores que nas décadas de 1980 e 1990 passaram a avaliar com maior veemência as conjunções culturais e sociais distintas e os personagens excluídos da história. Basta lembrarmos que a astronomia acima citada foi assimilada e praticada de formas distintas por grupos díspares num mesmo recorte temporal.

Também é levado em consideração o problema da unicidade local e temporal que se estabeleceu em relação a esse fenômeno. Outros historiadores também passaram a

levantar questões sobre a escala espacial das investigações historiográficas, especialmente demonstrando a importância da produção de histórias globais, que compreendam as trocas e as circulações de pessoas, informações, objetos e tantos outros aspectos entre os personagens de lugares distintos. A historiografia tradicional sobre o tema, que é composta por autores como Georges Basalla (1967), propôs que a ciência feita nas outras localidades do Globo, consideradas periferias, replicaram o modelo europeu levado a elas, buscando estabelecer com o tempo uma ciência autônoma. Atualmente, autores como Kapil Raj (2017, 2016, 2010), Serge Gruzinski (2003) e Jorge-Cañizares-Esguerra (2006), questionam a localidade europeia da chamada revolução científica buscando destacar que em outros lugares, como nas Américas, na Índia, ou na China, *já* se produzia *suas* formas de conhecer o mundo, *seus* cálculos matemáticos, *suas* representações sobre a espacialidade territorial, entre outras coisas ⁴³ (ESGUERRA, 2006; RAJ, 2010, 2017).

Steven Shapin, entretanto, não nega que, entre o fim do século XVI e meados do século XVII, muitos dos principais atores da chamada revolução científica, como René Descartes e Galileu Galilei tenham produzido obras inovadoras. Estes, por sua vez, de acordo com Shapin, se auto-denominavam ‘modernos’, buscando afastar-se das características dos antigos, que ainda penetravam fortemente na formação dos eruditos desse momento. Assim, para o autor, não havia um método único, nem mesmo um conjunto de ideias e práticas que formariam um corpo coerente e homogêneo chamado ‘ciência’, que passaria a existir apenas no século XVII. Dessa maneira, para Shapin, a revolução científica, que teria sido o motivo do desenvolvimento da ciência moderna, nunca aconteceu.

Outro autor importante que escreveu sobre essa temática foi Paolo Rossi. No fim dos anos 1970, Rossi propôs outras considerações sobre a ideia de uma suposta revolução na ciência, buscando desvencilhar-se de algumas colocações feitas por Koyré e seus contemporâneos em relação às mudanças do pensamento europeu, entretanto, demonstrando a influência que estes ainda tinham sobre suas acepções. Em sua obra *A Ciência e a Filosofia dos Modernos* (1971), o autor ressaltou que, aquilo que se convencionou chamar por ‘ciência moderna’ não dizia respeito apenas às ciências exatas,

⁴³ Outros debates mais atuais têm sido feitos acerca da produção de ciência e conhecimento natural em locais distintos. O grupo STEP (Science and technology in Europe Periphery) por exemplo, investiga a produção de ciência nas chamadas periferias europeias, como os países do Leste Europeu, a Grécia, e até mesmo os países da península ibérica, considerados periferias na produção de ciência no início da época moderna.

como a matemática, a física, a astronomia, a ótica, ou a teoria musical, mas a interação entre esses conhecimentos mais tradicionais e antigos com uma gama de outros conhecimentos experimentais, ou ‘baconianos’, que passavam a ganhar importância na Europa central, como o magnetismo, a eletrologia, o estudo do calor, o estudo dos fósseis e da Terra, entre outros (ROSSI, 1992 [1971]).

Para o autor, a chamada revolução científica não consistia apenas nas mudanças graduais nos campos da matemática, da física e da cosmologia (impactado pela astronomia e pelas visões astrológicas), mas também na arquitetura laboriosa de outras áreas, como estas acima citadas, que carregavam consigo novos problemas e questões que se tornavam objetos de investigação. Ao longo de seu trabalho, Rossi afirma que ainda nesse momento de início da época moderna havia muitos caminhos e várias vertentes na ciência, que pensavam a natureza e suas causas de formas distintas, bem como a prática da ciência. Esse é o caso, por exemplo, do *baconismo*, *cartesianismo*, *newtonismo*, *leibnizianismo*, *galileísmo*, assim como antes e juntamente também havia o *aristotelismo*. Apesar de o autor, diferente de Shapin, centralizar sua análise e a importância para a ciência moderna em apenas algumas vertentes que, segundo ele, surgiram e se estruturaram como novas ciências da natureza nesse momento, Rossi também defendeu que não havia um único método científico vigente e singular, com suas leis universais de organização e investigação da natureza. O autor afirmou que os modelos matemático-dedutivos, mais pautados nos cálculos, nas provas e nas formas gerais de organização da natureza, e o método experimental-indutivo, pautado na prova, no empirismo, coexistiram por anos. Paolo Rossi e Steven Shapin, no entanto, concordam em afirmar que, essas várias formas de ciência que tinham métodos diversos e coexistentes, carregavam consigo suas formas e suas noções de natureza distintas, que partiam da formação e das referências de cada agente que investigasse o mundo natural. De forma geral, essas visões eram divididas, sobretudo, a partir de meados do século XVII, entre uma visão geométrica ordenada pelo Criador, que teria composto o mundo em escritas e signos matemáticos e, por outro lado, havia outra que entendia que a natureza era uma espécie de selva desconhecida na qual a organização depende menos dos métodos e leis e mais das experiências e práticas concretas *in loco* (ROSSI, 1971).

Sabemos, atualmente, que as discussões sobre a ideia de Revolução Científica levaram a outros variados temas dentro da discussão sobre ciência e sua produção, como os papéis e os agentes que produziam ciência no início da época moderna, o problema do método científico, a polêmica sobre a separação entre cultura e natureza, o debate da

difusão da ciência entre seus centros e periferias e outros tantos temas que são abordados largamente pela historiografia. Recentemente, os trabalhos historiográficos repensam a revolução científica a partir das novas questões que surgiram, como a escala global de produção científica, acima citada, ou a importância de se levar em consideração a circulação e a transformação, por sua vez, das informações, objetos e práticas entre os diversos locais e pelas várias pessoas, além do lugar de outros agentes históricos, como os animais e o mundo natural, na discussão sobre as relações entre humanos e o meio ambiente.

Essas reflexões, ampliadas pelos autores elencados, são fundamentais para compreendermos a complexidade e a multiplicidade de fatores que compõem a constituição do conhecimento natural e as ciências nesse período, que é atravessada por renovações no campo da religião, das artes, da teologia, da política, do comércio e da própria noção de mundo e natureza que se alterou, especialmente, a partir da abertura ao Novo Mundo pelas navegações. É preciso, baseando-se nas discussões propostas, que estudam as múltiplas formas de produção de ciência em locais e períodos distintos, olhar para a história das ciências como uma história do conhecimento. Assim, podemos incluir de forma mais democrática os variados atores e as diversas formas de saber que influíram e que participaram desses processos de produção de ciência, seja no século XVII ou mesmo em outros momentos.

1.10 Considerações finais.

Os debates sobre ‘revolução científica’ acima trabalhados têm relação direta com os processos políticos, culturais, econômicos e do conhecimento que acompanhavam a Europa no início da época moderna. A ideia de uma ‘modernidade’, alavancada por algumas ciências como a física, a óptica, a mecânica, a matemática, entre outras, foi sustentada, em partes, pelo contexto que configurava a atuação desses personagens da ciência e suas práticas, consideradas por eles como modernas. As formulações que trataram dessa noção dizem respeito, muito mais, sobre aqueles que dissertaram sobre ela, já no século XX, e o momento que estes últimos viveram, do que sobre a conformação das práticas e dos conhecimentos no início da época.

O Renascimento, e suas várias interpretações, também foi um fenômeno que teve ligação com acontecimentos múltiplos dos séculos XVI e XVII, sobretudo nos campos da política, do comércio e da religião, mas que, em sua estruturação teórica, revelou mais detalhes daqueles que o criaram, séculos depois da sua possível ocorrência, do que dele

próprio. A sensação de ‘novidade’, que era ressaltada nas obras deste século, se estabeleceu como parte da composição de uma recente organização do mundo. Muitos dos autores que escreveram sobre o início da época moderna, especialmente até meados do século XX, ainda ressaltaram o grande e fundamental impacto dessa sensação e como ela poderia ter transformado as formas de se fazer ciência e as relações socioculturais na Europa central.

As formas de conhecer e interpretar a natureza e o mundo, entretanto, tinham suas múltiplas maneiras e caminhos. Elas participavam de processos sociocognitivos que influíam na produção prática e teórica dos conhecimentos acerca do mundo natural. Nas maneiras de organizar o conhecimento, tanto mais tradicionais e antigas, quanto geradas ao longo dos séculos do início da modernidade, os animais tinham lugar particular, sobretudo aqueles dos territórios do Novo Mundo, ainda pouco conhecidos e, por isso, atrativos aos europeus. Isto se deu, pois a circulação deles, seja para fins mercantis, ou eruditos, fazia levantar novos questionamentos, analogias, experiências, teorias, tratados descritivos e, de certa forma, aproximava a Europa e sua população da ideia de América e do Novo Mundo. Esta ideia, que incluía as noções de natureza, alteradas pelos séculos seguintes, foi revisitada e reinterpretada muitas vezes, e parece ser um tema que acompanhou a própria história do conhecimento, assim como a história natural e a filosofia natural. As mudanças e as continuidades que transcorreram nos séculos XVI e XVII, trabalhadas pelas discussões historiográficas acima citadas, impactaram a produção letrada nas suas diversas áreas, seja no campo da teologia, das artes, ou nos conhecimentos variados sobre o mundo. A conformação de um corpo letrado francês, que se estruturava na faculdade de Paris, em diálogo com o coletivo de eruditos de outras instituições de saber espalhadas pela Europa e pelo Mundo, nos conventos da França, que mobilizaram narrativas teológicas buscando abarcar as teorias e as práticas conhecidas pelo contato com as outras artes do conhecimento letrado e também pela experiência e pelas navegações ao Novo Mundo, assim como em outros espaços de produção de conhecimento, como nas oficinas de impressão de obras, que impulsionaram, especialmente na França, a rápida circulação de textos e ideias que eram estruturadas por vários autores espalhados pelos territórios do além-mar, demonstram a importância da produção diversa de conhecimento sobre a natureza e suas várias noções sobre ela, sejam estas mais providencialistas, ou mais ‘matematizantes’. De uma forma ou de outra, o que fica claro é que, nesse momento, havia nos produtores de conhecimento sobre o mundo natural e suas causas um pouco de antigos e um pouco de modernos (SHAPIN, 1996).

A coexistência de epistêmes diversas nas formas de se conhecer o Universo e suas características também marcaram esse momento. As práticas sensitivas da experiência, assim como as ideias estruturadas a partir de uma visão mais teórica sobre o mundo natural povoaram o letramento dos coletivos de conhecimento da França e dos outros lugares da Europa. Ainda que a discussão aqui seja voltada à espacialidade europeia, vale evidenciar a fundamental relevância das outras regiões para a própria formulação de teorias, experiências e obras inteiras de interpretações variadas acerca da natureza existente em outros territórios. A conexão e as trocas entre atores que circularam por regiões distintas e negociaram as práticas e interpretações sobre o mundo natural fazem parte da própria conformação das visões e do imaginário sobre o mundo nesse momento, mesmo que nem sempre essas alianças e trocas fiquem evidentes. Esse trabalho é um dos exemplos da importância das trocas que deram fruto a descrições, observações e tratados novos sobre o Brasil e áreas adjacentes neste período de conquista territorial. As aldeias que se localizavam no Maranhão e proximidades, as quais entraram de encontro com os franceses da missão aqui estudada, influenciaram diretamente na visão etnográfica e na própria possibilidade de atuação dos europeus neste território. A narrativa sobre o cotidiano dos nativos, suas relações com o ambiente, seu vocabulário, as doenças que os acometiam, as práticas ritualísticas, entre tantas outras, foram inseridas nas relações da missão de d'Abbeville e d'Évreux, de forma que, nesses registros, há diálogos que inserem os nativos como voz ativa na missão, que fora providencialista, etnográfica e também naturalista, ao mesmo tempo. Ao que parece, a aceitação de novas formas de interpretar a natureza ao longo do século XVII coexistiu com a permanência de antigas tradições do conhecimento, que faziam parte das referências, inclusive, dos eruditos que se autodeclararam modernos, como Descartes e Bacon.

No campo da política, as discussões sobre modernidade também estavam encaminhadas por um crescente sentimento de autonomia do Estado monárquico francês, que não parecia ser capaz de conter as desavenças de cunho religioso que assolavam durante um longo período, tanto no cenário urbano, quanto no rural. As organizações católicas que se alastravam, particularmente pela França, uniram-se à parte da monarquia para angariar poderes políticos e fazer com que os deveres dos governantes em relação à fidelidade ao catolicismo fossem mantidos. Em contrapartida, os protestantes avançavam na arena política francesa, especialmente nas câmaras municipais de cidades e vilas menores, interferindo na ocupação de cargos e espaços religiosos e políticos. Logo, a coexistência entre as duas práticas religiosas causou um grande impacto na vida da

população francesa, mas, sobretudo, na autonomia do poder monarca. Este, por sua vez, sofria com as ameaças da divisão dos interesses, inclusive entre os membros da nobreza, que tinham relação com as desavenças religiosas do momento.

A ocupação dos territórios do Novo Mundo configurou-se ao longo dos acontecimentos internos franceses, que surtiram efeito na falta de sucesso das empresas coloniais. Os fidalgos, comerciantes e alguns nobres franceses e de outras regiões da Europa, próximas a eles, firmavam acordos que punham em questão a colonização de alguns locais das Índias ocidentais e orientais. Pudemos acompanhar um pouco do desenrolar das colônias nas Américas, que movimentaram atores variados e de distintas filiações, às vezes conflitantes, para esses empreendimentos. Nota-se que as práticas e o discurso que se produziu nas empresas coloniais também expressavam alguns dos conflitos que aconteciam na França desse momento e, além de outros fatores, estes problemas internos configuraram uma parte do enfraquecimento das empreitadas marítimas de colonização.

Os capuchinhos, como parte importante da missão ao Maranhão, ganharam notoriedade na passagem do século XVI para o século XVII pelo território da França. Os religiosos delinearam suas próprias estratégias de conversão, que pareciam ser muito eficazes e, por conta do sucesso da Ordem recém estabelecida nas cidades francesas, o papel deles na França Equinocial não foi designado por acaso. A tradição franciscana e a formação teológica e bíblica dos capuchinhos também evidenciam o interesse deles pelo poder, sobretudo simbólico, dos animais do Novo Mundo e suas expressões morais. No caso das relações da missão capuchinha produzidas por d'Abbeville e d'Évreux, podemos notar que há outros traços que ultrapassam em certos momentos o discurso moral e providencialista, característico da conversão dos nativos, buscando também dar sentido e incluir essa natureza na ordem da filosofia e história natural existente e na explicação do mundo.

Dessa maneira, esse capítulo buscou delinear um panorama geral de características contextuais que consideramos importantes para a análise das descrições produzidas pelos missionários da França Equinocial. Os fatores internos e externos se relacionam e demonstram a complexidade das relações sociais que se estendem para todos os campos da vida humana na França, inclusive da formação de conhecimentos sobre a natureza e seu significado

Capítulo 2

As singularidades da França Equinocial: viagens, experiências e conhecimento natural.

2.0 O Maranhão e a ocupação do Novo Mundo no início da época moderna.

No início do século XVII, ocorreram as primeiras tentativas de colonização dos territórios que hoje conhecemos por Maranhão, Amazônia e Pará. Os portugueses, até então, estavam empenhados em ocupar o litoral da América portuguesa, especialmente do Nordeste com a extração de pau-brasil e os engenhos de açúcar, alçando duas das rotas comerciais mais importantes do Atlântico no período. Segundo Alírio Cardoso (2011), a conquista portuguesa do extremo norte, no período de disputa territorial e ocupação dos territórios do Brasil e adjacências, que se iniciou concretamente em 1621, foi fruto de um processo que perpassou a expulsão dos franceses da vila de São Luís, fundada durante a tentativa de colonização do Maranhão e terras adjacentes. Essa tentativa de ocupação francesa ficou conhecida como França Equinocial (1612-1615) – nome que faz referência à proximidade desse território com a região do Equador. Desde o seu início, a missão francesa no Maranhão teve ligação direta com a disputa entre os reinos pela tomada desse local e pela conquista de sua natureza.

O local que hoje conhecemos como Maranhão possuía grande importância geopolítica, em especial para a delimitação das fronteiras entre os territórios ocupados oficialmente pelos portugueses e espanhóis na América do Sul. Entretanto, até pelo menos o início do século XVII, essa região, que compreende o que conhecemos atualmente como Maranhão, Amazonas e Pará, não era considerada parte do Brasil.⁴⁴

Antes de 1621, quando é criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, separado da jurisdição do Estado do Brasil, a região do Maranhão era conhecida por diversos nomes ou títulos: ‘terra do rio das Amazonas’, ‘terra dos Tupinambá’, ou mesmo ‘terra dos caraíbas’. Muitas Crônicas, Cartas, Memoriais e Planisférios chegam a representar o Maranhão como uma espécie de ‘não-Brasil’ (CARDOSO, 2011: 319).

Assim, as disputas e negociações sobre os estabelecimentos de fronteiras e

⁴⁴ É importante ressaltar que por “Brasil” estamos aqui nos referindo ao território colonizado e conquistado pelos portugueses, também conhecido por América portuguesa. Nesse caso, como as terras do extremo norte do que hoje entendemos como Brasil não faziam parte das ocupações portuguesas até pelo menos as duas primeiras décadas do século XVII, alguns letrados, viajantes e cronistas referiam-se a esses locais enquanto ilhas, países e territórios ainda não ocupados por europeus. Veja mais sobre em: CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 31, nº 61, 2011, p. 317-338.

conquistas dessa região fazem parte da sua constituição enquanto território integrado, ou não, ao Brasil nessa época. O Maranhão, ou *Maranõn*, como costumava-se escrever nos documentos de época, recebia menções notadamente relevantes em documentos diplomáticos espanhóis ainda no século XVI. Havia menções a respeito desse território em pareceres de autoridades hispano-lusas, como “d. Diego Sarmiento de Acuña, embaixador espanhol na Inglaterra; d. Iñigo de Cárdenas, embaixador espanhol na França; d. Juan de Ciriza, conhecido secretário do rei Felipe III (1598-1621), e também d. Diogo de Menezes, então governador-geral do Estado do Brasil” (CARDOSO, 2011: 318). Algumas outras citações relativas a essa região eram feitas em documentos castelhanos, além de em alguns mapas da América, e esses registros ajudavam a formar uma primeira ideia do que era o território do Maranhão entre o fim do século XVI e início do XVII. Os apontamentos que aparecem nesses documentos consolidavam, cada vez mais, a importância dessa localidade ao longo do período da União Ibérica, pela sua proximidade com territórios da América espanhola e pela ameaça que apresentava às conquistas portuguesas.

Nas relações da missão dos capuchinhos franceses aqui estudados, o Maranhão corresponde ao território onde existiam as aldeias Tupinambá, por entre as quais eles passaram, além das regiões que, posteriormente, ficaram conhecidas como Grão-Pará e uma porção do Amazonas. A França Equinocial, portanto, tinha sua fundação inicial na vila de São Luís, onde os franceses estabeleceram sua ocupação. Ainda assim, buscava-se conhecer e ocupar outros locais interiores do norte do Brasil, para além desse vila.

Pode-se dizer que diversas áreas do conhecimento sofreram mudanças substanciais, como a história e a filosofia natural, a teologia natural e a geografia, a partir do contato com as Américas no século XVI (CAPEL, 1999). A ocupação de suas terras fomentou algumas transformações, mesmo que à longo prazo, no que diz respeito às teorias ambientais e biogeográficas sobre a natureza desses territórios, a utilização de autoridades discursivas, como Plínio, o Velho – que era uma das grandes referências da história natural do período – nas crônicas sobre a América do Novo Mundo e o impacto profundo que os conhecimentos ameríndios causaram na produção de informações e conhecimentos europeus sobre o mundo natural americano.

Neste capítulo trataremos sobre as disputas territoriais e as tentativas de conquista do Maranhão e adjacências, priorizando a experiência francesa de sua ocupação. Abordaremos também o tema do imaginário europeu sobre o Novo Mundo, que se estabeleceu desde os primeiros contatos com as Índias Orientais e Ocidentais, o papel das

viagens, experiências e percepções sensoriais para a constituição do conhecimento natural e de uma literatura sobre as Américas e o estabelecimento de uma narrativa descritiva sobre a natureza do Novo Mundo, em especial sobre o território do Maranhão e sua fauna, que se estruturava a partir de categorias de descrição compartilhadas pelos estudiosos e aventureiros da época.

2.1 Autoridades discursivas, experiências *in loco* e viagens.

O conhecimento produzido a partir das viagens dos séculos XVI e XVII era cada vez mais constituído através de experiências e vivências *in loco* (FINDLEN, 1996). As viagens e excursões dos atores da ciência do período foram importantes para o manuseio da natureza, e esse contato aguçava as formas de sentir e dar sentido a essa nova realidade. A sensibilidade passou a ser um elemento importante para a classificação e descrição dos seres vivos, especialmente no contexto de experiências diretas, já que elas possibilitavam um maior entendimento de características como o cheiro, o gosto, e o som de determinados seres, fundamentais para a compreensão de possíveis propriedades terapêuticas, e outras utilidades que os seres vivos poderiam possuir aos humanos. Ao longo dessas experiências, exploradores e missionários também podiam contemplar o mundo natural e comungar. A viagem, nesse sentido, adotava mais de um significado àqueles que dela participavam, podendo ser espiritual e físico (TODOROV, 2006).

Em geral, os missionários enviados junto às viagens de exploração e colonização das Américas estavam mais propícios a refletir sobre o mundo natural usando de artifícios morais e espirituais. Assim, eles copiavam as atividades apostólicas dos discípulos de Cristo, que peregrinavam buscando respostas e exemplos divinos na natureza desde o cristianismo primitivo (DOMPNIER, 1994). Dessa maneira, para criar suas representações e significados sobre o mundo natural, bem como para encontrar os segredos e exemplos divinos que o Criador teria deixado na natureza, os missionários e exploradores tinham que olhar e perceber a natureza na sua forma original, ou seja, *in loco*.

A relação entre os missionários e a natureza pode ser lida através da teologia natural, ou, se quisermos chamar assim, dos fundamentos teológicos que guiavam o olhar desses viajantes sobre o mundo animal e a paisagem. De acordo com Keith Thomas (1983), a teologia foi fundamental para a classificação do mundo natural e para a distinção entre os humanos e os outros seres vivos existentes na Terra. Ancorados na ideia de serem lugar-tenentes de Deus na Terra, os humanos se sentiam responsáveis por cuidar e

compreender as Suas criaturas. Para tanto, diversos elementos morais foram mobilizados para o entendimento e a classificação da natureza, como a inferioridade ou superioridade dos seres vivos, ou mesmo a proximidade e distância existente entre os humanos, os animais e as plantas. A cultura e a moral, nesse sentido, não estavam desvinculadas dos conhecimentos sobre o mundo natural. Elas faziam parte da economia moral⁴⁵ da época (DASTON, 1995). Em geral, passagens bíblicas e Senhores da Igreja eram utilizados como autoridades teológicas na retórica dos missionários do início da época moderna sobre o mundo natural. Não é incomum depararmo-nos com citações do Gênesis, ou do Apocalipse bíblicos nessas narrativas. Elas reforçavam o caráter moral das descrições, incluíam o mundo natural das Américas na explicação cristã e católica do mundo (ASSUNÇÃO, 2001), e definiram modelos de distanciamento e aproximação entre os seres vivos e as naturezas do Novo e do Velho Continente.

Mais tarde, a partir do século XVIII, a teologia natural foi utilizada por nomes importantes do naturalismo, como o próprio Linnaeus (DROUIN, 1991) para a organização dos seres. Mas, entre os séculos XVI e XVII, os conhecimentos teológicos faziam parte de um conhecimento sobre a natureza composto pelos missionários, contrapondo-se à visão epicurista⁴⁶ de mundo, e enaltecendo os postulados de filósofos e pensadores clássicos que edificaram o pensamento escolástico desde pelo menos o século XIII, como Aristóteles e Platão (DROUIN, 1991).

Compreender e explicar a natureza era um trabalho fundamental que também necessitava de outros meios de conhecimento, especialmente no contexto das viagens. A experiência, como parte da virtude epistêmica⁴⁷ do período (DASTON e GALISON, 2007), elevava as vivências diretas com o mundo natural ao estatuto de uma prática legítima e essencial para as suas descrições. Segundo Paula Findlen (1996), os espaços e as experiências que as viagens e missões conformaram eram relevantes para o acúmulo de “fatos” e registros. Esse acúmulo fortificava o estudo da natureza de forma mais

⁴⁵ De acordo com Lorraine Daston, uma economia moral pode ser definida por “[...] um sistema balanceado de forças emocionais, com pontos de equilíbrio e restrições. Embora seja uma coisa não necessária, contingente, maleável, uma economia moral tem certa lógica em sua composição e suas operações [...]” (DASTON, 2017 [1995]: 39). Veja mais em: DASTON, Lorraine. *A economia moral da ciência*. In: DASTON, Lorraine. *Historicidade e Objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017 [1995], p. 37-67.

⁴⁶ O epicurismo foi uma doutrina filosófica antiga que defendia uma visão materialista e atomista da natureza. Mais tarde, no século XVI, alguns humanistas apropriaram-se de ideias epicuristas, como foi o caso de Erasmo de Roterdã.

⁴⁷ De acordo com Lorraine Daston e Peter Galison, as virtudes epistêmicas podem ser entendidas como “normas que são internalizadas e aplicadas [enforced] por apelo a valores éticos, assim como eficácia pragmática em assegurar o conhecimento” (DASTON; GALISON, 2007: 40-41). Veja mais em: DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007.

organizada, o qual conferia maior autoridade discursiva às experiências pessoais. Com isso, a autora defendeu que a experiência “que é madre das coisas, nos desengana e de toda dúvida nos tira” (HOLANDA, (2000) [1959]: 2), ganhou cada vez mais credibilidade nos estudos, observações, tratados e relatos sobre a natureza do Renascimento tardio⁴⁸, junto dos empreendimentos de viagens, que vinham se multiplicando:

Viajar, tanto perto quanto longe, era uma condição prévia para a domesticação da natureza; colmatava a distância entre a natureza e o museu, entre o local da jornada e seu resultado. O desejo de erguer estudiosos fora de seus estudos e na natureza, onde foi celebrada sua redescoberta como um *locus amoenus*.

O contato pessoal e *in loco* nas viagens ao Novo Mundo, que a autora afirma ter ganhado importância ímpar neste período, tem ligação direta com as formas de conhecer e perceber a natureza nesse processo de contato do homem com o meio natural. Ao “falar” com os missionários e exploradores, a natureza podia expor seus segredos de muitas formas, seja através de seus cheiros, formas, gostos, sons, etc. Essas informações, que eram reveladas pela fauna e pela flora, diziam respeito não apenas às suas próprias qualidades, mas também às qualidades dos territórios de onde eram originários. Aspectos como o clima, a situação geográfica e a umidade eram lidos através das causas naturais de cada local. Na França Equinocial não foi diferente. A partir de uma teologia natural, em diálogo com a filosofia natural vigente em seu tempo e pautados no testemunho pessoal direto, os capuchinhos enviados ao Maranhão conheceram e descreveram o território através da fauna, da flora e dos indígenas Tupinambá que viviam nessa região.

Acreditava-se, aliado às ideias teológicas sobre a natureza, que nas terras que estavam sendo ocupadas pelos europeus, existiam enigmas⁴⁹ deixados por Deus para que fossem decifrados pelos humanos. Esses enigmas podiam ser percebidos e compreendidos a partir do contato com essa “nova” natureza e com seus elementos próprios. Os animais, que estavam mais próximos do homem na escala de divisão aristotélica dos seres vivos, eram um dos portadores desses enigmas, capazes de auxiliar os conhecimentos humanos na percepção dos aspectos e qualidades singulares dos territórios em ocupação. Para tanto, era preciso saber escutar, ver, sentir e provar de suas características (KAPPLER, 1994).

⁴⁸ Meados do século XVI e início do século XVII.

⁴⁹ Os enigmas deixados pelo Criador na natureza podiam ser percebidos e interpretados nos elementos naturais e suas qualidades. Acreditava-se que os animais carregavam esses enigmas enquanto sinais divinos, que davam indícios sobre as qualidades daquele território. Sobre esses enigmas, veja mais em: KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

A narrativa dos missionários franceses, assim como era comum entre os exploradores e cronistas enviados às Américas do Novo Mundo, também tinha o intuito de agradar os leitores e aproximá-los da realidade vivida pelos narradores. Essa aproximação era alimentada pelos testemunhos de experiências diretas. Neles, estímulos sensoriais descritos pelos europeus davam sentido à natureza do Novo Mundo e estabeleciam relações de proximidade e distanciamento com aquela existente no Velho Continente. Os animais, que acabaram ganhando maior evidência que outros elementos da natureza maranhense nas relações da missão dos franceses Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux (BILLÉ, 2015), constituíram personagens fundamentais para a relação com a França, sendo que nas suas descrições, é comum encontrarmos referências à animais franceses nas analogias feitas entre os dois. Nesse sentido, podemos considerar que os animais do Maranhão tiveram o papel de mediadores entre os territórios do norte do Brasil e da França, entre aproximações e distanciamentos.

Os fundamentos filosófico-teológicos ajudavam os investigadores a inserir a "nova" realidade dentro da explicação e da origem do mundo cristão e a entender as causas e finalidades de cada elemento natural desses territórios em conquista. Acreditava-se, nesse período, que tudo na natureza tinha um propósito, assim sendo, os animais, as árvores, as plantas, as pessoas e o meio ambiente tinham sua função mútua nessa relação. Por exemplo, os animais domésticos serviam aos homens, bem como as plantas serviam aos animais, para alimentação, ou para cura de algum mal. Para compreender seus propósitos e utilidades dentro do espaço do Novo Mundo, os religiosos baseavam-se em obras como a de Plínio, o Velho e de Aristóteles, no que tange o entendimento de seus aspectos mais orgânicos e naturais, além de utilizarem diversas passagens bíblicas, especialmente do Gênesis, para explicar seus propósitos morais e espirituais (ASSUNÇÃO, 2001). O Jardim do éden, por exemplo, era comparado à natureza de alguns lugares que tinham aspectos próximos ao Paraíso bíblico, no qual havia frutos em abundância, muitos rios e seres enigmáticos divinos. Ainda que a natureza tivesse suas causas próprias, segundo o argumento bíblico que era endossado pela filosofia clássica, especialmente aristotélica, os missionários e exploradores olhavam para esse "novo" mundo natural buscando entender, principalmente, suas funções e suas utilidades para a vida humana, e nesse sentido, enfatizavam a autoridade humana, como uma virtude, sobre o mundo animal e vegetal (THOMAS, 2010 [1983]).

No caso dos registros de d'Abbeville e d'Évreux, os dois capuchinhos constituíram narrativas distintas, apesar de utilizarem de formas retóricas similares na

construção de suas descrições, argumentos e afirmações. Além das experiências *in loco*, muito evocadas em suas narrativas, as quais nem sempre diziam respeito à realidade vivida⁵⁰, os missionários franceses citaram alguns Doutores da Igreja ao longo dos capítulos de suas obras, como São Gregório, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e São Bartolomeu, assim como fizeram, direta e indiretamente, com outros autores clássicos e de grande influência sob o pensamento e a prática letrada europeia, como Aristóteles, Alberto, o Grande e Plínio.

Esse é o caso, por exemplo, da citação feita no capítulo sobre os animais imperfeitos do Maranhão, escrito por Claude d'Abbeville. Nela, o religioso fez menção aos dois antigos: “Deve-se saber que em todo e qualquer país onde há animais perfeitos, há também imperfeitos, os quais uns alguns dão o nome de insetos, e outros de *anulosa* ou *anulata* (como Aristóteles e Plínio)” (D'ABBEVILLE, 1614: 254). Apesar de haver mais citações indiretas do que diretas em suas obras, d'Évreux e d'Abbeville demonstraram que conheciam as discussões sobre os assuntos que trataram, como astronomia, história natural, descrição da natureza e assim por diante.

Além da credibilidade herdada das autoridades discursivas como acima exposto, os missionários também erguiam alegorias bíblicas nas suas narrativas, especialmente para aproximar as realidades dos dois mundos e inserir o Novo Mundo na explicação católica sobre o mundo natural e a Criação.

[...] sendo Nosso Senhor um cordeiro sem mácula, como diz Isaías, e que se deixou arrastar ao suplício da Cruz sem dizer uma só palavra, por que esta Águia dos Profetas compara sua voz antes ao rugido dum leão do que ao balido dum cordeiro, quando diz que no fim do mundo ele gritará e se fará ouvir como um leão que ruge? Há por certo aqui mistério. Dizem os naturalistas que, quando nascem, os pequenos leões dormem por três dias, e tão profundamente que parecem mortos, o que observado pelo leão que os gerou, principia a gritar e a fazer tudo tremer com seus rugidos, e assim são despertados, e deste fato provém o dizer-se que o leão com sua voz ressuscita seus filhos. As almas escolhidas e predestinadas são os pequenos leões, filhos do grande Deus, pelas Escrituras Sagradas tantas vezes chamado leão, ou comparado com ele (D'ABBEVILLE, 1614: 2-3).

Como é possível observar na passagem acima citada, frei Claude d'Abbeville utilizou de uma alegoria feita através dos leões para exemplificar a importância da

⁵⁰ Muitas vezes, as narrativas de viagens não diziam respeito àquilo que era vivenciado na prática. De certa forma, escrever sobre experiências que não foram vividas pelo viajante era uma maneira de alimentar o imaginário do público leitor. Sobre esse assunto, veja mais em: FILHO, Amílcar Torráo. “Does Every Traveller See All That He Describes?” O viajante cego James Holman e os limites do olhar viajante.” *Revista História*, São Paulo, n. 175, 2016, p. 319-348.

disseminação do Evangelho, atividade essa primordial entre os missionários que eram enviados às terras em conquista, mas especialmente à tradição franciscana e aos capuchinhos, sobretudo no que tange o uso de animais como temática central dessas alegorias e exemplos morais (GONÇALVES, 2016). Também nessa mesma passagem é possível notar a citação feita à Isaías, um dos profetas bíblicos mais citados pelos missionários e religiosos desse período (DELUMEAU, 2003), exemplificando a importância ao retorno dos profetas, alegorias e personagens bíblicos nessas narrativas que tinham cunho providencialista e também naturalista. Muitos teólogos e profetas, os quais, em geral, eram referências franciscanas importantes (DOMPNIER, 1994), como São Boaventura, São Roque, São José e Santo Isidoro aparecem com frequência nas obras de d'Évreux e d'Abbeville.

Em outras, ainda, encontrei pequenas abelhas já perfeitamente formadas, mas envolvidas ainda numa tela delicada e transparente. Essas abelhinhas mexiam-se. Rasguei devagarzinho a tela, e percebi como as abelhinhas já possuíam todas as partes do corpo bem diferenciadas e formadas; só que ainda não tinham patas, e acredito que sejam os últimos membros a nascerem depois do movimento. Dessa maneira, entendi as palavras de Santo Isidoro a respeito dessas abelhas, e vi como são verdadeiras “Apes dictae sunt quia sine pedibus nascuntur, nam postmodum accipiunt” [...] Santo Ambrósio, em seu Exameron, onde ele se especializou nos segredos dessas abelhas, melhor que qualquer outro antes ou depois dele [...] (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 191-192).

Na citação acima, a referência direta à São Isidoro e suas explicações sobre as abelhas reforçam a ideia de que as autoridades bíblicas, especialmente próximas à tradição franciscana, e o uso da temática animal, muitas vezes moralizada, eram elementos frequentemente mobilizados pelos capuchinhos franceses em suas descrições. É possível notar que d'Abbeville utiliza os animais como elemento central de uma argumentação que alterna entre a teologia e a história natural, bastante próximas nesse período, regidas pela Providência Divina. Os animais, na natureza do Maranhão e adjacências, onde se instaurou a breve colônia francesa, fazem parte central do discurso dos capuchinhos, que por sua vez, cumpre o papel da predestinação profética. Outro exemplo de missionário, que também construiu sua argumentação sobre a predestinação divina alternando entre a teologia e alguns elementos da história natural de seu período, foi Frei António do Rosário. O religioso português que atuou em Salvador e Pernambuco nos últimos anos do século XVII e primeiros anos do século XVIII, utilizou das frutas, ao invés dos animais, como fio condutor de suas argumentações. Rosário construiu

alegorias em três parábolas que compôs na sua obra *Frutas do Brasil numa nova, e ascética Monarquia Consagrada à Santíssima Senhora do Rosário* (1702), aproximando os três Estados de Portugal da realidade moral e das qualidades físicas encontradas na América Portuguesa. Rosário, que também era capuchinho, partiu de elementos da natureza física e moral dessas frutas, que alegorizou, para indicar que o Brasil fazia parte da predestinação divina e da graça divina, e que, por isso, deveria ser considerado o novo centro das dinâmicas ultramarinas portuguesas

É preciso, portanto, levar em consideração que as referências específicas utilizadas por esses missionários estavam inseridas dentro da própria formação desses religiosos e da Ordem que pertenciam. Os capuchinhos que participaram da missão francesa no Maranhão viviam no convento dos capuchinhos de Saint-Honoré em Paris. Esse convento foi o primeiro instaurado pela Ordem no local. A Ordem, no entanto, teria se estabelecido muito recentemente na França. Em 1528, o monge Mateo de Baschi (1495-1552) do convento de Monte Fiorentino, havia iniciado uma reforma na Ordem de São Francisco – a qual desde a Idade Média acompanhava algumas divisões entre seus membros.

Ainda no século XIII, a Ordem dos Franciscanos passava por algumas crises internas. As divergências de opinião sobre o comportamento que os Frades deveriam adotar manteve a Ordem “separada” em pelo menos dois grupos: os considerados *Conventuais*, que concordavam em seguir as bulas papais que exaltavam a prática da pobreza, e os chamados *Espirituais*, ou *Fradezinhas*, cada vez mais milenaristas e oponentes às bulas papais de Roma. Essas divergências fizeram com que o próprio Francisco, ainda em vida, tivesse que reestabelecer seu texto das *regras* da Ordem e acabou deixando a direção da mesma. Essas divergências continuaram existindo depois da morte de Assis, e por conta delas muitas biografias do Santo foram escritas e consideradas oficiais no período. São Boaventura, por exemplo, foi um dos franciscanos que escreveu uma dessas biografias. Essa crise dentro da Ordem fez com que sua força religiosa ficasse um pouco ofuscada. No século XVI com a criação da subdivisão da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, esse grupo ganhou força política e religiosa devido aos acontecimentos da Reforma católica e da conquista do Novo Mundo (LE GOFF, 2011).

Baschi, anos depois, através da reforma que propôs, co-fundou a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, que foi aprovada pelo então Papa Clemente VII, ainda no mesmo ano. Os capuchinhos se distinguiam dos outros franciscanos endossando o voto

de pobreza – o qual levou os religiosos a adotarem a barba comprida como Francisco de Assis –, e calçavam sandálias de couro ou andavam descalços, levando uma vida eremita. Sua vestimenta também se diferenciava daquelas usadas pelos outros franciscanos, pois adotaram o uso do capuz que, inclusive, foi de onde surgiu o nome capuchinhos, em italiano, *cappuccinos* (DOMPNIER, 1984; LE GOFF, 2011). Até a segunda metade do século XVI, os capuchinhos não estavam autorizados a se instalar no reino da França. Depois que foi permitida a sua fixação em outros reinos, introduziram-se na França em 1574, regida na época por Carlos IX, filho de Catarina de Médici. Médici desejava instalá-los próximos a seu castelo em Tulherias, e por conta disso, doou-lhes uma instalação com vários edifícios, jardins, pátios e terras aráveis na região Fauborg Saint-Honoré. Em 1576, o novo monarca da França, rei Henrique III, autorizou-os a instalarem igrejas e conventos em outras regiões, e por conta disso, passaram no mesmo ano a residir em novas instalações. Ao longo do século XVII, o convento de Saint-Honoré, localizado em Paris – de onde saíram os capuchinhos franceses que partiram para a missão no Maranhão – sofreu várias mudanças e reformas, ampliando a sua igreja, seu jardim, biblioteca, etc. (MAUZAIZE, 1987).

Os religiosos dessa Ordem foram considerados atores importantes⁵¹ no contexto das guerras de religião que assolavam a Europa neste momento, sobretudo a França e a Alemanha, por conta da ligação próxima que tinham com os regentes do Reino e por atuarem especialmente como pregadores à favor da fé católica por grande parte dos territórios do Reino da França. Essa é uma característica muito própria dos capuchinhos franceses desse período, pois a atuação deles junto à população era favorecida pelas missões que faziam, passando de vila a vila, cidade a cidade francesa. A devoção a certos Santos já conhecidos e louvados pelo povo também favoreceu os capuchinhos, que exaltavam esses mesmos Santos queridos pelos fiéis. Rapidamente os Frades da Ordem dos capuchinhos menores foram ganhando muita popularidade no Reino e passaram a construir inúmeros conventos, casas e igrejas desde o início do século XVII⁵².

⁵¹ Acredita-se que os religiosos dessa Ordem foram bastante influentes na diplomacia e na sociedade francesa desse período. Veja mais sobre em: MAUZAIZE, Jean. “Une fondation royale de l’histoire de l’ancien Paris: le couvent des Capucins de la rue Saint-Honoré”, *Bulletin de la Société de l’histoire de Paris et de l’Île-de-France*, 1987, p. 49-95; MARTIN, Catherine. “Les Campagnes de la Propagation de la foi (1632-1685)”, *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, n. 51-1, 2004.

⁵² A popularidade, devoção e difusão da fé cristã, características dos capuchinhos franceses desse período, são muito relevantes para compreender o papel deles na Reforma Católica e nas lutas das Guerras de Religião que aconteciam na Europa nesse momento, bem como nessas missões ao Novo Mundo empreendidas pelos franceses. Veja mais sobre a devoção, difusão da fé e popularidade da Ordem em: DOMPNIER, Bernard. “Ordres, diffusion des dévotions et sensibilités religieuses. L’exemple des Capucins en France (XVIIe-XVIIIe siècles)”, *Rivista del Dipartimento di studi storici dell’Università La Sapienza*

Em se tratando da formação que receberam os missionários aqui estudados, ela também foi base para as descrições e narrativas feitas sobre o Maranhão. É difícil afirmar com certeza quais foram as obras com as quais os religiosos franceses aqui estudados tiveram contato ao longo de sua formação. Entretanto, podemos supor que eles tenham lido e tenham tido conhecimento da importância de alguns autores naquela época. No âmbito da teologia, acreditamos que as referências desses capuchinhos seguiam aquelas adotadas pelos franciscanos primitivos, mas também alguns outros Senhores da Igreja, como São Tomás de Aquino. Os Santos e teólogos citados pelos missionários em seus relatos de viagem nos dão dicas das fontes onde eles podem ter bebido no momento de escrita de seu registro.

Dentre os teólogos e Santos que eram referenciados nos capítulos de d'Abbeville e d'Évreux, especialmente Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, estavam muito ligados à escolástica do fim da Idade Média, que ganhou forma e renovou-se ao longo do Renascimento. Agostinho, com sua obra *De Civitate Dei*, influenciou a retórica escolástica e alimentou o imaginário sobre o Paraíso, junto do Apocalipse bíblico (DELUMEAU, 2003). São Tomás de Aquino, por sua vez, foi um dos grandes nomes da teologia natural, buscando sintetizar a filosofia aristotélica como princípio do cristianismo. Como Frade dominicano e dedicado ao estudo da teologia e da filosofia, produziu a *Suma teológica* que orientou os estudos de uma geração de clérigos. Aquino também é reconhecido por ter sido um dos responsáveis pela redescoberta de autores clássicos e suas obras reimpressas desde então, de acordo com o que vimos no capítulo anterior, como Aristóteles, Ptolomeu e Plínio, o Velho, que impactaram o pensamento e a prática teológica e filosófica de letrados e investigadores do mundo natural.

As autoridades discursivas, sejam teólogos ou filósofos, muitas vezes também eram citadas nominalmente nos tratados de viagem, crônicas e registros sobre o novo Mundo do início da época moderna. O capuchinho Yves d'Évreux, por exemplo, atento às causas naturais que pudessem explicar as qualidades dos animais que se encontravam na colônia francesa, ressaltou, em vários capítulos de seu registro, a importância de filósofos e teólogos, como os citados acima, no estudo e na produção de explicações morais e naturais acerca das singularidades e qualidades desses bichos. Quando escreveu sobre as crenças naturais que tinham os Tupinambá sobre Deus e os espíritos, além de

di Roma, 1994.

indicar várias similitudes entre elas e àquelas praticadas pelos católicos europeus, como ele, o religioso citou alguns autores clássicos e antigos, como Sêneca e Aristóteles, para defender a ideia da onipresença e imortalidade do Criador entre as sociedades do Mundo.

Não existe homem tão rude e tão brutal que, elevando seus olhos ao céu, mesmo que não possa compreender o que é Deus e sua providência, não conclua, entretanto, pela grandeza e extensão dos céus, pelo seu movimento e perpétuo, pela disposição, firmeza, utilidade e beleza destas abóbodas azuladas, que há um soberano Regente que dirige o todo em cadência. E Boécio, livro 4. Do Consolo da filosofia, prosa 6: “*Omnium generatiu rerum [...]*”, que a geração contínua da mistura de elementos e da diversidade e ordem das formas, que vestem uma mesma matéria-prima, convencem natural e necessariamente que há um Dirigente na arte uniforme de tantas formas contrárias, para aperfeiçoar este mundo universal. E Sêneca, na Epístola 92, e seu amigo Lucílio: “*Quis dubitare, potest mi Lucilli, quin Deorum immortalium múnus sit quód vivimus?*”, quem é, meu amigo Lucílio, que duvida que sua vida seja um dom e benefício, dos Deuses imortais? E Aristóteles, livro II, dos Animais, que conclui: “*Debemus inspicere formas & delectari in Artifice que fecit eas*”, devemos contemplar as formas das criaturas, não para ficarmos nelas, e sim para delas passarmos àquele que as criou a fim de nos regozijar [...] embora Deus tenha deixado certa marca e vestígio na natureza, pelos quais os homens puderam conjecturar, como diz Aristóteles no livro 4, do Céu e do Mundo, após virar e revirar seu espírito entre as perfeições deste mundo: “*Nihil est perfectum nisi Trinita*”, não existe nada perfeito senão a Trindade (D’ÉVREUX, 1864 [1615]: 279-289).

Assim como os missionários enviados às terras do Mundo Novo, outros estudiosos se referenciavam no conhecimento gerado por esses autores clássicos, e depois redescoberto. Na Europa, estudiosos como Pierre Belon e Conrad Gessner, por exemplo, assim como tantos outros produtores de conhecimento, formaram redes de trocas que estruturavam a história natural desse período, que proporcionou um grande número de obras com cópias de modelos de descrição e classificação do mundo natural, baseadas pelos postulados dos antigos, mas com algumas revisões, constituídas, sobretudo, pelas experiências pessoais daqueles que produziam conhecimento nas experiências de contato com o “novo” e com o “outro” nas viagens dessa época. Nesse processo, o hábito da cópia passou a fazer parte da própria formação do conhecimento natural que se tinha acerca dos animais, dos humanos, do clima, da paisagem, das plantas etc., dos lugares dispersos pelo Globo.⁵³

Os questionamentos sobre a posição e a vida existente no hemisfério sul, que

⁵³ Sobre a cópia como um hábito que passou a fazer parte do trabalho dos investigadores da natureza, e se intensificou ainda mais no século XVIII, veja mais em: NICKELSEN, Kärin. Draughtsmen, botanists and nature: constructing eighteenth-century botanical illustrations. *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, 2006.

perpassaram gerações de viajantes e exploradores, impulsionou novas viagens e novas teorias sobre a existência de uma grande diversidade de seres abaixo da linha equinocial. A tradução da realidade existente nessa zona geográfica, em geral, era descrita e acompanhada de comentários como “eu vi com meus próprios olhos”; “eu experimentei o gosto”; ou até “eu ouvi falar”. Esses comentários serviam como testemunhos e promoviam a ideia de veracidade sobre aquilo que estava sendo escrito. Dessa forma, os testemunhos angariavam credibilidade às narrativas que, em geral, mas nem sempre, eram produzidas ao longo das viagens às terras “novas”, e que contavam com a experiência como uma entidade pedagógica do olhar e dos outros sentidos.

Além de todas as coisas que o Reverendo Padre Claude d’Abbeville contou na sua História sobre esses assuntos, quero acrescentar, para a satisfação do leitor, tudo o mais que a experiência me ensinou. Em primeiro lugar, falarei dos ventos, entre os quais o do Oriente, que se apropria do cetno e do reino do Brasil; a partir das razões apresentadas pelo Reverendo Padre, apresento outra confirmada por todos os matemáticos que andavam por lá e escreveram a esse respeito [...] (D’ÉVREUX, 1864 [1615]: 151-152).

Como é possível observar no trecho citado acima do tratado de Yves d’Évreux, a experiência aparece como professora dos missionários, que confirma, ou descarta teorias e postulados sobre a natureza que já existiam. Os textos do período, como o tratado de d’Évreux, que mesclavam autores antigos e medievais e as testemunhas multissensoriais feitas pelos próprios exploradores e missionários ao longo de suas viagens, são documentos fundamentais para o acesso e compreensão das formas de conhecimento da natureza nessa época. Além disso, eles também configuraram e alimentaram um imaginário sobre o Novo Mundo. Segundo as autoras Lorraine Daston e Katharine Park (1998), um dos motivos que explicava a razão desses textos terem sido compostos por fantasias e representações sobre a natureza já consolidadas, e por isso consideradas fidedignas, é de que já havia descrições, enciclopédias, tratados e crônicas de viagens medievais que tinham descrito e organizado o mundo natural anteriormente, criando uma base de referências às narrativas naturalistas e teológicas do Renascimento sobre os animais e as plantas. Estas, por sua vez, podem ser observadas, com frequência, nos tratados e crônicas de viagem de ocupação do Novo Mundo.

Desde a alta Idade Média, relatos mais ou menos fantasistas gozam da simpatia do público e mantêm acesa sua curiosidade. Aprende-se neles, por exemplo, que o monge irlandês São Brandão levou sete anos para alcançar o Paraíso terrestre, depois de ter enfrentado todos os perigos e encontrado toda espécie de seres sobrenaturais. No início do século XIV, Marco Pólo, de volta de uma viagem à China, deixa o Livro das

Maravilhas que, sem cair no sobrenatural, não deixa de justificar seu título. Ainda um pouco mais tarde, John Mandeville escreve a *Viagem de ultramar*, mistura inextricável de fatos reais e invenções fabulosas; também ele descreve o Paraíso terrestre. Na mesma época multiplicam-se os livros de compilação, *Cosmografias* ou *Imagem do mundo* (como o célebre *Imago Mundi* do cardeal Pierre d’Ailly), inventários de conhecimentos de todos os países e povos da terra. Essas obras são, portanto, bem conhecidas e preparam os relatos de novos viajantes, os quais, contudo, as consideram informação segura (TODOROV, 2006: 232).

Tzvetan Todorov (2006) escreveu sobre como esses relatos, que misturavam “fatos” com fantasias, atraíam os leitores europeus e impulsionaram outros navegadores a irem atrás dessas afirmações para comprovar sua veracidade. Os capuchinhos aqui estudados seguem essa forma de descrição da natureza indicada pelos autores acima citados, indicando assim, a importância moral, espiritual e física dos elementos que descreviam. Os bestiários, fábulas e alegorias cristãs do medievo inspiraram esses relatos de viagem (DASTON; PARK, 1998), nutrindo a certeza nos naturalistas e viajantes de que existiam monstros e animais monstruosos e maravilhosos⁵⁴ nas terras em ocupação. Esses elementos da natureza eram considerados objetos da natureza raros, e relevantes para a produção de conhecimento sobre o mundo natural (DASTON, 2017). Obras como a enciclopédia de Plínio que organizava as informações de 37 livros, serviam de base para novas descrições e narrativas dessas maravilhas, que misturavam o teor esotérico e o teor de novidade ao expor esses elementos considerados raros. Essas mesmas maravilhas, conhecidas pelo ocidente europeu desde a Grécia, estavam atreladas às novidades trazidas ao público pela experiência. Com o passar dos séculos, a narrativa sobre elas já era esperada pelos leitores de enciclopédias, descrições e bestiários, pelo teor de raridade e curiosidade que elas evocavam. Alguns teólogos e Senhores da Igreja também evocavam as maravilhas para refletir sobre temas espirituais, como o próprio Santo Agostinho. Ele evoca algumas maravilhas consideradas clássicas em seu tempo, como a salamandra e o vulcão em uma de suas obras⁵⁵ mais influentes que discutem a dor no inferno. Esses elementos da natureza eram utilizados para alegorizar, ou mesmo explicar, aspectos da vida humana e da fé católica.

A certeza da existência das maravilhas⁵⁶ e de seres monstruosos sustentou-se e se

⁵⁴ Sobre os animais monstruosos e maravilhosos ler mais em: KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

⁵⁵ Livro XXI, de *civitate Dei*.

⁵⁶ Sobre as maravilhas e a ordem da natureza, ler mais em: DASTON, Lorraine; PARK, Katharine (ed.). *Wonders and the Order of Nature, 1150-1750*. New York: Zone Books, 1998.

manteve nos relatos de viagem dos naturalistas do início da época moderna, aparecendo em suas descrições, e impulsionando novamente a sua presença no imaginário europeu sobre o além-mar (DASTON; PARK, 1998; HOLANDA, 2000 [1959]). Esses registros, portanto, relataram duas viagens, uma espiritual e outra material⁵⁷, alimentando algumas ideias que já existiam sobre a natureza de outros territórios. Assim, além de resgatarem e manterem alguns modelos de descrição estabelecidos por textos muitas vezes de cunho cristão, esses registros também eram constituídos pelos aspectos materiais e concretos, essenciais a essas viagens, como os desenhos de representação das plantas e animais dos novos territórios, as indicações geográficas sobre ele, como latitude, altitude, as vivências em relação ao clima e as viagens internas pelos locais em conquista e as experiências próprias do autor desses relatos, que acreditavam espiritualmente naquilo que escreviam e imaginavam.

Dessa forma, as viagens também serviam como uma maneira de educar a alma através do deslocamento do corpo (TODOROV, 2006), da forma como faziam os primeiros discípulos do cristianismo primitivo, que se deslocavam para o deserto para lá encontrarem a verdade divina. Essas viagens internas e externas, tão antigas, educavam não apenas a alma, mas o intelecto, e faziam circular tantos homens, animais, plantas, instrumentos e ideias pelos oceanos do Globo. Em se tratando especificamente dos Frades capuchinhos aqui estudados, a relação entre sua tradição religiosa e a missão na qual embarcaram é bastante profunda, pois além de reafirmar a importância da pregação do Evangelho a todos e a tudo pelo mundo – assim como afirmava o próprio Francisco de Assis –, endossando a importância da peregrinação e da pregação divina⁵⁸, não estavam apenas buscando a catequização dos indígenas – atividade tão importante para os católicos nesse momento de Guerra de Religião europeia – mas também buscavam respostas espirituais para as suas perguntas, as quais poderiam ser respondidas pela natureza, pelos animais e pela paisagem. Por conta disso, as missões foram fundamentais tanto para a disseminação da Ordem na França, quanto para o fortalecimento da Reforma Católica na Europa, buscando converter os gentios, dentre eles os indígenas habitantes do território do Maranhão. Assim, as missões também acompanharam a própria trajetória da

⁵⁷ A materialidade e a mensurabilidade dela são aspectos visíveis nos relatos de viagem dos missionários da França Equinocial. Novamente a observação, as experiências e até experimentos são indícios desses aspectos materiais, pois invariavelmente eles necessitavam de instrumentos, contas e medidas para sua realização.

⁵⁸ Sobre a biografia e a trajetória de Assis e sua ordem, ler mais em: LE GOFF, Jaques. *São Francisco de Assis*, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2011.

Ordem dos capuchinhos⁵⁹ menores na França, enquanto uma característica importante para a disseminação dela entre as várias localidades do reino e mesmo nas ocupações coloniais dele.

Levando em consideração as discussões propostas acerca das experiências pessoais e sensitivas, da importância dos animais monstruosos e das maravilhas que acreditava-se que existiam em outros lugares fora da Europa ocidental e das especificidades das descrições feitas pelos religiosos franceses em suas missões, podemos propor uma análise sobre a constituição do conhecimento natural sobre os animais do Maranhão, produzido na experiência da França Equinocial. As viagens, como espaços de conformação de novos conhecimentos (internos e externos); as experiências *in loco* como testemunhas da realidade e dos “fatos” e as percepções sensoriais, como formas de descrição e conhecimento do mundo natural, bastante difundidos no início da época moderna, configuram elementos centrais na explicação e descrição dos franceses sobre os animais do norte do Brasil.

2.2 Navegações, conquistas, ocupação territorial e os franceses nas Américas do Novo Mundo.

Quando o Tratado de Tordesilhas foi estabelecido e posteriormente reestruturado ao longo do século XVI, os domínios da Espanha e de Portugal eram delineados a partir, especialmente, dos possíveis caminhos que levavam às Índias (GADELHA, 2006). A delimitação dessas fronteiras legava alguns problemas em relação ao domínio português. A porção territorial que estava sob o domínio dos portugueses era muito menor que a espanhola, e algumas áreas desse território, sobretudo as que faziam fronteira com os domínios espanhóis, figuravam uma ameaça ao império português, pois eram locais de fácil acesso aos europeus, e estavam divididas ao meio. Um desses territórios, o qual conhecemos sua extensão total atualmente, era o Maranhão.

Ainda nesse período, as explorações feitas ao Novo Mundo, sobretudo à costa da África, eram dominadas pelos navegantes e conquistadores de Portugal. Os Papas do período, de certo modo, consideravam a predominância ibérica sobre as ocupações e

⁵⁹ A ideia de missão está intrinsecamente ligada à popularização e difusão da fé católica feita pelos capuchinhos na França desde seu estabelecimento no reino. Trataremos com maior aprofundamento sobre a Ordem e sobre os capuchinhos como missionários apostólicos no capítulo dois desta dissertação. Ver mais sobre os capuchinhos na França em: DOMPNIER, Bernard. “Les missions des Capucins et leurs empreinte sur la Réforme catholique em France”. *Revue d'histoire de l'Église de France*, n. 184, 1984, p.127-147.

colonização de novos territórios. Desde 1438, uma bula papal⁶⁰ concedeu ao Rei de Portugal a soberania e a autoridade absoluta sobre as terras “a descobrir” no Atlântico. Apenas em 1533 um bispo francês obteve do Papa Clemente VII, um Médici, uma declaração afirmando que essa bula se referia apenas aos territórios já conhecidos e explorados, e não às terras ainda por descobrir por outras coroas (MARIZ; PROVENÇAL, 2007). Apesar da presença francesa no mar Atlântico, desde pelo menos os primeiros anos do século XVI, a declaração feita pelo bispo francês concedeu maiores domínios a esses navegadores.

Ainda entre o fim do século XVI e início do século XVII, como discutimos no início do capítulo, o Maranhão era considerado uma zona de transição, sendo que não pertencia como parte formal dos domínios portugueses e nem dos domínios espanhóis. Além dele, alguns outros locais que hoje consideramos Estados do Brasil, tais como Pará, Amazonas, Amapá, Tocantins e Piauí, passavam pelas mesmas experiências em relação às suas fronteiras e domínios. Esses territórios estavam localizados a Oeste do tratado de Tordesilhas, apesar disso, o limite delimitado pelo tratado passou a ser bastante desrespeitado (CARDOSO, 2011). Durante a União Ibérica, temia-se ainda mais a ocupação de suas conquistas por “invasores”, sobretudo franceses, holandeses e ingleses, que há tempos ameaçavam os domínios ultramarinos ibéricos.

As tentativas de ocupação do Maranhão foram muitas. Os portugueses, desde o início do século XVII, buscavam alcançar essa região para a conquista e colonização. Entretanto, os nativos que lá habitavam, ou que migraram para esse território por conta da conquista do litoral do Brasil pelos portugueses, resistiram a essas tentativas. Tal rivalidade, somada ao contato prévio já estabelecido entre franceses e Tupinambá – uma das etnias nativas que habitavam o interior do território –, fez com que a aliança franco-tupinambá fosse possível e, por isso, também abriu caminhos mais viáveis para a ocupação do Maranhão. Paralelamente às navegações e conquistas luso-espanholas, no século XVI, período de grande empreendimento marítimo francês nas Américas do Novo Mundo, os navios franceses abarcavam nas ilhas da América portuguesa, e transitavam por territórios habitados e governados, em geral, por indígenas que não haviam firmado alianças com os portugueses, como os Tupinambá e os Tamoios, e que possuíam outras concepções de “território” e mesmo de “fronteira”. As duas principais tentativas⁶¹ de

⁶⁰ Bula *Romans Pontifex* do Papa Nicolau X que confirmava em 1454 esse privilégio.

⁶¹ Após a tentativa de colonização do Maranhão, empreendida na primeira década do século XVII pelos franceses, outras viagens foram feitas para o território hoje conhecido como Guiana Francesa.

colonização francesa na América portuguesa desse período⁶² são conhecidas por França Antártica (1555-1570) e França Equinocial (1612-1615). Mesmo antes do estabelecimento da colônia na Baía de Guanabara, a França Antártica, os navios franceses já navegavam por outros territórios do Novo Mundo, especialmente o Canadá e a Flórida, durante a primeira metade do século XVI. Nesse mesmo período, alguns grupos de navegantes e comerciantes franceses atuavam na América portuguesa carregando suas embarcações de pau-brasil e estabelecendo um comércio intenso com os portos de Lisboa, informação essa que é ressaltada, inclusive, em diversas crônicas sobre o Brasil, como em Gabriel Soares de Souza (1587), ou Pero de Magalhães Gândavo (1576) (BICALHO, 2008).

Acredita-se que o primeiro contato francês com as terras do Novo Mundo se deu em 1505, numa viagem feita por Binot Paulmier de Gonneville, Audrieu de la Maré e Antoine Thiéry⁶³. Os viajantes zarparam do porto de Honfleur, na Normandia, em 1503. O objetivo desses navegantes era observar algumas especiarias e raridades que, quando comercializadas na França, vinham dos portos de Lisboa, Portugal. Nesse período, as relações comerciais entre os portos da Normandia e de Lisboa eram intensas (PERRONES-MOISÉS, 1992). Os franceses vendiam trigo e tecidos e os portugueses negociavam as especiarias e raridades trazidas por eles da Índia, como àquelas referidas por Gonneville em seus relatos⁶⁴. Muitas vezes, os interesses mercantis dos franceses estavam ligados a outros interesses, como por exemplo, as propriedades terapêuticas de plantas, pedras e animais que se encontravam no Novo Mundo. Nessa viagem, Gonneville e seus sócios contrataram dois pilotos portugueses que estavam acostumados com a rota que iam percorrer, que tinha sido feita por Vasco da Gama. Depois de pararem nas Ilhas das Canárias e Cabo Verde, a navegação dos comerciantes normandos mudou de rota devido a uma forte tempestade. Após navegarem por alguns meses no Atlântico, o capitão do navio aportou na foz de um rio ainda desconhecido nesse período – hoje esse rio é

⁶² Entre a metade do século XVI e início do século XVII, as principais tentativas de colonização francesa na América Portuguesa foram a França Antártica e a França Equinocial. Entretanto, alguns anos depois, a partir sobretudo da metade do século XVII para frente, os franceses atuaram na região conhecida hoje por Guiana Francesa, região bastante disputada que, embora tenha passado por períodos de ocupação holandesa e portuguesa, ainda é território francês.

⁶³ Sobre essas viagens de exploração, veja mais em: PERRONES-MOISÉS, Leyla. *Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*. Brasil: Companhia das Letras, 1992.

⁶⁴ Veja mais em: GONNEVILLE, Binot Paulmier de; PALMIER, Jean. *Mémoire touchant l'établissement d'une mission chrestienne dans le troisième monde, autrement appelé la Terre australe, méridionale, antartique et inconnue [...] par un ecclésiastique originaire de cette mesme terre*. à Paris: Chez Claude Chamois, 1663.

conhecido por compor parte do litoral de Santa Catarina. Nesse território, fizeram escambo e abasteceram o navio de mercadorias que iriam trocar no Oriente. Entretanto, em 1505 o navio foi atacado por ingleses no Canal da Mancha e os franceses acabaram naufragando. Na embarcação que voltava para a França havia plumas, pau-brasil, animais e outras raridades. Ainda que as relações entre França e Portugal tenham se tornado tempestuosas com o passar dos anos, nesse momento, existia uma troca ativa entre comerciantes e navegantes portugueses e franceses (PERRONES-MOISÉS, 1992).

Como podemos perceber acima, o ambiente, seja ele terrestre, ou oceânico, era um fator fundamental para a atividade colonial e de investigação natural, e que se sobressaía em registros de navegação, ou mesmo em crônicas de viagem, já que os fenômenos naturais eram, inclusive, parâmetros utilizados com frequência para a determinação de alguma localidade, ou para a compreensão da natureza de algum território.

Além de uma troca comercial que visava a circulação, ou a venda, de artigos considerados exóticos e raros, como por exemplo as penas de certas aves, ou algumas pedras de difícil acesso, essas trocas mercantis que a França estabeleceu não apenas com Portugal, mas com outros reinos do período, como a Espanha e a Itália, também tinham ligação com interesses múltiplos, como por exemplo a incorporação de itens raros em gabinetes de curiosidade franceses para estudo – os quais muitas vezes eram administrados por patrocinadores dessas navegações –, ou para fins terapêuticos, como o chifre de certos animais, que poderia indicar alguma propriedade terapêutica, por conta da sua similitude com outros que também possuíam chifres e que eram considerados bons para o tratamento de certas moléstias, além alguns animais considerados antivenenosos, como algumas serpentes do Nono Mundo, ou até mesmo frutos e plantas que funcionavam como remédio e que, a partir do comportamento dos animais em relação a elas, era possível perceber sua ação terapêutica.

Pude ver a casca de uma certa árvore, com o mesmo cheiro que a almécega⁶⁵ que cresce nos jardins da Europa; e os selvagens dizem que essa casca serve para qualquer doença, por isso a utilizam. Ainda afirmam que todos os animais da floresta, quando machucados ou doentes, correm para essa árvore para se curar.⁶⁶ Por conta disso, é difícil encontrar alguma dessas árvores com a casca inteira, porque as

⁶⁵ Nesse trecho retirado do relato escrito por d'Évreux é possível observar, novamente, a presença importante das experiências sensitivas no contato e descrição da natureza.

⁶⁶ É interessante observar que o comportamento dos animais em relação à casca da árvore em questão chamou a atenção do religioso. Apesar de ser uma informação que ele recebeu dos indígenas, ou seja, que provavelmente não presenciou, afirma que é difícil encontrar essas árvores com as cascas inteiras e reitera a importância das lições e exemplos dados pelos animais aos humanos, seja no sentido moral ou natural.

feras e os animais roem-na (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 118).

Como podemos notar no trecho destacado, as plantas e animais do Novo Mundo eram constantemente comparados àqueles do Velho Mundo e suas qualidades podiam despertar interesses terapêuticos, como descreveu Yves d'Évreux. Na maioria das vezes, a atuação dos ameríndios, como nesse caso dos Tupinambá, era fundamental para a promoção de intercâmbios culturais e de conhecimento. Muitas plantas, animais e mesmo receitas de remédios eram apropriadas ou transformadas a partir do contato com essas populações. Por conta disso, acreditamos que os conhecimentos que envolviam essas trocas, especialmente aqueles relativos ao conhecimento animal e vegetal, eram também conhecimentos etnográficos, constituídos nesse contato, invariavelmente assimétrico (PRATT, 1991). Não era incomum, inclusive, que existissem descrições de remédios, curas e mesmo das doenças dos nativos nos registros de missão e viagens ao Novo Mundo, como é o caso das relações da missão capuchinha na França Equinocial.

Já na segunda década do século XVI, em 1523, outra importante viagem que contou com o auxílio de franceses foi empreendida. Armados por Jean Ango, importante armador francês, e financiados por nobres e banqueiros franceses, italianos ou descendentes de italianos⁶⁷, Giovanni e Girolamo di Verrazzano fizeram algumas viagens para a América. Na primeira viagem feita pelos irmãos, a embarcação partiu em direção ao Cabo Fear e percorreu o litoral da América do Norte, local que hoje conhecemos por Carolina do Norte, Nova Jersey, Delaware e Virgínia. Após alguns anos, em 1526, também armados por Ango, os irmãos florentinos vieram a desembarcar no Brasil, ao longo de uma rota que os levava para as Índias Orientais, durante outra de suas viagens. Nessa parada, fizeram a extração de pau-brasil e retornaram à França. Numa segunda viagem que efetuaram ao Brasil, com o intuito de estabelecer um contato maior com os nativos, Giovanni morre nas mãos dos canibais (MOLLAT, 1966).

Ao longo do percurso que fizeram para a América do Norte, Giovanni di Verrazzano percorreu uma extensão territorial muito grande, chegando até o norte atlântico canadense. Alguns anos depois, em 1604, um grupo de franceses, liderados por Pierre Du Gua de Monts e Samuel de Champlain, viajou para a essa região do Canadá e se instalou numa Ilha que batizaram de Ilha de Santa Cruz, local que mais tarde seria conhecido como *Nouvelle*⁶⁸. Bem como apontam Alexandre Belmonte e André Luis Sena

⁶⁷ Essas eram algumas famílias de banqueiros e comerciantes que viviam na cidade de Lyon, estabelecendo negócios na região.

⁶⁸ Veja mais em: BELMONTE, Alexandre; SENA, André Luis P. “Acadianos: entre chegada, ocupação e

(2017) em seu trabalho sobre a conquista e a disputa territorial pelo Canadá, travada entre franceses e ingleses entre os séculos XVII e início do XVIII, apesar da ocupação desse território ter se concretizado ainda nos primeiros anos do século XVII, a França só conseguiu estabelecer um governador oficial para essa região em 1631, devido a disputa entre ingleses e franceses por esse território. Essa disputa refletia um sistema de dominação atlântica que abarcava diversos reinos do período, no qual a França e a Inglaterra pleiteavam o seu poderio.⁶⁹ Essa rivalidade entre a França e a Inglaterra atenuou-se a partir de 1713 por conta do Tratado de Utrecht⁷⁰, que punha fim na guerra de sucessão espanhola (1701-1714). Os espanhóis estavam sendo apoiados pelos franceses, que acabaram perdendo alguns privilégios relativos ao Atlântico com esse Tratado. No que diz respeito ao Canadá e aos domínios franceses desse território, “A Nouvelle France era amputada e a soberania britânica passava a vigorar na Nova Escócia e províncias adjacentes tais como o Novo Brunswick.” (BELMONTE; SENA, 2017: 30).

Tais experiências de navegação citadas acima evidenciam a grande importância da circulação de pessoas e objetos entre os diversos locais do Globo no contexto de expansão marítima. Elas tiveram o papel de abrir novas rotas de navegação para a França, incluindo as paradas feitas na América do Sul e na América do Norte. Sobre processo de conquista das terras do Novo Mundo, as conexões, objeto de estudo dos trabalhos que visam compreender a relação entre o global e o local, nos possibilitam enxergar muitas redes de trocas e de negociações feitas entre europeus e indígenas, demonstrando a importância da análise histórica dessas navegações e ocupações de forma *misturada*⁷¹. Serge Gruzinski (2003) escreveu sobre o que chama de ‘história misturada’, e seu significado fica bastante evidente logo no início do texto, quando o autor brilhantemente usa um afresco pintado no fim do século XVI na cidade de Puebla, no México, para explicitar sua tese. Nesse afresco é possível ver a figura do macaco Ozonatli e da centaura Ocyrhoë. O macaco de origem pré-hispânica está associado à boa fortuna ou alegria. A

diáspora no Canadá Atlântico dos séculos XVII e XVIII.” *Revista interdisciplinar UVA*, Rio de Janeiro, n. 17, 2017, p. 23-34.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Esse tratado, também conhecido como Paz de Utrecht, foi o acordo estabelecido na cidade de Utrecht, localizada nos Países Baixos que finalizou a guerra de sucessão espanhola (1701-1714), o qual abarcou interesses de várias potências europeias envolvidas em tal guerra. Veja mais sobre esse tratado, acontecimentos precedentes e anteriores em: FURTADO, Júnia Ferreira. “Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville”, *Revista Topoi*, vol.1, n.2, 2011, p. 66-83.

⁷¹ Referência à História Misturada. Veja mais em: GRUZINSKI, Serge. “O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio”. *Revista Estudos Avançados*, vol. 17, n. 49, 2003.

centaura, do paganismo grego, filha do centauro *Chironte*, é encarregada de revelar o destino, assim como o macaco. Entre os dois, está uma flor chamada *poyomatli* com efeitos alucinógenos, utilizada pelos indígenas antes e depois da conquista, e consumida por espanhóis, mestiços e mulatos (GRUZINSKI, 2003). Essas trocas, às quais refere-se Gruzinski de forma a dar ênfase nas relações alargadas e complexas entre “centros” e “periferias”, aparecem com frequência nos relatos de viagem dos exploradores do início da época moderna. A circulação desses escritos entre missionários, navegantes, e até mesmo o público leigo de vários reinos foi fundamental para o estabelecimento de rotas comerciais, mas também de novos conhecimentos sobre o Novo Mundo.

As conexões feitas entre o Velho e o Novo Mundo, a partir desses exploradores passaram a fazer parte dos estudos dos investigadores do período, preocupados em compreender os elementos dessas “novas” naturezas e regiões do mar Atlântico. Hugo Cagle (2018), adotando uma perspectiva Atlântica para analisar as trocas que aconteceram entre os territórios que são banhados por esse Oceano, estudou os naturalistas de Lisboa, defendendo que a relação da corte e dos letrados com o mundo natural se dava através dos estudos desses eruditos e dos gabinetes e coleções de curiosidades. Esses estudos mantinham descrições que mesclavam classificações do real e do maravilhoso sobre a natureza da Ásia, África e Américas. Ainda que nesses gabinetes se encontrassem animais, minérios e plantas reais, muitos registros feitos por naturalistas de Lisboa citavam animais maravilhosos, incluindo pássaros falantes, monstros e unicórnios. Em um único gabinete, segundo o autor, era possível encontrar elementos dos animais e das plantas de várias regiões do Globo, como as penas dos tucanos do Brasil – utilizadas pelos indígenas para a produção de seus acessórios –, bezouros asiáticos, escudo de pele de Cambay e ovos verdes manchados da ema australiana (CAGLE, 2018: 210). O autor chamou a atenção para a relevância das trocas atlânticas nesse processo de conquista e ocupação do Globo para a produção de novos saberes e conhecimentos sobre os mundos naturais ainda desconhecidos e apreciados pelos europeus. Por conta disso, esses gabinetes foram fundamentais para o estudo da natureza (FINDLEN, 1996), tornando-se populares entre as cortes europeias do início da época moderna. Através deles, elementos naturais, considerados exóticos pelos europeus, como os citados acima, atravessaram cidades da Europa, como Milão, Antuérpia, Bruxelas e Roma (CAGLE, 2018).

Levando em consideração as discussões feitas pelos autores sobre conexões e sobre as trocas atlânticas, que aconteceram nesse período de conquista das terras do Novo

Mundo, podemos considerar que o grupo de missionários franceses aqui estudados atuaram dentro dessa lógica de trocas e intercâmbios de experiência de pessoas, ideias e objetos dentro das dinâmicas do império marítimo francês desse período, o qual contou com as informações das viagens precedentes à conquista do Maranhão para obter melhores informações de navegação e sobre as raridades e maravilhas espalhadas pelo Globo.

Desta forma, as viagens empreendidas ao longo do Renascimento permitiram que novos conhecimentos acerca da natureza fossem formados (FINDLEN, 1996). Os exploradores se aventuravam pelos oceanos atrás de novas e singulares plantas, frutas, pedras, animais, territórios e povos, fomentando a importância do papel dos investigadores do mundo natural, que aprendiam sobre a natureza por via das experiências *in loco*⁷² e das percepções sensoriais⁷³, que ganhavam lugar de autoridade nos estudos e tratados de naturalistas europeus, especialmente a partir do século XVII. (FINDLEN, 1996)

É possível considerar, portanto, que a conquista e ocupação do Maranhão, ou da chamada “terra dos Tupinambá”, foi fruto de interações diplomáticas, intenções político-comerciais, iniciativas de cunho religioso em relação a difusão da fé católica e catequese dos indígenas desse território e também das novas rotas que foram sendo delineadas ao longo das viagens empreendidas ao Novo Mundo. Essas práticas foram valorosas para a conformação de novas ideias sobre esse território e sobre sua natureza.

2.3 “La Nouvelle France” e o Brasil francês.

Como pudemos notar no tópico anterior, as conexões franco-brasileiras possuem uma história importante, no que tange as influências mútuas, seja no campo da política, da cultura ou do conhecimento. Essas conexões são fruto de relações remotas, que remontam o início da ocupação do Novo Mundo (TAVARES, 2014). As navegações, parte fundamentalmente essencial para as alianças que se concretizaram entre França e

⁷² As experiências *in loco* foram fundamentais, sobretudo a partir da metade do século XVII em diante, para a produção de conhecimento natural. Veja mais em FINDLEN, Paula. *Possessing Nature Museums, Collecting, and Scientific Culture in Early Modern Italy*. Estados Unidos: University of California Press, 1994.

⁷³ As experiências ou percepções sensoriais fazem parte dos registros dos naturalistas do início da época moderna. É comum encontramos referências aos cheiros, gostos e sons que os animais possuem nas descrições feitas por esses letrados. Acerca dessa noção, ler mais em: HACKE, Daniela; MUSSELWHITE, Paul. *Empire of the Senses: Sensory Practices of Colonialism in Early America*, Brill, 2017.

Brasil, configuram parte das discussões sobre as viagens⁷⁴ dessa época, empreendimentos ultramarinos e coloniais, e que, desde então passaram a fazer parte das práticas e investigações científicas.

Viajar não era tarefa fácil de ser cumprida, especialmente no início da época moderna, em que nem sempre se conhecia as melhores rotas a serem seguidas até a chegada ao destino final. Fora do circuito ibérico de viagens e navegações, que influenciou e serviu como modelo para a maior parte dos outros impérios ultramarinos, era preciso fortalecer os laços com marinheiros, fidalgos, comerciantes e mesmo militares de outras monarquias, para que fosse possível possuir informações sobre alguns locais, já que muitos mapas, cartas e relatos de viagens ibéricos permaneciam restritos à círculos pequenos de pessoas dessas potências (PORTUONDO, 2009).

Os riscos das possibilidades de não sobrevivência à travessia marinha, ou mesmo do encontro com o ‘outro’, fizeram com que as viagens não tenham se tornado objetivo final e prática unânime da maioria dos naturalistas e estudiosos do mundo natural, mesmo posteriormente (KURY, 2001). Ainda assim, entre o século XVI e meados do século XVII, as novidades que eram trazidas à Europa, através das viagens aos outros continentes e oceanos, fomentaram o comércio entre portos e alimentaram a curiosidade sobre outros espaços, geografias, naturezas e habitantes que não eram originários da Europa. Estes por sua vez, como os ameríndios, atuavam de forma fundamental na conformação desses conhecimentos que viajavam (PARRISH, 1999). Os registros textuais e iconográficos que retratavam a ‘nova’ realidade, então conhecida pelos europeus, fazia emergir questionamentos, por exemplo sobre a diversidade de espécies animais e plantas existentes em outros locais do mundo, ou sobre a identidade dos habitantes desses outros territórios (GEORGE, 1969; PAPAVERO; TEIXEIRA, 2001) e aguçava a importância desses empreendimentos marinhos e as viagens às terras distantes.

Muitas expedições já tinham sido empreendidas por comerciantes e navegadores franceses por esses territórios⁷⁵, e, ao longo delas, alguns homens eram deixados nos locais para que estabelecessem alianças com as tribos indígenas e aprendessem suas

⁷⁴ A historiografia sobre viagens é um campo vasto que possui uma ampla bibliografia. As pesquisas que se debruçam sobre as viagens e seu papel na construção de conhecimentos buscam compreender temas como a alteridade, as práticas de navegação, seu papel na conformação de conhecimentos, dentre vários outros. Dela, fazem parte nomes como Ana Maria de Moraes Belluzzo (1999), Patrícia Seed (1999); Paula Findlen (1996, 2002), Susan Scott Parrish (1999), Tzvetan Todorov (2006), Lorelai Kury (2001), Davis Marcus Knight (2001), com os quais dialogamos nesse trabalho, junto de tantos outros.

⁷⁵ Ver lista detalhada de outros empreendimentos marítimos franceses em: PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardière e a França Equinocial: os Franceses no Maranhão 1612-1615*. Brasil: Topbooks, 2007.

línguas. Com o passar do tempo, esses exploradores foram sendo reconhecidos como importantes intérpretes das línguas indígenas, fundamentais para as trocas e para o conhecimento dessas novas naturezas.

Uma dessas experiências, valorosa para o posterior empreendimento da França Equinocial, aconteceu no final da segunda metade do século XVI. Em 1594, uma viagem que partia da França em direção ao Maranhão, foi preparada pelo capitão francês Sr. de Riffault, o qual armou três naus que desembarcaram no Brasil, com a intenção de nessa terra fazer alguma conquista, levando em consideração a relação que o capitão já tinha estabelecido com o indígena da região chamado Ouirapuie.⁷⁶ Porventura do encalhe do principal navio de sua armada, o capitão viu-se obrigado a deixar naquela região alguns franceses “entre os quais um mancebo gentil-homem, por nome Senhor Des Vaux, natural de Saint Maure em Turenne, e este com alguns franceses e índios, foi para a guerra contra outros nativos, e foi tão valoroso que conquistou notáveis vitórias, acomodando-se sempre aos usos e costumes do país, até mesmo a falar sua linguagem.” (D’ABBEVILLE, 1614: 12-13). Depois de reconhecer as singularidades naturais do território do Maranhão, o francês retornou à França para comunicar o Rei sobre o que viu e presenciou nessa viagem de exploração. Entusiasmado com as boas notícias trazidas ao Reino, rei Henrique IV ordenou que:

Sr. De Ravardière, muito versado em negócios marítimos, mormente tendo já aí viajado muitas vezes, e estando resolvido a repetir essas viagens, que consigo levasse o dito Des Vaux ao Brasil e Ilha do Maranhão, encarregando-o também, e expressamente, de escrever no seu regresso um relatório, e com a promessa de empreender essa tarefa por sua conta em risco, no caso de ser verdade o que informa Des Vaux. (D’ABBEVILLE, 1614: 13-14)

Dessa maneira, o então Rei da França, Henrique IV, poderia estudar as reais possibilidades da implantação de uma nova colônia francesa nesse local. Depois de alguns meses verificando as informações trazidas anteriormente ao Reino por Des Vaux, os franceses ordenados à exploração retornam para a França com boas novas sobre o território estudado e os ânimos renovados em relação ao estabelecimento de uma nova colônia no local.⁷⁷ Por conta de seu contato mais próximo com os Tupinambá,

⁷⁶ Passagens como essa, que podem ser verificadas ao longo do relato dos missionários franceses aqui estudados, são indícios do contato de longa data que os franceses já tinham estabelecido com os indígenas de certas regiões da América portuguesa.

⁷⁷ Sobre as expedições anteriores empreendidas por Des Vaux, veja mais em: MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardiere e a França Equinocial: os Franceses no Maranhão 1612-1615*. Brasil: Topbooks, 2007; DAHER, Andrea. *O Brasil francês. As singularidades da França Equinocial (1612-1615)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; e PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante

proporcionado pelo tempo que ficou na região, Charles Des Vaux é considerado o provável autor de uma série de desenhos que retratam os animais e as árvores do Maranhão. Posteriormente, esses desenhos foram apropriados e anexados à obra portuguesa *História dos animais e das árvores do Maranhão* (1967)⁷⁸ de Cristóvão de Lisboa, missionário português que foi enviado ao Maranhão, logo após a dissolução da ocupação francesa no território. Seu propósito nessa viagem foi o de extinguir qualquer resquício da memória e da presença francesa nesse local (PAPAVERO; TEIXEIRA; FIGUEIREDO, 1999; KURY, 2014). É importante ressaltar a disputa não apenas territorial entre franceses e portugueses, mas também pelo conhecimento sobre a natureza dessa região. A apropriação dos desenhos por Cristóvão de Lisboa, inclui observações novas e rasuras inseridas *a posteriori*. A disputa é um grande indício da importância dessa localidade e desses desenhos, conseqüentemente, do conhecimento natural sobre esse local. O território do Maranhão passou a ser uma possibilidade de lugar para se estabelecer uma nova colônia francesa desde que essas viagens foram empreendidas, muito embora seu contato com a região já era de longa data, sobretudo por conta do comércio.

2.4 A França Antártica.

Outra importante experiência colonial francesa que influenciou as decisões referentes à missão francesa no Maranhão, foi a ocupação francesa estabelecida no Rio de Janeiro em meados do século XVI, conhecida por França Antártica (1555-1570). Anteriormente à ocupação do Maranhão, os franceses lançaram-se ao mar com a missão de ocupar e estabelecer uma colônia insular na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro. Liderados por Nicolas Durand de Villegagnon, cavaleiro de Malta, essa missão instituiu boas relações entre franceses e indígenas e serviu para a produção de relatos de viagem fundamentais, que certamente influenciaram os que foram feitos posteriormente por outros franceses, como Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux. Partiram do porto de Havre, na metade do século XVI, dois navios que transportavam cerca de 600 homens em direção ao Rio de Janeiro, na América portuguesa. O grupo de navegantes colonos era composto

Martins; FIGUEIREDO, José Lima de. Frei Cristóvão de Lisboa not the author of "História dos animais e árvores do Maranhão". 1. Introduction and comments on plates 1-60. *Contribuições Avulsas sobre a História Natural do Brasil, Sér. História da História Natural*, n. 6, p. 1-12, 1999.

⁷⁸ Essa obra foi composta ao longo da segunda década do século XVII. Entretanto, esse manuscrito permaneceu no Arquivo Ultramarino Português, até que em 1967, ela foi "redescoberta" e publicada. Essa publicação é acompanhada de notas e estudos da obra.

por uma diversidade de atores, como nobres e plebeus, franceses e alguns escoceses, católicos e seguidores da Reforma, dentre outros. Vale dar evidência ao fato de que os apoiadores da Reforma enxergavam na França Antártica uma tentativa de estabelecimento de uma ocupação inteiramente adepta à Reforma religiosa que estava acontecendo na França. Por conta disso, o próprio Calvino destacava a importância dessa colônia (TAVARES, 2014) nas cartas que trocava com seus pares, enfatizando a possibilidade de nela estabelecer-se uma colônia reformada e não católica. A ocupação que estava edificando-se não se limitou à ilha, que veio a tomar seu nome, estendendo-se em terra firme, onde criou-se um núcleo com o nome Henriville⁷⁹, em homenagem ao então rei francês. Quando aportaram na Baía que pretendiam ocupar, os franceses se instalaram, primeiramente, em uma ilha desprovida de muitos recursos naturais, de nome Coligny. Ao longo do processo de ocupação desse território, os franceses foram se estabelecendo em outras ilhas da Baía e viraram grandes aliados dos nativos que habitavam a região, como os Tamoios e os Tupinambá.

Acredita-se que essa aliança tenha sido um dos motivos que levou ao agravamento das disputas entre católicos e protestantes ao longo das Guerras de Religião que se alastraram pela França no período. Os calvinistas que permaneciam na colônia francesa buscaram refúgio com os Tupinambá em terra firme. Depois de um pequeno período, Villegaignon solicitou que um novo grupo de colonos fosse enviado para a França Antártica para auxiliar na manutenção da colônia. Dessa forma, em 1558 trouxe Bois-le-Comte, sobrinho de Villegaignon, que depois de sua ida à França retorna à colônia francesa com um grupo de reformados genebrinos⁸⁰. Dentre esses novos exploradores e colonos, encontrava-se o sapateiro reformado Jean de Léry, autor de uma das importantes obras que foram produzidas a partir dessa experiência francesa no Rio de Janeiro. Assim como aponta Ronald Raminelli (2008) ao analisar os “elementos americanos” recolhidos por Thevet ao longo de sua estadia no Brasil enquanto testemunhos concretos e culturais do que presenciou na sua viagem, dentre os assuntos que mais tomam a atenção dos

⁷⁹ Acredita-se que essa ilha não tenha existido de fato. Nesse caso ela pode ter sido “criada” como uma homenagem de André Thevet ao então Rei da França.

⁸⁰ Veja mais detalhes sobre a atuação dos reformados em relação à França Antártica em: TAVARES, Luiz de Freitas. *O Novo Mundo na França, discursos e poderes (c. 1530- c. 1630)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014. Esses atores da Reforma religiosa na Europa, assim como Jean de Léry, encontraram necessidade, muitas vezes, de abrigar-se em outros reinos por conta da ameaça que sofriam nas Guerras de Religião. O caso de Léry é um desses, pois o francês abrigou-se em Genebra, junto de um grupo de outros reformados franceses para fugir da situação alarmante na França.

religiosos que escrevem sobre a França Antártica, o canibalismo ocupa um espaço de relevância muito grande, chegando a influenciar algumas gerações de intelectuais do século das Luzes. As obras *Les singularitez de la France Antarctique* (1556) de André Thevet e *Histoire d'un Voyage Faict en la Terre du Brésil, autrement Dite Amérique* (1578), escritas com o intuito de registrar as singularidades dessa terra do Brasil, foram concebidas para o melhor proveito dos estudiosos do reino da França. André Thevet, cosmógrafo real, passou apenas 10 semanas na região ocupada, ainda assim, escreveu sobre os detalhes da natureza dessa terra. Em seus registros, escreveu sobre o clima, a situação geográfica da Baía de Guanabara, a temperatura do ar, as qualidades dos animais e outros elementos e aspectos cosmográficos importantes, inclusive sobre outros habitantes, como os tamoios (RAMINELLI, 2008).

Suas descrições eram acompanhadas de desenhos, que serviam para comprovar o testemunho ocular da sua experiência na Baía de Guanabara. Além disso, o autor acredita que o frade também recolheu alguns artefatos entre os indígenas para compor uma coleção na França, justamente para reiterar o seu interesse, especialmente voltado aos conhecimentos naturais do Novo Mundo, e seu esforço em estabelecer esses registros e coleções para novos estudos dos letrados franceses. Raminelli também evidencia que o esforço do cosmógrafo real em levar artefatos materiais à França tinha relação com o sistema de patronato, que garantia a doação de objetos exóticos aos senhores de prestígio que, muitas vezes, patrocinavam parte dessas viagens.

Nos relatos compostos e, posteriormente publicados, sob a autoria de André Thevet, é possível observar a importância das experiências *in loco* como forma de comprovação da verdade. Para o cosmógrafo real, a credibilidade intelectual de suas afirmações era, também, uma forma de exaltar os empreendimentos franceses no Brasil. Thevet utilizou de textos clássicos e de seus contemporâneos para defender a importância dessas experiências, enquanto forma de difundir um conhecimento que buscava a verdade na natureza, contra desenhos e textos que ele considerava falsos, que circulavam no momento pela Europa. Sua obra é composta de gravuras e desenhos de Jean Cousin e outros desenhistas desconhecidos que fizeram ilustrações dos animais, das plantas e dos costumes dos indígenas americanos. A combinação entre imagem e escrita tinha a finalidade de dar mais credibilidade e veracidade à experiência vivida por Thevet no Rio de Janeiro, além de ser resultado de um longo processo de disseminação do conhecimento, que envolvia zonas de trocas entre letrados e artesãos (LONG, 2002). Muitas vezes, quando descrevia os animais do território onde permaneceu, utilizava de medidas que

aproximavam alguns animais desconhecidos à realidade francesa, assim como fez quando usou estruturas anatômicas de peixes, como o caçã, para descrever os peixes do Rio de Janeiro. Dessa maneira, as similitudes compunham um verdadeiro ‘retalho de medidas’⁸¹ e partes de animais distintos, que eram descritos a partir de experiências sensitivas e pessoais. Essas medidas e aproximações criavam uma imagem fácil de ser decifrada pelos europeus.

A dita ilha só tem abundância de animais selvagens e aves; a fruta é pouca. Encontram-se nela, entre outras coisas, diversas espécies de papagaios, saguis amarelos e macacos pretos de porte grande. Veem-se, também, javalis, mas assaz diferentes dos nossos, uma vez que desprovidos de cauda. São meio negros, muito ferozes e cruéis, e têm os orifícios nas costas. Os tibiguerianos chamam a tais animais Phitob; e os Tupinambá, do nome de uns povos que habitam ao longo desse rio e que teriam, penso eu, introduzido a tais animais na região pelo prazer de caçá-los depois. A terra é firme, vizinha da ilha, abunda em bestas corníferas, de todo diversas das que existem da banda de cá, as quais, todavia, são boas de comer, uma vez que o paladar é agradável, e a carne saborosa. (THEVET, 1575: 908)

Assim como Thevet, Léry também enfatizou a importância das experiências e das observações feitas *in loco*. Em seu relato de viagem pululam ilustrações que, bem como as de Thevet, tinham o objetivo de trazer a realidade para o mundo de seus leitores. Léry também contava com a presença de um desenhista ao seu lado na viagem à França Antártica, conhecido por Jean Gardien, como bem aponta Frank Lestringant (2000). Seu contato bastante próximo com os indígenas dessa missão possibilitaram que uma grande quantidade de informações aprofundadas sobre o seu cotidiano junto dos nativos, suas práticas, culturas e modo de vida chegassem aos europeus depois que o calvinista retorna à França e publica sua obra. Em seu livro, Léry tratou de diversos temas, como técnicas de plantio, espécies cultivadas na agricultura nativa, relações de troca econômica, técnicas de pesca, localização geográfica das aldeias naquela região, as plantas e animais existentes nesse território etc., dando muitas contribuições, especialmente, aos estudos sobre os indígenas, que posteriormente passou-se a chamar por etnográficos e, com frequência, enfatizando a relevância das experiências pessoais em seus registros:

Além desses animais, que constituem o alimento habitual dos

⁸¹ O uso de similitudes era bastante comum entre os viajantes, cronistas e missionários europeus. É possível localizar esse tipo de descrição em muitos desses relatos, que serviam para aproximar uma realidade da outra, fomentando a ideia de que existiam monstros, animais híbridos, espalhados pelo Globo como um sinal divino. Sobre esses outros relatos, nos quais podemos observar o uso das similitudes, iremos aprofundar a análise no tópico seguinte, assim como também aprofundaremos a análise das percepções sensoriais e das experiências de viagem como método científico de verificação do conhecimento natural do período.

americanos, comem eles crocodilos, chamados Iacaré, os quais têm a grossura da coxa de um homem e o comprimento proporcional; esses animais não são perigosos pois, como pude ver muita vezes, os selvagens os levam vivos para as suas casas e as crianças brincam ao redor deles sem mal algum. No entanto, ouvi contar pelos velhos das aldeias que, nas matas, são muitas vezes atacados e encontram dificuldades para se defender com flechas contra os Iacarés monstruosos [...] A esse respeito, além do que os autores mencionam sobre os crocodilos do Nilo, no Egito, diz o autor da História geral das índias que mataram crocodilos perto da cidade de Panamá, com mais de cem pés de comprimento, o que é quase inacreditável. Observei os jacarés médios e vi que têm a boca bastante rasgada, as pernas altas, a cauda chata e pontuda na extremidade. Confesso que não verifiquei se eles conservam imóvel a mandíbula superior, como geralmente se acredita (LÉRY, 1578: 158).

Tanto Léry, quanto Thevet, posteriormente, publicaram seus relatos referentes a essa missão. Apesar de inimigos de fé, sendo um católico e outro reformado, defendiam a importância da experiência para o melhor aprendizado sobre a natureza. Talvez uma das suas maiores divergências era o fato de que Thevet defendia a conversão dos gentios, e Léry não. Suas obras foram publicadas em novas edições ainda no século XVI e início do século XVII, sendo reconhecidas mesmo em seu tempo como trabalhos de referência para o estudo da América portuguesa e seus territórios, especialmente o atual Rio de Janeiro.

O fim dessa experiência colonial foi marcado por vários conflitos e acontecimentos, sobretudo após a chegada do grupo calvinista à região. A rivalidade religiosa que se alastrava cada vez mais na França acabou desenvolvendo desavenças entre os colonos que permaneceram na França Antártica e, desse modo, foi um dos grandes motivos para o fim dessa ocupação francesa. O próprio líder da colônia francesa teve de voltar à França, por volta de 1560, para se defender perante ao rei por conta de acusações difamatórias que sofreu dos huguenotes do reino. Vários foram as desavenças que se deram nos assuntos religiosos da colônia, desde discussões teológicas, ou práticas, sobre os ritos católicos, até a separação dos genebrinos da França Antártica, que passaram a viver junto dos Tupinambá nas aldeias próximas à missão (TAVARES, 2014). Um outro fator relevante que também trouxe problemas ao grupo de colonos franceses na Guanabara foi uma moléstia⁸² que assolou a população instalada na região na época, matando um número em torno de 9.000 pessoas⁸³. Um ator importante dessa colônia foi

⁸² É possível que essa tenha sido uma epidemia de varíola.

⁸³ Segundo André Thevet, 9.000 pessoas morreram com essa doença, entretanto Barré, outro colono francês, indica que foram em torno de 800 mortos. Veja mais sobre esse assunto em: NETO, Carlos de Araujo Moreira. *Franceses no Brasil, séculos XVI e XVII*. In: *Coleção Franceses no Brasil, séculos XVI e XVII*, Fundação Darcy Ribeiro, 2009, p. 15-17.

atingido pela moléstia, o chefe indígena Cunhambebe, além do franciscano André Thevet, que retornou à França doente (NETO, 2009).

Outros conflitos foram definitivos para que essa missão chegasse ao fim. A luta de reconquista portuguesa por esse território foi definitiva para a expulsão e derrota dos franceses que, nesse período, estavam no fronte resistindo com seus aliados indígenas tamoios, episódio conhecido como Confederação dos Tamoios. É provável que os tamoios e os franceses tenham sido vencidos por conta da condição precária de subsistência que estavam enfrentando, com a dificuldade na alimentação e a morte da população aliada por conta da epidemia acima citada. Entretanto, essa luta dos indígenas perdurou por alguns anos, e os franceses que não foram mortos, presos, ou que retornaram à França, passaram a viver junto desses grupos em situação tribal. Isso fez com que o contato íntimo entre esses grupos se fortalecesse cada vez mais e auxiliasse na instalação da posterior colônia no Maranhão.

2.5 A França Equinocial no Maranhão.

Alguns anos mais tarde, um grupo de outros navegantes franceses aventurou-se novamente em direção à América. Diferentemente da colônia descrita anteriormente, a empresa colonial que se instaurou no Maranhão era católica desde o seu princípio oficial. O empreendimento de fundação da França Equinocial (1612-1615) iniciou-se em 1610, quando Daniel de la Touche, Senhor de Ravardière – navegador que já havia estado no Maranhão alguns anos antes da ocupação oficial francesa nessa região – recebeu do rei Henrique IV uma concessão para explorar toda a região, desde a Guiana até o Maranhão (MARIZ; PROVENÇAL, 2007). Entretanto, o rei foi assassinado, deixando em seu lugar seu filho, Luís XIII, menor de idade. Sua mãe, Maria de Médici, Rainha da França, tomou o posto de regente da França ao lado de seu filho. Maria de Médici não eliminou a carta patente cedida por Henrique IV à Ravardière, mas também não ofereceu nenhum recurso financeiro para a fundação dessa nova colônia, (TAVARES, 2014). Ravardière e seu companheiro de viagem Charles Des Vaux tiveram, então, de buscar apoio financeiro na fidalguia francesa, como os irmãos François, Isaac e Claude de Razilly, que eram católicos⁸⁴, e que por sua vez, convenceram a regente a ceder o apoio financeiro necessário para a viagem.

A viagem de fundação da França Equinocial no Maranhão começou no ano de

⁸⁴ As dificuldades relativas ao financiamento para a viagem de fundação da França Equinocial são reflexos das guerras religiosas que assolavam a Europa nesse momento.

1611, quando partiram algumas centenas de franceses do porto de Cancale – localizado na baía de Saint Malo, Bretanha – para o Maranhão. Os Frades capuchinhos Claude d’Abbeville, Yves d’Évreux, Arsène de Paris e Ambrósio d’Amiens, do Convento dos Capuchinhos de Saint-Honoré, em Paris, foram selecionados para essa missão, e se preparavam para embarcar nessa viagem, a pedido da Rainha regente Maria de Médici. Na carta enviada pela regente ao Reverendo Padre Léonard de Paris, Provincial do mesmo convento, no dia 23 de abril de 1611, encontra-se registrado o envio de alguns capuchinhos às Índias Ocidentais para que lá estabelecessem a fé cristã⁸⁵. O trajeto da viagem da França ao Brasil é narrado nos relatos feitos pelos Frades d’Abbeville e d’Évreux, e nas cartas que os religiosos enviaram aos seus irmãos do convento de Saint-Honoré e à fidalguia francesa, dando-lhes detalhes sobre as dificuldades da viagem, os trajetos pelos quais passaram e sobre os aspectos naturais da ilha do Maranhão, onde aportaram. Encontram-se nesses registros as observações e descrições sobre as singularidades da França Equinocial, que vão desde o cotidiano da vila de São Luís, fundada no Maranhão, até características locais, como os traços da cultura dos Tupinambá, suas crenças e seus hábitos – o que demonstra o grande teor etnográfico da escrita desses missionários⁸⁶ -, assim como também descrevem aspectos do Maranhão, como seus rios, sua fertilidade, seu clima, sua fauna e sua flora.

2.6 O Itinerário francês e a chegada à Ilha do Maranhão.

O itinerário da viagem feita por esse grupo de navegantes pode ser observado na carta escrita⁸⁷ por d’Abbeville em 20 de agosto de 1612 intitulada *L’arrivée des Peres Capucins et la conversion des sauvages a nostre sainte foy déclarée par le R.P. Claude d’Abbeville Predicateur Capucin*, publicada em 1613, e nos capítulos iniciais de sua relação sobre a história da missão dos capuchinhos no Maranhão (1614). Segundo o religioso, os franceses partiram numa segunda feira de Páscoa de Pleume, Inglaterra, local

⁸⁵ As cartas trocadas entre Maria de Médici e o Reverendo Padre Leonard de Paris podem ser lidas na edição da obra de Claude d’Abbeville de 2002, publicada pela editora siciliano. Também há menções a essas correspondências em: MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardiere e a França Equinocial: os Franceses no Maranhão 1612-1615*. Brasil, Topbooks, 2007 e DAHER, Andrea. *O Brasil francês. As singularidades da França Equinocial (1612-1615)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

⁸⁶ Joan-Pau Rubiés escreve sobre a atuação etnográfica dos missionários desse período de conquista do novo mundo. O autor fala da atuação dos jesuítas, mas, no caso dos capuchinhos também é possível observar essa proximidade desses religiosos com o trabalho etnográfico (apesar desse termo não existir na época). Veja mais em: RUBIÉS, Joan-Pau. *Travel and Ethnology in the Renaissance: South India through european eye, 1250-1625*. Cambridge University Press, 2000.

⁸⁷ Essa carta está sendo citada a partir de nossa tradução.

onde tiveram de permanecer alguns dias por conta do mau tempo que afetou a navegação. Tendo saído de Pleume, a viagem seguiu em boas condições, com ventos bons que ajudaram na ultrapassagem do canal das Canárias. O capuchinho continuou dizendo que passaram pelo cabo de Bef-dois, percorrendo-o até chegar ao cabo branco. Por conta do bom tempo, d'Abbeville afirmou que conseguiram, então, ultrapassar a linha do Equador. Logo que passaram a linha, de acordo com o missionário, os viajantes chegaram na ilha chamada Fernand de la Rocque (Fernando de Noronha), com cerca de 5 a 6 léguas⁸⁸, que continha propriedades naturais interessantes, as quais d'Abbeville descreveu como qualidades de um pequeno paraíso terrestre (D'ABBEVILLE, 1612: 5).

O religioso continua sua carta escrevendo que nessa ilha encontraram apenas cerca de 16, ou 18 indígenas escravizados com um português, dos quais alguns foram batizados depois que os capuchinhos plantaram a cruz católica e rezaram a santa missa na ilha. Segundo o frade, os franceses teriam passado 15 dias nessa pequena ilha, libertando todos os selvagens que encontraram escravizados. Continuando viagem, d'Abbeville narrou que os franceses chegaram ao chamado cabo das Tartarugas, levando consigo os indígenas que estavam anteriormente na pequena ilha onde posaram, juntamente com algodão e outras mercadorias que esses habitantes carregavam⁸⁹. Ficaram 15 dias nessa região e depois partiram para a ilha do Maranhão, destino final da viagem.

No dia de Santa Ana, mãe da virgem Maria, chegaram os viajantes ao seu destino último. Ao chegarem na ilha do Maranhão, os franceses andaram até o ponto que foi designado para fixar a cruz dos capuchinhos⁹⁰. Dessa maneira, contou d'Abbeville, a pequena ilha tendo sido abençoada, foi chamada de ilha de Santa Ana⁹¹ por François de Razilly, nobre francês explorador, e por Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardiére,

⁸⁸ Fica evidente, ao longo dos capítulos de descrição da navegação feita pelos franceses, que a exatidão dos dados referentes aos locais por onde estavam passando era algo importante aos capuchinhos, sobretudo para d'Abbeville. Em diversas passagens de seu texto, o religioso dá detalhes sobre a posição dos locais e mesmo o horário exato em que eles chegavam, partiam ou que eles presenciaram algo inusitado acontecendo em alto-mar.

⁸⁹ Nesse trecho, é possível observar novamente a relevância das trocas e das mercadorias que encontravam os franceses pelos lugares onde passavam. Essas trocas demonstravam as intenções de ambos os grupos na aliança que estava sendo formada entre franceses e Tupinambá.

⁹⁰ D'Abbeville escreveu que, ao pé da cruz fixada nesta pequena ilha onde estavam, foi enterrado um artesão que participava da missão francesa. Essa informação revela, tanto sobre a pluralidade dos papéis das pessoas que estiveram nessa missão, quanto acerca da importância dos objetos materiais que foram provavelmente construídos ao longo de sua existência para a própria manutenção da navegação e da viagem. Desse modo, mesmo que indiretamente, as cartas e registros de viagens podem revelar aspectos materiais fundamentais para a própria existência de empreendimentos como este, que muitas vezes passam despercebidos pelo leitor.

⁹¹ Segundo a carta escrita por d'Abbeville em 1612, intitulada, esse nome refere-se ao dia da chegada dos franceses à ilha do Maranhão e à irmã de François de Razilly, condessa de Soissons, cujo nome é Anne.

Lugar-tenente General da Marinha Francesa.

Analisando as cartas e relações escritas pelos capuchinhos, observa-se que nessa missão participaram alguns viajantes, comerciantes e fidalgos experientes como os irmãos de Razilly. Issac de Razilly, por exemplo, foi um explorador bastante ativo, sendo que após sua participação na missão da França Equinocial, ele viajou para o Marrocos⁹², para a Ásia, para a América do Norte e até mesmo para o Canadá, participando de projetos de colonização francesa e de comércio Atlântico. Além dele, Arsène de Paris também teria sido enviado à missão francesa no Canadá, anos depois do fim da França Equinocial (MARIZ; PROVENÇAL, 2007).

Partindo dessa pequena ilha no Maranhão, escreveu d'Abbeville em sua carta, os franceses foram, então, em direção à grande ilha do Maranhão, a qual despertava maior interesse dos missionários e exploradores. Nela, assim como podemos observar na carta de d'Abbeville, os franceses acreditavam que iriam encontrar um número grande de indígenas para serem convertidos, pois pensavam ser lá o lugar onde eles viviam. É possível que os franceses que participaram dessa empreitada tenham tido essa ideia a respeito do lugar onde habitavam os indígenas, especialmente os Tupinambá, a partir da viagem anteriormente feita por Ravardiére e Des Vaux ao Maranhão, especialmente através dos registros que possivelmente foram feitos a partir dela.⁹³

Ao chegarem na região tão almejada, o religioso relata que ele e seus irmãos se vestiram com seus hábitos cinzas, os quais eram suficientemente finos para o calor⁹⁴ que fazia nesse local. Descendo do navio em que se encontravam, d'Abbeville comentou que os franceses tomaram um pequeno barco (canoa), similar a um barco indiano, o qual era feito inteiramente a partir de uma só peça. Em terra firme, esperavam os capuchinhos desse navio, os indígenas Tupinambá que estiveram no mar com o Senhor de Razilly e muitos franceses, tanto da equipe de d'Abbeville, quanto da equipe de Monsieur du Manoir e do Capitão Geral (D'ABBEVILLE, 1612: 7). Dessa maneira, partiram em

⁹² Nessa missão ao Marrocos, juntamente com Razilly viajaram os primeiros capuchinhos missionários que estiveram na região. Não foi em todas as viagens de ocupação francesa no Novo Mundo que os capuchinhos trabalharam como missionários. Provavelmente, eles eram escalados naqueles cujo investimento e o interesse do estabelecimento da fé católica eram fundamentais.

⁹³ D'Abbeville explicou, no início de sua obra sobre a missão no Maranhão, que ao retornarem da primeira visita a esta terra, Ravardiére e Des Vaux tinham trazido informações e descrições do local muito animadoras ao então rei da França.

⁹⁴ Em diversos momentos do relato que d'Abbeville escreve ao longo da missão francesa é possível ler a respeito do clima desse território. Acreditamos que esse era um aspecto muito importante para o conhecimento da natureza dos animais dessa região, bem como da própria condição da natureza desse território.

procissão os franceses em direção ao local onde fundariam uma igreja e celebrariam a posse dessa terra do Novo Mundo. Assim, no dia 12 de agosto, dia de Santa Clara, os 4 capuchinhos missionários celebraram a primeira missa dessa terra.

Depois de registrar o itinerário e nos contar sobre o processo de posse e estabelecimento francês na ilha do Maranhão, d'Abbeville escreveu, nessa mesma carta, sobre a conversão dos indígenas e deu alguns detalhes sobre a colheita na região. Além disso, o religioso também fez alguns comentários sobre outros povos da região do Amazonas, dos quais ficaram sabendo sobre a existência a partir dos indígenas Tupinambá com os quais fizeram aliança.

Em outra carta escrita por d'Abbeville e Arsène de Paris, direcionada à Monsieur Fermanet em 20 de agosto de 1612, pode-se analisar alguns dos interesses da nobreza e fidalguia francesa que patrocinava essa missão. Já no fim dessa carta, os capuchinhos escreveram que no País do Maranhão havia muito açúcar, pedras preciosas em montes, âmbar cinza e, numa distância de 20 léguas de onde estavam, acreditavam que havia uma mina de ouro⁹⁵. Esses detalhes dados pelos missionários nos permitem refletir sobre os interesses mercantis e também terapêuticos que os financiadores da exploração possivelmente tinham. Esses elementos citados na carta eram de grande interesse europeu na época, o açúcar por conta do seu alto valor de mercado e por conta da especificidade do açúcar produzido no Brasil ser altamente desejado nessa época; as pedras preciosas, que acreditava-se que tinham poderes curativos, além de serem consideradas raridades; o âmbar que era muito utilizado na Europa, em formato de pó, para produção de receitas contra doenças como a gota, e até a peste; o ouro, fonte de riqueza espiritual e física e outros elementos naturais como os frutos que diziam ter propriedades curativas, como o ananás, as raízes, as árvores tropicais e elementos animais, como o chifre de certos animais terrestres e as serpentes, já que acreditava-se que algumas poderiam ajudar a produzir contravenenos.⁹⁶

Nas duas cartas citadas acima, há elementos que dizem respeito, sobretudo, aos interesses coloniais, comerciais e políticos que envolveram a fundação da colônia francesa no Maranhão. Com o intuito de defender a empresa francesa, as cartas revelam

⁹⁵ As lendas e mitos sobre o ouro pululavam entre as crônicas de descobrimento e os relatos de viagem dos europeus que estiveram nas Américas nesse período. Sobre esses mitos, veja mais em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. Brasil: José Olympio, 2000 [1959].

⁹⁶ Não é incomum depararmos com tratados e livros de receitas que constam partes de animais, como alguns órgãos (pulmão por exemplo), ou mesmo os seus venenos. Trataremos sobre a importância terapêutica dos animais para a história natural dos animais mais à frente, no capítulo 3.

aspectos positivos, tanto em relação aos Tupinambá, quanto ao território em conquista. A narrativa de d'Abbeville e de Paris se constituem com o fim de defender a ocupação desse território pelos franceses, dando detalhes de navegação e coordenadas geográficas, que se repetem nas relações escritas por d'Abbeville e d'Évreux, a fim de motivar outros colonos franceses a partirem para o Maranhão.

Depois de se estabelecerem no Maranhão e erguerem a cruz católica francesa, as alianças franco-tupi e o contato com tribos situadas nas regiões vizinhas de São Luiz, que hoje conhecemos como Pará e mesmo Amazonas, passaram a fortalecer o estabelecimento dos franceses no território, pelo menos de acordo com os relatos feitos pelos capuchinhos. De acordo com o registro de d'Abbeville, depois de plantada a cruz no Maranhão, os indígenas, que já tinham tido contato com alguns franceses antes do estabelecimento dessa empresa colonial, como Charles Des Vaux, buscavam com frequência os conhecimentos e doutrinas que os Frades e o Criador poderiam lhes ensinar. No capítulo de sua obra intitulado *Da visita que fizemos às aldeias da Ilha do Maranhão*, o missionário contou que, ao se fixarem na ilha, ele e seus irmãos capuchinhos resolveram se instalar, cada um, em 4 pontos principais do Maranhão. Dessa maneira, os indígenas não ficariam totalmente distantes da presença católica e eles não se distanciaram muito uns dos outros. Após a morte do padre Ambroise d'Amiens, a atenção dos três padres que permaneceram na ilha teve de ser melhor distribuída. Ainda assim, antes da fixação dos religiosos, como escreveu d'Abbeville, o Sr. de Razilly julgou necessário visitar as aldeias existentes na ilha, junto de, pelo menos, dois dos padres, já que era fundamental que eles conhecessem os indígenas espalhados pelo território do Maranhão, a fim de estabelecer com todos uma boa relação, e para o conhecimento de seus costumes e os seus usos dos recursos naturais (D'ABBEVILLE, 1614: 94-95).

Atendendo aos interesses de Razilly, Claude d'Abbeville e Ambroise d'Amiens partiram junto dele, de Sr. de Launay, de Sr. Des Vaux, três dos criados de Razilly e alguns indígenas, com quem já tinham tido contato ao chegarem na ilha, em direção às aldeias espalhadas pelo Maranhão. De acordo com suas descrições, o grupo chegou primeiramente em Torup (*Torooup*), aldeia mais próxima de onde estavam. Depois de serem bem recebidos pelos seus habitantes, tinham de partir rapidamente ao próximo destino, Junipará (*Iuniparan*). Por isso, pela manhã no dia seguinte foram, acompanhados de alguns indígenas da aldeia Torup, à caminho da seguinte, passando por Januarém (*Ianouarem*). Esta, por sua vez, foi descrita por d'Abbeville como uma bonita aldeia com toda a caridade, urbanidade e afados possíveis (D'ABBEVILLE, 1614: 95-96). Após a

estadia dos franceses nessa aldeia, na qual, de acordo com o missionário, tiveram boa recepção, assim como nas anteriores, seguiram viagem até o destino de Junipará junto de outros indígenas dessa última parada. Da mesma maneira que nas aldeias descritas anteriormente, Claude d'Abbeville enfatizou que os indígenas, tanto os principais – que eram os mais velhos das aldeias –, quanto os jovens e crianças que nelas habitavam, se sentiam dispostos à conversão e, em muitos casos, buscavam ficar próximos dos religiosos ao longo de sua estadia pelo local. De acordo com a narrativa de d'Abbeville, havia uma vontade de entrar em contato com o conhecimento e as doutrinas ensinadas pelos missionários e pelo Deus católico. Algumas orações feitas por eles quando passavam pelas aldeias passaram a ser objeto de desejo do conhecimento dos indígenas, que buscavam d'Abbeville e d'Amiens pela viagem que fizeram à ilha do Maranhão.

2.7 Missões capuchinhas entre aldeias Tupinambá.

Suas descrições da viagem relacionam-se diretamente com a estrutura de missões, empregada pelos Frades capuchinhos na França, desde o começo de sua atuação no reino, e que depois se estenderam à colônia francesa no Maranhão. Essas missões eram fundamentais como instrumento de transformação das comunidades locais, utilizadas pelos missionários. Além do mais, elas propiciavam o conhecimento dos territórios do reino, nos seus sentidos morais e naturais. Outro ponto destacado no capítulo de d'Abbeville, em diversos trechos, foi o papel particular e necessário de Charles Des Vaux ao longo do empreendimento francês. Ele era uma espécie de mediador e intérprete que conectava os interesses dos grupos e fortalecia as relações franco-tupi. Vale reforçarmos que, assim como Charles Des Vaux, acreditamos que os animais encontrados na ilha do Maranhão também atuavam como mediadores de culturas e conhecimentos, especialmente entre capuchinhos e Tupinambá, aos quais são particularmente, elementos da natureza importantes para a compreensão do mundo e das qualidades divinas espalhadas pela Terra.⁹⁷

Os capítulos que sucedem os primeiros contatos com os indígenas espalhados pelo Maranhão tratam de outras de suas viagens a aldeias da ilha, como Carnaupió, Itapari e Timboú, Maioba e Coieup. Esses últimos foram visitados junto de Arsène de Paris, após a morte de d'Amiens. Ao longo das descrições de d'Abbeville, temas como o

⁹⁷ Essa é uma das teses que defendemos neste trabalho. Enquanto mediadores, os animais carregavam consigo informações sobre o ambiente, a vegetação local, as múltiplas formas de usos e significados Tupinambá e as marcas das qualidades de seus territórios, como a umidade, o calor e a posição geográfica.

canibalismo, o batismo e os frutos que a missão dos franceses tinha dado nessas aldeias foram recorrentes. Além de mostrar um panorama muito completo da relação dos missionários com os principais de cada aldeia, com as quais tiveram maior contato, esses capítulos abrangem alguns costumes, mas sobretudo a disposição dos indígenas à fé pregada pelos franceses no Maranhão, reforçando o caráter fundamental das missões no trabalho dos capuchinhos, tanto pela narrativa de peregrinação pelas aldeias, quanto pela aceitação dessas comunidades da fé católica francesa.

A boa relação entre Tupinambá e franceses, alimentada pelos relatos da missão dos capuchinhos, é uma tônica que acompanha toda a descrição de teor corográfico dessa missão francesa. Nos capítulos seguintes da obra de d'Abbeville, as descrições geográficas, climáticas e a descrição das plantas e animais toma conta da narrativa. O religioso exibiu um grande conhecimento toponímico do Maranhão, evidenciado pelo contato próximo com os principais das aldeias Tupinambá da ilha, além de ter composto um verdadeiro inventário da natureza maranhense, que demonstra por si só, os contatos entre culturas e saberes, fundamentais para o conhecimento do Novo Mundo nesse período. Esses contatos podem ser encontrados na nomenclatura utilizada tanto por Claude d'Abbeville, quanto por Yves d'Évreux em seus registros de viagem, quanto pela intensa descrição etnográfica dos costumes e usos da natureza empregados pelos coletivos de Tupinambá com os quais mantinham aliança.

Alguns autores, tanto o próprio Ferdinand Denis que reorganizou a obra de Yves d'Évreux e a publicou em 1864, quanto outros contemporâneos, como Lorelai Kury (2014) já evidenciaram a importância das informações sobre a natureza do Maranhão contidas nas obras de Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, no sentido de suas obras apresentarem um vasto número de novas descrições que realçavam uma diversidade natural maranhense, inclusive, aos naturalistas posteriores que viriam a visitar o local.

2.8 O fim da França Equinocial.

Ainda que a narrativa dos missionários tenha buscado dar ênfase às vantagens em se manter na colônia no Maranhão, contando com a grande propaganda feita por d'Évreux no fim de sua relação da missão e viagem capuchinha, ao convocar outros fidalgos e colonos franceses a irem ao Maranhão e lá se fixarem, o fim da França Equinocial se deu, dentre diversos motivos, por demandas e interesses políticos e comerciais, assim como sua instalação e seu início. A aliança que faziam a França e a Espanha, através do casamento de Luís XIII, filho de Maria de Médici e do antigo rei francês Henrique IV,

com a Ana d'Áustria, filha do rei Felipe IV de Espanha, fez com que os franceses recusassem em relação aos seus planos de manter uma colônia no território que, naquele momento, também estava sob domínio espanhol, em função da União Ibérica (MARIZ; PROVENÇAL, 2007; DAHER, 2007).

Além dos motivos diplomáticos internos da política francesa, uma guerra estava começando em 1614, entre portugueses e franceses para o fim da colônia estabelecida no Maranhão e a expulsão dos franceses desse território. Nesse mesmo ano, cerca de 8 navios saíram de Pernambuco e da Serra de Ibiapaba, armados com cerca de 900 pessoas, dentre elas, indígenas Tupinambá de Pernambuco, mulheres, crianças, soldados e marinheiros. Esse vasto grupo que estava navegando em direção ao Maranhão era comandado por Jerônimo de Albuquerque. Em contrapartida aos portugueses que foram para o Maranhão, com um grande número de pessoas dispostas a expulsar os franceses, havia poucos colonos na França Equinocial, os quais junto de seus aliados nativos construíram uma trincheira perto da baía de São José e nela aguardavam o confronto. A batalha conhecida pelo nome de Guaxenduba (MORENO, 2009), que teria a duração curta de apenas um dia, consagrou a vitória dos portugueses, deixando rastros de cerca de 115 franceses mortos, dentre eles, marinheiros, fidalgos e nobres, além dos mais de 500 nativos da região. Tendo em vista o grande prejuízo causado pelos luso-brasileiros aos franceses nessa batalha, os colonos franceses recuaram e deram sinal de trégua. Durante o tempo de espera da decisão das cortes de Madri e de Paris sobre a Batalha, Alexandre Moura aporta no acabamento de Albuquerque, com poderes de governador do Maranhão para concluir a expulsão dos franceses daquela região. Em acordo entre Albuquerque e Moura, os dois resolveram armar outro ataque contra os colonos franceses que ainda estavam no Maranhão esperando o retorno das Cortes da Europa, os quais acabam entregando formalmente a colônia aos luso-brasileiros, partindo do território em 1616 em direção à França, deixando no local apenas aqueles que por vontade própria gostariam de continuar.

2.9. Os animais do Brasil entre impressos europeus.

Apesar do fim da empresa colonial francesa no Maranhão, os documentos que dela foram produzidos informaram os franceses e europeus e fizeram propagar novas informações e conhecimentos sobre aquele território e seus habitantes. A circulação de informações sobre o Novo Mundo nas Américas é um dos caminhos possíveis na análise e compreensão acerca das ideias, representações, descrições e itinerários produzidos e percorridos pelos missionários, exploradores e cronistas do início da época moderna. Ela

indica as trocas produzidas na movimentação de ideias, práticas, pessoas e outros seres por meio de viagens, leituras ou cópias feitas pelos sujeitos históricos de cada período, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do letramento e das atividades dos homens de seu tempo.

A noção de circulação é bastante discutida pela comunidade de historiadores das ciências e da saúde atualmente. Um dos grandes expoentes que vem se debruçando há alguns anos sobre esse assunto é o intelectual Kapil Raj, que produziu alguns trabalhos fundamentais sobre esse tema (RAJ; 2007; 2009; 2010). É necessário entender que a circulação aqui discutida não é apenas uma movimentação, mas uma troca e uma transformação que acontece ao longo dela. Ou seja, à medida que as práticas, ideias, pessoas, objetos, dentre tantas outras coisas que transitaram pelo mundo, vão sendo transmitidas entre culturas, naturezas e sociedades variadas, essas informações acabam se relacionando com novos atores, práticas, culturas e ideias que as transformam (RAJ, 2007). Nesse caso, a circulação de informação sobre os animais, contidas nos tratados de história natural e nos relatos e crônicas de missionários e exploradores do Renascimento tardio, podem revelar formas de conhecer a natureza, práticas, ideias e consensos formados ao longo da troca estabelecida pelas informações que se movimentaram e se transformaram nesses mesmos registros.

Acerca dos relatos de viagem, cartas e desenhos produzidos na experiência da França Equinocial, é preciso cruzá-las com outras obras que foram publicadas entre meados do século XVI e início do século XVII para analisar as relações e a permeabilidade existentes entre elas, sobretudo no que tange as descrições dos animais do Brasil. Essa troca de informações, que confeccionou obras fundamentais para a história da história natural e para a história natural do Novo Mundo, permite observar quais eram os aspectos de maior relevância entre os autores do período, especialmente a respeito da natureza do território da América portuguesa e terras adjacentes.

Apesar do grande número de viagens de exploração e ocupação territorial executadas nesse recorte temporal à região que hoje conhecemos como Brasil, os relatos, cartas, tratados e diários de viagens produzidos ao longo dessas experiências nem sempre chegavam a ser publicados no mesmo século de sua feitura. É comum depararmos com obras (manuscritas ou impressas) que foram redescobertas em arquivos e coleções privadas e que, séculos depois, foram reinterpretadas e publicadas com comentários do novo editor. Uma dessas obras é o próprio relato de Yves d'Évreux, que, como sabemos, teve os exemplares de seu trabalho destruídos ainda no gabinete de

impressão em Paris no ano de 1615. Apenas duas cópias restaram desse texto, as quais foram encontradas séculos depois por Ferdinand Denis que, por sua vez, em 1864, mandou imprimir uma versão nova dessa obra com seus comentários.

Ainda assim, alguns textos produzidos ao longo de viagens e tratados de história natural foram publicados no mesmo século de sua composição, alcançando muitos leitores e os influenciando a se aventurarem pelos oceanos. A respeito das viagens feitas para a América portuguesa e terras vizinhas e os relatos de viagem que dela foram resultados, podemos listar um número de obras que chegaram a ser publicadas em seu tempo.

Os textos impressos nesse período tiveram grande importância no processo de conhecimento das terras do Novo Mundo e do imaginário⁹⁸ sobre elas. Com eles, letrados, nobres, leigos, navegantes, comerciantes, e tantos outros grupos poderiam ter contato com a “nova” realidade que estava sendo inserida na história natural do Globo⁹⁹. Ainda assim, os textos manuscritos também tinham um caráter fundamental para o estabelecimento de novas informações sobre as localidades em conquista. Entretanto, o circuito de leitores pelo qual esses manuscritos percorriam era muito mais restrito.

Geralmente, as cartas, desenhos e mapas que eram produzidos ao longo das missões ou viagens de exploração de algum território permaneciam em formato manuscrito, pois esses materiais eram de interesse de pessoas que estavam envolvidas

⁹⁸ As obras impressas e editadas no Renascimento foram essenciais para a propagação das ideias de maravilhas nos territórios do Novo Mundo; dos monstros marinhos e até de um paraíso terrestre. Muitas obras medievais, as quais tinham um fim muito mais didático sobre a natureza e sobre suas maravilhas, como os bestiários, eram editadas e reimpressas no Renascimento, traduzidas do Latim medieval, demonstrando a importância da circulação das informações já existentes, mas também novas, sobre tais elementos naturais que carregavam informações sobre suas realidades e as representações. Veja mais sobre em: ORDOÑEZ, Javier; ELENA, Albert. (eds.). *La ciencia y su público: Perspectivas históricas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990; DASTON, Lorraine; PARK, Katharine (eds.). *Wonders and the Order of Nature 1150-1750*. Zone Books, 1998.

⁹⁹ Durante a Idade Média, o ato de ler era geralmente feito em grupo e em voz alta. No Renascimento, com a possibilidade da impressão e publicação dos livros, a leitura passou gradativamente a ser um ato feito de forma individual e não necessariamente em voz alta. A história do livro e da leitura nos possibilitam perceber as formas de contato que as pessoas desse período tinham com os livros e com as informações que eles carregavam. Mesmo nesse processo, é fundamental a presença das experiências sensitivas que envolvem, por exemplo, a gesticulação, a entonação da voz, a audição do livro que era narrado ou até mesmo, o mais incisivo dos sentidos para a leitura individual, a visão. Assim, ao inserirem gostos, cheiros, sons, imagens e outras cosmologias sobre o mundo nesses registros, os autores dessas obras – que passavam a dividir sua autoridade com o editor – preenchiam o imaginário sensitivo dos europeus sobre o Novo Mundo. Assim, é possível perceber como os sentidos atravessaram as formas de conhecer e se relacionar com as Américas e com as outras terras que estavam em conquista e, especialmente, com as suas “novas” faunas, flores, vegetação, oceanos e nativos. Sobre a leitura na França no Antigo Regime, ler mais em: CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Brasil, Editora Unesp, 2003.

com tais empreendimentos específicos. Além do mais, não era incomum que nesses manuscritos existissem informações relevantes sobre o comércio, sobre os nativos da região, sobre a possível exploração natural, sobre os rios e sobre a conquista que poderia ter se iniciado nesses locais (PORTUONDO, 2009; DAVIES, 2016). Essas informações eram muito importantes, sobretudo por conta da disputa territorial que havia entre os impérios marítimos europeus na época, as quais também eram disputas pela produção de conhecimento natural. Para citar um exemplo, as cartas trocadas pelos capuchinhos do convento de Saint-Honoré, que possuíam o itinerário das viagens feitas pelos franceses até chegarem na ilha do Maranhão, bem como informações sobre objetos e elementos naturais considerados preciosos e o início do processo de conversão dos nativos, permaneceram em formato manuscrito e, depois de mais de cem anos, foram publicadas juntamente das obras dos missionários por Ferdinand Denis. Para a Ordem dos capuchinhos menores, assim como para outras Ordens religiosas, como a de Santo Inácio de Loyola, os textos e imagens que eram preservados no formato manuscrito tinham um valor fundamental, pois possibilitavam que certas informações permanecessem junto àquele pequeno grupo de religiosos, os quais tinham interesse espiritual e filosófico sobre tais notícias e novidades que chegavam à Europa.

Apesar disso, a impressão dos relatos sobre a França Equinocial, bem como aquelas que foram produzidas sobre a antiga França Antártica, eram relevantes para a propagação dos feitos e empreendimentos franceses no Novo Mundo. Era importante, ainda mais depois da derrota dos franceses frente aos ataques portugueses de 1614 no Maranhão, que no reino da França essas obras pudessem refletir os bons frutos que foram plantados e colhidos nessa missão colonial.

Alguns dos primeiros relatos que foram publicados sobre os territórios do litoral da América portuguesa foram produzidos pelos jesuítas José de Anchieta e Manuel da Nóbrega. Notadamente, os seus relatos são: *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil* (1595);¹⁰⁰ *Os feitos de Mem de Sá* (1563); *Informação da Terra do Brasil* (1549); *Diálogo sobre a Conversação do Gentio* (1557) e *Tratado Contra a Antropofagia* (1559), respectivamente. Além dessas obras, esses jesuítas trocavam cartas constantemente com seus irmãos da Companhia de Jesus, fazendo com que as informações sobre as ocupações onde se encontravam chegassem rápido aos seus pares.

¹⁰⁰ Essa obra escrita por Anchieta foi dedicada ao entendimento da gramática e funcionamento da língua tupi. É provável que muitos viajantes tenham pelo menos se interessado por ela, na medida que o contato com os indígenas era essencial para a formação de alianças e a ocupação das terras do Brasil.

Esses textos que trocavam entre si serviam como forma de atestar o trabalho feito por esses missionários na conversão dos indígenas, reduzidos nos colégios instalados pelas capitanias do Brasil. Muitos outros portugueses foram enviados à América portuguesa com o intuito de investigar as possibilidades de ocupação de diversos territórios e produzir inventários sobre a natureza desses locais. Pero de Magalhães Gândavo e Gabriel Soares de Sousa foram dois desses casos que, ainda no século XVI, vieram ao Brasil, estabeleceram-se e escreveram tratados sobre as terras por onde passaram, seus povos, seus animais, suas plantas e sua fertilidade. Gândavo escreveu e publicou o *Tratado da terra do Brasil: história da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576) em Portugal, expondo valiosas informações sobre a utilidade das terras do Brasil e formulando ideias sobre os territórios por onde passou. Assim como Gândavo, o corógrafo português, Gabriel Soares de Sousa publicou seu *Tratado descritivo do Brazil* (1587) fazendo circular informações úteis sobre a natureza, o território e sua extensão e as pessoas existentes nas terras do Brasil. Apesar da extensa produção portuguesa sobre as terras da América que estavam sendo ocupadas, incluindo impressos, manuscritos, cartas, pinturas, xilogravuras e desenhos, que hoje conhecemos, muitas dessas informações eram trocadas apenas entre os membros da corte portuguesa da época e os Irmãos da Companhia de Jesus, fazendo com elas pouco circulassem.¹⁰¹

Além dos portugueses, vários outros missionários, cronistas, militares, aventureiros e homens da ciência vieram para as Américas e estiveram nas capitanias do Brasil e regiões vizinhas. Um deles foi Hans Staden, soldado nascido no Condado de Hesse. Esteve no Brasil em 1549 e, posteriormente, publicou a obra *Duas viagens ao Brasil* em 1557, após voltar para a Europa. Nela, o autor descreveu a sua viagem de exploração tecendo comentários sobre a natureza dos territórios por onde ele passou. Segundo Staden, durante o tempo que esteve viajando, passou por algumas terras do norte, como as capitanias de Pernambuco, São Vicente e outras localidades que hoje conhecemos como parte do Rio de Janeiro. Podemos listar também os dois franceses que participaram da tentativa de colonização da Baía de Guanabara, André Thevet e Jean de Léry¹⁰². Eles escreveram dois importantes relatos sobre essa missão, os quais foram

¹⁰¹ Veja mais em: LEITE, Bruno Martins Boto. *Animalia exotica & mirabilia*. “Os animais brasileiros na cultura europeia da época moderna de Thevet a Redi.” In KURY, Lorelai (Org.). *Representações da fauna no Brasil: séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Editora, 2014, pp. 40-81.

¹⁰² Acreditamos que as informações sobre as viagens de colonização do Canadá também podem ter sido importantes para o conhecimento do território e da variedade de animais existentes entre as ocupações francesas. No entanto, o relato da viagem de colonização do Canadá foi publicado posteriormente aos feitos pelos missionários da França Equinocial. Logo, apesar da relevância dessas informações para a composição

publicados sob os títulos de *Les singularitez de la France Antarctique [...] (1557)* e *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil [...] (1578)*, respectivamente. Nesses registros sobre a França Antártica, os autores inseriram informações sobre os hábitos e cotidiano dos indígenas – sobretudo os Tupinambá, com os quais tinham uma aliança mais forte. Os dois colonos também escreveram sobre os aspectos naturais desse local, como as plantas, as frutas, os animais, o clima, a localização geográfica etc. Esse conjunto de textos produzidos por esses missionários e viajantes exploradores compõem as informações impressas que tinham os espectadores europeus do período sobre o Brasil e seu mundo natural.

Juntamente com obras de viagem produzidas nesse período, havia uma soma de tratados e observações sobre história natural e história dos animais que ajudaram a compreender e pensar a natureza dessas regiões ainda pouco conhecidas. Além das edições traduzidas para o latim das obras dos filósofos e autores da antiguidade clássica, como Aristóteles, Plínio, Ptolomeu, Esopo, entre outros, os registros produzidos por homens da ciência dos séculos XVI e XVII fundamentavam as formas de observar, descrever e compreender a natureza. Aristóteles, em especial, marcou a forma de se classificar e entender os animais e a ordem do mundo natural até pelo menos meados do século XVII. Sua *metafísica* e as formas de observar e descrever os animais lançaram modelos e categorias de análise e percepção sobre esses seres. Essas formas de categorização dos animais, mais ou menos fiéis ao paradigma aristotélico do momento, podem ser percebidas ao longo dos tratados de história natural dos animais e dos relatos de viagens e missões que estavam sendo feitas. A importância das experiências pessoais e da observação¹⁰³, por exemplo, foram enfatizadas por Aristóteles em suas obras, deixando rastros longínquos na maneira orgânica e filosófica de se classificar o mundo natural.

Alguns importantes nomes da história natural do período, como Pierre Belon, Guillaume Rondelet, Conrad Gessner e Ulisse Aldrovandi já tinham publicado obras que contemplavam assuntos acerca dos elementos da natureza e sua diversidade. Certos

de um império marítimo francês nesse período, os textos relativos ao Canadá provavelmente não chegaram a influenciar aqueles feitos ao longo da experiência francesa no Maranhão.

¹⁰³ A observação e as experiências, epistemologicamente, mudam de sentido ao longo dos séculos. Nesse período, as observações passam a aparecer como prática de forma tímida nos títulos dos relatos de viagem e dos tratados sobre anatomia e matemática europeus. A experiência ainda era muito relevante, inclusive filosoficamente, para os homens da ciência dessa época e, mais tarde, ainda no mesmo século, passa a ser problematizada e discutida. Sobre esse assunto, trataremos com maior aprofundamento no capítulo 3. Ver mais em: DASTON, Lorraine; LUNBECK, Elizabeth (eds.). *Histories of Scientific Observations*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2011.

textos, como: *Illustrations de Portraits d'oiseaux, animaux, serpents, herbes, arbres, hommes et femmes d'Arabie et d'Egypte* (1557); *La Nature et diversité des poissons, avec leurs pourtraicts représentés au plus près du naturel* (1555); *Les Observations de plusieurs singularitez et choses mémorables trouvées en Grèce, Asie, Judée, Égypte, Arabie et autres pays estranges, rédigées en trois livres* (1554) et *L'histoire naturelle des estranges poissons marins, avec la vraie peinture et description du dauphin, et de plusieurs autres de son espèce [...] (1551)* de Belon; *L'histoire entière des poissons* (1558) de Rondelet; *Historiae Animalium* (1551); *Bibliotheca universalis* (1549) de Gessner; *Ornithologiae, hoc est de vibus historia libri XII* (1599); *Ornithologiae tomus alter* (1600); *De animalibus insectis libri septem, cum singulorum iconibus ad vivum expressis* (1602) de Aldrovandi, foram essenciais para a constituição de um campo de investigação sobre o mundo animal e sobre as plantas nessa época. Esses homens da ciência que buscaram compreender o mundo animal construíram escolas de análise e descrição dos animais que permaneceram como paradigmáticas durante séculos. Pierre Belon, por exemplo, foi um desses letrados que lançou muitas novas perguntas e hipóteses e contribuiu sobretudo para os estudos de anatomia dos animais, como em seu trabalho reflexivo sobre os golfinhos. Nessa sua obra, Belon faz uma comparação da anatomia desses seres com os humanos. Esses estudiosos, em geral, participavam de viagens de exploração do meio ambiente de outros locais, e isso enriquecia os seus textos.

Essa escola de estudos renascentistas sobre a história natural dos animais foi bastante influente nos trabalhos de missão e tratados de história natural que foram sendo produzidos, também, a partir de outras viagens a lugares muito novos para a realidade europeia até então, e por isso, se propunham a complementar o conhecimento sobre o mundo natural já existente. Muitos desses letrados eram religiosos (protestantes), como é o caso de Conrad Gessner que escreveu um tratado de 5 volumes sobre história dos animais. Ainda assim, era inevitável a relação direta ou indireta entre as teorias e postulados desses estudiosos protestantes e de outros investigadores da natureza que eram católicos. Um bom exemplo é a permeabilidade existente entre as obras de d'Abbeville e Léry. O capuchinho francês claramente bebe das informações publicadas por Léry – talvez como forma de reforçar o domínio católico sobre tais conhecimentos –, mas, fazendo isso, acaba bebendo indiretamente das referências de Léry.

2.10 Circulação e classificação dos animais do Brasil em crônicas e relações de

viagem.

Ainda que seja difícil afirmar com certeza quais foram as obras que referenciaram os missionários e viajantes da França Equinocial, é viável indicar as possibilidades de relações existentes entre os registros, descrições e desenhos dos animais aqui estudados, com outros produzidos e publicados em alguns dos trabalhos acima citados. Acreditamos que exista uma ligação evidentemente maior entre os franceses da França Antártica e os franceses da França Equinocial e suas obras, pois as obras de Thevet e Léry são consideradas as primeiras publicações que descrevem os animais brasileiros e as fazem circular por entre todos os leitores que sabiam ler francês na época (LEITE, 2014). A fim de indicar algumas ligações existentes entre essas publicações de meados do século XVI e início do século XVII, pode-se evidenciar como a circulação das ideias, práticas e informações entre os viajantes, missionários, exploradores e colonos, que vieram para o Brasil e terras adjacentes, produziu conhecimentos novos que, com o tempo, também se transformaram.

Um dos primeiros indícios da relação e da circulação de informações e formas de estudo da natureza presentes entre esses registros impressos é a maneira que os autores dividiam sua escrita descritiva. Nesse caso, a divisão das narrativas que tratam sobre os animais, em geral, seguia um padrão. Geralmente, os cronistas separavam os animais em suas descrições como: os peixes, os pássaros e os animais terrestres (ou quadrúpedes). Esses três grandes grupos englobavam os animais estudados e descritos, de forma que, com essa divisão, era mais fácil compreender quais eram os animais que viviam na água, os que viviam no ar e os que viviam na terra (BILLÉ, 2015), ainda que muitos deles não respeitassem estritamente essa divisão, como é o caso dos lagartos que viviam na água e na terra, ou alguns pássaros que alimentavam-se na água, faziam seus ninhos nas árvores, ou na terra, e viviam no ar voando.

Aristóteles, em sua obra *História dos Animais*, ao escrever sobre as diferentes classes de animais existentes, indicou que essas diferenças são relativas ao modo de vida, atividade, caráter e partes essenciais que os constituem. Dentre essas categorias de observação sobre as diferenças dos animais, existem outras divisões, como por exemplo: entre os diferentes modos de vida há os animais terrestres e, dentre eles, há os que têm pulmão – pois segundo Aristóteles, assim como o homem, esses animais inspiram e aspiram o ar -, e outros que não têm, entretanto alimentam-se na terra, como as vespas, abelhas e outros insetos. O antigo filósofo também afirmou que muitos animais terrestres se alimentavam na água, contrariamente àqueles que eram aquáticos, os quais não saíam

à procura de alimento na terra.

Existem outras subdivisões expostas e exemplificadas por Aristóteles, como os animais terrestres que se movimentam e os que não se movimentam – considerando que o movimento é algo fundamental para a metafísica aristotélica –, há os que possuíam asas e os que não possuíam, há os que viviam solitários, ou em grupo, há os que eram dóceis ou agressivos, há os diversos modos de locomoção, reprodução e geração desses seres e daí em diante.¹⁰⁴ Essas divisões aristotélicas, e algumas outras feitas por autores já considerados clássicos, como Plínio em sua obra *História natural* (77 d.C.- 79 d. C), podem ser percebidas nas descrições feitas ao longo do recorte temporal estabelecido. Apesar disso, em diversos momentos há afirmações ou questionamentos que vão de encontro às teorias propostas pelos antigos.

A obra de Plínio o Velho também tem um papel fundamental na reorganização dos fundamentos e teorias dos filósofos e autores da antiguidade. Sua *História Natural* foi considerada uma das primeiras enciclopédias – tipo de obra muito comum entre a Idade Média e o Renascimento, porém ainda não muito conhecida por esse nome. O intuito de sua obra era organizar os costumes, as práticas e os conhecimentos sobre a natureza que se tinha até o momento. Essa obra que reunia mais de 30 capítulos funcionava como um compêndio que abarcava temas que iam desde a função, as qualidades e os aspectos das plantas e dos animais, até os prodígios marinhos e celestes (VIEIRA, 2010).

Podemos dizer que Plínio foi um importante divulgador desses saberes e práticas. Ele acreditava que era possível investigar a natureza a partir do conhecimento que passou de geração em geração, sendo ele letrado ou popular. Entretanto, para além de apenas transmitir esses saberes e práticas, Plínio tinha o intuito de concluir sua veracidade. Esses aspectos evidenciam a importância dos textos clássicos, tanto como formuladores de modelos de análise da natureza, quanto de organizadores dos conhecimentos existentes, para a produção de novas teorias, hipóteses, descrições, classificações e observações sobre os elementos da natureza. Ao mesmo tempo, o que se pode comprovar pelas fontes de época, produzidas nessas viagens de exploração e missão no Novo Mundo no século XVI e XVII, é a presença constante e enfatizada das experiências, que, inclusive, já eram promovidas e recomendadas até mesmo por Aristóteles.

¹⁰⁴ ARISTÓTELES. *História dos animais*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

André Thevet, ao organizar a divisão dos capítulos de sua obra sobre as singularidades da França Antártica, separou os animais descritos entre peixes, pássaros e quadrúpedes, diferentemente de Léry que, preocupado com as críticas sofridas por Thevet – acusado de ter escrito informações falsas e sem embasamento – e tentando escrever um relato mais crível aos leitores, dividiu os animais de seu relato de viagem – alguns anos depois publicado - em quatro grupos: os peixes, as aves, os quadrúpedes e as serpentes. Apesar da vontade de Léry de diferenciar suas descrições daquelas feitas pelo franciscano Thevet, alguns animais se repetem nas duas obras, como o tatu, o jacaré e a preguiça, que, inclusive, já tinham aparecido em alguns outros relatos de outros missionários e exploradores.

No relato de Thevet, o cosmógrafo real escreveu sobre certos animais que considerava exóticos e singulares. No capítulo XI de seu relato, Thevet descreveu, primeiramente, o animal javali, ou em tupi, *taiassoub*, que ele revelou ter encontrado no Brasil. Depois, teceu comentários sobre veados; corças (*soubassoub*¹⁰⁵); quatis (*coaty*); onças – as quais o autor considerava serem os animais mais violentos dessas terras, pois entram em guerra com homens e animais –; tapir¹⁰⁶ e tantos outros animais que aparecem em seu relato apenas com o nome indígena, como por exemplo o *cori*; *hutiaca*¹⁰⁷; *quemi*¹⁰⁸, entre outros. No caso dos pássaros que foram descritos por Thevet, certas qualidades são relatadas apenas através da nomenclatura em língua tupi, como *macouacanna*¹⁰⁹ e *morpion*¹¹⁰. Uma das formas que Thevet utilizava para aproximar e classificar esses animais era afirmando que essas eram qualidades de pássaros de espécies já conhecidas pelos europeus, como faisões e aves de rapina. O tucano, uma das descrições mais conhecidas de sua obra, vem acompanhado de um desenho que revela o imenso bico que essa ave parecia ter.

¹⁰⁵ As nomenclaturas entre parênteses referem-se a sua forma em língua tupi, comumente citadas nos relatos acima trabalhados.

¹⁰⁶ Animal quadrúpede hoje conhecido popularmente como Anta.

¹⁰⁷ Pode ser que seja uma espécie de ave.

¹⁰⁸ É possível que se refira a algum animal mamífero roedor.

¹⁰⁹ Acredita-se que essa ave possa ser a ‘le grand tinamou du Brésil’. Ela foi descrita como *macouacanna* em outras obras de época, como a de Piso e Marcgrave. Depois, Buffon classificou-a como o ‘tinamou do Brasil.’

¹¹⁰ É difícil precisar que animal era esse. Esse termo apareceu em alguns mapas da época, dentre eles alguns do próprio André Thevet e podem indicar uma região ou alguma característica das vilas da região onde foi fundada a colônia França Antártica.

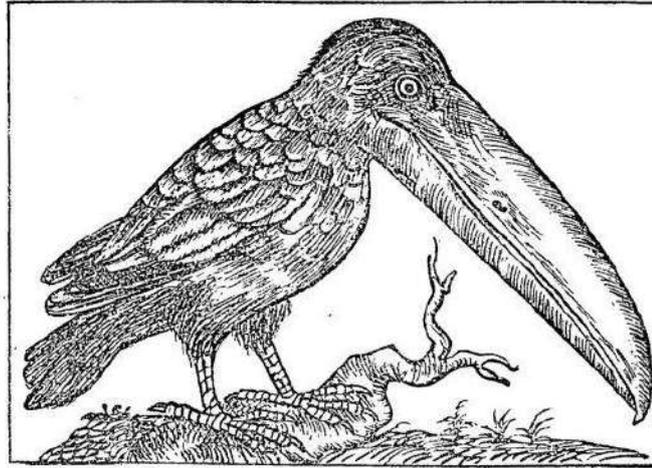


Figura 1 – “toucan” In: THEVET, André. *Les singularitez de la France antarctique [...] à Paris: chez les heritiers de Maurice de La Porte, 1558.*

Seu tamanho, desproporcional em relação ao restante de seu corpo, fica em evidência nesse desenho, e essa característica é reforçada na narrativa. O cosmógrafo francês chegou a afirmar que levou consigo para França alguns bicos desse pássaro e algumas de suas penas, como presentes para o falecido rei Henrique IV. Em obras já existentes e publicados na Europa, como em *L'histoire de la nature des oyseav* (1555), de Pierre Belon, ou na obra *Les oeuvres d'Ambroise Paré... divisées en vingt huit livres* (1585) de Ambroise Paré, publicada alguns anos depois, é possível notar que a proporcionalidade e o tamanho dos elementos corporais dos animais eram importantes para o seu estudo. O tucano também foi ilustrado nessa obra de Belon e, possivelmente, foi uma das referências morfológicas à imagem do tucano inserida na obra de Thevet, a qual, mais tarde, pode ter sido referência para a obra de Paré.

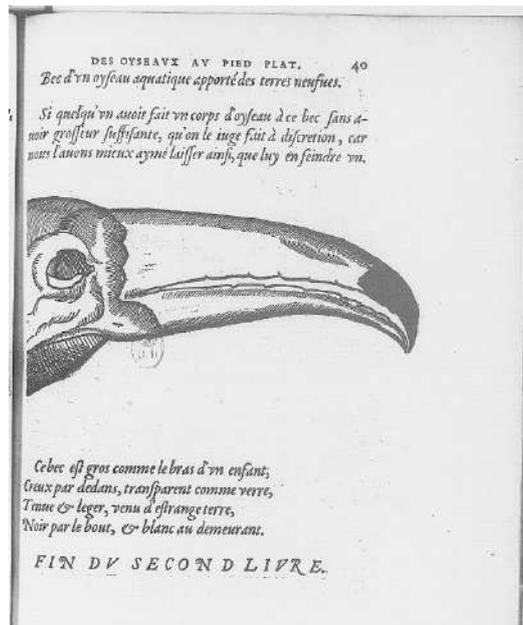


Figura 2-“toucan” In: BELON, Pierre. *Illustrations de Portraits d'oiseaux, animaux, serpents, herbes, arbres, hommes et femmes d'Arabie et d'Egypte*. à Paris, 1557.

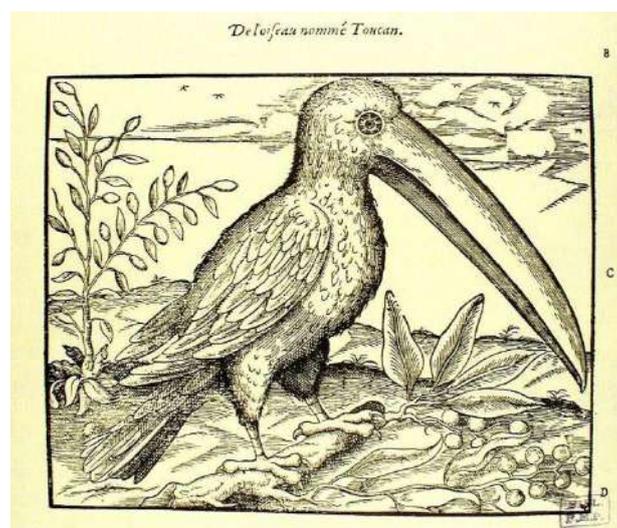


Figura 3 - “toucan” In: PARÉ, Ambroise. *Les oeuvres d'Ambroise Paré... divisées en vingt huit livres*. Paris : G. Buon, 1585.

As imagens que acompanhavam as descrições escritas nesses registros e crônicas reproduziam os modelos retirados de tratados de história natural dos animais, como acima demonstrado, alimentando a circulação e as cópias de informações entre as obras que eram impressas e mesmo aquelas que permaneciam manuscritas na época (LONG, 2002). Essas imagens e informações tornavam-se, inclusive, objeto de desejo comercial entre os reinos da Europa, especialmente ao público abastado, que possuía gabinetes de curiosidades – importantes espaços de produção de conhecimento da época –, mas também aos menos afortunados, que conseguiram comprar exemplares de livreiros. A reprodução de informações pelas obras carregava consigo modelos de desenho e mesmo

parâmetros de anatomia dos animais (NICKELSEN, 2017). Nesse caso acima, o bico do tucano fica em evidência, o que se repete na obra do cosmógrafo francês sobre a França Antártica. De certa forma, havia um ‘tipo’ específico de retrato que já era conhecido e que era copiado por vários desenhistas e impressores nessas obras, como uma forma de captar as qualidades e as características mais importantes para a descrição desses animais, como era a própria anatomia para a classificação desses seres. Nesse sentido, a cópia era uma forma de transmissão de conhecimento considerada válida na época.

Assim como Thevet, era bastante comum os exploradores e missionários usarem de analogias e alegorias para ressaltar as similitudes existentes entre os animais do Novo e do Velho Mundo (FOUCAULT, 1966), como o franciscano fez quando comparou o tapir com uma vaca do mato e um asno, ou quando comparou as onças com gatos do mato. Apesar disso, as diferenças – que comumente apareciam reforçadas e, muitas vezes, caracterizadas como monstruosas – eram bastante explícitas, de forma a reiterar as qualidades naturais desses animais singulares. Apesar de não dividir seus capítulos tão explicitamente segundo as categorias de divisão dos animais estabelecidas na época, Thevet revelou, em sua narrativa, as diferenças e divisões entre eles. As similitudes apontadas em suas descrições reforçavam ligações entre o Velho e o Novo Mundo, o que se tornou uma tônica na produção de crônicas e relatos sobre as Américas desse momento, como forma de aproximar as realidades e mesmo explicar a existência de animais exóticos e diversos em terras que estavam sendo conhecidas pelos europeus.¹¹¹

Jean de Léry, por sua vez, em sua obra sobre a viagem que fez ao Brasil, estabeleceu divisões mais precisas em seus capítulos. No capítulo X, destinado aos animais monstruosos da América, como lagartos e serpentes, o viajante dissertou sobre alguns quadrúpedes que disse ter visto no Brasil. Apesar de tentar reforçar as diferenças e não as similitudes entre esses “novos” animais e aqueles já conhecidos pelos europeus – como escreveu logo no início do capítulo, reiterando não ter encontrado nenhuma semelhança entre eles – é possível perceber que, em alguns sentidos, esses animais despertavam analogias na descrição do autor, como a anta (*tapiroussou*) que o viajante afirmou ter gosto semelhante ao do boi, explicitando, mesmo sem querer, as relações, aguçadas pelas experiências sensoriais, entre os animais do Velho e do Novo Mundo. Essas experiências produziam sentidos e modelavam as formas de conhecer e interpretar

¹¹¹ As relações de similitudes ou diferenças serão importantes, inclusive, para analisarmos as relações entre os animais e seus meios nas Américas.

o mundo natural e o ‘outro’, as quais também circulavam entre tais registros. Além da anta, o calvinista também escreveu sobre veados, corças, javalis; cutias (*agouti*), pacas (*pag*), coelhos (*tapitis*), gambas (*sarigoy*), tatus, jacarés, lagartos (*touous*), jaguará (*ianou-are*), macacos e tantos outros animais que enquadravam-se, nesse momento, como quadrúpedes e monstruosos.

Da mesma maneira como em Thevet, é possível observar que os registros sobre os animais feitos por Léry são, em sua grande maioria, relativos aos hábitos, comportamentos, qualidades, modos de vida e sobre as interações que esses animais tinham com o ambiente e com os humanos, sobretudo a caça, a alimentação e a domesticação. No capítulo seguinte, Léry dissertou sobre as aves que existem no Brasil, além de escrever sobre morcegos, abelhas, mosquitos e outros animais que ele qualificou como vermes. Na sua narrativa, ele também separou os animais pela utilidade, ou seja, os mais bravos, os que servem de alimento, os que são mansos, os que servem para a caça etc. Esse tipo de descrição também era bastante evidente nos outros registros, apesar de que muitas vezes a separação não é tão clara, como faz Léry.

Nesse capítulo o calvinista descreveu as galinhas – que segundo o autor eram criadas como aves domésticas –; os patos (*vpec*) e as aves silvestres, como as nomeadas *iacoutin*, *iacoupen* e *iacou-oussou*, que o viajante acreditava serem da família dos faisões por conta de sua plumagem. Além dessas espécies de aves silvestres, Léry citou o *mocacoüa* e o *ynambou-ouassou*, os quais pensava o autor serem muito raros além de serem verdadeiros perdizes. O viajante continua seu inventário apontando outros tipos de aves como a arara, o canindé, os papagaios e os tucanos. Vale ressaltar que esses animais também aparecem nas considerações de Thevet, tanto no seu relato de viagem quanto em sua obra *La Cosmographie Universelle* (1575), que foi bastante criticada por Léry.

Léry também escreveu sobre alguns insetos, que ele qualificou como vermes, como o de nome *arauers* e o *ton*. Este último, inclusive, será citado por Claude d’Abbeville em sua obra sobre a missão no Maranhão alguns anos depois, sendo que o religioso utilizou, inclusive, da mesma nomenclatura para fazer suas descrições do inseto. Por fim, mas não menos importantes, Jean de Léry dissertou sobre os peixes comuns que existem no Brasil. Primeiramente o viajante descreveu os peixes que os indígenas denominavam por *pira*, dos quais existiam várias qualidades e espécies, como por exemplo, os *kurema* e os *parati*. É evidente o esforço que o francês teve em demonstrar a variedade de peixes que eram utilizados para a alimentação e, ao longo da

narrativa, alguns detalhes sobre seus hábitos e comportamentos, como por exemplo se eles andavam em conjunto ou não e como eram suas interações com os humanos e com o ambiente, tomam espaço. Ainda assim, não há indícios de que Léry tenha usado dessas características para a defesa da conversão dos nativos que habitavam o território da colônia francesa, já que ele próprio não era favorável à catequização desses nativos.

No tratado descritivo escrito por Gândavo, a separação dos animais é parecida com as demais acima citadas, porém com algumas diferenças. Ele separou os capítulos destinados aos animais do Brasil entre: os animais e bichos venenosos; as aves e os peixes e o monstro marinho (Ipupiara), encontrado pelos portugueses na província de Santa Cruz. A respeito dos animais e bichos venenosos que se encontravam na Província, Gândavo narrou que havia, nessas terras, algumas qualidades de animais como os veados, os porcos do mato de várias espécies e qualidades, as antas, as cotias, as pacas, os tatus, os coelhos, os tigres – que era como muitas vezes as onças eram nomeadas pelos indígenas segundo o escritor –, as preguiças, os tamanduás, as cobras parecidas com as cascavéis, os lagartos de várias qualidades e tantos outros animais singulares que Deus teria deixado nessa Província. É possível perceber que Gândavo também se preocupava em descrever os hábitos, as qualidades, as formas de vida, o temperamento e os tipos de interação que esses animais tinham com a natureza e com os humanos, inventariando as espécies e qualidades de animais do Brasil, mas também auxiliando na compreensão das causas, das características e singularidades desses animais, segundo as considerações feitas pelos antigos, mas também segundo suas próprias experiências e percepções, que aparecem em destaque nesses registros, como formas de testemunhas daquilo que está sendo afirmado.

Em sua obra, as semelhanças que o autor afirmava que existiam entre as qualidades dos animais do Brasil e dos de Portugal também são ressaltadas. As similitudes que são estabelecidas nos textos acima citados, em geral, focavam nos mesmos animais para formar analogias, como as galinhas, as lebres, os bois, os pombos e os faisões. Provavelmente essa repetição de analogias também pode ter sido fruto da circulação de fábulas, bestiários, textos bíblicos e descrições naturalistas que formularam um modelo de narrativa, descrição e analogias possíveis sobre certos animais do Novo Mundo. Um exemplo é o caso do peixe-boi, que já era famoso na Europa, justamente por ter sido descrito como um peixe com a aparência muito próxima a de uma vaca, ou de um boi. Em geral as descrições referentes a esse animal eram muito parecidas. Gândavo, por exemplo, quando escreveu sobre esse peixe, enfatizou suas

características físicas, como o focinho, que segundo o autor, era parecido com o de um boi, ou rabo largo, e não muito comprido. Outra divisão interessante que Gândavo determinava em sua narrativa sobre esse peixe era que as fêmeas teriam seios capazes de produzir leite. As referências feitas a esse peixe em outros relatos de viagem posteriores ao seu seguem certos aspectos, como esses, que já eram difundidos no imaginário europeu. Novamente, não parece que o cronista ibérico tenha tentado utilizar dessas características para providenciar o mundo natural, ou mesmo usá-lo como argumento para a conversão dos nativos do Brasil. Ainda assim, a repetição de alguns animais entre esses registros publicados na mesma época reforçavam uma certa hierarquia entre os animais, e mesmo definia relações de proximidade e distância entre a fauna do Velho e do Novo Continente.

Hans Staden, por sua vez, apesar de ter dedicado uma grande parte de seu texto para escrever sobre os hábitos, comportamento e forma de vida dos nativos, separou algumas páginas para fazer observações relativas a alguns animais no fim de sua crônica de viagem. Nesses capítulos, o soldado separou os animais de uma forma diferente. Primeiramente, Staden descreveu variados animais em um capítulo que intitula “descrição de alguns animais no país”. Neste capítulo, o viajante afirmou que existiam no Brasil duas qualidades de veados e porcos do mato, três espécies de macacos e o animal tatu. Adiante, no capítulo intitulado “*serwoy*”, mais conhecido como sagui, Staden dissertou sobre esse animal singular, dando explicações sobre seus hábitos e suas qualidades. Nos outros capítulos, Hans Staden escreveu sobre os tigres (onças), os lagartos, os insetos, uma espécie de morcego, três espécies de abelhas que existem no país e uma ave de nome *uwara pirange*¹¹².

O germânico fugiu das separações que normalmente eram feitas pelos cronistas e exploradores desse período. Entretanto, fracionou de outras formas os animais terrestres, e os pássaros. É interessante notar que, nesse caso, Staden não pretendia catalogar e “inventariar” diversas espécies de animais, com os quais possivelmente teve contato, mas sim escrever alguns comentários sobre as singularidades de certos animais exóticos, ou até mesmo alguns já bastante conhecidos pelos europeus, os quais poderiam viver espalhados pelas terras do Brasil, bem como no imaginário europeu.

Nas descrições feitas por Claude d’Abbeville, Yves d’Évreux e nos desenhos feitos por Charles Des Vaux, que acompanham as relações da missão capuchinha no

¹¹² A ave *uwara pirange*, mais conhecida como Pássaro Guará, aparece com frequência nas descrições feitas pelos missionários, cronistas e exploradores dessa época.

Maranhão, a separação e descrição dos animais parece seguir os modelos utilizados pelos missionários e exploradores de seu tempo, buscando com elas tornar mais crível as suas narrativas. Na obra de d'Abbeville, o tipo de descrição feita é, em geral, mais curta, porém, abrangiu um número maior de animais de várias qualidades e espécies. Além disso, o missionário atentava-se mais para as características físicas dos animais do que aos seus hábitos, apesar dos comentários que, invariavelmente, fez sobre alguns comportamentos desses seres vivos¹¹³. Primeiramente, o religioso escreveu sobre os pássaros que se encontravam na ilha do Maranhão, fazendo uma lista extensa e bastante variada das espécies de aves que ele disse ter visto nesse local. O capuchinho fez, então, uma espécie de inventário destacando as qualidades nativas de gaviões, aves de rapina, papagaios, faisões, tucanos e outros tantos tipos de pássaros muito singulares que podiam ser encontrados no território da então França Equinocial. Muitas das nomenclaturas usadas por outros exploradores, como Jean de Léry, aparecem novamente em seu relato. Um desses casos é o do pássaro de nome *margana*.

Quando Léry escreveu sobre essa ave, comentou que ela era uma espécie de papagaio e que era de grande estima dos nativos por existirem em abundância no Brasil – assim como os pombos na França, segundo o autor. O colono calvinista afirmou que a sua carne era um pouco dura, mas que os franceses se alimentavam com frequência dela (LÉRY, 1578: 174). Já no relato de d'Abbeville, as descrições dessa ave parecem referir-se a outros aspectos. Usando a mesma nomenclatura, d'Abbeville afirmou que essa ave é uma qualidade de papagaio. Quando escreve sobre ela, o missionário católico dissertou acerca dos aspectos físicos desse pássaro. Escreveu, primeiro, que essa ave tinha o tamanho de um melro (*melre*),¹¹⁴ pássaro conhecido em outras regiões como Europa, norte da África e Médio Oriente. Para d'Abbeville, essa ave tinha a cabeça muito grande, tendo ao lado dos olhos uma pele branca sem penas, assim como afirmava o capuchinho acontecer com a ave *l'ara*¹¹⁵, outra ave de qualidade de papagaio descrita anteriormente neste mesmo capítulo. Segundo o autor, suas penas eram quase todas verdes, menos

¹¹³ Nesse ponto, é preciso ressaltar que Claude d'Abbeville ficou apenas 4 meses no Maranhão, viajando pelas aldeias próximas à instalação francesa. Nesse sentido, suas descrições tornaram-se menores e com menos ênfase aos hábitos e comportamentos dos animais, apesar de invariavelmente aparecerem ao longo dos capítulos de suas obras. No caso da relação sobre a missão capuchinha escrita por Yves d'Évreux, que permaneceu por mais tempo na colônia, nota-se a maior presença do comportamento animal e atenção dada a ele nos seus registros. Vamos dissertar mais sobre a importância do comportamento animal para os capuchinhos franceses no próximo capítulo.

¹¹⁴ O melro, mais conhecido também como melro-preto, é uma ave bastante comum nas regiões da Europa, Norte da África, Médio Oriente, Ásia Oriental. Já no século XIX ela foi introduzida na Oceania.

¹¹⁵ *L'Ará*, hoje conhecida como Arara.

aquelas abaixo da barriga e no encontro das asas, que são laranjas.

É comum depararmo-nos com comentários feitos por Claude d'Abbeville acerca da cor da plumagem dos pássaros do Maranhão, às vezes, o capuchinho também escreve sobre o som que elas emitiam. Um outro caso de ave que aparece nesses registros é a *Arat*, ou *l'Ará*. Esse pássaro foi descrito nas obras de Léry e d'Abbeville e, segundo a descrição feita pelo calvinista, ele possuía as penas das asas e a calda compridas, com a extensão de um pé e meio¹¹⁶, ressaltando também a cor de suas penas, de cor vermelho-escarlate e azul-celeste. Afirmou ainda que suas penas possuíam nervuras que separam as cores sempre de um lado e do outro e que esses pássaros eram muito admirados pelos indígenas e pelos franceses (LÉRY, 1578: 170-171). No caso da descrição do capuchinho, percebe-se que os comentários sobre a cauda e as penas se repetem, entretanto, um pouco modificados. Primeiramente o religioso acreditava ser essa ave uma qualidade de papagaio, e que era muito parecida, porém um pouco maior do que uma outra qualidade de papagaio de nome *canidé*, anteriormente descrita pelo autor. Depois, o missionário escreveu sobre sua plumagem e sua cauda. D'Abbeville pensava que sua cauda tinha na verdade dois pés de comprimento (variando um pouco da informação presente na obra de Léry) e que suas penas eram amarelas, azuis e verdes. Por fim, o capuchinho afirmava que esse pássaro também possuía uma pele sem pena perto dos dois olhos, que era toda branca. Adicionou um comentário interessante no fim de sua descrição, dizendo que essa ave não era de gaiola, ou seja, não era domesticável, por conta de “seu bico duro e adunco, tão cortante que destrói tudo que apanha” (D'ABBEVILLE, 1614: 233-234).

A circulação de informação sobre os animais nas obras dos cronistas, missionários e exploradores que estiveram no Brasil auxiliaram nas descrições e observações feitas por d'Abbeville, como é o caso da nomenclatura que se repete de obra em obra, assim como o nome dos pássaros acima citados que são indicados na obra de Jean de Léry, e que depois aparecem no texto de d'Abbeville com algumas modificações. Esses textos, quando publicados, contribuíam para novas descrições e observações da natureza. Logo, a circulação dessas obras também foi capaz de transformar, aos poucos, o próprio conhecimento que os naturalistas e viajantes europeus tinham acerca da fauna e do mundo natural do Brasil nesse momento.

¹¹⁶ As medidas que referenciavam as observações sobre os animais tinham, em geral, seu referencial no corpo humano. Aristóteles e Plínio, desde a Antiguidade já afirmavam que esse método de observação era o mais preciso, pois os animais estavam próximos aos humanos na cadeia de divisão dos seres terrestres e tinham muitas semelhanças em relação a eles.

No capítulo seguinte, Claude d'Abbeville dissertou sobre os peixes que se encontravam no Maranhão. Primeiramente, o capuchinho explicitou que no Maranhão e adjacências existia uma abundância maravilhosa de tipos de peixes de mar, rios e de água doce, evidenciando as divisões existentes mesmo entre aqueles animais de mesma classe. Assim como as aves, muitos peixes que aparecem em outros relatos de viagem voltam a aparecer nesse, indicados, em muitos casos, com a mesma nomenclatura. Um desses peixes é o *tamoata*¹¹⁷, descrito como peixe de rios. Essa qualidade de peixe aparece, por exemplo, nas descrições feitas por Gândavo e depois, ele volta a aparecer em d'Abbeville. Quando Gândavo o descreve, afirma que eram do tamanho das sardinhas (peixe conhecido pelos europeus), e que viviam em água doce. Ainda comenta que esse peixe possuía uma pele parecida com uma concha, e que sua carne era muito saborosa (GÂNDAVO, 2008 [1557]: 37). No registro feito por d'Abbeville, por sua vez, esse peixe foi descrito entre aqueles que viviam nos rios e na água doce. Segundo Claude d'Abbeville, esse peixe era pequeno, medindo meio pé de comprimento. Também comentou sobre sua pele ser parecida com uma armadura e, por fim, afirmou que sua carne, de cor amarelo forte era muito saborosa (D'ABBEVILLE, 1614: 245). Nas duas relações, é possível observar como o uso da mesma nomenclatura e a descrição segue um padrão extremamente parecido. Nesse caso, é provável que Claude d'Abbeville tenha copiado as informações e repetindo-as em seu registro. Vale ressaltar, novamente, que a cópia era um método de aprendizado e conhecimento bastante válido, pois através dela os naturalistas demonstravam que conheciam aquilo que estava sendo produzido acerca da natureza do mundo.¹¹⁸

Sobre os animais terrestres, ou quadrúpedes, da ilha do Maranhão, d'Abbeville dissertou dizendo que alguns deles corriam, outros se arrastavam e que, quase todos eles, eram selvagens – não domesticados. Dessa maneira, o missionário francês usou outras subdivisões para separar as classes de animais terrestres, seguindo as formas de vida desses seres, assim como fizeram os investigadores da natureza acima citados e os antigos escritores, como Aristóteles. Dentre os animais que o missionário descreveu, estavam: a corça, os veados, os javalis, os porcos-espinhos, os tamanduás, as antas (*tapiiré-éte*), os

¹¹⁷ Tamoatá, ou caborja, é um peixe de água doce, com preferência às águas pantanosas. Conhecido até hoje popularmente por esse nome, esse peixe é bastante comum nas regiões do norte do Brasil e, até hoje, compõe uma parte da base alimentar de populações ribeirinhas.

¹¹⁸ Além de ter configurado uma forma de validação e legitimação da obra por repassar conhecimentos que estavam então sendo produzidos, junto às cópias a ideia de transmissão do conhecimento era muito mais importante nesse período e, inclusive, continuou tendo um peso relevante na modernidade. Veja mais sobre em: CHARTIER, Roger. *O que é o autor? Revisão de uma Genealogia*. Edufscar, 2012.

tatus, os quatis, as pacas, as cutias, as onças, a preguiça, os cães domésticos e os animais rastejantes, como uma serpente de nome (*boi-été*) citada pelo autor.

No caso desses animais quadrúpedes, também havia uma vasta quantidade deles que se repetiam, não apenas nessa obra em específico, mas em várias outras anteriores e posteriores. Um desses animais é a anta, que aparecia com a nomenclatura, quando não idêntica, muito parecida entre os registros do período. André Thevet escreveu sobre esse animal de nomenclatura *tapihires*, em seu registro sobre a colônia francesa da Baía de Guanabara. Primeiramente, o cosmógrafo francês afirmou que existia uma grande quantidade desse animal no território do Brasil. Comentou que esse animal era bastante cobiçado pelos indígenas, por conta da sua conformação, sendo sua carne muito boa para a alimentação e seu couro útil para fabricar escudos que utilizam em suas guerras. Esse animal, segundo Thevet, fazia parte da atividade de caça dos indígenas e se parecia muito com um asno, tendo o pescoço mais grosso, a cabeça parecida com a de um touro e os dentes muito afiados e cortantes. Apesar de parecer um animal perigoso, de acordo com o cosmógrafo, esse animal costumava fugir ao longo das caças. Por fim, André Thevet escreveu que ele tinha a pata fétida e coriácea, pelo avermelhado – como o de uma vaca – e aparecia frequentemente nos outros registros de época como uma vaca selvagem, apesar do autor afirmar ter visto as diferenças atenuadas entre esses animais. Claude d’Abbeville, ao descrever esse animal, também afirmou que eles eram como vacas bravas, ou vacas selvagens, muito parecidas com aquelas que se encontravam na França. Continham orelhas maiores, a calda e as pernas mais curtas e os dentes afiados. Por fim, o capuchinho adicionou um comentário interessante sobre esse animal, dizendo que dentro de seu estômago era possível encontrar uma pedra de nome bezoar¹¹⁹. Novamente neste capítulo observa-se a repetição de muitas informações já conhecidas e publicadas em outros relatos.

Yves d’Évreux também produziu descrições relevantes relativas aos animais do Maranhão e territórios adjacentes. Ao dividi-los em seu texto, mostrou que, mesmo alguns que eram considerados animais terrestres, ou aquáticos, acabavam vivendo tanto num, quanto noutro ambiente. Esse tipo de comentário seguia as indicações que também eram feitas pelos antigos, pois sabia-se que alguns animais alimentavam-se em outros territórios que não o local onde vivem. É o caso de aves aquáticas e lagartos que o

¹¹⁹ Nesse período, acreditava-se que essa pedra, originária da Índia e da América do Sul, tinha propriedades terapêuticas. Uma das formas de ela ser produzida era através da pastagem e, por isso, acreditava-se que poderiam existir pedras bezoares nos estômagos de cabras e ruminantes em geral.

religioso inseriu em sua narrativa. Entretanto, o que fica mais evidente, dentre os capítulos que o capuchinho dedica ao estudo desses seres, é que ele estava mais preocupado em escrever sobre as causas das suas naturezas, do que criar um inventário da fauna desse território. Isso fica claro pois, além de escrever sobre animais específicos, que segundo o frade eram os mais curiosos e singulares do Maranhão, suas descrições eram mais longas que aquelas feitas por d'Abbeville.

Primeiramente, d'Évreux descreveu os peixes, pássaros e lagartos que podiam ser encontrados no Maranhão. Neste capítulo, ao discorrer sobre os peixes, d'Évreux não citou nenhuma qualidade específica deles, dando maior atenção ao assunto da geração desses animais. Acreditava, o autor, ser essa uma questão da física e da filosofia natural, pois, para ele, era essencial questionar “como um animal perfeito poderia nascer, viver e morrer sem progenitores?” (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 163-164). A razão para esse acontecimento seria, para o capuchinho, a influência dos planetas predominantes em janeiro e fevereiro, quando esses peixes nasciam no Maranhão” (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 164).

Depois, d'Évreux escreveu sobre uma espécie de ave aquática, conhecida como pássaro guará. Essa ave, nomeada em seu texto como *courlieus*, chamava a atenção do missionário por conta da cor de suas penas. Dissertou, o autor, sobre a influência da alimentação na cor de sua carne e de sua plumagem. Esses pássaros, de acordo com o capuchinho, quando adultos, possuíam carne e penas de cor avermelhada. Para d'Évreux, essa característica poderia ser explicada pelo fato dessas aves serem brancas quando nasciam, e por isso, continham uma alimentação reduzida, sobretudo das moscas que viviam ao redor delas quando ainda muito pequenas. Na fase de desenvolvimento, esse animal adquiria uma penugem negra, que corresponderia a uma alimentação abundante. Depois, já adulta, o autor relata que suas penas e sua carne ficariam avermelhadas. Para Yves d'Évreux, essa cor estava relacionada ao tipo de nutrição da ave. Ela alimentava-se sobretudo de caranguejos.¹²⁰ Esses, por sua vez, ao serem consumidos, no estômago, eram transformados e dirigidos ao fígado e, segundo o frade, se dele não recebessem nenhuma cor, como acontecia com outros animais, tingia-o com sua cor natural. Logo, passava-o para as veias, e das veias para a carne e da carne para as penas. Essa sequência explicaria a cor desse animal, ligada à ideia de superfluidade dos alimentos que d'Évreux chega a citar em seu texto (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 165). Essa passagem nos dá indícios de

¹²⁰ Vale ressaltar que o Pássaro Guará, que hoje existe em maior quantidade apenas no litoral sul do Brasil, vive em regiões de mangue. Isso pode explicar a sua alimentação.

que o frade conhecia minimamente sobre anatomia e fisiologia animal e a levava em consideração quando fazia suas descrições, que misturavam aspectos espirituais e naturais de forma orgânica. Por fim, nesse capítulo o religioso também descreveu os lagartos que existiam nesse país do Maranhão, expondo explicações acerca de sua natureza.

Nos outros capítulos, o missionário tratou, primeiramente, sobre a pesca do peixe *piri*, dos jacarés e, depois, nos capítulos seguintes, sobre os ratos, formigas, lagartixas, aranhas, cigarras, mosquitos, grilos, camaleões, moscas e, por fim, sobre os pássaros e passarinhos do Maranhão. Em geral, em todos esses capítulos, o frade capuchinho fez uma descrição focada nas causas e explicações da natureza desses animais, por isso descreveu qualidades de animais específicos, e não exatamente em uma espécie de catálogo da natureza.

Também é possível perceber a repetição, não apenas dos animais, mas de certas informações sobre eles nessa obra. É o caso do pássaro guará acima citado. Esse pássaro aparece registrado em diversas outras obras de cronistas como Hans Staden, Gândavo e até obras posteriores à de d'Évreux, como é o caso da obra de Marcgrave e Piso (1648). Staden, ao descrever algumas das principais aves do Brasil, escreve sobre esse pássaro afirmando que “as primeiras penas que saem nos filhotes são pardacentas e com elas voam um ano; mudam então essas penas e todo o pássaro fica tão vermelho quanto possível, e assim persiste. As suas penas são muito estimadas pelos selvagens” (STADEN, 1900: 45). A nomenclatura, utilizada pelo germânico para referir-se a essa ave, é *uwara pirange*, de matriz indígena. Pero de Magalhães Gândavo, em seu tratado sobre o Brasil, também teceu comentários sobre o pássaro guará, e as explicações relativas à cor de suas penas também estão indicadas em sua descrição. Ao escrever sobre as penas dessa ave, o autor relatou que:

A primeira pena de que a natureza as veste, é branca sem nenhuma mistura mui fina em extremo. E por espaço de dois anos pouco mais ou menos a mudam, e torna-lhes a nascer outra parda também muito fina sem outra nenhuma mistura; e pelo mesmo tempo adiante a tornam a mudar, e ficam vestidas de uma muito preto distinta de toda outra cor. Depois daí a certo tempo pelo conseguinte a mudam e tornam-se a cobrir doutra mui vermelha, e tanto, como o mais fino e puro carmesim que no mundo se pode ver e nesta acabam seus dias. (GÂNDAVO, 2008: 23-24)

Como podemos observar, a transformação das cores, e mesmo a cor em si das penas desta ave foi tema de algumas descrições de cronistas. D'Évreux buscava explicar a causa dessa cor através de suas suposições em relação à alimentação desse animal, explicitando a importância dos hábitos e das interações com o meio ambiente para o

estudo dos animais na época. A relevância dessas penas e das penas de outros pássaros que aparecem nesses textos revela a busca pelo exótico, pelo diferente e o teor etnográfico desses escritores que, ao fazerem afirmações sobre a plumagem e sobre outras características desses animais, ressaltaram a importância desses aspectos para a vida dos nativos. No caso das penas, elas eram comumente usadas para a composição dos adereços utilizados pelos indígenas, como seus penachos e seus colares. Esses elementos indicam a presença bastante ativa dos aspectos naturais, tanto num sentido etnográfico, como espiritual, quanto comercial para os europeus, os quais conformavam também as formas de conhecer esse outro mundo.

Além desses registros, os desenhos feitos nessa experiência colonial francesa são essenciais para refletir acerca das experiências *in loco* e das formas de retratar a natureza. Esses desenhos foram feitos com o objetivo de catalogar a fauna do Maranhão e adjacências, considerando os pássaros, os animais aquáticos (peixes) e os animais terrestres (quadrúpedes). Eles buscavam representar um conjunto de animais que existiam nos territórios do norte do Brasil. Logo, Des Vaux, assim como outros exploradores e missionários que estiveram no Brasil e nas regiões adjacentes, tinha o objetivo de estabelecer uma ideia de ‘fauna maranhense’, a qual podia ter interferência na própria noção de identidade desse local. Essa ideia, ou esse imaginário, foi construída na interação entre fantasia e objetividade, que estão implícitas nessas imagens. Esses desenhos, ao mesmo tempo que classificavam e catalogavam a fauna maranhense, também indicam alguns interesses de quem os fez. Tal objetividade, ao contrário da fantasia, pressupõe uma atitude de neutralidade e veracidade em relação ao conhecimento e sua produção.

Segundo Lorraine Daston (2017), atualmente entendemos a objetividade como aquilo que é contrário à subjetividade. Essa separação, segundo a autora, é a mesma feita entre a alma e o mundo, como uma necessidade de diferenciar aquilo que é pessoal daquilo que é impessoal. Por mais que essa separação venha sendo estabelecida de forma quase que natural, e que, na construção dos saberes e conhecimentos científicos, a objetividade tenha participado cada vez mais, é muito difícil dizer quais são os processos históricos, aspectos morais, conceituais, sociais e epistemológicos que conformam o que ela é. A objetividade científica ganhou evidência e se desenvolveu de forma crucial em meados do século XIX. Ela passou a ser fundamental na comunidade de cientistas e médicos desse período, preocupados com a neutralidade e com a imparcialidade que acreditavam que a ciência tinha, ou deveria ter. Segundo Daston, foi apenas nesse período

que as palavras “objetividade” e “subjetividade” apareceram em dicionários alemães e, dessa maneira, foram assimilados no francês e inglês em 1830. Sob a forma de advérbio, esses termos despontam em latim na filosofia escolástica do século XIV, ou seja, *objetivado* e *subjetivado*. Seu sentido, no entanto, era o contrário daquele que vai ganhar força a partir do século XIX, pois por *objetivus* entendia-se, de maneira geral, os objetos do pensamento, e *subjetivus*, aqueles que estavam fora das mentes dos humanos. Assim, nos séculos XVI e XVII, a objetividade ainda não era considerada o oposto de subjetividade. Logo, se pensarmos no regime de objetividade¹²¹ desse período, podemos considerar que ele era permeado pelos aspectos que hoje consideramos mais subjetivos na ciência, especialmente os sentidos e as experiências sensitivas que acompanharam as descrições e observações da natureza nesse período.

Essas mudanças são importantes para a compreensão de que tipo de exatidão os homens da ciência e missionários buscavam com seus relatos e desenhos sobre o Novo Mundo. Pode-se estudar os desenhos franceses a partir das ideias de reflexo e fantasia, real e representado. Alguns dos animais que aparecem nos registros de Des Vaux, assim como nos relatos dos capuchinhos que estiveram presentes na missão francesa no Maranhão, já eram conhecidos e detinham a atenção do público letrado europeu. Os lagartos, os papagaios, os tamanduás e as capivaras, por exemplo, são alguns desses animais que já circulavam entre textos de relatos de outros viajantes e até mesmo entre os portos da Europa, transitando pelos gabinetes de curiosidade dos benfeitores que, muitas vezes, financiam essas viagens. Portanto, as imagens eram resultado das representações e dos contatos que esses viajantes e exploradores, assim como Charles Des Vaux, tiveram.

A forma pela qual se pode perceber a circulação e as similitudes entre uma imagem e outra são, por exemplo, as semelhanças dos traços, dos tamanhos e medidas utilizadas, da localização dos desenhos nas folhas onde eles foram feitos, da forma com a qual o animal foi desenhado, ou seja, alimentando-se, bebendo água, perto de uma paisagem, em cima de uma árvore etc. Essas informações, como apontado anteriormente, refletem um ideal de anatomia e mesmo de animal (DASTON; GALISON, 2007;

¹²¹ A concepção de regime de objetividade, estabelecida e trabalhada por Lorraine Daston, é fundamental para essa pesquisa, na medida que pensa epistemologicamente as formas de se conhecer e estudar um determinado objeto. A partir da metade do século XVII para frente, novas formas de se conhecer e classificar o mundo passaram a ficar em evidência com a chamada revolução científica. Essas formas e métodos de estudo da natureza, como o empirismo inglês, aproximam-se muito mais de uma visão ‘matematizante’ do mundo, ao contrário daquela estabelecida anteriormente que priorizava as qualidades como base para se estudar os elementos naturais..

NICKELSEN, 2017). Essas são algumas formas de analisar os desenhos e perceber as referências utilizadas por Des Vaux no ato de sua feitura.

Os desenhos produzidos nessa missão colonial são todos em preto e branco, variando apenas na intensidade dos tons de preto e cinza que criam alterações de sombras ao longo das linhas dos desenhos. Em algumas imagens, é possível ver o seu rascunho atrás do desenho que efetivamente foi finalizado e, apenas em 1967, publicado. Essas sombras podem nos dar ideia da importância dos movimentos dos animais no momento de registro dessas imagens. O pássaro de nome *guarauna*¹²², por exemplo, foi representado de forma que podemos ver o reflexo do rascunho feito pelo desenhista atrás da imagem final.



Figura 4 – “guarauna” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.

Outro detalhe importante que se pode observar nos desenhos é o ambiente no qual os animais foram retratados, ou seja, se estão em cima de galhos de árvores, se estão no chão, próximos da vegetação, ou se estão próximos da água. Ao que tudo indica, esses aspectos também serviam para identificar as qualidades dos animais. Logo, assim como a divisão feita pelos elementos da natureza, ou seja, animais aquáticos, terrestres e que vivem no ar, a interação com o meio ambiente era essencial para qualificá-los. Sua alimentação, seus locais de abrigo, onde eles colocavam seus ovos, se saíam pelo dia ou pela noite etc., eram indícios importantes para analisar a forma de viver e de se comportar desses seres na época. Nos desenhos, é evidente que esses hábitos foram importantes para a compreensão das características desses animais, como é o caso da preguiça que, ao ser

¹²² O pássaro *guarauna*, que em tupi significa pássaro preto do brejo, pode ser um tipo de garça bastante comum no Brasil, no México e na Flórida, também conhecido nacionalmente como *carão* ou *saracurão*.

representada, sua imagem é feita mostrando como ela se pendura nos galhos e troncos de árvores do Maranhão. Outro exemplo são os cervos e veados que aparecem pastando nas imagens de Des Vaux. Esses hábitos indicavam, não apenas traços das qualidades e utilidades dos animais, mas também dos ambientes onde eles viviam, ou seja, expressando as possíveis propriedades territoriais da França Equinocial.

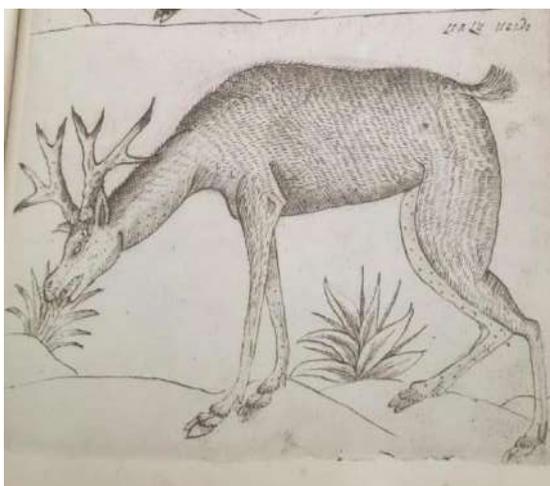


Figura 5 – “veado” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.

Assim como as similitudes, que nos textos escritos por d’Abbeville e d’Évreux aparecem com frequência, como é o caso de várias qualidades de aves que são comparadas com outras conhecidas na Europa, como a galinha, nas imagens isso também acontece. Nesse caso, os autores das imagens que circulavam pela Europa nesse momento aproximavam a anatomia dos animais que diziam ter encontrado no território para onde viajaram, com a dos animais que existiam na Europa. O quati, ou a paca, por exemplo, foram representados nos desenhos de Charles Des Vaux tendo como base outros animais comuns em terras europeias, como coelhos e ratos selvagens. Outros casos contidos nos desenhos do explorador francês em relação a essas semelhanças são os desenhos dos pássaros do Maranhão. Esses desenhos lembram a forma daqueles feitos por Conrad Gessner. A proporção das imagens, a variação de sombras dos desenhos, o ambiente em que, muitas vezes, essas aves eram inseridas na representação e o exagero do tamanho de algumas partes de seus corpos, como o bico, as asas e as garras, são aspectos que se repetem e demonstram a circulação das ideias e imagens relativas à anatomia animal e à proporção morfológica que era utilizada nessa época. Esses elementos eram referências, tanto para aproximar uma realidade da outra, quanto para alimentar a ideia de que

existiam animais exóticos, diferentes e maravilhosos no Novo Mundo.

Essas imagens tiveram grande impacto, especialmente, na conquista territorial do Maranhão e terras adjacentes. Elas funcionavam como testemunhas das experiências *in loco*. Nesse sentido, elas demonstravam a importância das viagens e do contato com esses “novos territórios” para a formação de novos conhecimentos e interpretações sobre a natureza e pela posse, inclusive simbólica, desses locais. Ao mesmo tempo, esses desenhos também expressavam certos traços culturais, morais e políticos desse momento, pois ao comparar a natureza desse Novo Mundo com o Velho Mundo, usavam de suas próprias referências acerca do que era natural, maravilhoso, selvagem, divino, diabólico e assim por diante.

Assim, catalogar as espécies de pássaros, peixes e quadrúpedes, as quais o militar francês afirma ter visto (ou ouvido falar) – fato que só podemos supor -, expressa a importância de se destacar o vasto número de animais distintos e singulares existentes nesse território e sua relação com o ambiente. Seja através de desenhos, ou de descrições escritas, a circulação das informações sobre os animais do Brasil era um importante indicador daquilo que se conhecia sobre o mundo natural desse território e sobre as formas de aproximar, ou distanciar a natureza dos dois Continentes, que também se modificava na medida que circulava pelos registros europeus.

2.11 Considerações finais.

A trajetória da conquista do Maranhão é de longa data. Desde os primeiros contatos que os europeus tiveram com essas terras, que hoje conhecemos como norte do Brasil, a região onde encontram-se o Maranhão, Piauí, Pará e Amazonas eram lugares de difícil acesso, porém estratégicos, pois podiam facilitar a entrada de estrangeiros nas terras que estavam sendo ocupadas por portugueses e espanhóis nos séculos XVI e XVII. Apesar da presença intensa de ibéricos nas navegações e na colonização das terras do Novo Mundo, considerando Américas, Ásia e África, outros atores de outras regiões do Globo participaram desse mesmo processo, buscando conquistar seus impérios ultramarinos e experienciar as maravilhas das terras remotas, as quais passavam a ser objeto de desejo e de estudo dos exploradores, cronistas, missionários e homens da ciência dessa época.

Os franceses, mesmo antes das viagens para o Canadá, América do Norte, África e Brasil, já tinham se aventurado pelos oceanos, estabelecendo comércio e alianças com povos nativos, navegantes e comerciantes de outros locais. Em geral, a historiografia

brasileira costuma analisar as trajetórias e ocupações de viajantes de outros reinos, que não os ibéricos, em relação a esses últimos. É comum depararmos com trabalhos que comparam as experiências portuguesas e francesas no Brasil, mostrando as diferenças e estratégias de colonização de cada um dos dois grupos. Esse caminho é válido pois, na medida que essas ocupações também são processos de disputas territoriais, elas são atividades que estão ligadas a outras tentativas de conquista de outros grupos e atores. Entretanto, existe uma lacuna nessa mesma historiografia a respeito do conhecimento natural produzido ao longo desses empreendimentos, e a ligação deles com os regimes de objetividade, observação, descrição e organização da natureza, que estruturavam a atividade e as ideias desses letrados do período.

Logo, considerar o intenso fluxo de navegantes e a troca mantida entre eles, seja através das disputas, ou das alianças, é fundamental para a compreensão da importância geopolítica, comercial, moral e natural que certos territórios tinham nesse período, mas esses aspectos precisam ser melhor cotejados com a produção de conhecimento sobre esses locais e a relevância deles para a ciência desse momento. O local chamado de País ou ilha do Maranhão pelos navegantes franceses, que participaram da tentativa de colonização desse território, missão conhecida como França Equinocial, pode ser estudado e analisado, enquanto território e enquanto objeto de estudo e conquista europeia, através dessas disputas, fluxos e refluxos que aconteceram entre o fim do século XVI e início do século XVII. Esses processos de estudo e conquista do território do Maranhão e adjacências demonstram a relevância desse local e da própria experiência da França Equinocial, como produtora de conhecimento natural, etnográfico e espiritual sobre as terras dessa região.

Verifica-se que a compreensão sobre a natureza e o imaginário acerca dela são constituídos a partir de trocas constantes de informações, descrições, pessoas, cartas, línguas e traduções, imagens e objetos materiais e imateriais que trafegaram e se modificaram pelo Atlântico. Seja por meio dos textos e imagens, que buscam descrever e inventariar os elementos naturais dos locais mais remotos do Globo, ou através dos gabinetes de curiosidade, onde podia-se ter contato com essa natureza amostra nesse espaço, uma ideia de fauna, território e singularidade estava viajando junto dos navegantes e suas produções, capazes de alimentar e replicar esse conhecimento. Observamos que, à medida que os animais, descritos pelos naturalistas do início da época moderna, se repetiam nos registros impressos que eram feitos, ou seja, os mesmos animais eram citados, como os veados, os quatis, as pacas, os tatus, os lagartos etc, reforçava-se

os elementos mais singulares que podia-se experienciar e descrever sobre eles, além, também, de se formar uma ideia de quais eram as qualidades de animais mais singulares dessas localidades.

Fica evidente que, esses registros que descreveram a fauna dos territórios do Brasil e terras vizinhas utilizavam as similitudes e analogias para formar uma noção acerca da natureza desses seres, que tinha correspondências em outras partes do Globo. Assim, com o passar dos anos e com a composição de novas obras, os investigadores da natureza e naturalistas puderam expôr outros questionamentos e teorias sobre esses mesmos animais. Logo, essas informações viajavam, influenciavam outros estudiosos e se transformavam em novos conhecimentos sobre o mundo natural.

A França Equinocial, enquanto parte dessas trocas e atividades, foi importante para o conhecimento sobre a natureza do Maranhão, região nessa época ainda muito disputada e de difícil acesso. Nesse sentido, as produções descritivas e visuais feitas a partir dessa experiência francesa, contribuíram para inventariar e informar os outros investigadores da natureza, tanto da França quanto de outros locais, sobre que tipo de natureza e fauna podia-se encontrar nessa região e como elas carregavam aspectos do próprio território em si.

Capítulo 3

Os animais da França Equinocial e suas qualidades.

3.0 Observar, perceber e descrever.

As práticas de observação e descrição estão presentes em todos os campos de estudo da natureza. Entretanto, é comum serem relacionadas às etapas básicas de sua feitura e, por isso, acredita-se, no geral, que não há necessidade de investigá-las de forma mais aprofundada (DASTON, 1998). Não há dúvidas de que o contato com novas formas de vida e conjuntos naturais foram experiências que atravessaram tanto o olhar e os relatos dos missionários, exploradores, cronistas e viajantes que estiveram nas terras do Novo Mundo, quanto a forma de conhecer e estudar as especificidades naturais de cada um desses territórios. Nesse sentido, acreditamos que o debate sobre o ato da observação, da percepção e da descrição do mundo natural, nos seus sentidos ontológicos, epistemológicos e metafísicos¹²³, são fundamentais para compreendermos melhor de que maneira as relações da missão capuchinha e os desenhos produzidos pelos franceses no Maranhão e adjacências, no início do século XVII, participaram e alimentaram formas de conhecer a vida natural deste local e também compuseram, à sua maneira, a história e a filosofia natural dessa época.

Neste capítulo, temos como objetivo estudar os aspectos epistêmicos e as atividades envolvidas no trabalho de conhecimento e descrição dos animais do Maranhão e circunvizinhanças, ao longo da experiência da França Equinocial. Analisaremos os aspectos que fizeram parte das formas de conhecer a fauna e a natureza local, o lugar dos animais na compreensão do mundo e do Novo Mundo, além das relações entre os conhecimentos europeus e os conhecimentos indígenas dessa região.

É preciso, primeiramente, compreender o papel das observações e sua relação com as concepções de experiências, percepções e com as descrições da natureza. A observação tornou-se um hábito recorrente na prática científica. Em se tratando das investigações produzidas no início da época moderna, as observações tinham muitos sentidos, dentre os quais havia uma maior relação com as ciências que dependiam da ação de observar certos fenômenos, como os estudos do céu – astronomia e astrologia. Nesse caso, o uso

¹²³ A ontologia refere-se à composição e distribuição de objetos no universo feito por cientistas. Estes objetos podem ser investigados e sondados de forma contínua. A epistemologia, por sua vez, estuda como os observadores e cientistas conhecem os objetos por eles investigados. Por último, mas não menos importante, diz respeito à realidade última das categorias e objetos observados sob as condições materiais que mediam tais investigações. Veja mais sobre em: DASTON, Lorraine. “Sobre a Observação Científica.” In DASTON, Lorraine. *Historicidade e Objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017.

ontológico – ou seja, uma forma de constatação da realidade e de fenômenos naturais existentes – delas era mais comum, tanto na prática de investigação direta, quanto nas produções letradas impressas e manuscritas desse momento. Ainda assim, é preciso definir melhor o que exatamente significava “observação” no mundo da Europa desse período (DASTON; LUNBECK, 1998).

Foi a partir da segunda metade do século XV, pelo menos, que as práticas de observação se estruturaram de forma virtuosa em alguns campos do conhecimento, como os citados acima. Outras áreas de estudo dos fenômenos naturais, que não mantiveram relações experimentais com as observações, como a medicina, a história natural, o antiquarismo ou a alquimia, se desenvolviam concomitantemente. Entretanto, até meados do século XVI, não existia um termo que se referisse exatamente às práticas observacionais de forma específica (POMATA, 2011). Alguns dos termos que comumente circulavam nos títulos de obras que eram produzidas nesse recorte temporal, como “*experiientia, experimentum, contemplatio, consideratio e observatio*” (POMATA, 2011: 45-46) foram usados de forma instável. Por conta disso, entende-se que, durante o Renascimento, pela falta de um termo específico para se referir às práticas de observar, havia um modo incipiente de compreender a cognição da observação, que era, sobretudo, voltada para seu valor semântico, ou seja, o ato de observar o céu (POMATA, 2011).

Anteriormente, ao longo do fim da Idade Média, o antigo *observatio* ainda detinha pouca atenção dos eruditos das áreas de investigação da natureza, em contraste com o *experimentum*, que ganhava cada vez mais força nesses campos de estudo (POMATA, 2011). *Experimentum* em latim, bem como *empeiria* ou *peira* em grego, possuíam em si uma certa continuidade de sentido e de uso de categorias do conhecimento científico, que possuíam como referências obras de autores como Plínio, o Velho, Hipócrates e Aristóteles (POMATA, 2011). Para a observação, ou *observatio* em latim, não havia um termo em grego que tivesse equivalência. Somente no século XVII essas categorias vão assumir papéis desvinculados e estabelecidos. (DASTON; LUNBECK, 2011)

Pode-se dizer que, para as ciências naturais e para a filosofia que eram assimiladas e reproduzidas no início da época moderna, de forma geral, chamava-se de observações os resultados das práticas cumulativas a longo prazo, de anotações e registros dos fenômenos naturais (PARK, 1998). Como foi estudado nos capítulos anteriores, muitas obras gregas da antiguidade, seja da área da filosofia, ética, teologia, ou estudos sobre o mundo natural, foram traduzidas para o latim e, com isso, puderam ser acessadas pelos

estudiosos europeus, mais o menos, do século XII.

Plínio, em sua *História Natural* proporcionou uma grande circulação de ideias gregas e clássicas, como o sentido da observação. Segundo Plínio, ela estava atrelada à medicina, bem como à navegação e à agricultura. Em um dos exemplos que cita em sua obra, inclusive, mostra a importância da observação dos céus para que os fazendeiros praticassem a agricultura.

Os apontamentos do antigo filósofo estavam baseados numa lista de autores romanos e outros estrangeiros que ele mesmo inseriu numa espécie de índice, o qual serviu para demonstrar quais foram os autores e as obras que Plínio teria usado como fontes para seu compêndio de história natural (VIEIRA, 2010). Plínio se valeu da *observação* para referir-se, tanto à constatação de correlações entre fenômenos naturais e a prática da horticultura, quanto às regras derivadas dela, como por exemplo: “A observação de que comer um número ímpar de caracóis grelhados é particularmente bons para problemas estomacais” (PLÍNIO *apud* PARK, 1998: 17). O autor apresentou a ideia e o ato de observação como um processo coletivo e anônimo, relacionados ao acúmulo de conhecimento natural por muito tempo (PARK, 1998). Podemos dizer, nesse sentido, que os conhecimentos produzidos coletivamente e estabilizados nas enciclopédias e compêndios de história natural podem ser considerados observações feitas e acumuladas por muitas gerações de eruditos e investigadores da natureza. Por isso, eram considerados autoridades discursivas e serviam para a formação dos letrados do Renascimento.

Atrelada ao valor das observações, porém com maior destaque, desde pelo menos o fim da Idade Média, o significado geral das experiências relacionava-se ao sentido de teste, ou de tentativa. Nesse período, havia um tipo de narrativa denominada *Experimentum*, ligada, sobretudo, à escrita médica e mágica, que era derivada dos direcionamentos da experiência, ou seja, das tentativas. Apesar da relação entre uma forma de conhecer e outra, as experiências, como modelo de estudo e conhecimento dos elementos da natureza, eram muito mais referenciadas nos registros, descrições e crônicas de história natural entre o fim da Idade Média e início da época moderna.

As experiências também tinham ligação mais direta com as percepções pessoais e sensoriais, que não se limitavam apenas à visão. Não é incomum depararmos com explicações sobre as causas, a anatomia, ou o comportamento de determinados animais que usavam, como forma de conhecer o mundo, as percepções sensitivas, derivadas das experiências (PARK, 1998; DASTON, 2017). Não é por acaso que, tanto as experiências, quanto às percepções ganharam um valor de credibilidade grande até o início do século

XVII. Dessa maneira, as ideias de filósofos antigos como o próprio Aristóteles, em relação ao papel das práticas sensitivas e das experiências para o estudo e a investigação do mundo natural circulavam e se modificavam entre os estudiosos do Renascimento tardio.

Em suas obras *História dos animais* e *Partes dos Animais*, é possível reconhecer algumas de suas principais ideias e posições em relação a como estudar a natureza dos bichos. Aristóteles destacou o uso das percepções e experiências para o estudo dos fenômenos animais (POMATA, 2011). Para além das informações recolhidas de um coletivo de investigadores, que possuíam autoridade discursiva em relação ao tema dos estudos acerca dos animais, Aristóteles encarava como fundamental a composição de conclusões e estudos pessoais, mesmo que intermediários, sobre aquilo que estava sendo analisado no mundo animal (SILVA, 2010). O filósofo acreditava que este contato pessoal com o mundo animal permitiria, aos investigadores e naturalistas, perceberem *in loco* e concretamente as causas e consequências que regiam os grandes princípios e a atuação da natureza, levando em consideração a ideia de *funcionalidade harmoniosa* do autor, ligada às funções e finalidades dos elementos naturais. Ou seja, os postulados aristotélicos concebiam que a constituição dos seres podia ser compreendida através dos princípios que regiam a natureza na época, como a ideia de equilíbrio e simetria, em vista da relação harmoniosa das partes internas que constituem os animais, além das funções equilibradas dos seus convívios com outras espécies e com seus *habitats*.

De uma maneira mais ampla, a experiência, especialmente nas circunstâncias de viagens e missões religiosas, como é o caso desta aqui analisada, tinha uma dimensão territorial muito importante. A relação direta e subjetiva das experiências com os meios era capaz de conformar ideias de paisagem, relativas a uma certa noção de pertencimento (nesse caso humano e animal) que vai sendo modificada com o passar dos séculos (BERQUE, 2013).

Vale compreender, ainda, por qual motivo o *observatio* não ganhou tanto destaque na filosofia do fim da Idade Média e início da época moderna, em detrimento do *experimentum*. É possível considerar que um dos motivos tem relação com o fato de que, tanto a *experientia*, quanto o *experimentum*, na epistemologia da escolástica aristotélica, eram sentidos e práticas que possuíam uma longa história de usos e, por isso, já eram bem apropriados pela filosofia do período. Ainda assim, a partir de meados do século XVI, verifica-se que a noção de observação passou a circular com maior intensidade entre os letrados, que recebiam na Europa ocidental a primeira tradução para o latim de obras

como Sexto Empírico¹²⁴, que marcaram o ceticismo no início da época moderna, sobretudo na produção de autores como Michel de Montaigne e, mais tarde, David Hume. Esse sentido de observação, ao longo da Idade Média, tinha ficado marginalizado, sobretudo pela falta de traduções de algumas obras que tratavam de sua ideia empírica, mas que, mesmo assim, chegaram a influenciar parte da medicina ocidental ainda no século XIV.

Vale ressaltar, ainda, que a partir de meados do século XVII, o debate sobre experiência e observação se transformou novamente, especialmente desde o desenvolvimento de obras das correntes racionalistas e das escolas empíricas desse momento, como René Descartes, que enalteceu a racionalidade humana e a matemática, como formas de estudar e conhecer o mundo e a natureza em detrimento das experiências orgânicas e sensoriais, julgadas por ele e seus pares como antigas, ou Francis Bacon, um dos pioneiros do empirismo inglês do século XVII.

As diferenças nos usos e nos valores metafísicos e ontológicos da experiência e da observação, o trabalho cumulativo dos estudiosos, que compunham as conhecimentos e descrições naturais ao longo de gerações, junto da prática de observação ontológica ligada a certas áreas do estudo e conhecimento da vida, como a astronomia, além das percepções diretas e pessoais, reconhecidas como experiências, estavam conectadas e atravessaram a história das formas de conhecer a natureza e seus elementos no início da época moderna. Com o tempo, as experiências pessoais também passam a circular e se repetir nos registros sobre a natureza. Essa repetição, que fez parte do processo de circulação, transformação e constituição do conhecimento científico e natural, demonstra que o conhecimento é fruto de um trabalho coletivo, cumulativo e que envolve vários coletivos de pensamento (FLECK, 1935) e valores epistêmicos que, aos poucos, conformaram um consenso acerca dos fatos e verdades naturais.

Nas obras de Claude d'Abbeville, Yves d'Évreux, e mesmo nos desenhos que compõem a publicação atribuída à Cristóvão de Lisboa, há passagens que expressam como, já no início do século XVII, as discussões sobre a observação, como uma prática ligada à certas ciências do estudo do céu, como a astrologia e a astronomia, já estavam mais difundidas. Por exemplo, no capítulo XXXVI da obra de d'Évreux, intitulado *Dos astros e do Sol*, o capuchinho ergueu várias explicações sobre a passagem do sol na Zona Tórrida – região onde, segundo os religiosos franceses, se localizava o Maranhão – e

¹²⁴ Sexto Empírico foi um médico e filósofo grego. Ele se filiava ao chamado ceticismo pirrônico, ou seja, uma corrente filosófica que se opunham a saberes como a astrologia e outras magias do período.

sobre a influência dos astros no calor, na quantidade de luz e estrelas que eram possíveis de serem encontradas no céu dessa região. O missionário abriu seu capítulo utilizando da expressão “observar” para se referir às estrelas da localidade:

Naquela região tórrida, é notável observar como o céu aparece muito menos estrelado que na Europa. Não aparecem tantas pequenas estrelas, presas na abóboda azulada daquele país, como em nosso céu. Por outro lado, vêem-se muito mais estrelas grandes e brilhantes lá do que aqui (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 147).

Mais adiante, ao comentar acerca da passagem do sol sobre o Maranhão, o missionário fez novas referências à observação do céu, junto da utilização das experiências como testemunho e evidência do que estava descrevendo.

Naquele país, os crepúsculos da tarde e da manhã duram muito pouco, quase nada. Pelo contrário, na Europa, durante o verão, o fim da tarde dura mais de duas horas; de manhã é a mesma coisa, antes de o Sol nascer. Isso tudo acontece, como dissemos, porque os habitantes, sob a zona tórrida, estão em esfera direta, e nós em esfera oblíqua. Posso acrescentar mais uma experiência: ao voltar do Maranhão, em direção ao polo setentrional, descobrimos a estrela desse polo, a estrela do Cruzeiro, muito antes do que quando vamos daqui para o Maranhão, embora ela esteja muito mais alta que o polo antártico ou austral. Observei mais uma coisa naquele planeta do Sol: há dois “meio dia”, bastante diferentes um do outro, nas duas épocas do ano; de maneira que, durante uma metade do ano, olhando para o leste, ele fica à nossa direita, ou seja, na parte austral; na outra parte do ano, fica à nossa esquerda, mais para a parte setentrional[...] (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 148-149).

Nota-se que, ao falar das observações, o capuchinho estava se remetendo ao estudo dos astros e do Sol e que, antes, quando acrescentou a expressão “experiência” em suas explicações sobre a estrela *Cruzeiro*, estava fazendo referência às suas vivências *in loco*. Ademais, dados os detalhes das descrições feitas pelo capuchinho, é possível supor que havia, junto dos missionários e dos outros franceses que participaram da colonização francesa, instrumentos como astrolábios, lunetas e quadrantes.

Os missionários franceses que atuavam no Maranhão e adjacências enfatizavam, em vários trechos de seus registros, que tinham presenciado, visto, provado ou vivenciado algo que estavam descrevendo. Para dar um primeiro exemplo, no capítulo VIII da obra escrita por Claude d'Abbeville, quando o religioso narrou a chegada à ilha de Fernando de Noronha, antes dos franceses aportarem na ilha do Maranhão – como eles mesmos se referiam a ela – o capuchinho inseriu alguns comentários sobre a fertilidade e a diversidade natural da ilha, que alimentavam a ideia de experiência direta e *in loco* como forma de testemunho daquilo que estava sendo descrito:

Encontramos melões, jerimuns, batatas, ervilhas verdes e outros frutos excelentes, muito milho e algodão, bois, cabras bravias, galinhas triviais, porem espécies desconhecidas, e em número infinito, o que muito nos agradava por serem bons para se comer, e de fácil caçada, pois podiam ser mortos no voo, ou sobre as árvores, a varadas e a cacetadas, e até à mão em seus ninhos [...] Parece incrível a quantidade de pássaros aí existentes, mormente pela facilidade com que são apanhados, e eu mesmo não acreditaria se não visse (D'ABBEVILLE, 1614: 52-53).

O testemunho da veracidade dos relatos pessoais era um fator importante para a credibilidade e aceitação de suas descrições e obras pelos pares. Muitas vezes, a autoridade das experiências se sobrepunha à autoridade dos antigos, pois algumas teorias sobre a origem ou a metamorfose de certos animais estavam sendo revistas e reinterpretadas nessas viagens ao Novo Mundo.

Entre todos os bichinhos caseiros que fazem companhia ao homem no Brasil, os mais numerosos são os grilos chamados de *Coujou* pelos selvagens. E, como ele é realmente muito caseiro, pude observar com toda a calma e curiosidade as propriedades desse pequeno animal. Ele nasce por putrefação e por reprodução, para demonstrar isso deveis observar que quando se constrói uma nova cobertura de folhas frescas de palmeira, vos espanteis com os milhões desses grilos, que aparecem no teto. Para quem me disser que se juntam lá, vindos dos bosques vizinhos, argumento que não é verdade, porque quando se cobre a cabana de palma velha em vez de palma nova, a quantidade de bichinhos diminui muito. Assim, é preciso concluir que procedem da palma fresca em contato com o calor do Sol. De fato, pude observar que, dois ou três dias após o acabamento do telhado, os grilos são brancos como a neve, o que é sinal de sua nova formação; pouco a pouco, adquirem o aspecto comum dos *Coujou*, isto é, uma cor amarelada misturada com preto. Se, por um lado, eles se formam do líquido da palma, também nascem da substância apodrecida das ervilhas e favas. Minha própria experiência mostrou que estou certo (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 187-188).

Na citação acima, retirada do capítulo sobre os grilos, camaleões, moscas e traças que existem nas regiões do Maranhão e adjacências de d'Évreux, podemos notar que, além do uso da experiência pessoal, como forma de atestar seu conhecimento sobre a formação dos grilos, é verificável a importância das observações no seu sentido ontológico, ou seja, relativo ao ato de ver, atreladas à experiência direta do missionário com os animais descritos. No caso específico de d'Évreux, as experiências, ou seja, os testes que eram feitos com os animais e a observação contínua destes é um elemento bastante presente em sua narrativa, que volta a aparecer quando o religioso escreve sobre outros animais, como as cigarras e seu estudo sobre a sua vocalização ou as teias das

aranhas que d'Évreux observou.¹²⁵

As interações com a natureza, mediadas pela filosofia natural, que embasava a atuação dos capuchinhos franceses estudados, eram dadas, portanto, especialmente por meio das observações e experiências que evidenciavam o trabalho pessoal com esse mundo natural que estava sendo explorado. As investigações *in loco*, como aponta Paula Findlen (1996) configuraram modelos de trabalho para o conhecimento natural, pelo menos desde meados do século XVI, com a intensificação das viagens de ocupação dos Novos Mundos, que contavam com uma comunidade de pessoas e outros atores distintos, assim como os interesses múltiplos, como os mercantis, os missionários e políticos.

O ato de olhar, ou mesmo provar, escutar e cheirar os elementos dessas 'novas' naturezas também servia para dar sentido às suas qualidades, além de demonstrar de que maneira elas se encaixariam na explicação cristã e europeia do mundo pré-estabelecida. Como estudado nos capítulos anteriores, nas viagens do Renascimento tardio, os missionários, navegantes e exploradores praticavam e enfatizavam as experiências, e os testemunhos sensitivos e observações – com menor intensidade –, já que muitas das características dos Novos Mundos eram desconhecidas ou consideradas exóticas e monstruosas pelos europeus.

Além dos registros textuais, os desenhos dos animais do Maranhão foram elementos relevantes para a produção de uma espécie de inventário da natureza desse território e para a própria classificação desses animais. As imagens eram produzidas e utilizadas para promover o estudo do comportamento e da anatomia dos animais. Sua feitura era fruto de experiências pessoais, mas também de conhecimentos e referências visuais acumuladas e referenciais aos investigadores da natureza.

O uso de imagens e outros objetos no estudo da natureza passou a se intensificar nesse período, quando pintores, artesãos e outros ofícios mecânicos começaram a se instalar e se espalhar em ambientes urbanos, centros comerciais (LONG, 2002). Pintores e inventores, como Leonardo da Vinci, articularam redes de trocas e financiamento de suas obras, com o mecenato da época, fazendo com que o conhecimento sobre a natureza também circulasse, tanto no ambiente acadêmico, quanto em outros locais, através de outros suportes, como as imagens (LONG, 2002). Nesse sentido, além de seu papel no letramento e na circulação do conhecimento entre acadêmicos e leigos, especialmente pela via do comércio, as imagens também serviam como uma forma de testemunho ocular

¹²⁵ No capítulo *Das aranhas, cigarras e mosquitos*, Yves d'Évreux narrou essas outras duas experiências que fez no Maranhão com os animais.

(RAMINELLI, 2008), reforçando as experiências pessoais e as percepções sensoriais daqueles que, ao longo de suas viagens de exploração, catequização, ou colonização, descreviam o mundo natural dos locais que estavam conhecendo.

3.1 Visualizando os animais.

As representações iconográficas, em suas diversas formas e técnicas de produção, passaram a ter uma importância científica, especialmente, a partir do século XVII. A chamada revolução científica, debatida no primeiro capítulo, segundo Lucien Febvre (1978) também fez com que as percepções olfativas, sonoras e gustativas fossem substituídas gradativamente pela autoridade da visão no trabalho de investigação da natureza. O ato de olhar, que tem maior relação com os processos de observações científicas, pode ser entendido como uma forma de abstração, ou distanciamento, que possibilita a racionalização dos objetos de análise (BATTISTINI, 2018). A visão e suas produções iconográficas, dessa forma, também possibilitaram a geometrização e ordenação dos espaços no mundo (BATTISTINI, 2018). Apesar disso, as outras percepções sensoriais não deixaram de ser relevantes para a produção de conhecimento sobre os elementos naturais, já que refletiam, assim como a visão, as propriedades e qualidades dos animais.

No campo da produção de imagens para o estudo do mundo natural, as ciências e as artes se engendraram de maneira mais intensa. Na arte, a visão, ou perspectiva, pode ser considerada uma forma de distanciamento, de acordo com Panofsky (2010), que, ao mesmo tempo que objetiva o seu objeto de estudo e reprodução, também personifica o sujeito (PANOFSKY, 2010). A função óptica já possuía um status de maior autoridade entre as outras funções, como a degustativa ou olfativa, desde meados do século XVI. Ela angariava credibilidade aos cientistas, o que fazia parte do trabalho de divulgação e de adesão de seus postulados.

O famoso trabalho de Steven Shapin e Simon Shaffer (1985) sobre a Bomba de Vácuo, que discute, dentre inúmeros assuntos, a organização política da ciência, ou a problemática dos experimentos e as disputas entre Hobbes e Boyle, é um exemplo relevante de análise histórica que leva em consideração a importância da visão para a credibilidade dos experimentos e mesmo da ciência e sua divulgação. Alfred Crosby (1997), ao estudar a mensuração da realidade na sociedade ocidental entre a baixa Idade Média e o início da época moderna, também evocou e discutiu a ideia da cultura da visão para as artes e para as práticas das ciências desses períodos. A produção de conhecimentos

geográficos, astronômicos, temporais e mesmo a prática de leitura, que se transformou ao longo do tempo, são exemplos utilizados pelo autor para demonstrar o impacto da visão sobre as formas de medir e observar o mundo.

A iconografia que, nos séculos do início da modernidade, passava a preencher os ambientes, como as igrejas, também era um instrumento produtor de imaginários. Nesse contexto, o trabalho técnico de desenhistas, gravuristas, ilustradores, pintores, entre outros, passou a ganhar um estatuto de erudição ainda não existente e que, mais tarde, sobretudo a partir do século XVIII, começou a constituir um saber especializado na produção de conhecimento sobre a natureza, por exemplo, no campo da botânica (NICKELSEN, 2006).

No que tange a produção de conhecimento feita por viajantes, missionários e outros investigadores do período em questão, a importância do uso de imagens dizia respeito aos testemunhos oculares daquilo que teria sido visto ao longo do trajeto da própria viagem. Entretanto, as outras funções sensoriais aparecem com bastante evidência, especialmente nos documentos escritos, que buscavam nas experiências multissensoriais – pessoais ou coletivas – o crédito e o testemunho daquilo que estava sendo narrado e sentido.

Entretanto, não há dúvidas de que, nas ciências, as imagens impactaram de forma mais notável heurística e metodologicamente (BATTISTINI, 2018). Primeiramente, a visão pessoal e direta dos fenômenos assistidos e observados transformou, em certa medida, o princípio da autoridade dos antigos. Essa mudança é facilmente constatada nos tratados de história natural, e mesmo nos relatos e crônicas de viagem, nos quais a experiência pessoal e direta na produção do conhecimento natural era um método bastante utilizado. Também é verdade que as imagens foram importantes ferramentas de disseminação do acesso ao saber. Os livros, diferentemente da iconografia, eram, inclusive, muitas vezes feitos para um público muito exclusivo de letrados, apesar do movimentado comércio de livros pelos mercados das cidades europeias nesse período.

Dessa maneira, o olhar treinado, através da observação e da cópia, como um hábito que fizeram parte do próprio trabalho do desenhista e do produtor de conhecimento natural desse período (NICKELSEN, 2006), foram capazes de produzir memórias visuais e, até mesmo, sensoriais nas suas imagens e descrições. A visão, instruída para a identificação, percepção e entendimento de uma forma, nesse caso, fez parte de todo o processo de constituição de conhecimentos e apropriações sobre a natureza e seus elementos. Ludwik Fleck (1935) exprimiu o papel fundamental do treinamento do olhar

para o entendimento das formas e suas identificações quando estudou a observação microscópica das bactérias. Segundo Fleck, é necessário ter experiência para a identificação direta dos sentidos, formas e unidades contidas nos objetos observados, e que para isso, é preciso, inclusive, conhecer o contrário delas.¹²⁶

Se o princípio da verificabilidade foi aplicado, de forma ampla, às ciências experimentais que surgiram ao longo do século XVII, através, sobretudo, da visão, as imagens eram utilizadas, desde pelo menos o século anterior, como testemunho ocular, indicadoras das Verdades encontradas *na* natureza. Buscando extrair do mundo natural a Verdade e as suas causas, as representações dessa natureza seguiam modelos que visavam identificar tais elementos específicos, e não reproduzir a natureza em si (DASTON; GALISON, 2007). Dessa maneira, *tipos ideiais* dos elementos naturais foram estabelecidos nos estudos da história e da filosofia natural, a partir da atuação das imagens, que alimentavam a ideia que se tinha, por exemplo, de uma planta específica, ou mesmo um determinado animal. Assim, procurar a Verdade *na* natureza, e não procurar reproduzir e entender a natureza em si, era um ato de reconhecimento da ação da última sobre as qualidades presentes nos animais e nas plantas, de levar em consideração os aspectos simbólicos e metafísicos presentes nela e de ‘providencializar’ as suas características, sejam elas geográficas, climáticas, ou naturais. Essas são ações e ideias que faziam parte de um sistema epistêmico da história e da filosofia natural desse momento, e que se conectam com as *economias morais*¹²⁷ da mesma época.

É preciso ressaltar um outro ponto sobre o lugar da visualidade, nesse caso, especificamente na espiritualidade franciscana. Apesar de serem compostas por poucas imagens, as obras impressas de Claude d’Abbeville e Yves d’Évreux carregam consigo uma marca intimamente ligada à narrativa e ao culto franciscano. Essa tradição se refere às práticas franciscanas de narrativas visuais e de imagens mentais e materiais. A transformação das relações entre os homens e as criaturas, encontrada na obra de Francisco de Assis, passou a ser uma marca que se refletia na obra de outros religiosos de sua Ordem. A linguagem figurativa e os detalhes das descrições dos capuchinhos aqui

¹²⁶ Ludwik Fleck utilizou da Gestalt para explicar e exemplificar sua teoria acerca da observação e do olhar treinado para a identificação de determinados objetos em sua célebre obra *Gênese e desenvolvimento do fato científico* (1935).

¹²⁷ As economias morais podem ser entendidas como sistemas equilibrados de forças emocionais e constrições. Nesse sentido, elas possuem em si valores morais, culturais e sociais que, em equilíbrio, enquadram o fazer científico. Uma economia moral não é composta de pensamentos e aspectos individuais, mas sim coletivos e, por isso, de certa forma, ela é maleável. Ainda assim, ela possui uma lógica própria, pois é formada por atividades específicas que a estabilizam e a enquadram.

estudados, que, como apontamos no segundo capítulo, eram mais próximos daquelas utilizadas pelos franciscanos primitivos, aproximavam os humanos dos animais e da natureza, como uma entidade viva. Essa mediação era feita e ministrada por Deus, e a fraternidade entre homens e outros seres vivos fazia parte da forma de ver e entender o mundo natural, pelos seus comportamentos, qualidades e pela sua forma de vida que, muitas vezes, poderia servir de exemplo aos humanos. A imagem mental criada pela tradição franciscana, alimentada pelas hagiografias do criador da Ordem, sobretudo aquela que foi escrita por Boaventura, não apenas consagrava Francisco de Assis como o protetor e mestre dos bichos, mas também enfatizava a aproximação entre humanos e animais. Era preciso, em um certo sentido “ver para creer” nessa aproximação (PALEGRINELLI, 2018). Nesse sentido, a narrativa imagética sobre o Santo humanizava esses bichos. Estes, por sua vez, passavam a se destacar por serem símbolos da Criação, mas especialmente pelos seus comportamentos e hábitos, que conformavam exemplos morais e religiosos (GONÇALVES, 2016; LE GOFF, 2011).

Em se tratando do conjunto de imagens de Des Vaux, que compõem a obra atribuída à Lisboa, como foi tratado no capítulo anterior, suas representações visuais foram bastante importantes ao longo dos séculos XVII e XVIII, para a compreensão e a organização do conjunto natural existente nos territórios do Maranhão e terras próximas, que estavam sendo ocupados e conhecidos gradativamente pelos europeus (KURY, 2014; GESTEIRA, 2012). Um dado que chama a atenção nesse registro é a grande variedade de animais que foram inseridos na obra, com destaque para a nomenclatura nativa utilizada na organização e classificação dessas qualidades de animais. Esse é o caso, por exemplo, de duas espécies de pássaro locais que, de acordo com as inscrições contidas nesse livro, tinham os nomes *orucuria*¹²⁸ e *cabure*¹²⁹, assim como as qualidades de papagaios, já bastante conhecidos e desejados pelos europeus.

¹²⁸ É possível que seja uma espécie de coruja, de acordo com o Dicionário de Vocabulário de Língua Elementar Geral Paulista (ou brasílica) de José Joaquim Machado de Oliveira de 1936.

¹²⁹ Outra possível espécie de coruja encontrada em todo o território do Brasil.



Figura 6– “cabure” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.



Figura 7 – “orucuria” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.



Figura 8 - “castas de papagaio” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.



Figura 9- “castas de papagaios” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.

Junto dos desenhos, que apareceram na obra de Lisboa como ferramentas visuais que buscavam inventariar e “seguir” algumas espécies de animais, conhecidos e desejados pelos franceses, como o tatu, ou o próprio papagaio, seja pelo fato de serem exóticos, ou por algum produto extraído dele, os comentários que foram inseridos posteriormente pelos portugueses junto dos desenhos serviram para a melhor compreensão de algumas características desses animais. Por exemplo, nas folhas 190 e 191, nas quais representa-se os pássaros *cabure* e *orucuria* acima citados, há uma descrição que explica sobre suas semelhanças com alguns pássaros já conhecidos pelos europeus, sua anatomia, e outros aspectos de suas qualidades:

Cabure é um pássaro do tamanho de um melro, pardo como francelho e aparecem mais de noite que de dia fazem dois filhos e fazem seus filhos em buracos de paus e seus ovos são brancos e os selvagens lhes tiram os pés para fazerem mezinhas aos filhos, para matarem caça [...] *Orucuria* é um pássaro do tamanho de uma pequena coruja e da mesma feição, a cor é pardo natural ao francelho do nosso Portugal e aparece mais de noite que de dia e os selvagens falam com ele e dizem que lhe responde aquilo que eles lhe perguntam e fazem seus filhos em buracos de paus e fazem dois filhos e seus ovos são brancos (LISBOA, 1967: 96-97).

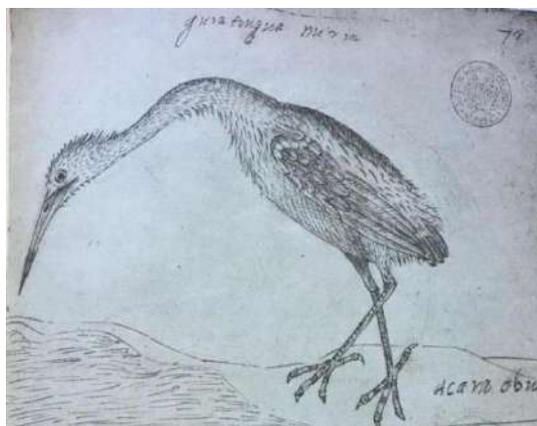
No trecho acima destacado, apesar da pouca informação sobre a anatomia e suas funções – características muito importantes para a classificação e descrição dos animais nesse recorte temporal – pode-se encontrar outros aspectos próprios desses pássaros, como os seus hábitos e suas relações com os ameríndios. Além disso, a diversidade de animais de uma mesma qualidade é enfatizada, tanto nos desenhos, quanto nas relações da missão capuchinhas. Os papagaios citados acima também receberam descrições que

seguem, em geral, este mesmo padrão, como os seguintes exemplos:

Papagaio xia papagaio tamanho como uma méloa tem a cabeça e o pescoço, até o estômago, anil e o mais corpo verde o rabo e as pontas das asas verde-mar e azul em carnal e é um dos mui formosos pássaros desta terra e quanto os ensinam a falar falam muito bem e fazem os filhos com os outros [...] *Tohiimhite* é um pequeno papagaio é todo verde tirando a metade das asas que tem amarelo e tem o bico e os pés cor de carne e é um dos formosos pássaros desta terra e fala muito bem e fazem filhos em buracos dos paus e fazem cinco ou seis filhos [...] *Aiuruiú* é papagaio é mais pequeno que *iuriquariqua* e tem o corpo todo amarelo e as pontas das asas verdes e é um pássaro que sabe muito bem falar e fazer seus filhos com os outros [...] (LISBOA, 1967: 101-102).

No caso dos papagaios referenciados e estampados na obra de Lisboa, outras são as características que mais aparecem na descrição. A cor das suas penas, a habilidade de fala e a forma de reprodução são os principais aspectos que aparecem junto das imagens que compõem o livro. As penas de cores diversificadas e a sua fala atraíam muito os mercadores dos portos da Europa, que faziam circular esta ave pelos jardins, palácios e pelas várias cidades do Velho Continente, desde o início da ocupação do Brasil. O uso de suas penas pelos indígenas era um dos fatores que atraíam a curiosidade e o desejo dos europeus sobre essa ave.

Em se tratando da importância das imagens nesta obra, além da disputa pelo território e, conseqüentemente, a disputa pelo conhecimento natural sobre ele, elas também são fontes que podem ajudar no entendimento das relações entre os animais do norte do Brasil e a paisagem local. Por exemplo, algumas aves e animais terrestres, que estão representados no livro, são desenhados de forma que podemos observar sua interação com o ambiente. Esse é o caso das representações dos veados, da capivara, dos sapagions, do *maracapa*, do pássaro maguari¹³⁰, do macaco *guanba*, do bicho preguiça, ou do pássaro *guratinguamerim*.



¹³⁰ É possível que essa ave seja uma espécie de cegonha, existente em todo o território brasileiro.

Figura 10 – “guratinguamerim” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.

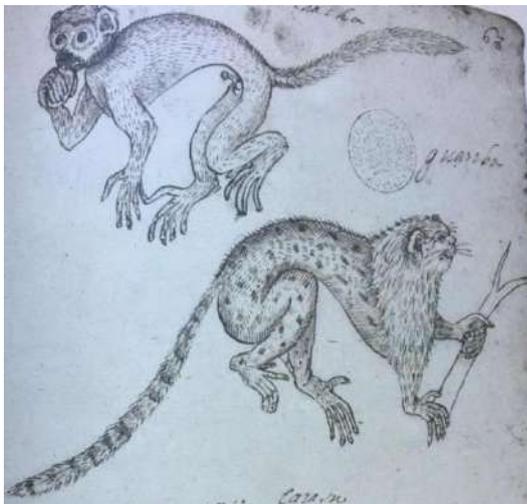


Figura 11 – “guanba” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.

Outra característica que pode ser localizada nas imagens dessa obra é o local onde os animais viviam, como comentado no capítulo anterior, já que essa era uma forma de classificar sua espécie e suas singularidades naturais e territoriais. O pássaro da imagem cima é o chamado *guratinguamirim*, uma espécie de garça que, segundo os comentários adicionados posteriormente à obra, era uma ave que vivia no ar e entre os mares e rios:

Guratinguamirim é garça pequena é toda branca como neve parece tamanha como uma galinha, mas quando tem as penas fora não tem mais carne que uma pomba ela tem penacho muito fino e muito prezado em França e tem muita grande qualidade delas ao longo do mar e rios de água doce e fazem os filhos como as outras e têm os pés e o bico como as outras e fazem criação duas vezes no ano e são boas de comer. (LISBOA, 1967: 78)

No caso dos animais terrestres, como as espécies de macacos que são representadas no códice, seus desenhos foram publicados sem suas respectivas descrições. De todo modo, os desenhos dos animais quadrúpedes e terrestres são interessantes pois, em muitos casos, é possível observar alguns de seus hábitos, como a preguiça, que foi retratada nos troncos de árvores da região – o que não era muito comum de se ver em outras representações de preguiças do período –,¹³¹ ou os veados, que aparecem comendo algumas plantas da paisagem, o que poderia indicar o hábito da

¹³¹ Em *Singularidades da França Antártica* de André Thevet a representação de uma das preguiças pode ter sido referência desse desenho. Nessa imagem da obra de Thevet, uma das preguiças está agarrada ao tronco de uma árvore, apesar de que não era muito comum encontrar esse tipo de representação desse animal.

pastagem.



Figura 12 – “preguiça” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.

Dessa maneira, podemos perceber que, tanto as descrições, quanto as imagens que foram produzidas na experiência colonial da França Equinocial, e nesse caso específico, muito possivelmente por Charles des Vaux, se complementavam e faziam parte da produção iminente do conhecimento territorial, natural e cultural das terras que ainda não tinham sido conquistadas pelos portugueses e espanhóis, e que, como vimos, ainda se configurava como uma espaço que não tinha sido transformado em território. A geografia e o grupo de elementos naturais que configuravam a identidade local, como o clima, os animais, as plantas (GESTEIRA, 2012), foram fundamentais, a longo prazo, sobretudo no que diz respeito às noções de localidades ou regionalidades, e da grande variedade de animais e plantas que compunham a fauna e a flora local, que formam o atual Cerrado e Caatinga, e que, nesses documentos, já apareciam.

Acompanhando o desenvolvimento do conhecimento sobre a identidade natural e regional, a própria ideia de sertão da época, ou seja, um local de desobediência, habitado por grupos indígenas não convertidos e que escondia riquezas naturais, foi fortalecendo a importância e a vontade de se ocupar, conhecer, assimilar e organizar as espécies daquela natureza, o que muitas vezes garantia as viagens de colonos para locais tão distantes (GESTEIRA, 2012). Um dos principais indícios que podem sugerir a percepção da especificidade dessa natureza singular, desde então, foram as nomenclaturas utilizadas para se referir aos animais e às plantas encontradas e classificadas no Maranhão e adjacências.

Certamente é possível verificar a repetição de alguns nomes de animais e plantas

que já apareciam e circulavam pelos registros de viagem, tratados naturais e crônicas sobre o Novo Mundo, como é o caso dos tatus, dos tucanos, dos papagaios, dos tamanduás, entre outros, que já apareciam em registros, manuscritos e impressos, produzidos antes das descrições dos missionários franceses. Ainda assim, o que chama a atenção nas obras produzidas ao longo da colonização francesa é justamente a riqueza de espécies descritas e suas nomenclaturas distintas, próprias da cultura dos nativos que viviam naquele local.

Um desses exemplos é o caso do peixe camorin, comumente chamado pelos lusitanos de robalo, pelas similitudes que diziam existir entre essas duas espécies de peixe. Na obra *História dos animais e das árvores do Maranhão* ele não é diretamente relacionado ao peixe europeu, entretanto, acredita-se que esse nome foi adicionado junto da sua imagem e sua nomenclatura camorin, e assim a identificação do peixe ficou facilitada. Gabriel Soares de Sousa, anos antes, já havia escrito acerca desse mesmo peixe em seu registro sobre o Brasil, afirmando que ele se parecia muito com os robalos lusitanos (SOUSA, 1851 [1587]: 287). Alguns anos depois, Piso e Marcgrave (1648) o descreveram com algumas diferenças, afirmando que existiam, na verdade, várias qualidades desse peixe, que pelos portugueses eram chamados de robalos. Ainda acrescentaram que eram tão similares aos europeus, que não havia necessidade de acrescentar descrições mais prolongadas sobre essa espécie de peixe. Dessa maneira, as nomenclaturas viajavam, circulavam e se transformavam na medida que as traduções e as descrições de cada um desses eruditos eram feitas. Vale ressaltar, novamente, a importância do referencial europeu para a construção de identidades locais e mesmo para a descrição e classificação da fauna e flora das Américas.

Através das imagens e dos registros descritivos, contidos nas obras produzidas pelos franceses no início do século XVII, podemos identificar o lugar da experiência, da observação e das percepções pessoais e sensoriais, que fizeram parte da constituição do conhecimento natural desse local. Pudemos constatar, por meio das fontes francesas, que o conhecimento acumulado por gerações de letrados era importante, como base para as explicações que sucediam suas descrições, mas mais importantes eram as experiências e as percepções pessoais, como formas de conhecer, classificar e descrever o mundo natural. Também é possível verificar que a narrativa feita pelos missionários, e mesmo os comentários que acompanham os desenhos de Des Vaux, sobre suas relações com os nativos e com a natureza americana, contém elementos que indicam o valor do testemunho, não apenas ocular, mas também olfativo, gustativo e sonoro, como forma de

prova e de constatação da Verdade acerca daquelas novidades com as quais os franceses estavam tendo contato no Maranhão e adjacências. O mundo sensorial, que era a ponte entre a realidade humana e animal, para além da sua dimensão orgânica nas viagens, também era um elemento fundamental e já defendido nos estudos de Aristóteles e seus discípulos.

Dessa maneira, as ferramentas, que faziam parte da epistemologia científica do período, como a observação, a experiência e as percepções sensoriais conformavam a narrativa e o acesso aos elementos da natureza, ou seja, a verdade *na* natureza.

3.2 Os animais e a Verdade *na* natureza.

Como dissemos no tópico anterior, a ‘Verdade *na* natureza’, ou seja, a atuação da Criação nos elementos da natureza – sendo estes passíveis de reconhecimento – era entendida a partir de categorias morais, filosóficas e geográficas dessa época. Observamos que, nesse momento, era comum que as investigações sobre a natureza explorassem as verdades, ou fatos naturais, e suas relações com as ideias já sedimentadas sobre elas propostas pelas autoridades discursivas. A Verdade, que poderia ser encontrada na natureza, bem como a posterior objetividade, foram virtudes epistêmicas importantes, com diferenças entre si, dependendo de como a ciência era feita e quais pessoas a produziam (DASTON; GALISON, 2007).

Até meados do século XVIII, pelo menos, a ‘verdade’ tinha uma conotação ainda muito atrelada às concepções divinas de Criação. Acreditava-se que o Criador teria deixado seus segredos espalhados na natureza e o homem, detentor da razão, deveria encontrar esses enigmas, dominá-los e explicar suas causas e consequências. Em muitos casos, dependendo da vertente cristã, ou católica, que se seguia, o ímpeto pela dominação e pelo conhecimento da natureza era ainda maior. Podemos dizer que, com suas devidas diferenças – especialmente em detrimento das relações de aproximação, ou distanciamento, que os religiosos dessas Ordens tinham com o mundo natural –, esse foi o caso de, pelo menos, duas Ordens religiosas que atuaram na conquista das terras da América, sendo elas a Companhia de Jesus e a Ordem dos Franciscanos e suas vertentes. Nesse caso, a verdade era o caminho para o conhecimento, tanto do mundo físico, quanto espiritual, e esses eram constantemente agenciados para funcionarem exemplos morais àqueles que estavam em processo de conversão, ou mesmo os fiéis (ASSUNÇÃO, 2001).

As categorias epistêmicas próprias da formação e da atividade dos capuchinhos franceses, assim como aquelas relativas à filosofia e história natural do período, que

baseavam as formas de conhecer a natureza e a Verdade existente nela, estavam atravessadas pelas experiências, observações e percepções pessoais, que também conduziam a retórica e a narrativa desses missionários, seja sobre a Criação, a natureza, ou mesmo sobre os frutos da ação francesa no Maranhão e adjacências. Deus, acreditavam Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, teria deixado sinais e enigmas espalhados pelas terras do Novo Mundo. Estes signos estavam estampados nos elementos que faziam parte do mundo natural desses territórios.¹³² Nesse sentido, para compreender tais enigmas, era preciso conhecer as qualidades, tanto físicas, quanto morais desse Novo Mundo equinocial. Os animais, nesse ponto, foram seres importante para essas investigações, já que, diferente das plantas e minerais, estavam mais próximos dos humanos na escada aristotélica de divisão dos seres, e compartilhavam com eles algumas qualidades, como a sensibilidade, por vezes descrita pelos franceses, que a partir delas edificaram exemplos morais aos homens. Essa talvez seja uma das principais diferenças entre a retórica capuchinha e franciscana e a retórica dos inacianos, por exemplo, já que os primeiros aproximavam o homem dos animais e da natureza como um todo, e os enxergavam como parte de sua fraternidade. Mais tarde, Buffon estabiliza a organização destes seres a partir de suas relações com os homens (THOMAS, 2010). No presente tópico, iremos estudar quais eram os lugares dos animais e suas características na explicação do mundo e das qualidades naturais da França Equinocial.

Os animais do Brasil, diferentemente das plantas, que geralmente eram investigadas pelos exploradores e cronistas pelas suas propriedades medicinais, atraíam o olhar dos colonos e viajantes por outros motivos. Os aspectos que mais apareciam nas práticas de classificação e descrições dos bichos, como vimos no capítulo anterior, ao longo dos dois primeiros séculos de ocupação do Novo Mundo, eram: as suas estruturas anatômicas, seus habitats e os modos de reprodução de cada espécie. Essas categorias constituíam um quadro de descrição que funcionava como um meio de conhecer o mundo animal da época. Evidentemente que, assim como no caso das plantas, as qualidades terapêuticas dos animais eram relevantes para o seu estudo e para o entendimento de suas utilidades. Não é à toa que vários dos animais, que foram descritos

¹³² Acreditamos que a tradição franciscana e capuchinha enalteceu a tônica da providência acerca da natureza americana ao longo do período de ocupação do Maranhão e terras próximas. Alguns exemplos já foram citados ao longo da dissertação, e é preciso também ressaltar a obra *Frutas do Brasil numa nova, e ascética Monarquia Consagrada à Nossa Senhora do Rosário* (1702), de Frei Antônio do Rosário. Essa obra foi composta a partir de três parábolas que continham alegorias de 36 frutas existentes no Brasil. Em suas alegorias, Rosário moraliza a natureza americana e faz comparações entre ela e a monarquia portuguesa.

nas crônicas e textos sobre o Brasil, já tinham sido objeto de estudo de médicos e boticários, como lagartos, porcos, sapos, serpentes, cordeiros e vacas. Havia partes desses animais, como pulmões, ou fígados, que se acreditava que poderiam deter propriedades terapêuticas, ou mesmo outros casos de animais que poderiam ser utilizados como antídoto para venenos. Esse é o caso de um conjunto de espécies animais que aparecem em tratados de medicina e mesmo em receitas farmacêuticas do século XVI e início do século XVII.

Podemos observar algumas dessas características na obra *Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos* (1555), traduzida pelo médico e botânico Andrés de Laguna e impressa pelo livreiro e impressor Matías Gast. Essa obra, de autoria de Pedânio Diocórides, foi impressa em sua versão latina pela primeira vez ao longo do início do Renascimento, mais especificamente em 1478. Alguns anos depois, em 1499, ela recebeu sua primeira versão impressa em grego. Já no século XVI, mais especificamente em 1516, a obra ganhou várias edições, que possuíam comentários e notas, feitas pelo humanista Ermolao Barbaro, assim como por Jean de Ruelle, Pier Andrea Mattioli e João Rodrigues, mais conhecido como Amato Lusitano (RIDDLE, 1985). Acredita-se que a sua principal versão ibérica, traduzida à língua vulgar castelhana por Andrés de Laguna, foi feita a partir da edição de Jean de Ruelle, recebendo uma outra impressão em 1570 (RIDDLE, 1985). Mais tarde, no século XVIII, o trabalho do médico obteve muitas outras edições traduzidas, configurando-se como uma grande referência nos estudos das propriedades terapêuticas das plantas e animais. Diocórides foi um médico greco-romano que, ao longo de seus estudos, desenvolveu um método clínico para a observação e classificação das propriedades terapêuticas testando-as.

É possível supor que essa obra tenha provocado grande impacto nas comunidades de letrados europeus, preocupados com a natureza dos víveres do Mundo Novo recentemente ocupado. No primeiro livro de sua obra, o médico cuidou de tratar de plantas, frutas e árvores que possuíam propriedades terapêuticas ou eram úteis aos humanos. Esse é o caso, inclusive, de algumas que não são originárias da Europa, como a pinha, que segundo o autor servia para tratar a tosse (DIOCÓRIDES, 1570: 85), a cana ou o cálamo aromático (DIOCÓRIDES, 157: 104), ou mesmo a madeira do ébano, originária da Etiópia de acordo com Diocórides, e boa para o clareamento das vistas (DIOCÓRIDES, 1570: 115).

No segundo livro dessa mesma obra, o médico tratou de alguns animais que

podiam ser úteis contra venenos, por exemplo. Ao longo da sua narrativa, Diocórides escreveu sobre animais aquáticos e terrestres, dentre os quais muitos apareceram novamente em crônicas e registros sobre as terras do Novo Mundo. Esse é o caso, das arraiais, nomeadas nesta edição de sua obra como “Pastinaca Marina”. De acordo com as descrições do médico, elas possuíam um veneno muito forte, capaz de causar uma dor muito aguda a quem fosse atingido por ela. Entretanto, o remédio para sanar a dor de seu veneno poderia ser extraído do seu mesmo espinho, que possuía a qualidade de venenoso. Além disso, Diocórides também apontou que seu fígado, se cozido com azeite, poderia curar perfeitamente a sarna (DIOCÓRIDES, 1570: 167-168). As descrições da edição de 1570, que estamos utilizando, foram acompanhadas de desenhos xilografados, que representavam as plantas e animais. Nesse caso podemos ver uma arraia desenhada de cima, sendo que desse modo pode-se visualizar o espinho de onde saíria o veneno desse mesmo animal.



Figura 13 – DIOSCÓRIDES, Pedacio; LAGUNA, Andres de. (trad). *Dela Pestinaca Marina. Libro Secundo. Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos*. Salamanca: Matías Gast, 1570.

Outros animais que aparecem em sua obra e que, posteriormente, foram objeto de investigação para os cronistas e exploradores que estiveram no Mundo Novo foram, por exemplo, as rãs, os porcos, os cordeiros, os cervos, as lebres (marinhas e terrestres), as serpentes e certos animais aquáticos, como os caranguejos e os cavalos marinhos. De acordo com Dioscórides, as partes de alguns animais, como o pulmão dos cordeiros, das raposas e dos porcos, poderiam ajudar os asmáticos e àqueles que sofriam de dores de ouvido. Nos comentários que acompanharam essa descrição, pode-se ler que o pulmão, como instrumento da respiração, receberia ar frio do coração e, depois de quente, o

repassaria. Nesse comentário, afirma-se que o pulmão de animais, como a raposa, não faria bem apenas à asma, mas também àqueles tísicos, já que esse animal possuía uma virtude muito similar à dos humanos, que seria oculta (DIOCÓRIDES, 1570: 176-177).

Aristóteles em sua obra *Partes dos Animais*, já citada ao longo desta dissertação, destacou também a função e a utilidade de outros órgãos dos animais. Além dos pulmões e dos fígados, que nem todos os animais possuiriam, o coração, o cérebro, o baço, o estômago, dentro outros, eram importantes para o entendimento da função desses seres e mesmo na compreensão da sua proximidade ou distanciamento com os humanos. A existência, ou não, de certos membros e órgãos nos animais, segundo Aristóteles, tinha relação com a função que eles teriam na vida dessas espécies. Esse é o caso, por exemplo, da inexistência de pulmões em peixes, com exceção de baleias, golfinhos e cetáceos que expeliam água, de acordo com o antigo. Como esses animais produziram seu arrefecimento através da água, e não do ar, Aristóteles defendeu a inexistência do órgão pulmão nessas qualidades de animais. Por isso, justamente, de acordo com seus postulados, os animais que respiram teriam pulmão, já os peixes, teriam guelras. A função dos órgãos também poderia ter relação com os elementos naturais, ou humores, dos animais, sendo eles mais quentes, se fossem animais que viviam na água, ou mais frios, se vivessem na terra.¹³³ Esse equilíbrio de elementos, tão caro à medicina dos séculos XVI e início do século XVII, podia servir de pistas para suas prováveis virtudes e qualidades, inclusive terapêuticas.

Sob a lógica exposta, a relação entre órgãos e função dos animais, que de acordo com Aristóteles relacionavam-se anatomicamente, podia aproximar animais de homens. O caso dos órgãos dos sentidos é um exemplo importante nesse ponto, já que todos os animais os possuíam, humanos, ou não, como defendeu o antigo. Mesmo aqueles que não tinham órgãos dos sentidos explícitos, como os pássaros, que não possuem orelhas, detinham canais que possibilitavam a sua sensibilidade auditiva. Por esse motivo, a sensibilidade aproximava os humanos dos animais e podiam ser utilizadas, pelos humanos, como formas de conhecer, perceber e mesmo testar as virtudes e qualidades do mundo animal. Dentre essas virtudes, as terapêuticas, mas também aquelas ligadas à alimentação, por exemplo, eram de grande interesse dos exploradores e colonos que

¹³³ De acordo com Aristóteles, havia uma discussão em andamento, entre ele e autores contemporâneos, sobre a natureza dos animais e suas relações entre os elementos frios e quentes. Demócrito e Empédocles e Parmênides foram alguns dos eruditos que participaram desses debates. Veja mais sobre em: ARISTÓTELES. *Partes dos Animais*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010, p. 65-66.

estiveram nas terras do Novo Mundo.

Boa parte das descrições do médico greco-romano eram feitas a partir de suas vivências diretas, experiências nas quais ele testava as virtudes terapêuticas dos elementos naturais. Apesar disso, na edição utilizada, há notas e comentários em que se pode notar a relação feita entre suas experiências e os postulados de outros autores clássicos, como Aristóteles e Plínio. Essa obra, que foi traduzida e editada muitas vezes, transformou o conhecimento do médico Diocórides em informações terapêuticas, também embasadas em autoridades discursivas importantes, que, por sua vez, possivelmente serviram de base para muitos outros investigadores do mundo natural que se apropriavam delas.

Nas relações da missão capuchinha, feitas por Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, assim como nos desenhos que compuseram a obra atribuída à Cristóvão de Lisboa, é possível reconhecer algumas semelhanças com os interesses terapêuticos em alguns animais em específico. Entre os desenhos, por exemplo, pode-se localizar a representação de mais de um tipo de arraia, cavalos marinhos, porcos, cervos, entre outras espécies de animais, similares aos descritos e representados na edição do trabalho do médico de 1570.

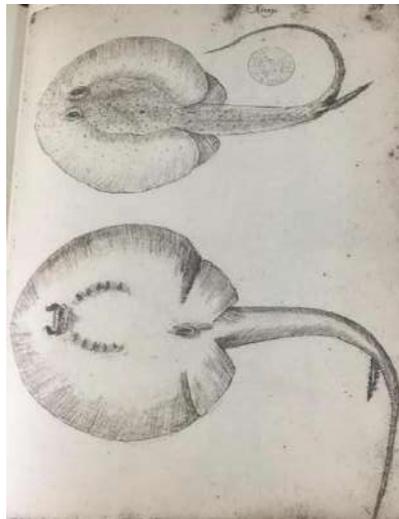


Figura 14 – “arraya” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.

As duas qualidades de arraias representadas no códice carregam consigo descrições textuais curtas, mas que reforçavam a existência de uma diversidade desse animal no Maranhão, assim como no litoral de Lisboa, e seu caráter perigoso, já que ela poderia ferir qualquer ser humano com seu espinho. Assim como esse animal, o *ceri* (siri) também é comparado com os caranguejos, existentes na Europa, e aparecem

representados no livro de Lisboa, junto de outros espécies:

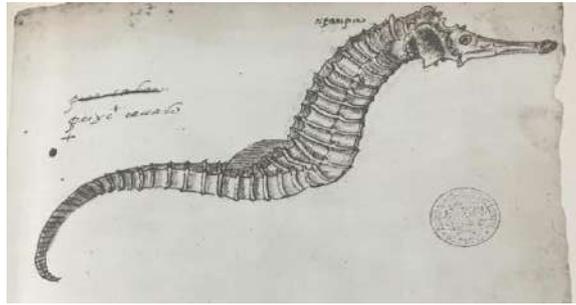


Figura 15– “cavalo marinho” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.



Figura 16 –“ Del hippocampo em *Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos [...]*” In: DIOSCÓRIDES, Pedacio; LAGUNA, Andres de. (trad). *Dela Pestinaca Marina. Libro Secundo. Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos*. Salamanca: Matías Gast, 1570.



Figura 17 – “cery” In: LISBOA, Cristóvão. *História dos animais e das árvores do Maranhão*. Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1967.



Figura 18 – “Del caranguejo em *Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos [...]*” In: DIOSCÓRIDES, Pedacio; LAGUNA, Andres de. (trad). *Dela Pestinaca Marina. Libro Secundo. Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos*. Salamanca: Matías Gast, 1570

Nos desenhos, é possível reconhecer algumas similitudes anatômicas, destacadas pela edição da obra de Dioscórides de 1570 e dos desenhos que foram atribuídos a Cristóvão de Lisboa. É o caso do espinho da arraia ressaltado em ambas as representações visuais, o corpo pequeno e quase que esquelético do cavalo marinho, ou mesmo os detalhes das garras do siri e do caranguejo, que se aproximam em alguns aspectos. Muitas outras qualidades de bichos apareceram na obra do médico greco-romano e, depois, voltaram a estampar as descrições dos capuchinhos franceses e os desenhos do livro sobre o Maranhão, como as qualidades de cigarra, aranhas, galinhas, lagartos, ratos, cavalos e tantos outros animais de várias ordens, que poderiam relacionar-se com os interesses terapêuticos que os franceses possivelmente tinham sobre a natureza da França Equinocial, similar à outras espalhadas por várias partes do mundo.

É possível que obras como a de Dioscórides tenham influenciado grande parte dos europeus que ocuparam o Novo Mundo. Entretanto, não é possível dizer, com convicção, que essa obra em específico foi uma referência direta dos capuchinhos que atuaram como missionário no Maranhão, já que boa parte dos textos que os diferenciavam não recebiam citações diretas, mas é provável que ela, junto de outras traduções de obras clássicas de medicina e história natural, tenha influenciado. Essas trocas faziam com que o conhecimento se transformasse, mas carregasse consigo interesses que atravessaram gerações de investigadores naturais, sejam eles médicos, botânicos, clérigos, militares etc. Além disso, investigar as propriedades e virtudes dos animais demonstrava a importância da utilidade desses seres à vida humana. Esta, por sua vez, era também uma forma de classificar esses bichos, sendo que elas podiam refletir as proximidades, ou as distâncias existentes entre animais e homens.

3.3 Os capuchinhos franceses e o comportamento animal.

Assim como a relevância das virtudes terapêuticas e das sensibilidades dos bichos, ligadas a sua utilidade, para o trabalho de investigação natural, as categorias de classificação dos animais do início da época moderna também se atentavam ao comportamento animal. Esse caráter se sobressaía, particularmente, na narrativa de alguns atores, como é o caso dos capuchinhos e franciscanos de maneira geral. Através do comportamento, era possível reconhecer as dinâmicas ambientais existentes em ambientes específicos e as relações múltiplas entre humanos e animais (KURY, 2014), o instinto e as percepções sensoriais dos animais e mesmo seu modo de vida. No contexto da França Equinocial, esses elementos foram investigados, tanto através das lentes epistêmicas da moral capuchinha de tradição franciscana, quanto pela história e filosofia natural que regiam os estudos de classificação da natureza nesse período.

Apesar de figurar um aspecto importante na classificação e no conhecimento sobre os animais, o comportamento não se caracterizou como um objeto de análise histórica relevante para boa parte dos historiadores(as) e estudiosos(as) que buscaram refletir sobre as descrições das espécies animais, especialmente nos primeiros séculos de ocupação do Novo Mundo. Há, entretanto, alguns trabalhos que evidenciaram o interesse de viajantes e cronistas pelo comportamento de certos animais, como fez Lorelai Kury (2014) ao escrever sobre o Dom Lourenço Álvares Roxo de Potflis sobre os animais da Pará, especialmente as aves, em suas *memórias* (1752). De acordo com a autora, Potflis teria sido influenciado por outros naturalistas e cronistas que já tinham publicado obras sobre a Amazônia e adjacências, como foi o caso da obra de Charles Marie de la Condamine (1745), ou mesmo a obra do missionário Claude d'Abbeville (1614), a qual possui passagens muito similares à algumas descrições que foram inseridas na obra de Potflis (KURY, 2014). Kury mostrou como alguns povos indígenas, com os quais o naturalista teve contato, influenciaram nas suas descrições das aves, como é o caso do gavião. Os usos de partes de seu corpo pelos nativos, como suas unhas, suas penas, ou até mesmo seus olhos foram destacados por Potflis e, como bem ressaltou a autora, indicavam os hábitos desses animais, como a boa visão, por exemplo.

Outro texto que procurou explorar certos hábitos e comportamentos dos animais foi de José Luiz de Andrade Franco (2014). Em seu trabalho sobre a representação e descrição da *Panthera Onca*, o autor investigou, dentre as representações das onças do Brasil, como os animais do Velho Mundo eram projetados na composição natural do Novo Mundo. Por exemplo, ao investigar as espécies de onças encontradas nos territórios

da América portuguesa, Franco demonstrou como elas eram constantemente confundidas e até mesmo relacionadas com o leão. Outro ponto levantado pelo autor foi o de que, em muitos relatos, a onça era retratada como ‘rainha da floresta’, pois era considerada um animal muito feroz pelos povos tupi-guarani. As nomenclaturas tupis que se referem às qualidades desse animal, como demonstrou Franco, também carregavam consigo aspectos comportamentais e hábitos desses seres, como é o caso daquela nomeada *jaguarica*, que significa fera fujona em língua tupi-guarani. A circulação das descrições sobre as qualidades desse bicho alimentou a ideia de que ela era um animal perigoso e, de acordo com o autor, grande parte de suas características mais marcantes diziam respeito aos seus hábitos e comportamento.

O comportamento, junto da utilidade dos animais, eram elementos fundamentais na classificação dos bichos, já que aproximavam, ou distanciavam-nos dos humanos, e assim podiam refletir sua natureza domesticável ou selvagem. Pode-se notar que certos comportamentos animais eram constantemente relatados pelos capuchinhos franceses, como elementos primordiais para o conhecimento da natureza moral e física da fauna maranhense. O temperamento de certos animais, a forma de trabalho de outros, ou mesmo as relações predatórias existente entre as espécies do território foram alguns dos exemplos que acompanham as descrições anatômicas e funcionais feitas pelos religiosos franceses. Em muitos dos casos, especialmente nas descrições feitas por Yves d’Évreux, o comportamento e os hábitos das qualidades de bichos do Maranhão serviam como características de aproximação entre humanos e animais, sendo que, em muitas das suas descrições, o missionário utilizou de capacidades e virtudes consideradas humanas para se referir aos animais. Esse é o caso das descrições que o religioso fez sobre os grilos:

Entre os bichinhos caseiros que fazem companhia ao homem no Brasil, os mais numerosos são os grilos, chamados de *Coujou* pelos selvagens. E como é realmente muito caseiro, pude observar com toda a calma e curiosidade as qualidades desse pequeno animal [...] esse pequeno animal é muito ávido de acasalamento, por isso se multiplica por demais naquela região. Esse bichinho é muito pequeno, mas muito esperto também. Sabe exatamente quais as horas mais adequadas para ir buscar seu alimento, e quais os melhores momentos para cantar [...] Há quatro inimigos que perseguem os grilos incansavelmente. Os primeiros são os lagartos [...] os segundos são certos macaquinhos amarelos e verdes, chamados de *Sapaious* pelos selvagens, *alegres e espertos como pássaros* [...] os terceiros são as galinhas, que engolem os grilos com *uma avidez incrível* [...] (D’ÉVREUX, 1864 [1615]: 187-188).

Dentre os aspectos da vida animal que envolviam seus hábitos e comportamentos, a sua alimentação era um fator importante para os cronistas e investigadores, pois ela

servia como indício para que se soubessem se os animais eram comestíveis ou não. Nesse caso, os hábitos alimentares das espécies eram elementos fundamentais para que se classificassem estes animais como comestíveis, ou não, e se podiam fazer parte da dieta dos humanos, ou não. Keith Thomas (1983) escreveu sobre a relevância da dieta dos animais para a sua classificação. De acordo com Thomas, que estudou a história natural inglesa entre os séculos XVI e XIX, os animais vegetarianos eram considerados comestíveis pelos letrados do início da época moderna, enquanto os carnívoros, que se alimentavam de carniças, excrementos ou insetos, eram categorizados como não-comestíveis. Um dos animais rejeitados na dietética inglesa do período era o porco, mas segundo o autor, a classificação deste animal, bem como dos outros, em relação a serem comestíveis ou não, tinha ligação com a reforma religiosa inglesa do período.

A dieta dos animais do Maranhão e cercanias apareceu nos registros franceses, de modo que, muitas vezes, ela era narrada como uma das relações entre os animais, o ambiente e os humanos. Além disso, ela também fazia parte das explicações sobre certas qualidades físicas dos animais, como a cor da plumagem de algumas aves, o tamanho do bico, ou focinho de outras espécies, ou mesmo suas garras, usadas para predação dos alimentos. As descrições de seus hábitos, feitas pelos missionários, foram transpassadas pelas vivências das nações indígenas com as quais tiveram contato, e suas trocas foram fundamentais para a forma com a qual esses bichos foram classificados nos registros dos franceses. A classificação como animal comestível, ou não-comestível, tinha influência direta das práticas e costumes Tupinambá. Esses costumes dietéticos compuseram as obras dos franceses como parte de um conhecimento etnográfico sobre o Maranhão. Em alguns casos, os animais que serviam de alimento para os ameríndios eram experimentados pelos franceses, mas isso não se configurava como uma regra, já que alguns dos bichos comestíveis não faziam parte da dieta dos missionários, por exemplo. Nesse caso, a alteridade reflete as diferentes culturas e formas de dar sentido, utilidade e valor aos animais.

O gosto dos alimentos, como aqueles provenientes dos animais, de acordo com as teorias hipocrático-galênicas sobre os humores, diziam respeito a sua natureza, ou seja, se algum animal possuísse uma natureza mais quente, conseqüentemente, ele era indicado à dietética de pessoas que estivessem com frieza melancólica, e assim por diante. De acordo com Steven Shapin (2013) as qualidades dos animais eram relacionadas com seus gostos e com suas conseqüências, bastante atreladas à botânica e a medicina do período. Por conta disso, o paladar e o gosto dos animais apareciam com frequência nos tratados

e crônicas de viagem, como forma de compreender a natureza qualitativa dos bichos espalhados pelo Mundo.

No capítulo XLI da obra de d'Évreux, quando o religioso escreveu sobre a pesca do Piry, comumente praticada pelos povos Tapuitapera e Cumá, há comentários sobre o uso alargado deste peixe para a alimentação local. Os franceses que viveram na colônia equinocial, segundo o capuchinho, se nutriam com frequência com esse peixe. Um dos detalhes descritos pelo religioso sobre a pesca e a alimentação dos povos nativos por este peixe é o seu modo de preparo para consumo:

Quando querem comer, tiram a pele do peixe que é colocada ao sol, para secar. Depois, essa pele é batida no pilão e transformada em pó, com o que fazem seus mingaus, ou seja, suas sopas, assim como fazem os turcos com o pó dos pedaços de boi assados no forno, quando estão em guerra. Certo dia, viajando pela Ilha, achei-me numa aldeia onde não sabiam o que me oferecer para jantar: puseram alguns desses peixes para cozinhar numa vasilha; com o caldo, fizeram mingau, e o resto foi apresentado num prato. Não pude apreciar muito nem uma coisa nem outra, por causa do gosto da fumaça; entretanto, os franceses que estavam comigo comeram com muita vontade, achando aquele peixe de excelente qualidade. Os selvagens ficaram até admirados, pois estimam muito esse alimento e viajam bem longe para encontrá-lo (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 168).

O modo de preparo dos animais para a alimentação era incorporado aos registros dos capuchinhos, não apenas como forma de angariar maior credibilidade às suas descrições, já que na maioria delas contava com o testemunho das suas experiências pessoais, mas também para fins comerciais desses produtos naturais e para a alimentação dos colonos que se estabeleciam nesse local. Nos comentários que acompanham as outras obras produzidas ao longo da experiência da França Equinocial, também há descrições que destacaram a qualidade de certos animais comestíveis.

Entre os desenhos da obra *História dos animais e das árvores do Maranhão*, o peixe *aracacorois*, por exemplo, segundo os comentários, conhecido também como *peixe-pedra*, além de ser coberto por escamas pratas, servia para a alimentação, sendo seu gosto muito bom. De acordo com sua descrição, ele possuiria poucos espinhos, além de serem fáceis alvos de pescaria. Seguindo as notas explicativas de Jaime Walter sobre as descrições dos animais contidas na obra impressa em 1967, o animal conhecido à época como *peixe-pedra*, corresponderia a um peixe do Amazonas, de cabeça venenosa. Em contrapartida, outros peixes descritos e ilustrados na mesma obra não se incluíam na qualidade de comestíveis, como o *avacatoia*. Esse peixe, segundo os comentários da obra, é um peixe bastante grande, porém sem escamas. Ainda se acreditava que ele estava

coberto de prata e que não era bom para a alimentação.

A descrição apenada que acompanha os desenhos dessa obra torna-se menos importantes que os desenhos em si dos animais. O *peixe-pedra* acima citado aparece em uma das primeiras folhas de desenho da obra, sendo que as características do animal são muito parecidas com as de outros peixes ilustrados posteriormente à produção de Des Vaux, como nas de *Historiae Naturalis Brasiliae* (1648). A utilidade dos peixes à prática da pescaria, à alimentação e as possíveis qualidades terapêuticas que eles viriam a ter faziam com que esses animais, tanto os marinhos, quanto os de rio de água doce, fossem objetos de interesse da curiosidade dos missionários franceses.

Além dos peixes, os animais terrestres e as aves também podiam ser comestíveis. Essas qualidades eram descritas, quase sempre, a partir de experiências pessoais, enfatizadas pelas percepções sensoriais do grupo de franceses que atuavam como colonos e exploradores no Maranhão e terras próximas. Por exemplo, quando d'Évreux escreveu sobre a chegada dos Tremembé – povo nativo que vivia em aldeias próximas ao Maranhão – ao local onde estavam localizados na então França Equinocial no Maranhão, comentou sobre alguns de seus costumes, como a alimentação. Além de dissertar sobre a prática de pesca, que compunha a base alimentícia dessa nação, e sobre a rivalidade entre os Tremembé e os Tupinambá, aliados aos franceses, também comentou sobre alguns pássaros vermelhos que se encontravam em quantidades grandes nas regiões por onde viajaram os nas adjacências do Maranhão. Segundo Yves d'Évreux, havia uma floresta para onde, em determinadas estações, os Tupinambá se dirigiam para colher os ovos meio chocados desses pássaros, que voavam até essa floresta para ter seus filhotes. Os Tupinambá utilizavam-nos para a alimentação, ressecando e defumando esses ovos como forma de preparo. Yves d'Évreux diz não ter experimentado seu gosto, apesar dos indígenas afirmarem serem esses pássaros uma iguaria e muito saborosos (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 143).

Situações como a descrita acima chamam a atenção para a narrativa dos franceses sobre os povos ameríndios que habitavam as terras onde foi fundada a França Equinocial. Certos animais, como alguns peixes, serviam como base alimentar para os Tupinambá, mas nem sempre foram experimentados pelos missionários. Ainda assim, a aproximação entre os franceses e os nativos do Maranhão era uma tônica enaltecida por d'Évreux e d'Abbeville e, mesmo quando eles diziam não terem comido certos animais, escreviam que alguns franceses tinham comido esses bichos e atestado seu sabor e qualidade. Ainda sobre a citação do capuchinho, além de apresentar métodos de preparo nativos dos

animais do Brasil, oferece informações sobre o conhecimento que os franceses e, possivelmente outros europeus, como os alemães e holandeses que praticavam trocas comerciais no norte do Brasil desde então, também tinham sobre as zonas territoriais e a localização desses bichos entre elas.

Sobre os animais terrestres, d'Évreux escreve acerca da maneira com a qual os Tupinambá caçavam-nos. Por exemplo, os ratos selvagens que podiam ser encontrados nas florestas da região, segundo o religioso, eram caçados e serviam de alimento, além de os considerarem muito saborosos. Ao caçarem os ratos, utilizando bastões e buracos que cavam – nos quais se escondiam os ratos que fogiam dos caçadores – os indígenas matavam e traziam à aldeia os animais para o preparo. Segundo d'Évreux, os ratos eram preparados na brasa. Esses animais eram abertos pela frente, tirando toda sua pele, que mais tarde era tostada, e assim eram preparados com farinha que, segundo o religioso, servia para não desperdiçar a gordura da sua carne. Os Tupinambá, de acordo com o missionário, preferiam se alimentar desse bicho do que de outros, como os javalis, cervos, cutias ou pacas (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 173-174).

Nos exemplos citados acima, o gosto acompanhava as descrições, sobretudo das qualidades de animais comestíveis, ou não. O paladar, enquanto sentido, e o gosto, expressão da natureza desses bichos, também serviam, nesse período, para aproximar os animais do Novo Mundo, dos animais, ou da própria realidade dos europeus. Por exemplo, Claude d'Abbeville, ao escrever sobre as qualidades de animais terrestres existentes no Maranhão e adjacências, listou uma grande quantidade deles que eram utilizados para a alimentação e que, segundo o religioso, eram excelentes comidas. De acordo com d'Abbeville, entre as espécies, existiam várias qualidades, como é o caso dos tatus que o capuchinho descreveu:

Tatu de muitas qualidades. *tatu-açu*. Do tamanho de carneiros, mais compridos e redondos, com a cabeça e pés parecidos com os de porco, orelhas de lebre, cauda do tamanho de dois pés, escamas grossas, brancas e pretas, sobrepostas umas às outras à maneira de couraças, menos no ventre, que é liso e sem escamas. *Tatuí-uaçu*. Muito parecido e do mesmo tamanho que o precedente. *Tatu-éte*. Do tamanho de raposas, com escamas menos duras, porém mais cheias de malhas: é melhor comida. *Tatu-pep*. Semelhante ao precedente, porém como alimento é inferior. *Tatu-apar*. Do mesmo tamanho e semelhança do *tatu-eté*, menos nas escamas, pois são mais duras e flexíveis, fazendo uma bola à maneira de ouriço. É excelente comida e superior aos outros[...]. Encontram-se nos campos, nos bosques e moutas. (D'ABBEVILLE, 1614: 250)

Assim como os tatus, outros animais terrestres foram relatados a partir da

variedade de suas qualidades e sua utilidade na alimentação, ou não. No caso dos animais venenosos, como algumas serpentes ou animais rastejantes, a qualidade de comestíveis ou não comestível, também fazia parte das suas descrições. D'Abbeville, ao comentar, sobre as serpentes, escreveu sobre algumas de suas espécies, como a *Iuboi*. De acordo com o religioso, esse era um animal rastejante semelhante à cobra, porém muito venenoso e justamente por isso os indígenas não o utilizavam para alimentação. Em contrapartida, d'Abbeville escreve sobre outras serpentes, como a *Tarehuboy*, uma outra qualidade de animal rastejante que, segundo o autor, apesar de temerem muito os nativos a sua presença, sempre que possível, utilizavam-na como comida sem maiores problemas (D'ABBEVILLE, 1614: 253). Identifica-se, nesse último caso, uma outra categoria muito presente nas descrições do comportamento dos animais: as qualidades de animais bravos, animais perigosos, ou animais mansos, e animais morosos. Essas qualidades comportamentais também indicavam se as espécies eram domésticas ou selvagens.

Um dos bichos que mais apareceram nos relatos identificados como moroso, ou manso, é a preguiça. Considerado um animal monstruoso, sobretudo por conta das semelhanças entre seu rosto e o rosto humano, segundo os registros daquela época, o comportamento lento, e mesmo seu hábito de viver nos troncos das árvores, eram alguns dos fatores recorrentemente relacionados com sua classificação como animal manso, preguiçoso:

Há ainda outro animal monstruoso, de cabeça redonda muito parecido com o homem, de pelos pardos e grossos, e de quatro pés de que serve para trepar, com três garras em cada pé, cada uma do tamanho de um dedo, muito fortes, e com que se agarram e trepam, sendo difícil tomar-se lhe qualquer objeto quando por ele agarrado. Quando na superfície da terra, arrasta-se com o ventre, e às vezes enterra-se também por ela dentro. Quando trepada numa árvore, não a deixa sem comer todas as suas folhas, depois desce, principia a comer terra até galgar outra árvore onde faz o mesmo [...] Quer de rastos, quer trepado, é sempre moroso, e por isso o chamam preguiça (D'ABBEVILLE, 1614: 239).

D'Abbeville escreve sobre a preguiça ressaltando justamente seus hábitos. A anatomia, sobretudo a composição de suas garras, que poderiam servir para qualificar esse animal como perigoso, ou feroz, pelo contrário, auxiliaram a descrevê-lo como animal moroso e preguiçoso, pelo fato de que esse bicho as utilizava, segundo o capuchinho, para trepar-se em árvores e não para defender-se, ou atacar, outros animais. Jean de Léry e André Thevet, em seus registros sobre a viagem ao Brasil e sobre a atuação deles na França Antártica, alguns anos antes, já tinham comentado sobre esse bicho. Segundo os franceses, a preguiça era considerada um bicho feroz, porém na mata, ela se

sentia muito facilmente ameaçada. Pode-se dizer que, segundo os autores, ela se sentia ameaçada até mesmo pela sua infantilidade, característica que eles consideravam ser visíveis em toda a natureza americana. Entretanto, desde, pelo menos, as descrições de Gabriel Soares de Sousa (1587) em diante, parece que a preguiça passou a ser enxergada como um animal manso e moroso, visivelmente preguiçoso pelo seu movimento e suas atividades demoradas. Tanto os capuchinhos franceses do Maranhão, quanto outros viajantes e cronistas, como Ambrósio Brandão e mesmo Willem Piso e George Marcgrave, passaram a descrever esse animal como manso, preguiçoso e vagaroso.

Não obstante, outro bicho frequentemente descrito e qualificado a partir das categorias feroz, ou manso, é a onça. Yves d'Évreux faz uma descrição minuciosa desse animal, trazendo aspectos relativos ao seu comportamento em relação a outros animais, aos humanos e mesmo seu caráter solitário de vida (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 196-199). Considerada um animal muito perigoso, talvez o mais perigoso do Brasil, segundo d'Évreux, a sua aparição em relatos de viagem e sua classificação como feroz é de longa data. De acordo com o religioso, o temperamento desse animal é um de seus aspectos mais expressivos. Ele a compara com os galgos da Europa, apesar de ter afirmado que o focinho das onças do Brasil era ainda mais semelhante com o focinho dos gatos (D'ÉVREUX, 1864[1615]: 196). A aparência de feroz foi enfatizada em sua descrição anatômica. D'Évreux chegou até a afirmar que elas tinham bigodes e olhos ferozes e atentos, e garras enormes. Assim como em outros exemplos de descrição, nas quais o uso do exagero ao informar sobre os aspectos anatômicos de um animal era bastante comum, no caso das onças descritas pelo frade francês não foi diferente (D'ÉVREUX, 1864 [1615]). O exagero aparece tanto em relação ao seu comportamento e sua relação com os humanos e outros animais, assim como quando o religioso descreveu sua composição física, dizendo, por exemplo, que as onças possuíam caudas muito maiores que o restante de todo o seu corpo.

Ao escrever sobre como esses animais se relacionavam com outros e com os humanos, o religioso relatou sobre o medo que elas pareciam sentir ao serem confrontadas com fogo, bem como sobre a caça que elas praticavam, especialmente a procura de macacos e cães. Sobre o ato de caça, é interessante notar que d'Évreux afirma que esses animais tinham instintos, mesmo que indiretamente, e que, muitas vezes, eles partiam das suas percepções sensitivas. Por exemplo, quando o religioso escreve sobre o processo de caça aos macacos praticada pelas onças, o autor afirmou que quando elas escutavam ou viam que os macacos estavam reunidos em algum lugar, elas se movimentavam em

direção à eles, vagarosamente, arrastando o ventre no chão assim como os gatos, e depois fingiam estarem mortas. Depois que os macacos passavam por elas, se aglomerando a fim de analisar se a onça estava de fato morta, “rangendo os dentes e resmungando uma algazarra de congratulações por sua morte” (D’ÉVREUX, 1864 [1615]: 197), as onças despertavam ao som de suas vozes e levavam-nos ao topo de uma árvore matando-os (D’ÉVREUX, 1864 [1615]: 197).

D’Évreux também escreve sobre a frequência da sua reprodução, que parecia ser bastante esparsa pela pouca quantidade desse animal que se encontrava no Brasil, além de destacar que também existiam espécies de onças marinhas, muito parecidas com as terrestres e igualmente ferozes. Yves d’Évreux enfatizou a importância das percepções sensoriais em vários outros momentos de suas descrições e, para além disso, ele também acreditava que elas eram importantes e que determinavam as relações e as dinâmicas de caça e reprodução, por exemplo, entre os animais. O cheiro e o gosto estavam mais ligados aos interesses terapêuticos e mercantis, de forma que o som e o testemunho ocular tinham relação com a disposição geográfica desses animais entre as terras do Brasil e suas especificidades em relação à anatomia e interação com o ambiente e com outros animais.

Não era incomum que os cronistas, exploradores e missionários confundissem as onças com os tigres, animais já conhecidos pelos europeus, por conta das suas semelhanças. Inclusive, em seu registro sobre suas viagens ao Brasil, Hans Staden escreveu justamente que havia muitos tigres na América Portuguesa, capazes de fazer estragos físicos consideráveis nos homens. É possível dizer que sua obra deu início à tônica do que passaria a ser descrito e compreendido sobre as onças e seu comportamento, como por exemplo seus hábitos predatórios, tanto em relação aos homens, quanto aos outros animais domésticos. Por isso, justamente, o tema da caça, tanto praticada por esse animal, quanto a ele, foi um dos temas recorrentes que atravessaram as suas descrições, pelo menos, até o século XVIII.

Claude d’Abbeville também descreveu uma espécie de onça chamada *ianouare* (januare) em sua relação sobre a missão dos capuchinhos ao Maranhão. Segundo o religioso, dentre os animais ferozes que existiam na França Equinocial, como os gatos bravos, macacos e cães, havia a onça. Ela teria o tamanho de um cão inglês e possuía pele pintada. Segundo o capuchinho, elas eram muito temidas pelos indígenas, por conta de seu comportamento perigoso em relação aos humanos e aos outros animais (D’ABBEVILLE, 1614: 251).

É possível, também, identificar essas qualidades de ferozes, ou mansos, nos nomes

dos animais que aparecem nas obras de missão e viagem. Por exemplo, Claude d'Abbeville fez uma lista de vários animais existentes no Maranhão e adjacências e, dentre eles, é possível encontrar alguns como as vacas bravas, ou selvagens, e os gatos bravos. O religioso também empregou essa forma de classificação em relação a outros animais. Ao escrever sobre os pássaros, o missionário considerou que alguns deles poderiam ser caracterizados como ferozes e barulhentos, como é o caso do *ouyra-ouassou* (uíra-uaçu), considerada uma espécie de ave de rapina pelo Frade. Além de fazer descrições sobre sua anatomia, a cor de suas penas e compará-lo com a águia, já conhecida na Europa, d'Abbeville também escreveu que esse pássaro era muito furioso, e por isso era capaz de matar outros animais e humanos. Outro comentário importante que o religioso adicionou em sua descrição foi sobre o costume que esse animal tinha de caçar veados, corças e outros pássaros e animais indistintamente. Segundo o autor da obra, ao retornar à França, teria levado três exemplares desse pássaro consigo, dos quais apenas um teria sobrevivido à travessia. Esse único que sobreviveu foi dado ao rei (D'ABBEVILLE, 1614: 232-233). Além dos detalhes mais práticos relativos ao transporte de animais entre as rotas marítimas do império francês, o comportamento dessa ave fica em evidência.

Dada a importância do comportamento dos animais, sobretudo ao pensar sua relação com os humanos, que era fundamental para a sua classificação na época, seus hábitos e suas formas de se relacionar com o ambiente e com outros animais e humanos também serviam para qualificá-los como animais domésticos, ou selvagens. Não obstante, para a doutrina franciscana, entender o comportamento animal, e nesse caso, compreender se eram domésticos ou selvagens, fazia parte da relevância dos bichos na própria formação franciscana e também da forma com a qual se exercia a virtude da Criação, compreendendo os segredos do Criador que teriam sido deixados na natureza domesticando-os de forma fraternal.

As categorias de 'animais selvagens' e 'animais domésticos' também eram recorrentemente utilizadas pelos missionários, cronistas e estudiosos para estudar e classificar aqueles situados no Novo Mundo. Em geral, nas obras aqui estudadas os capuchinhos iniciaram seus capítulos sobre as qualidades de animais, que se encontravam na França Equinocial, fazendo algumas divisões entre os que eram selvagens e os que eram domésticos. Essas divisões eram importantes para que se classificassem aqueles que viviam próximos aos humanos. Em muitos dos casos, aqueles que não eram considerados ferozes, eram compreendidos como animais domésticos. Outras relações entre animais e

humanos eram relevantes para a classificação da natureza e mesmo do comportamento das qualidades de animais, como aqueles que eram caçados nas aldeias do Maranhão e adjacências, ou os que ameaçavam os indígenas e outros animais pelo seu comportamento predatório. A descrição da anatomia desses seres foi um dos aspectos importantes para que se estabilizasse uma ideia das suas qualidades físicas. Por exemplo, animais com garras muito pontudas e afiadas, ou mesmo a forma com a qual eles se locomoviam, como alguns animais rastejantes, encaixavam-se nas categorias físicas compreendidas nos animais selvagens, já que poderiam, em alguma medida, apresentar ameaças à vida dos homens.

Um fator interessante das obras dos capuchinhos franceses é que, tanto d'Abbeville, quanto d'Évreux afirmaram que quase não existiam animais domesticados nessas terras do Brasil. É possível que tenham usado essa afirmação para justificar a presença da fé católica no local para cristianizar os indígenas, mas também para moralizar a natureza e os animais da região. Segundo os capuchinhos, era possível encontrar animais selvagens nos três lugares da natureza, ou seja, na terra, no ar e na água. Eles eram comparados com animais europeus, ou mesmo de outros locais, como os da África, para que se pudesse entender, a partir do referencial de natureza já conhecido e vigente na época, quais animais eram mais selvagens que outros, ou quais suas equivalências e suas diferenças.

Ainda assim, sabemos que, mesmo para aqueles que não tinham o intuito de catequizar os povos nativos do Brasil, como Jean de Léry, as economias morais que envolviam todo o conhecimento físico e natural desse período se faziam presentes em seus discursos e práticas e carregavam em si concepções de superioridade e inferioridade, perfeição e imperfeição, domesticação, utilidade, além das simbologias que os animais representavam (ALVES, 2011).

Nesse sentido, pensar os animais domésticos e selvagens, sobretudo das terras do Novo Mundo, era pensar também a natureza da própria terra em que eles viviam, ou de onde eram originários, suas qualidades, fertilidade, utilidades e seus problemas em relação à vida humana. A utilidade, dentre os fatores que compõem a classificação das qualidades desses bichos, atravessou a história natural até, pelo menos, meados do século XVII. Ela era agenciada para que as investigações sobre o mundo natural dessem conta da finalidade que a vida, ou a simbologia, de algum animal tinha. Essa ideia de finalidade estava diretamente ligada a uma visão teleológica e cosmográfica existente na Europa desde, pelo menos, os séculos de assimilação das obras da antiguidade clássica. Também

se entendia que as coisas da natureza tinham finalidades e utilidades, pois elas teriam sido criadas por Deus e, por isso, existiriam propósitos para a sua presença na Terra.

A relevância da utilidade fica evidente, por exemplo, na narrativa dos animais imperfeitos. Claude d'Abbeville escreveu um capítulo de sua relação sobre a missão no Maranhão e cercanias justamente sobre os animais imperfeitos existentes nesses locais. Segundo o religioso, na terra do Maranhão havia animais pequenos que, em muito, incomodavam o homem. Fez questão de destacar que, apesar de algumas pessoas já terem ouvido falar sobre esses bichos, e não saberem da veracidade dessas informações, elas eram verídicas.

Claude d'Abbeville destacou que, em qualquer país do mundo onde existiam animais perfeitos, existiriam os imperfeitos. Esses, por sua vez, podiam ser classificados como insetos ou *anulata*, segundo a tradição aristotélica reafirmada em Plínio. De acordo com o religioso, esses bichos não possuíam sangue, ou mesmo outros elementos, como membros distintos, cabeças e ventre, ou até mesmo dorso e peito. Esses animais também teriam a pele enrugada ou com algumas marcas específicas, como círculos ou chapas redondas (D'ABBEVILLE, 1614: 255-256).

Os indícios deixados pelas descrições feitas por d'Abbeville apresentam a ideia de que esses animais imperfeitos seriam menos úteis, ou não teriam utilidade alguma. Inclusive, alguns deles poderiam até provocar mazelas. Antes mesmo de falar dos animais imperfeitos que encontrou no Maranhão, o missionário citou alguns que existiam na França, como era o caso das vespas, borboletas, moscas, escaravelhos, lagartas, aranhas, formigas, vermes e traças. Vale ressaltar que, entre os animais que o capuchinho descreveu, ele também os diferenciava, especialmente, através do seu lugar natural, como as formigas, que viviam na terra, ou as moscas, que viviam no ar, e assim por diante.

Em seguida, nos são apresentados os animais imperfeitos do Maranhão. O interessante das qualidades desses animais citadas por d'Abbeville, além da nomenclatura indígena que é utilizada ao longo de todo o seu registro sobre a França Equinocial, é que, na maioria dos casos, o religioso chamou a atenção do leitor para as doenças que esses bichos poderiam causar. Por exemplo, ao descrever um pequeno verme chamado de *ton* pelos indígenas, o religioso explicou que ele se alojava embaixo das unhas dos pés e das mãos de crianças e adultos. Uma vez instalado, se não fosse retirado do corpo humano, de acordo com o capuchinho, o verme atravessaria a pele até chegar na carne viva. Caso isso acontecesse, d'Abbeville relatou que ficavam se nutrindo do corpo que adentravam e que, em alguns dias, passariam a ter o tamanho de uma ervilha. D'Abbeville ainda

comentou que, em alguns casos, deitavam lêmbras no lugar onde estavam alojados, causando irritação e incômodo na pele. Segundo o religioso, ele chegou a conhecer algumas pessoas que tiveram esse problema de forma tão grave, a ponto de não conseguirem andar, ou trabalhar. Entretanto, o religioso afirmou que, apesar da moléstia terrível, existia remédio pronto para essa mazela, pois esses vermes poderiam e deveriam ser retirados da pele o quanto antes (D'ABBEVILLE, 1614: 255-256).

Ainda sobre esse pequeno verme, d'Abbeville disse que sua picada não era venenosa, sendo que dessa forma não causaria maiores problemas. Também explicou que seria possível evitá-los com a limpeza, já que eles eram gerados, de acordo com o autor, no pó¹³⁴. Ocorre que muitos índios das aldeias da região utilizavam urucu, ou azeite de palma, que servia como tintura vermelha enquanto ornamentos corporais. No preparo dessa tintura e no momento de passá-la no corpo, especialmente nos pés e mãos, esse bicho acabava se alojando em seus corpos. D'Abbeville comentou que esse verme também perseguia os cães que, junto dos franceses, viajaram e instalaram-se no território da França Equinocial (D'ABBEVILLE, 1614: 256-257).

A relação entre os animais também é exposta, como no exemplo acima, quando o religioso escreveu sobre outro verme que encontrou no Maranhão. De acordo com o capuchinho, esse outro animal tinha o tamanho de um grilo, sendo muito semelhante a ele. Os indígenas os chamavam de *coeuissuip* e, segundo o autor, havia muitos deles pelas aldeias do Maranhão. Esses animais passavam o dia se alimentando de objetos como sapatos e roupas. Além de se alimentarem desses itens, também comiam outros animais como os *tons* acima citados. Nas aldeias onde viviam em abundância, com comentou d'Abbeville, enchiam o chão das casas e serviam de alimento a outros animais, como as galinhas e os patos, que eram animais domésticos e viviam junto aos humanos nas aldeias. É interessante notar que o capuchinho insinua uma ideia de “cadeia alimentar”, afirmando que esse verme guerreava com os animais domésticos, já que as galinhas comiam esses bichos, que por sua vez comiam os *tons*, que, em seguida, incomodavam e se alimentavam de carne humana quando penetravam na sua pele e, por último, os humanos, que se alimentavam das galinhas, formando um ciclo (D'ABBEVILLE, 1614: 257).

De toda forma, as suas explicações e comentários também expressavam as

¹³⁴ Em outros momentos dos registros, tanto de d'Abbeville, quanto de d'Évreux, existem descrições que são relacionadas com a ideia de geração espontânea. A origem da vida dos animais fazia parte da descrição e classificação deles, por isso, saber sobre a geração desses seres era fundamental para a filosofia e história natural que se fazia nesse momento.

interações acima elencadas entre animais domésticos e selvagens. Suas relações, segundo as descrições dos capuchinhos, eram mediadas pelas suas qualidades. Ou seja, quanto mais feroz e perigoso um animal era considerado, como era o caso das onças, mais temido esse bicho era, e cada vez mais os animais domésticos, como os cães, eram usados para a sua caça junto dos humanos. Em contrapartida, quanto mais moroso, ou inofensivo, um animal era considerado, seu convívio com os homens e mulheres nas aldeias era encarado como algo relativo à sua qualidade de domesticável.

Todavia, tanto aqueles classificados como selvagens, quanto os domésticos, eram objetos de interesse dos franceses que ocuparam o Maranhão e adjacências. Além de buscarem compreender suas finalidades e seus propósitos, mais ligados a uma visão cristã e providencialista dos missionários, os franceses também procuravam entender suas utilidades, suas características singulares e a grande diversidade de animais existentes no território onde se instalaram com a então colônia francesa. Essa última preocupação tinha ligação com os interesses em se investigar a origem e a dispersão desses animais pela Terra. Nesse sentido, os animais também podiam indicar, em suas qualidades físicas, morais, ou mesmo terapêuticas, as virtudes da terra do Maranhão, e nesse sentido, os frutos da França Equinocial. Tendo em vista a importância das singularidades dos animais, acreditamos que o comportamento desses animais, que era um fator fundamental na tradição capuchinha, tanto em relação à presença deles nas hagiografias de São Francisco de Assis, quanto na sua utilidade, enquanto exemplos comportamentais e morais aos seus fiéis, ou mesmo no estudo das relações domésticas e predatórias entre animais humanos e não-humanos. Logo, os comportamentos e hábitos animais foram elementos centrais para a classificação das qualidades de animais e para o entendimento de seus lugares na explicação da natureza da França Equinocial.

O comportamento animal poderia ser acessado pelas percepções sensoriais. Seguindo a descrição de suas qualidades nos registros e crônicas sobre o Novo Mundo, como as citadas acima, ou seja, comestíveis e não comestíveis, ferozes ou mansos etc., nota-se que as percepções pessoais, diretas, sensoriais e *in loco* eram utilizadas largamente como ferramenta de conhecimento dos elementos do mundo natural. O paladar, citado acima, assim como outros sentidos, como olfato, a visão e a audição, eram dispositivos pessoais, porém válidos, para acessar as qualidades e as características singulares dos animais, plantas e outros componentes naturais. Nas obras produzidas ao longo da experiência colonial da França Equinocial, em muitos dos trechos, é verificável a presença dessas ferramentas.

O som de alguns animais era um dos fatores importantes, tanto na interação entre os bichos, quanto para a convivência entre eles e os humanos. Yves d'Évreux, ao longo de seu registro de viagem e missão, escreveu sobre muitas experiências sensoriais e a relevância delas para o entendimento da natureza dos animais e do seu território. Quando o religioso descreveu os pássaros do Maranhão e adjacências, dissertou sobre os *melros* do Brasil que, segundo ele, eram bastante semelhantes aos da França. O capuchinho chamou a atenção do leitor para o som do canto dessa ave que, de acordo com seu seu relato, ao chegar no fim das chuvas no Maranhão, soltavam sons com muita frequência, e, no final do bom tempo e início das chuvas da Zona Tórrida, eles emitiam um canto lastimoso, como um choro, como uma espécie de temor das chuvas de inverno que pareciam estar se aproximando (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 207). Nesse exemplo, o som dos pássaros foi associado às estações do ano. A conexão entre os elementos naturais de uma determinada zona geográfica poderia explicar as causas naturais de seus territórios e dos animais e plantas que se encontravam neles.

No caso dos registros de d'Évreux, pode-se pensar que, junto dos conhecimentos astronômicos e de história e filosofia natural que o capuchinho, junto de seus pares, carregava, o pensamento e a cosmogonia indígena local influenciaram muito nas descrições e reflexões propostas pelo religioso e pelos franceses que atuaram na França Equinocial.¹³⁵

Muitas das vezes, os pássaros eram bastante relacionados com o som que emitiam e a cor da sua plumagem. Essa é uma característica da classificação das aves que perdurou por séculos e ainda hoje é fundamental na prática de sua observação. Os papagaios foram exemplos emblemáticos de pássaros que possuíam a qualidade da fala. De acordo com Claude d'Abbeville, no capítulo em que escreveu sobre os pássaros que se encontram no Maranhão, existiam no território, muitos tipos de pássaros que poderiam aprender a falar, muito mais do que na França. Havia, segundo d'Abbeville, algumas qualidades de pássaros na França Equinocial que detinham a singularidade da fala, como as qualidades de papagaios, por exemplo o nomeado *euruuaia*, o *tium-miri*, entre outras. Uma das qualidades de papagaio encontrados no Maranhão, de acordo com o religioso, é o *tuum-uaçu*, que possuía o tamanho semelhante de um pardal, assim como os outros papagaios – o que os agrupava em uma espécie. Essa qualidade foi descrita pelo religioso a partir da

¹³⁵ Trataremos de forma mais aprofundada sobre a influência da cosmogonia e dos conhecimentos indígenas da região onde foi fundada a França Equinocial no tópico “Conhecimentos europeus e conhecimentos indígenas”.

cor de suas penas, verdes e alaranjadas, e pela fala, que segundo o capuchinho era a melhor quando apanhados pelos humanos.

A maioria das aves do Maranhão e cercanias, que aparecem nas obras dos capuchinhos, são consideradas domésticas e, apesar de servirem como boa comida, não eram utilizadas assim pelos indígenas em sua grande maioria. Além dos pássaros diurnos, que conviviam de dia, ou eram criados nas aldeias junto aos humanos, havia os pássaros considerados noturnos, singulares por outros aspectos. *Uenonbuí*, por exemplo, uma espécie de pássaro noturno, possuíam penas de várias cores e, quando voavam, de acordo com o religioso, emitiam sons parecidos com os dos besouros. Além dessa qualidade, muitas outras foram listadas e descritas por Clauded'Abbeville, como os *pupóí-pipóí*, os *urutagüi*, *iucurutu*, entre tantos outros. A característica que os une como qualidade é justamente a forma que emitem gritos e sons de noite, uma espécie de comportamento compartilhado por esses tipos de pássaros noturnos (D'ABBEVILLE, 1614: 241-242).

Há ainda outra qualidade de ave noturna, chamada *andaura*. Essa ave foi descrita como uma espécie de morcego, maior que aquelas existentes na França. Segundo o missionário, esse animal emitia gritos medonhos de noite. Ele era capaz de entrar nas casas e sugar o sangue das pessoas, deixando-as fracas e doentes. D'Abbeville fez uma analogia entre a natureza dessa ave e a natureza dos habitantes do Maranhão, que também bebiam do sangue e comiam da carne de seus inimigos, ou seja, os chamados canibais, que apareciam na literatura de viagem francesa sobre o Novo Mundo desde o início do século XVI (D'ABBEVILLE, 1614: 240).

Também era comum que os sons e os outros sentidos aparecessem em descrições sobre a interação entre animais. Como vimos em alguns exemplos expostos acima, o som, ou o cheiro, de alguns animais eram indícios da proximidade, da ameaça, ou mesmo da vida, ou morte, de certos animais. Esses indícios eram sinais instintivos captados pelas outras espécies e, nas relações da missão capuchinha no Maranhão aqui estudadas, é possível encontrar inúmeros casos de relações entre animais que foram mediadas pelos instintos e percepções sensoriais. Um outro caso de sons de pássaros que se relaciona com as interações entre animais é a descrição das águias que, seguindo Yves d'Évreux, existiam em menor quantidade no Maranhão. De acordo com a descrição do capuchinho, elas eram muito furiosas e atacavam várias qualidades de animais, como peixes, tartarugas, cobras, caprinos, dentro tantos outros. O religioso comentou que, ao escutar seus gritos, os outros pássaros, com medo, perdiam a voz e se escondiam vendo essa ave voar.

Evidentemente, boa parte dos elementos utilizados nas narrativas descritivas aqui analisadas faziam com que as informações expostas se tornassem ainda mais exageradas. Por exemplo, facilmente os padres capuchinhos poderiam confundir o som de um pássaro com outro, e mesmo o lugar de onde esse som estava sendo emitido, o que são fatores fundamentais, até mesmo para o estudo, classificação e organização das aves e sua dispersão pelos territórios. Ainda assim, um fator que é reforçado pelos missionários, ao longo dos capítulos de descrição da natureza e dos animais do Maranhão, é a importância das suas formas de vida, ou seja, o comportamento desses bichos. O uso dos animais como exemplos morais era uma tônica na retórica dos capuchinhos franceses. Ela fica perceptível em trechos de seus registros, em diversas situações, como por exemplo:

Tenho certeza de que haverá pessoas que se espantarão com o que acabo de dizer, especialmente com o fato de que esses selvagens tiram os modos de se comportar das propriedades dos animais. Mas, se se lembrarem de que o conhecimento das ervas medicinais foi ensinado aos homens pela cegonha, a pomba, o cervo e o cabrito-montês; a maneira de fazer a guerra, armar as sentinelas foi copiada dos grou; o bem do Estado monárquico teve o seu começo pelas abelhas; os arquitetos aprenderam com as andorinhas como fazer as abóbodas, se o próprio Jesus Cristo nos recomenda observar gaviões, abutres, águias e outros pássaros, seu espanto cessará (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 24-25).

Yves d'Évreux, que escreveu essa passagem citada acima no capítulo sobre as preparações para partir em viagem para o Amazonas, havia demonstrado como os Tupinambá utilizavam de ornamentos de origem animal para o preparo, e complementa a finalização desse capítulo dizendo:

Esses selvagens imitam em tudo que podem a perfeição dos pássaros e animais de seu país, sobre a qual compõem todas as suas canções que acompanham suas danças. Como esses pássaros possuem essencialmente três cores, vermelho, amarelo e azul, eles gostam dos panos e roupas dessas mesmas cores. Como as onças e javalis são os animais mais bravos desse país, pegam os dentes deles e os encaixam em seus lábios, bochechas e orelhas para parecerem mais bravos. As plumas das armas são colocadas nas pontas das espadas e dos arcos [...] (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 24-25).

Esse tipo de descrição, feita pelos capuchinhos sobre os animais, evidencia o lugar deles na obra, portadores de segredos naturais e morais, suas singularidades eram objeto de desejo aos estudos teológicos, mas também científicos e da natureza. Nas passagens acima, é possível observar, novamente, a aproximação entre animais e humanos. Essa aproximação era feita, muitas vezes, pelas características de um atribuídas ao outro, mas também pela importância dos animais, quase que pedagógica, para que se apreendesse os

significados e a função de cada elemento da natureza. Os Tupinambá, em alguns momentos foram descritos como selvagens, ou seja, humanos com aspectos monstruosos,¹³⁶ como o canibalismo, mas em geral os religiosos franceses buscavam enaltecer as proximidades entre eles e os franceses, sobretudo no que diz respeito à moralidade, já que o principal objetivo dos missionários era a conversão desses ameríndios.

Os animais do Maranhão carregavam consigo os símbolos e as características geofísicas de seu território. Esses aspectos eram compreendidos e interpretados através de uma geometria simbólica (KAPPLER, 1994) e uma escala de valores, a qual atribuiria valor material e imaterial aos elementos da natureza de cada lugar. Nesse sentido, os animais, assim como os vegetais e as plantas, eram entendidos como singulares, mas também faziam parte de um todo. Esse todo, reflexo da Criação, carregava consigo e espalhava entre seus elementos os segredos do Criador. No caso dos animais e dos homens, como estavam mais próximos e acima dos minerais e vegetais na hierarquia universal, eram considerados mais ricos e possuíam mais marcas do enigma e do poder da Natureza. Para decifrar esses enigmas, as formas do universo e seu equilíbrio serão fundamentais. É nesse sentido que os animais e os homens carregavam em si o reflexo de seus territórios, ou seja, suas formas (KAPPLER, 1994).

Para acessar as informações morais e naturais que pretendiam conhecer nesses animais e, portanto, sobre a natureza do Maranhão, as percepções sensoriais também eram ferramentas muito utilizadas pelos franceses. A maneira pela qual, sobretudo os capuchinhos, conheciam os fenômenos naturais e os elementos da fauna, da flora e da geografia desse território tinham como algumas de suas principais bases as experiências *in loco* e as percepções sensoriais, que além de ferramentas para a compreensão do mundo natural, também serviam para dar sentido àquilo que estava sendo vivenciado. É preciso que se lembre, nesse ponto, que viajar não era apenas ver, mas também ouvir, cheirar, provar, sentir, e muitas vezes, ouvir dizer, como parte de uma narrativa do testemunho sensorial muito em voga no período (TODOROV, 2006; KAPPLER, 1994). O hábito de traduzir as experiências através dessas descrições, que destacavam o universo sensitivo e

¹³⁶Desde pelo menos as viagens empreendidas ao longo da Idade Média, como aquelas narradas por Marco Polo, os antípodas e os selvagens são personagens que preenchem o imaginário dos europeus. Como ressaltou Claude Kappler (1994), os homens selvagens eram, em geral, referenciados para indicar aqueles que praticavam antropofagia. No Brasil, as nações que praticavam antropofagia tornaram-se, então, um grande objeto de interesse e curiosidade para o imaginário europeu. Veja mais em KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, Cap. IV.

os testemunhos da Verdade *na* natureza, tornou as percepções do mundo e seus significados possíveis (HACKE; MUSSELWHITE, 2018).

Com isso, queremos dizer que as atividades de produção do conhecimento, através das percepções sensoriais e das experiências diretas nas viagens de exploração e ocupação do Novo Mundo, seguiam métodos e formas para acessar, ou conhecer, o mundo natural, que também foram fruto de experiências anteriores acumuladas, ou seja, como consequência de uma coletividade treinada¹³⁷ para compreender os fenômenos naturais a partir dessas vias. Desta forma, os sentidos eram considerados importantes para o conhecimento mais aprofundado das qualidades da natureza. No caso do mundo animal, eles podiam ajudar na compreensão, por exemplo, de se determinado animal servia para a terapêutica de alguma mazela, baseado em seu cheiro ou gosto, ou na classificação das espécies, pensando no som que os grupos de animais semelhantes emitiam, ou nos seus comportamentos parecidos, capazes de serem analisados visualmente. A partir de meados do século XVII, um grande esforço passa a ser exercido para que o mundo sensível fosse distanciado das formas de conhecer os elementos naturais, e que as comunidades de eruditos passassem a utilizar de leis gerais e regras matemáticas para conhecer os segredos da natureza. É o que Alexandre Koyré (1961) chamou de “geometrização” da natureza.

Os conhecimentos produzidos a partir desse mundo sensível, compunham a história e a filosofia natural do início da época moderna, e as experiências de viagem ao Novo Mundo intensificaram a importância deles na formação de sentidos, significados e explicações das naturezas dessas terras. Os significados estabelecidos pelos coletivos de investigadores naturais que, como os franceses aqui estudados, tentaram classificar, ordenar e conhecer esses objetos naturais, dizem, também, respeito àquilo que era considerado natural, ou não. A seleção e categorização dos elementos naturais, como algo natural, seguia, sobretudo, as fontes e a organização escolástica medieval para compreender e opor o que seria então natural, e dessa maneira, conhecia-se ao menos 3 de suas categorias: o sobrenatural, relativo diretamente a Deus, aquilo considerado miraculoso, ou acima da natureza, o preternatural, que estaria além da natureza e o antinatural, contra a natureza (DASTON, 2017 [1995]).

A filosofia preternatural buscava estudar as maravilhas da natureza, de maneira que as singularidades pudessem ser entendidas como “dependentes de alguma forma comum” (DASTON, 2017 [1995]: 82). As maravilhas estudadas por essa área da filosofia

¹³⁷ Veja mais em: FLECK, Ludwick. *Gênese e desenvolvimento do fato científico*. Brasil: Fabrefactum, 2010 [1935].

moderna, compunham um vasto campo de objetos, dentre eles alguns animais e mesmo as propriedades terapêuticas de alguns deles, como as cobras, sapos e lagartos. Essas maravilhas também eram analisadas e categorizadas através do sistema de atrações e repulsas, ou similitudes e oposições, existentes entre os animais, sendo que elas poderiam ser reconhecidas pelas propriedades dos animais, como quente ou frio, úmido ou seco, entre outras. A raridade desses animais, considerados maravilhosos, atravessou os textos de descrição dos investigadores da natureza do período, e, com o contato com a natureza das terras do Novo Mundo, essa narrativa foi enfatizada.

Essa epistemologia do raro, ou seja, a forma de conhecer objetos concebidos previamente como raros, fazia parte do exercício de observação, descrição e classificação da história e filosofia natural. Olhar, cheirar, degustar, ou escutar a natureza considerada nova pelos europeus, fazia parte do exercício de explicação, tanto das causas naturais distribuídas pelo Globo, quanto da determinação de sentidos e significados para esses animais e outros elementos naturais. Dessa maneira, as práticas de observar, experimentar e descrever os animais da então França Equinocial também eram exercícios de investigação das correlações entre eles, suas zonas geográficas e outras características físicas, como o clima, a distribuição de rios ou a própria natureza do Maranhão e adjacências, nos sentidos físicos e morais.

Tendo em vista a relevância dessa forma de conhecer as propriedades, qualidades e utilidades dos animais, além de aproximar a Verdade *na* natureza maranhense daquela do Velho Mundo, também atribuía sentido e finalidade aos elementos do mundo natural, com o qual estavam tendo contato. Os capuchinhos, treinados pela tradição franciscana, peregrina e missionária, traduziram o lugar dos animais de Francisco de Assis – que apareceram em suas hagiografias – nas suas relações da missão capuchinha sobre a França Equinocial no Brasil.

3.4 Francisco de Assis e os animais.

A relação de Assis com a fauna é uma tônica alimentada por todos os seus hagiógrafos, apesar das mudanças que eventualmente aconteceram entre uma versão e outra de sua vida, como aquela escrita por Tomás de Celano e, depois, por São Boaventura. Essas variações também foram importantes para a aproximação, cada vez maior, de Francisco de Assis com o mundo natural, sobretudo, com os animais. Mesmo assim, através das suas experiências com as “bestas”, seus hagiógrafos refletiam sobre os exemplos e os milagres do Santo para com os animais e a natureza, de forma geral

(GONÇALVES, 2016).

Como foi tratado no primeiro capítulo desta pesquisa, para além da ligação entre a tradição franciscana e os animais, a própria Igreja tem uma história de relação com esse seres que é de longa data. Em se tratando de Assis, sua vida peregrina foi atravessada de encontros com os animais, pelas cidades e estradas pelas quais Assis teria passado (GONÇALVES, 2016). Suas reflexões sobre os animais com os quais acabava se encontrando em suas peregrinações eram narradas com o intuito de gerarem lições morais. Por exemplo, quando Assis encontrava uma ovelha no meio de um rebanho de outros animais, fazia alusão à presença de Cristo entre os bichos. As qualidades ligadas ao comportamento e utilidade dos animais, tais como animais bravos, animais mansos, animais furiosos, animais comestíveis etc, também apareciam na narrativa moralizante de seus hagiógrafos, que transformavam sua relação com os animais em lições espirituais.

Como sabemos, os livros de instrução utilizados nos mosteiros e conventos medievais para o aprendizado sobre as criaturas, como os bestiários, eram considerados boas referências para a atribuição de significados e sentidos a esses seres. Os bestiários também eram utilizados para a observação e experiência com a natureza e explicação das causas dos animais. Ainda assim, a relação e a forma como os animais agiam diante dos humanos não era tão explorada por essas obras, o que passa a ser mais bem esmiuçado nas hagiografias de Francisco de Assis (GONÇALVES, 2016).

A atitude tomada pelo Santo em relação aos animais, ressaltada nas narrativas sobre sua vida, alimentou o valor universal de sua pregação. Seu “sermão às aves” é uma das passagens que melhor expõe esse aspecto de sua ligação com as criaturas, pois antes de encontrá-las na estrada, Assis indagava-se sobre qual seria o melhor comportamento para um religioso conduzir sua vida. Após ser aconselhado por seus contemporâneos, como Clara de Assis e Frei Silvestre, Francisco partiu para pregar pelas cidades e, no caminho, encontrou aves de diversas espécies, às quais pregou. Segundo Boaventura, ele teria pedido aos pássaros que ouvissem a palavra de Deus, e, depois de tal episódio, Francisco de Assis repreendeu-se de nunca ter pregado às aves, ou a outros animais (GONÇALVES, 2016; SORREL, 1988). Essa é uma passagem importante de sua vida, pois indica uma das marcas fundamentais da tradição apostólica e peregrina da Ordem franciscana: levar a doutrina ao mundo todo, através da palavra dos missionários e peregrinos. Ao mundo todo, nesse caso, incluía a natureza e os animais.

Alguns animais aparecem nas suas hagiografias através de narrativas alegóricas, educativas, ou mesmo que aproximavam Assis da natureza. Por exemplo, certos animais

eram considerados domesticáveis por Francisco, como a cigarra, os faisões, falcões, cordeiros e ovelhas. Outros animais, como coelhos e peixes, foram utilizados para exemplificar de que maneira o Santo cuidou e mesmo “salvou” as suas vidas. Também havia animais usados para demonstrar situações em que a natureza poderia educar os humanos, como a associação dos ratos com demônios, a transformação de dinheiro em serpentes, ou mesmo a morte de alguns pássaros que, segundo o Santo, eram gananciosos. O entendimento da Terra como irmã, ou mãe, das suas criaturas, a qual teria dado a elas suas qualidades e signos, também evidencia o valor divino e moral aplicado pela tradição franciscana ao mundo natural e às suas características físicas. Esse aspecto fica claro no cântico das criaturas de Francisco de Assis:

[...] Louvado sejas, meu senhor, com todas as tuas criaturas, especialmente o senhor irmão Sol, que clareia o dia e com sua luz nos alumia. E ele é belo e radiante. Com grande esplendor: de ti, Altíssimo, é a imagem. Louvado sejas, meu Senhor pela irmã Lua e as Estrelas, que no céu formastes claras e belas. Louvado sejas, meu Senhor, pelo irmão o Vento, pelo ar, ou nublado, ou sereno, e todo tempo, pelo qual às criaturas dás sustento. Louvado sejas, meu Senhor pela irmã Água, que é mui humilde e preciosa e casta. Louvado sejas, meu Senhor, pelo irmão Fogo, pelo qual iluminas a noite. E ele é belo e jucundo, e vigoroso e forte. Louvado sejas, meu Senhor, por nossa irmã a mãe Terra, que nos sustenta e governa, e produz frutos diversos e coloridas ervas (ASSIS *apud* GARCIA, 2014: 140).

A classificação e observação dos elementos da natureza, feita pelos franciscanos e capuchinhos, nesse caso, não deixaria de levar em consideração os aspectos simbólicos e comportamentais, capazes de produzirem lições morais, dos animais. Nas relações da missão dos capuchinhos franceses d’Abbeville e d’Évreux, nota-se que alguns desses elementos e animais voltam a aparecer, como por exemplo a grande quantidade de espécies de faisões que, segundo eles existia no Maranhão e terras adjacentes, além de algumas serpentes, consideradas perigosas e outros animais do Novo Mundo que se pareciam, por exemplo com coelhos, como era caso do quati, das cigarras, que tornam-se objeto de curiosidade de Yves d’Évreux por conta do seu canto, ou mesmo de várias qualidades de pássaros que são descritos como espécies de faisões e falcões nos registros dos capuchinhos, como é o caso do *iacou oubouyh*, descrito no capítulo sobre os pássaros que se encontram no Maranhão por Claude d’Abbeville e que, de acordo com o missionário, era uma qualidade de faisão, também parecido anatomicamente com o galo da Índia.

Essa aproximação, como já demonstrada, também tinha ligação com as noções de equilíbrio, semelhanças e ordem entre os seres do Mundo Novo e Velho, derivada dos

postulados de autores como Plínio e Aristóteles. Assim, é possível observar a presença de animais que, invariavelmente, tem relação com a tradição franciscana e que aparecem direta, ou indiretamente, referenciados a ela nas obras dos religiosos.

Nesse sentido, nota-se que a narrativa de d'Abbeville e d'Évreux sobre o mundo natural do Maranhão e cercanias e, em especial, sobre a natureza da França Equinocial, apresenta traços intrínsecos à própria formação dos capuchinhos. O valor simbólico, a aproximação entre humanos e animais e a atribuição de sentimentos e comportamentos humanos aos bichos fez parte de uma forma de narrar a Criação e suas potencialidades naturais. Essas mesmas características também eram usadas para valorizar a importância da catequização do povo nativo desse território e da cristianização e conversão da natureza física dele. A formação e as referências, citadas nominalmente pelos capítulos dos irmãos capuchinhos, evocam as economias morais relativas à suas experiências como missionários apostólicos e peregrinos no Novo Mundo. Elas inferiram diretamente na forma de conhecer e classificar a natureza do Maranhão e dos outros locais por onde passaram, como o Amazonas e o Pará.

A descrição dos animais feita por d'Abbeville e d'Évreux, cada um em sua devida proporção, reforçou os seus significados morais e simbólicos. Não obstante, elas também deram conta de levantar questões importantes para o conhecimento natural sobre as características físicas, anatômicas e orgânicas desses animais, permeadas pela visão moralizante e fraternal dos missionários. Um ponto importante das descrições, e talvez um dos mais relevantes para se compreender o lugar dos animais na explicação do mundo natural, feita pelos religiosos aqui estudados, é o comportamento deles e a relação entre eles, os humanos e o ambiente. Como pudemos observar ao longo desse capítulo, os religiosos entendiam que os animais eram capazes de educar os humanos sobre as propriedades terapêuticas, tanto do ambiente quanto deles próprios. Isso fica evidente, especialmente, quando os capuchinhos escrevem sobre a importância dos animais para os indígenas e que, de certa forma, se relaciona com a importância dos bichos para a tradição franciscana, nas suas devidas diferenças e contextos específicos.

3.5 Conhecimentos europeus e conhecimentos indígenas.

Para compreender, de forma mais completa, as múltiplas relações entre os humanos e os animais e o lugar deles na França Equinocial, é preciso analisar como os conhecimentos indígenas e europeus se conectaram e estabeleceram trocas relevantes para as descrições e classificações dos bichos, da natureza e do território ocupado pelos

franceses. O intercâmbio formado entre esses dois grupos, ou, se quisermos, coletivos de pensamento (FLECK, 2010[1935]), não era unilateral. É possível notar, nos registros da missão de Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, que os conhecimentos tácitos e experiências cotidianas dos indígenas – que eram acumulados por muitas gerações –, em especial, os Tupinambá, foram essenciais para que os franceses conhecessem as regiões do Maranhão e adjacências, e para o entendimento das relações entre os animais, seus habitats e os humanos.

Além dos franceses, que passaram a viver junto das tribos nativas do Maranhão, alguns animais domésticos europeus foram trazidos pelos colonos à França Equinocial. Animais como cachorros, galinhas ou cavalos passaram a compor a paisagem natural da empresa colonial francesa no norte do Brasil. Dessa maneira, os indígenas, em especial os Tupinambá, também tiveram de passar a conviver com esses outros animais. As discussões sobre a adaptação ambiental de seres vivos em outros espaços, no contexto da conquista das terras do Novo Mundo, já foram estudadas por Alfred Crosby (1986), através da história ambiental, o qual propôs a ideia de que a expansão marítima europeia também foi uma forma de modificação ecológica e ambiental dessas terras em ocupação, o que ele chamou de 'imperialismo ecológico'. Ainda que a aclimação dos animais e plantas da Europa tenha sido um empreendimento colonial, como parte da conquista desses territórios do Novo Mundo, um dos principais fatores que fizeram com que esses animais e plantas fossem transportados para o outro lado do Atlântico dizia respeito a sobrevivência dos colonos, ou seja, sua alimentação e locomoção (SANTOS; CONCEIÇÃO; BRATCH, 2013). Esse é o caso, por exemplo, das florestas de árvores altas e nobres por sua madeira (possivelmente pau-brasil) que, segundo d'Évreux, existiam nas terras do Brasil, onde havia uma quantidade diversa de espécies de veados, corças, cabritos-monteses, vacas bravas e javalis. Esses locais eram frequentados, segundo o religioso, com frequência pelos indígenas Tupinambá, para a caça (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 18-19). Como se sabe atualmente, não havia cabritos-monteses originários do Brasil. Como apontado por d'Abbeville, muitos dos animais que eram descritos tinham sido trazidos pelos colonos e exploradores às terras da América e aqui se aclimataram e se reproduziram. Numa perspectiva da história das ciências, pensar esses encontros é também pensar nas formas de classificar as naturezas que estavam em contato, mas ainda assim, pareciam tão distantes, especialmente pela sua origem e utilidades.

Esses intercâmbios, intelectuais e culturais, foram relevantes, portanto, em primeira

instância, para a sobrevivência e manutenção da França Equinocial. Em segunda instância, mas não menos importante, essas conexões também foram modificando a paisagem e o mundo natural local, já que aspectos como a aclimação dos animais europeus no Novo Mundo, suas relações com a fauna maranhense e as características climáticas e geográficas da colônia foram elementos importantes, tanto para a existência da empresa francesa, quanto para a dispersão de animais de espécies e origens distintas pelo Brasil e Américas.

Como pudemos analisar no tópico anterior, pelo menos dois fatores muito importantes uniam os Tupinambá e os capuchinhos franceses, na visão e na forma de se relacionar com os animais: a capacidade dos bichos de educar os humanos e a interação fraternal entre estes e a natureza. A aproximação entre os dois coletivos é bastante nítida em alguns momentos. Entretanto, muitas outras diferenças são encontradas na forma de vida, das cosmologias e mesmo na fé, objeto principal de interesse dos religiosos que atuaram como missionários na França Equinocial.

Em meados do século XVI, as seis principais tribos tupis localizavam-se nas faixas litorâneas e em algumas parcelas de terra do interior. Os Potiguara ocupavam as regiões que iam do rio Paraíba até Pernambuco, os Caeté ocupavam a porção territorial logo abaixo, ao sul, e as localidades do interior estavam ocupadas por Tobajara. Essas três tribos estavam em guerra nesse momento (DAHER, 2007). Os Tupinambá, que mantiveram contato mais próximo com os franceses, localizavam-se no sul do rio São Francisco, assim como os Tupiniquin. Já os Tamoio, viviam no Rio de Janeiro. Havia outras guerras travadas entre as tribos tupi, e, ao longo do primeiro século de ocupação das Américas, tanto portugueses, quanto franceses buscaram aliar-se a alguns desses grupos indígenas e inserirem-se nas lógicas de guerra próprias dessas tribos (DAHER, 2007). Evidentemente, as relações entre tribos eram muito diferentes daquelas entre monarquias e potências, as quais estavam mais próximas do mundo dos europeus.

Ainda assim, o comércio franco-tupi, estabelecido especialmente no litoral norte, desde o início do século XVI, assim como as duas tentativas de colonização francesas no litoral do Rio de Janeiro e no Maranhão, dificultaram a ocupação, colonização e conversão total das terras da América portuguesa por parte dos portugueses. No que tange as disputas entre essas potências, vale ressaltar as diferenças entre as relações e conversões portuguesas – geralmente jesuítas – e francesas (capuchinha). Elas foram fundamentais na criação de alianças francesas com alguns indígenas. No primeiro caso, os religiosos seguiam estritamente a ordem da conquista e ocupação portuguesa,

colocando-se contra qualquer população que não concordasse com as reduções indígenas. Já os franceses, converteram os indígenas que estavam em busca de sua liberdade, inimigos da fé portuguesa. (DAHER, 2007).¹³⁸ Como sabemos, os documentos produzidos pelos franceses que permaneceram em território maranhense foram todos queimados e um trabalho de redução e ocupação portuguesa nesse local passou a ser feito após o fim da colônia francesa.

Para além das diversas disputas entre os grupos de colonos e comerciantes europeus que travavam alianças com os povos tupi do Brasil, nos interessa, neste tópico, compreender como os conhecimentos indígenas, sobretudo Tupinambá, e os conhecimentos franceses, em especial capuchinhos, se penetraram na conformação de uma ideia de identidade e natureza animal do território do norte do Brasil. Para entender as relações complexas e paradoxais entre conhecimentos indígenas e europeus, vale a pena dialogarmos com ideias que refletem sobre as zonas de contato existentes nessas trocas, que são práticas, epistêmicas e naturais. Para tanto, a interlocução com as ideias de *zonas de contato* (PRATT, 1991) e *coletivos de pensamento* (FLECK, 1935), podem nos auxiliar a entender as trocas e conexões assimétricas dos conhecimentos sobre a natureza, o território, mas sobretudo sobre a fauna local desses dois grupos. Também buscamos dialogar com uma bibliografia que compreenda a natureza situada, negociada e específica de cada um desses grupos e seus conhecimentos.

Há algum tempo, a historiografia das ciências vem discutindo sobre a importância de descentrarmos a produção da ciência, a modernidade ou mesmo a ideia de civilização das potências europeias. Trabalhos como o de Kapil Raj jogaram mais luzes sobre a constituição assimétrica e global de conhecimentos científicos, que circulam entre locais e pessoas distintas e se transformam. Em seu texto sobre a passagem da cartografia britânica na Índia entre 1764 e 1820 (2007), Raj critica a visão tradicional de produção de ciência. Segundo o autor, havia uma ideia de que a “cultura cartográfica” produzida no Sul da Ásia seria uma transplantação das práticas e produções europeias para a Índia pelas elites britânicas (EDNEY *apud* RAJ, 2007). Segundo essa ideia mais tradicional, os autóctones, tanto subordinados aos britânicos, quanto aqueles que se opunham ao império, foram excluídos da análise histórica da produção de ciência.

¹³⁸ Alguns anos depois da dissolução da colônia francesa no Maranhão, em 1617, quatro missionários portugueses, que se diziam capuchos, foram enviados ao Maranhão. Ao que parece, a missão desses religiosos na religião tinha ligação com a afeição que os indígenas que lá viviam tinham pela Ordem dos Capuchinhos. Veja mais em: FARIA, Leite de. *Os primeiros missionários capuchinhos [...] Lisboa: Separata do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e as Comemorações Henriquinas, 1961.*

Nesse trabalho, entretanto, Kapil Raj demonstra como, ao contrário dessa lógica, as técnicas de produção de mapas indianas, nas trocas e negociações – muitas vezes assimétricas – com outros continentes, influenciaram a cartografia e a geografia britânica. O autor revela que, desde pelo menos meados do século XVII, a produção de mapas feitas pelas potências, que comercializavam com as terras da Ásia e mesmo das Américas, era uma atividade bastante comum, pois ajudavam os viajantes a se situar e mesmo saberem das especificidades terrestres, geográficas e naturais desses locais. Para tanto, esses mapas não demandavam de trabalho científico e intelectual extenso, pois contavam com informações fornecidas pelos missionários e exploradores que viajavam pelo interior dessas localidades e cediam as informações necessárias aos produtores da cartografia britânica. Raj ainda mostra que a produção de mapas indianos era feita mesmo antes do século XVIII, e que, as medidas e as técnicas de medição dos territórios eram outros. Essas formas de medir a terra foram apropriadas por agentes europeus, como alguns missionários jesuítas que atuaram nas cortes locais, como a de Akbar.

As colocações de Kapil Raj (2007) jogaram mais luzes sobre a importância de analisarmos a produção de conhecimento de forma menos eurocêntrica, dando conta das negociações, apropriações e trocas existentes entre os vários agentes históricos que participaram da sua produção, em diferentes momentos. Sua perspectiva de análise se relaciona com a de outros autores (SECORD, 2004; GRUZINSKY, 2002), que também buscaram refletir sobre as formas conectadas da produção de conhecimento.

Essas ideias, como bem propôs Mary Louise Pratt (1991), podem ser pensadas, também, através das *zonas de contato*. Tal conceito, colocado pela autora, procura entender como os laços sociais vão se estruturando, entre as hierarquias, assimetrias e diferenças, que também são produzidas no, e através, desse contato (PRATT, 1991). Para Pratt, adotar a perspectiva do contato é uma forma de compreender a presença de múltiplas maneiras de olhar a realidade e as relações entre grupos socialmente distintos. Pratt ressaltou a importância das perspectivas e da análise da produção de sentidos e conhecimentos através dos contatos.

No caso da França Equinocial, cabe analisar a produção de conhecimento natural sobre esse território, através da perspectiva do contato e dos sentidos que ele produz. Pensando nas relações entre as formas de conhecer o mundo natural do colonizador e do colonizado, que se apropriam e se mesclam, Sujit Sivasundaram (2005) também exibiu uma análise bastante interessante, no que tange a constituição do conhecimento sobre a natureza, a partir de perspectivas que se conectam. O autor demonstra como o olhar

antropomórfico, tanto dos indianos da região do leste da Ásia, quanto dos britânicos, sobre os elefantes, usados para atividades como a caça ou a guerra, foram se conectando e se modelando mutuamente. Alguns dos pontos que Sivasundaram levantou em sua análise são que: os elefantes eram animais que simbolizavam poder imperial, mas eles também eram utilizados para caça, ato que passou a levar cada vez mais em consideração o som dos animais. O autor mostra que, através do rastreamento das informações sobre os usos dos elefantes que chegaram na Grã-Bretanha, é possível entender como o conhecimento atravessa camadas sociais distintas.¹³⁹

Os usos dos animais, quando se trata da França Equinocial, também eram transversais, e perpassavam muitos grupos, não apenas europeus mas também indígenas. Como aponta Sivasundaram, muitas vezes a cognição acerca de algum animal, como os elefantes, se conformava por meio de vários tipos diferentes de documentos, e que, muitas vezes, carregavam visões diferentes sobre a natureza. Em se tratando dos animais do Maranhão e adjacências, é através da tradição franciscana, do conhecimento teológico e filosófico sobre o mundo natural (enciclopédias, traduções de textos antigos, exploradores, filósofos, historiadores naturais) e das concepções ameríndias Tupinambá sobre os elementos da natureza, que suas identidades e, em especial, suas utilidades, foram forjadas.

Nesse sentido, pensar em *coletivos de pensamento* (FLECK, 1935) é uma forma de compreender e apontar a troca, e as interferências entre grupos na produção do conhecimento. A noção estabelecida por Ludwick Fleck em 1935 pode ser compreendida como um conjunto de comunidades científicas de uma determinada disciplina. Os coletivos possuem seus pressupostos de pensamento, que estruturam o conhecimento que eles compõem. Segundo Fleck, os grupos de cientistas e investigadores da natureza estruturam entre si um tráfego *intra-coletivo* de pensamento, o que garante a interdependência entre saberes *exotéricos*, ou seja, o conhecimento público ou leigo em determinado assunto, e os saberes *esotéricos*, dos cientistas especializados. Essa ligação se concretiza pela confiança entre esses grupos (FLECK, 2010 [1935]). Partindo das ideias propostas por Ludwick Fleck, é possível que enxerguemos, no início do século XVII, e considerando as especificidades da produção de conhecimento natural sobre o

¹³⁹ Sua ideia se conecta, de certa forma, com a noção de circularidade proposta por Carlo Ginzburg, a qual entende o letramento e o conhecimento atravessa e se movimenta entre camadas populares e eruditas. Ver mais em: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Novo Mundo desse período, tanto os franceses, quanto os indígenas como *coletivos de pensamento* que refletem e constituem formas de entender o mundo natural.

Dessa maneira, podemos analisar a circularidade do conhecimento sobre os animais entre os franceses e os Tupinambá, buscando entender as diferenças e semelhanças entre as formas de se relacionar com a natureza e o lugar dos animais para esses dois coletivos. Como sabemos, o principal interesse e objetivo dos capuchinhos enviados ao Maranhão, na empresa colonial francesa, era a conversão dos nativos. Para tanto, conhecer suas formas de conexão e entendimento do mundo era fundamental. Nos relatos dos missionários d'Abbeville e d'Évreux, observa-se a composição de muitos capítulos destinados a descrição dos hábitos, das leis, dos costumes, da religião e outros aspectos relativos à forma de vida indígena, em especial dos Tupinambá que habitavam aldeias nas localidades por onde os franceses passaram.

Seus relatos trouxeram à tona muitas situações que, segundo os próprios capuchinhos, foram presenciadas por eles, e que refletiam a complexa relação entre os franceses, os Tupinambá e mesmo as trocas estabelecidas por esses indígenas e outros grupos nativos que habitavam nas aldeias próximas à França Equinocial. Muitas das maneiras de se referirem ao caráter e às virtudes dos Tupinambá, como a fácil conversão desses nativos ao modo francês, ou mesmo a ideia de que eram povos vingativos – imagem relacionada com o canibalismo¹⁴⁰ – eram heranças de outros missionários, cronistas e exploradores que estiveram no Brasil antes dos capuchinhos e franceses da empresa colonial no Maranhão. Entre os relatos sobre suas formas de vida, é possível observar que os religiosos levavam em consideração a natureza situada do poder e dos conhecimentos franceses sobre território, sobre os Tupinambá e sobre sua nação, tupi. Isso se deu pelo fato de que, em muitas passagens dos registros de Yves d'Évreux e Claude d'Abbeville, os capuchinhos expuseram as estratégias utilizadas pelos indígenas para conquistar seus interesses.

Um caso interessante é relatado por d'Évreux sobre o valor que alguns desses nativos, Tupinambá, ou Tapuia, davam a certas pedras que podiam ser encontradas nos territórios próximos ao Maranhão. Segundo d'Évreux, um indivíduo da tribo dos *cabelos compridos* teria ido até os religiosos, ornado com seus mais belos enfeites, como galhos de chifres

¹⁴⁰ A ideia de que esses eram povos vingativos foi alimentada por outros cronistas e exploradores, que estiveram nas terras brasileiras e próximas. Esse é o caso da obra de Jean de Léry (1578), ou a de Simão de Vasconcelos (1663).

de cabrito montês¹⁴¹, quatro dentes de corça pendurados na orelha, orgulhoso de seus ornamentos, sobretudo da pedra verde que estaria usando no corpo, a qual teria 4 dedos de tamanho, segundo o religioso, e era bem redonda. Yves d'Évreux comentou que essas pedras os agradavam e que ele gostaria de levar algumas delas para a França. Em uma ocasião, teria perguntado a esse nativo o que ele gostaria em troca de uma dessas pedras verdes, e, de acordo com o capuchinho, sua resposta teria sido “Dá-me um navio francês cheio de machados, foices, espadas e arcabuzes”. (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 40). O episódio descrito pelo religioso indica o valor que os indígenas atribuíam a certos elementos da natureza, como algumas pedras e mesmo plantas e animais. Também é evidente, em seus comentários, que a curiosidade do capuchinho em obter essa pedra, caracterizada como preciosa, era fruto do próprio valor dado a ela pelos nativos, somado ao interesse europeu pelo *raro* e pelo *curioso*, inerentes ao período. Ademais, pode-se observar a relevância das negociações que aconteciam com frequência entre franceses e nativos – em especial os ditos principais, ou seja, chefes das aldeias – em situações diversas, envolvendo interesses mútuos que se atravessavam por cosmogonias distintas, que eram bastante frequentes.

Apesar da visão de mundo e do modo de vida, muitas vezes descrito como contrário àquele francês, algumas atitudes e valores dos indígenas Tupinambá eram enaltecidos pelos capuchinhos ao longo da sua estadia na França Equinocial. Quando d'Évreux escreveu sobre os costumes dos nativos com àqueles que cometiam crimes, citou vários casos para exemplificar e explicar as suas formas de lidar com as injustiças e crimes. Um deles dizia respeito ao casamento. De acordo com o capuchinho, os nativos do Maranhão e terras próximas eram bastante liberais, mas consideravam crime que as mulheres se deitassem com outros homens depois de casadas. Nesse caso, se alguma mulher, depois de se casar, fosse procurada por outros homens e se deitasse com eles, a punição tradicional seria a morte de ambos. Yves d'Évreux comentou que essa punição não mais era utilizada pelas tribos com as quais conviveu, mas que pôde vivenciar o caso da mulher e do escravo de um dos principais, chamado Uirapirã. O escravo – que obedecia apenas ao seu dono – havia se apaixonado pela mulher do principal e, em uma ocasião oportuna, foi atrás dela e forçou-a a deitar-se com ele. Uirapirã, descobrindo esse crime,

¹⁴¹ Os cabritos monteses eram animais que viviam na Europa. É possível que os capuchinhos, que se referem a esse animal mais de uma vez em suas relações de missão e viagem, tenham se referido a eles pela falta de conhecimento de certas espécies animais da América, ou pela tentativa de aclimação dessa qualidade de animal na América.

apesar de saber das formas de punição que eram empregadas pela sua tribo, resolveu apenas devolver a mulher aos seus pais e empregar outras punições ao seu escravo. De acordo com o capuchinho, o principal chegou a aceitar sua mulher de volta, depois de negociar quais as punições que cada um dos dois teriam de ter com o Senhor de Pézieux, que na ausência de La Ravardière, seria o representante de Sua Majestade. (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 54-56). O caso exposto por Yves d'Évreux foi enfatizado pela aceitação dos conselhos franceses e pela afeição que esse principal tinha com a fé católica.

Além das relações entre franceses e nativos, que envolviam hábitos, costumes, políticas e trocas econômicas, nas obras dos capuchinhos podemos observar como o modo de se relacionar com o mundo natural dos Tupinambá era levado em consideração nas descrições da fauna, da flora e dos outros elementos da natureza do Maranhão e terras adjacentes. Alguns animais que viviam na zona geográfica habitada por esses nativos eram valorizados por diferentes motivos. Por exemplo, alguns deles eram respeitados e apreciados pelos indígenas por conta das suas propriedades terapêuticas e curativas, ou mesmo outros mantinham uma relação mais próxima com a população nativa, pois viviam junto deles em suas aldeias.

Nos registros dos missionários, há algumas menções à forma de conhecer e enxergar os animais empregadas pelos Tupinambá. Através dos hábitos dos indígenas da região, os animais aparecem como parte do cotidiano local, seja na caça, na alimentação – ou na recusa de comer certos bichos –, no convívio doméstico, ou mesmo nos elementos que eles utilizavam, como os penachos, os quais continham resquícios de algumas aves e outros bichos. Entre as interações descritas pelos capuchinhos, a alimentação, ou seja, a utilidade de certos animais à vida humana, era uma informação valiosa. A forma de preparo dos alimentos, as maneiras pelas quais os nativos os caçavam ou mesmo a recusa de comerem algumas aves, animais terrestres e mesmo peixes, eram detalhes que foram ressaltados pelos religiosos em suas relações sobre a missão no Maranhão e adjacências.

Segundo Claude d'Abbeville, os nativos comiam apenas a carne de animais e outros alimentos assados ou cozidos. Alimentavam-se de dia e de noite, sendo que, segundo o religioso, não possuíam horário certo para suas refeições diárias. Junto das farinhas e de algumas plantas, as carnes que consumiam ordinariamente, segundo d'Abbeville, variavam entre as de *suassonapar*, *tauacu*, *uirá-sapucaí*, além de patos, carneiros, nambus, jacus, pacas, capivaras, tatus e outros animais, como pássaros, que existiam em abundância na região.

Para conseguirem os bichos com os quais se alimentavam cotidianamente, os

caçadores das aldeias usavam arco e flechas e *tutuarts* para atirar em certos animais, como veados, corças, onças e outros bichos selvagens (D'ABBEVILLE, 1614: 305-306). Eles também utilizavam cães para a caça, de acordo com d'Abbeville. Havia espécies de cachorros nessas terras que, segundo o capuchinho, eram parecidos com galgos, e que acompanhavam os caçadores quando eles iam atrás de outros animais, como as capivaras. Os cachorros e os caçadores estruturavam armadilhas nos matos para pilhar bichos selvagens que, geralmente, eram mais perigosos (D'ABBEVILLE, 1614: 307).

A pesca, também muito praticada pelos indígenas da região, foi enaltecida pelos religiosos em suas descrições, ao longo de vários dos seus capítulos, sendo que havia, de acordo com eles, várias formas de pescaria praticadas pelos indígenas do Maranhão. Claude d'Abbeville descreveu algumas delas. Segundo o religioso, para pescar, utilizavam de redes que chamavam de *puiça*, anzóis que chamavam de *pinda* e arpões, especialmente para peixes maiores como o peixe-boi. Além desses instrumentos, que variavam de acordo com o tamanho do peixe que seria fígado, ou o local que ele se encontrava, havia outros que poderiam ser usados. Algumas pescarias eram feitas com pedras, junto às praias, assim como paus e varas, usados na pesca praticada na entrada dos rios. Os indígenas, comentou d'Abbeville, também pescavam usando o próprio corpo, ou apenas o som das canoas e dos seus remos, fazendo com que os peixes assustados pulassem na água. De noite, quando desejavam pescar, os nativos também usavam folhas de palmeiras acesas que, de acordo com o religioso, atraíam os peixes com clareza (D'ABBEVILLE, 1614, p. 307- 309).

Além disso, ao longo dos registros dos missionários franceses, existe a manifestação de que eles acreditavam que os Tupinambá eram aptos para aprender as ciências e as virtudes. Yves d'Évreux dedicou um capítulo a esse assunto. Segundo ele, os franceses, com os quais teve contato após voltar para a França, não acreditavam que os ameríndios seriam capazes de desenvolver conhecimentos específicos, considerando-os, inclusive, mais próximos dos macacos do que dos humanos. Neste capítulo o religioso buscou provar por quais motivos eles eram capazes de aprender as ciências e a virtude. Baseando-se em Sêneca e em outras autoridades discursivas eclesiásticas, como São João Crisóstomo e São Bernardo, d'Évreux afirmou que a natureza teria dado a todos os homens do mundo os fundamentos e sementes da virtude. Esta, por sua vez, seria uma força que vinha da própria natureza. Através de alguns exemplos, o religioso demonstrou que os Tupinambá poderiam aprender a virtude e as ciências, através das faculdades da vontade, do intelecto e da memória. Com os exemplos que expôs, os quais disse ter

vivenciado ele mesmo, o missionário defendeu que esses nativos eram aptos às três faculdades, mas possuíam certos vícios que deveriam ser extirpados de seus costumes, como a preguiça, ou a vingança, que fazia com que eles passassem a imagem de bárbaros muito distantes dos humanos da Europa aos franceses (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 68-71). Um dos exemplos dados pelo capuchinho dizia respeito justamente à memória sobre todas as estrelas que esses nativos possuíam. Segundo o missionário “Não há quase estrela no céu que eles não conheçam, sabem prever a chegada das chuvas, e outras estações do ano [...]” (D'ÉVREUX, 1864 [1615]: 69).

O trabalho descritivo feito pelos religiosos sobre os hábitos dos indígenas do Maranhão e adjacências pode ser considerado importante para o estudo e desenvolvimento da etnografia (RUBIÉS, 2017). Além da missão apostólica, os capuchinhos enviados à França Equinocial fizeram um trabalho bastante extenso e completo para o período, descrevendo e reunindo muitos detalhes sobre o modo de vida e os costumes dos indígenas, especialmente dos nativos Tupinambá que viviam nas aldeias do Maranhão. É possível notar que os religiosos buscaram escrever sobre a vida nativa sem deixar de destacar as atitudes que consideravam pecaminosas, ou que diziam ser fruto de superstição. Entretanto, esses são elementos da narrativa e da atividade apostólica dos capuchinhos, que compunham a economia moral de seus conhecimentos, tanto morais quanto naturais. As crenças e práticas culturais europeias, em especial francesas, desse momento, as disputas religiosas desse período e mesmo a atmosfera política conturbada do reino, são aspectos que interferiam na produção do conhecimento e influenciavam na produção de sentidos dados à natureza do Novo Mundo.

Levando em consideração a importância desses elementos morais na composição de conhecimentos naturais, as informações sobre a natureza e sua relação com os indígenas do Maranhão e cercanias serviam, tanto como registro etnográfico, quanto como fonte de conhecimento do conjunto de animais e plantas desse território, ainda pouco conhecido pelos europeus. O ato de dar sentido fazia parte das explicações filosóficas, morais e naturais escritas pelos religiosos franceses. Os missionários, que tinham como principal objetivo, nessa empresa colonial, converter os Tupinambá, produziam sentidos aos seus hábitos, formas de vida, cosmogonias. Não foi diferente com a natureza do território dessa colônia. Para tanto, as atividades empíricas, ou seja, as descrições feitas com base em vivências *in loco*, assim como desenhos feitos dessa maneira, foram fundamentais no desenvolvimento dessas explicações e da própria constituição do conhecimento sobre os habitantes nativos e sobre a fauna e a flora da

região.

Jean-Pau Rubiés (2017) propôs o conceito de *missionários etnógrafos* ao pensar, justamente, na atuação ímpar dos religiosos na produção de saberes etnográficos e sentidos sobre os habitantes do Novo Mundo. Sua ideia diz respeito ao trabalho, de várias Ordens, na tradução dos aspectos das culturas nativas dos locais ocupados por europeus, para onde viajavam, através, sobretudo, do estudo das línguas. Os Tamoio, os Tupinambá e os Tupiniquin, que mantiveram contato e trocas intensas, especialmente, com os franceses, holandeses e portugueses, foram representados e caracterizados através da atividade de trocas contínuas entre exploradores, colonos e missionários e os grupos e aldeias de nativos espalhados pelo território brasileiro. A língua tupi já era conhecida pelos comerciantes e navegantes europeus, que estavam acostumados a trocarem mercadorias com algumas aldeias do litoral.

Traduzir e dar sentido às práticas, crenças, hábitos e às formas de vida das populações indígenas desses territórios fazia parte da manutenção da empresa colonial e do comércio com tais grupos locais, assim como da constituição de conhecimentos mais específicos e etnográficos sobre esses povos. Ao longo dos capítulos de suas obras sobre a França Equinocial, os capuchinhos, inclusive, adicionaram alguns diálogos – nos quais diversas palavras tupi aparecem - que evidenciaram os costumes e os traços da cultura Tupinambá. Seus diálogos versavam sobre como os povos nativos do Maranhão entendiam a moral e a Criação, mas também as doenças, as partes do corpo humano e os conhecimentos naturais sobre a fauna, a flora e a natureza do território. Os diálogos introduzidos pelos religiosos e suas obras também refletem sobre a forma de transmissão de conhecimento desses povos nativos. A oralidade era muito importante como fonte de transmissão dos saberes, hábitos e práticas das tribos indígenas que habitavam as Américas. No caso dos Tupinambá, a oralidade fica muito presente nos registros dos franceses, não apenas dos capuchinhos que atuaram no Maranhão, mas mesmo naqueles publicados antes, sobre a França Antártica. Para relacionar as formas de conhecimento dos grupos que atuaram na França Equinocial e entender como elas se entrecruzavam, iremos trabalhar com maior aprofundamento no que tange às investigações relativas à natureza, envolvendo os saberes astronômicos e astrológicos tupinambá e europeus, e as formas de conhecer e analisar a fauna da região.

Os chamados *Etnosaberes*, ou seja, a forma pela qual os diversos grupos indígenas construíram seus conhecimentos e práticas, são importantes, pois revelam algumas semelhanças e, até mesmo, influências na forma de encarar os fenômenos naturais,

apropriada pelos grupos de europeus que estiveram nas terras do Novo Mundo. De acordo com Lévi-Strauss (1962), os conhecimentos indígenas, de uma forma geral, são e eram elaborados através de operações voltadas ao mundo sensível, ou seja, a partir da relação desses grupos nativos com a natureza, seja pelo cheiro, pelas cores, pelos sabores ou pelas texturas dos elementos com os quais interagiram. Suas considerações se conectam com as ideias de percepções sensoriais dos estudiosos da natureza, até meados do século XVII, que estamos defendendo. Vale ressaltar, entretanto, que os indígenas não levavam em consideração os mesmos métodos, por assim dizer, que os europeus na maneira de conhecer e produzir conhecimento. Existiam, para os grupos nativos, de uma forma geral, outras categorias de verdade e mesmo do acesso a ela. Por exemplo, eles não se baseavam apenas na observação e nas experiências empíricas para conhecer os fenômenos da natureza.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (2009), havia outras formas de conhecer que sedimentavam a visão e as práticas indígenas do Brasil, sobretudo através do que a autora chama de consistência lógica. Cunha ainda afirma que, até hoje, a experiência direta é a que prevalece, bem como há séculos, seja através do paladar, da audição, da visão etc.

As fontes dos séculos de ocupação das Américas apresentam poucas informações sobre os etnosaberes ameríndios do território do que hoje conhecemos como Brasil. Entretanto, os franceses que estiveram no Rio de Janeiro e no Maranhão contribuíram largamente para o conhecimento, na época, das formas de conhecer, se relacionar e enxergar a natureza, suas plantas, seus animais e a terra. Esses conhecimentos fazem parte do que hoje conhecemos como Etnobiologia¹⁴², estabelecida por Darell A. Posey (2004). Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, em medidas diferentes, utilizam, juntos, cerca de 600 palavras do vocabulário tupinambá, das quais a grande maioria referiam-se aos animais (SILVA, FREIRE, 2011). Das 600 palavras inseridas em suas obras, pelo menos metade delas diziam respeito aos animais, às formas de prepará-los, caçá-los ou a importância deles em relação ao território.

Alguns exemplos já foram elencados nos tópicos anteriores e, neles, podemos notar que a nomenclatura utilizada pelos franceses é de matriz ameríndia e que, mesmo outras experiências que foram descritas, envolvendo animais, contavam, invariavelmente, com os saberes e as práticas nativas do Maranhão. Apesar disso, não havia uma palavra

¹⁴² A Etnobiologia é o estudo do papel da natureza nas crenças e na interação entre os humanos e um determinado território.

em tupi antigo que expressasse com totalidade “animais” e “plantas”. Existiam algumas palavras que faziam referência a estes, tais como *pirá*, que era utilizada para designar algum peixe genérico, ou mesmo: *guirá/uirá* ou *uru*, que eram agenciados para se referir aos pássaros de forma geral (SILVA, FREIRE, 2011). A classificação e nomenclatura Tupinambá da fauna usava de categorias diferentes e, geralmente, compostas, para se referir aos animais e as plantas. *Guirá-iúba*, ou *ouyra ioup*, que significa pássaro amarelo, é um dos exemplos de nomenclatura Tupinambá que, em geral, acrescentava alguma característica do animal à sua classificação, nesse caso, a cor do pássaro foi determinante como categoria classificatória. Os Tupinambá usavam uma nomenclatura e um sistema de classificação da fauna e da flora que contava com nomes compostos, nos quais um deles correspondia a algum aspecto mais abrangente e o outro a alguma qualidade que indicasse, por exemplo o tamanho, as características físicas, ou a cor, como por exemplo *été*, que significa verdadeiro, ou *mirĩ*, que quer dizer pequeno (SILVA; FREIRE, 2011).

Nas relações de missão de d’Abbeville e de d’Évreux, encontram-se muitas dessas nomenclaturas, como é o caso de *touin miry*, que se refere a uma espécie de papagaio, ou *pyra-on*, uma espécie de peixe do mar. Além do sistema composto de classificação que levava em consideração características muitas vezes anatômicas e morfológicas, os Tupinambá também classificavam as espécies da fauna e da flora buscando abarcar sua diversidade. Por exemplo, como vimos nos tópicos anteriores, o grande número de espécies de papagaios, tatus, ou outros animais, como os tamanduás, eram evidenciados pelos capuchinhos franceses, assim como pelos Tupinambá, que demonstravam essa variedade de espécies na sua nomenclatura. Por exemplo o *tamanduá* e o *tamanduai* que significam tamanduá e “tamanduazinho”, respectivamente, ou então os *uiratá uirã*, *uirá uaçu puitã* e *uirá uaçu-on*, que eram, segundo Claude d’Abbeville, três espécies de ave de rapina que se encontravam no Maranhão e que diferenciavam-se entre si pela cor das suas penas e bico.

Não obstante, os nomes das aldeias localizadas em São Luís referiam-se a uma gama de características relativas à fauna e à flora local, como por exemplo, a relação de algum animal com um território específico, ou mesmo a referência a alguma planta da região. Um desses casos é a aldeia *timboí*, citada por d’Abbeville, por onde os franceses passaram. *Timboí* é uma espécie timbó, uma planta leguminosa (SILVA, FREIRE, 2011)

Possivelmente a forma de classificação da fauna e o sistema de nomenclatura utilizado pelos nativos da região influenciaram na descrição e mesmo no trabalho de designação das qualidades do mundo natural maranhense feitos pelos padres

capuchinhos, missionários da França Equinocial. O trabalho etnográfico desses franceses evidenciou a relevância da cultura Tupinambá e suas formas de se relacionar com os fenômenos da natureza na compreensão das singularidades de sua terra. Essa relação com os nativos habitantes de São Luiz e terras próximas também foi importante para a consolidação de uma narrativa específica, tanto sobre os ameríndios, quanto sobre os próprios franceses, que diferente dos portugueses, buscavam uma relação menos impositiva com os Tupinambá, apesar das diferenças evidentes de poder existente entre esses grupos. Essa relação já foi estudada por outros autores(as), como Andrea Daher (2007), que, através de uma perspectiva mais ligada à História Cultural, analisou as relações entre franceses e Tupinambá da França Equinocial, visando entender as diferenças de seus discursos sobre a conversão dos indígenas com aqueles feitos pelos religiosos portugueses que atuavam na América portuguesa. De acordo com a autora, a narrativa dos capuchinhos e a própria convivência com os ameríndios do Maranhão se estruturavam de maneira diferente daquela estabelecida pelos jesuítas, que atuavam como missionários em outros locais no Brasil.

Nesse sentido, levamos em conta aquilo que Eduardo Viveiros de Castro (2018 [2009]) entende, através da antropologia, por ‘conhecimento antropológico’, ou seja, um conhecimento que se constitui a partir da relação etnógrafo-nativo, considerando as ideias de que as etapas de investigação seriam conceitualmente da mesma natureza que aqueles investigados. Castro demonstrou os problemas de como pensa uma determinada ‘cultura’, nesse caso a francesa, nas suas singularidades, sobre as outras, já que esse movimento implicaria descrever e traduzir o ‘outro’. Nesse mesmo sentido, o antropólogo, ou podemos dizer missionário e etnógrafo nesse caso, se auto constitui a partir de conexões parciais estabelecidas com os coletivos de pensamento analisados e descritos por ele, como os Tupinambá para os franceses. Dialogando com suas ideias, entendemos os nativos Tupinambá do Maranhão como um coletivo de pensamento que interferiu diretamente no trabalho dos missionários franceses de descrição e tradução dos seus hábitos, costumes, práticas, cosmogonias e mesmo no entendimento do mundo natural de seu território.

No livro atribuído à Cristóvão de Lisboa, onde encontram-se desenhos que possivelmente foram produzidos por Charles des Vaux, também encontram-se palavras de matriz tupi com ortografia francesa, além de outras rasuras referentes à manipulação desses documentos. Essas palavras carregaram consigo a relevância das relações ambientais para os Tupinambá, além de ressaltar a diversidade da fauna e da flora local,

que representavam traços elementares da cultura dos seus sistemas de classificação do mundo natural.

A importância dessas interações e da multiplicidade de espécies presentes no território foram bastante enfatizadas pelos missionários franceses, que escreveram longamente sobre as conexões dos nativos da região com as singularidades e qualidades que a natureza local possuía. Além dos animais e das plantas do Maranhão, o conhecimento astronômico dos Tupinambá foi amplamente apresentado, especialmente por Claude d'Abbeville, que descreveu e comentou os seus sistemas de conhecimento sobre o céu e a terra.

Vale a pena mencionar que, em muitas passagens de sua obra sobre a missão na França Equinocial, o capuchinho afirmou que estava surpreso com certas habilidades dos tupis do Maranhão, como por exemplo quando d'Abbeville alegou serem os Tupinambá grandes 'raciocinadores', quando comentou que a visão desse povo era excelente, ou mesmo quando ressaltou a inteligência e o gênio hábil dos Tupinambá do Maranhão, enfatizando que nenhum povo excederia esse na perfeição de seus sentidos corporais, sobretudo àqueles exteriores (D'ABBEVILLE, 1614: 311). O religioso escreveu que, além de diversas outras habilidades que esses nativos possuíam, como para caça, ou pesca, eles também conheciam, em sua maioria, os astros e as estrelas de seu hemisfério. Segundo o missionário, os Tupinambá reconheciam-nas a partir dos nomes que foram dados pelos seus antepassados a cada um deles. De forma geral, Claude d'Abbeville comentou que eles chamavam por *euuac* o céu, *coaraçu* o sol, *iasseú* a lua e *iasseú-tatá* as estrelas. (D'ABBEVILLE, 1614: 316). Dentre as estrelas e constelações que os Tupinambá mais reconheciam, de acordo com o missionário, havia uma chamada *simbiare raieuboare*, que significava "maxilar", pois esta era uma constelação disposta no formato do maxilar (ou queixo) de um cavalo, ou de uma vaca, além de ser reconhecida como anunciadora de chuva. Assim como ela, havia muitas outras com nomes específicos que os tupis maranhenses conheciam, como a *ouroubou* (urubu), a *seycou* (seichu), a *souanran* (suanrã), que foram notadas e assimiladas através de sua conexão com o aparecimento de chuvas ou a falta delas, assim como outras, como a *ouégnonmoin* (uegnonmoin) que denotava "caranguejo" e que tinham a forma de um, além de ser formada por muitas estrelas e aparecer no fim das chuvas, ou como a *iaouare* (iauaré), que exprimia "cão", sendo ela muito vermelha e acompanhando a lua muito de perto, de forma que quando a lua sumia, os Tupinambá acreditavam que essa estrela corria atrás dela como um cão. (D'ABBEVILLE, 1614: 316-317).

De acordo com o capuchinho, os nativos do Maranhão não conheciam as idades

da Lua, apesar de saberem sobre sua época crescente e minguante, por conta das antigas práticas que foram transmitidas pelos seus antepassados, assim como também conheciam o plenilúnio, a lua nova e diversos outros assuntos relativos à observação do céu. Ao longo de seu capítulo, Claude d'Abbeville ainda expôs muitas outras formas de observação e conhecimentos indígenas dos Tupinambá, afirmando que eles marcavam muito bem o giro do sol e o seu caminho entre os dois trópicos, contavam muito bem os anos por doze meses, por conta do giro do sol que ia e vinha de um trópico e de outro, além de que tinham noção dos meses do ano a partir das estações das chuvas, das brisas e dos ventos (D'ABBEVILLE, 1614: 320).

As maneiras pelas quais os antepassados desses nativos conheciam e entendiam a natureza e seus fenômenos foram sendo transmitidas pelas gerações através da fala. Como é possível notar nos relatos e mesmo nos diálogos transcritos pelos capuchinhos, esse povo guardava sua história e seus conhecimentos a partir da memória, tanto sensorial, quanto racional. As conexões e sentidos produzidos ao longo das trocas que se deram entre franceses e Tupinambá foram frutos de experiências que ultrapassavam o testemunho ocular, sendo elas multissensoriais, as quais eram muito importantes na época como prova das afirmações feitas nos relatos e tratados de viagens europeus. Tendo em vista a comunicação intercultural verbal dificultada (HACKE; MUSSELWHITE, 2018) entre esses dois grupos, os sentidos e as percepções sensoriais ganhavam espaço nas observações e experiências *in loco*. Os franceses, especialmente os capuchinhos enviados como missionários nessa empresa francesa, confiaram no conhecimento originário de outros sentidos, como o paladar, ou a audição, para descrever e dar sentido à cultura, aos costumes e aos hábitos nativos do Maranhão. Além disso, as percepções foram fontes fundamentais para o trabalho etnográfico, como parte das trocas parciais com os Tupinambá, que possuíam um conhecimento bastante relacionado aos sentidos. As percepções são traços importantes da memória sensorial (ALVES, 2011; HACKE; MUSSELWHITE, 2018). Elas compõem parte dos hábitos relevantes para a produção de lembranças e entendimentos sobre algum aspecto cultural, religioso ou mesmo científico. Para os Tupinambá, como foi dito acima, as memórias sensoriais e racionais – que não necessariamente eram contrárias para esse povo – constituíam o conhecimento sobre a natureza e sobre a sua própria história. Para os capuchinhos, as percepções sensoriais foram fundamentais na produção de concepções morais, etnográficas e filosóficas sobre o universo Tupinambá, ou seja, suas formas de enxergar, conhecer e se relacionar com o mundo, inclusive, com outros seres vivos.

Como pudemos observar nos exemplos de nomenclaturas e da astronomia Tupinambá acima utilizados, as características comportamentais, anatômicas e mesmo a utilidade dos animais para esse coletivo faziam parte da forma pela qual eles conheciam e entendiam o mundo. Esses elementos ganharam sentido através do acúmulo de conhecimentos, que eram passados por gerações, mas também pela própria vivência e experiência que os Tupinambá possuíam. A classificação e a ideia de um conjunto de animais das mesmas espécies, nomeados pelas suas qualidades físicas que derivaram entre si, como a cor, o tamanho, ou mesmo o comportamento de certos animais, alguns mais perigosos, ou mais mansos, são exemplos fundamentais para compreendermos, primeiro o universo e a cosmogonia Tupinambá, segundo as semelhanças e diferenças existentes entre as formas de examinar e conhecer o mundo natural dos franceses e dos Tupinambá.

Os europeus, que compunham um outro coletivo de pensamento, também detinham um conhecimento acumulado sobre a ordem da natureza e mesmo a origem e dispersão dos seus elementos pela terra. Como vimos nos capítulos anteriores, a visão idílica que os exploradores, cronistas e missionários, em sua grande maioria, carregavam em relação aos espaços do Novo Mundo refletiam, também, os seus conhecimentos sobre os animais, plantas e humanos que possivelmente existiam nesses locais (LE GOFF, 1999; HOLANDA, 2000 [1959]). A história e a filosofia natural, vigentes nesse momento, baseavam-se em autoridades como Aristóteles, Plínio, o Velho, Platão, Hipócrates, e outros antigos que foram assimilados e apropriados pela escolástica medieval como São Tomás de Aquino, São Boaventura, entre tantos outros. A escolástica medieval se configurava a partir do estudo dos textos canônicos, dos quais dever-se-ia extrair os argumentos para as explicações e para as exposições dos pensamentos dos escolásticos (BARROS, 2012). Desde então, cânones como Prisciano, Donato, Averrois e alguns dos primeiros padres da Igreja, como Agostinho, tinham grande importância para os escolásticos, que combinavam heranças latinas, com saberes greco-romanos, além de também alguns comentários e textos muçulmanos. Como sabemos, a escolástica foi fundamental para a Ordem dos franciscanos e dominicanos, que eram mendicantes. Ambas utilizavam, com suas devidas diferenças, dos conhecimentos escolásticos para desenvolver a sua lógica da retórica, importante artifício de pregação e para o combate da heresia (BARROS, 2012).

Apesar do declínio da escolástica com o advento do humanismo nos séculos XV e XVI, alimentado pela cultura mercantil e urbana das cidades europeias (LONG, 2002),

ela não deixou de existir e teve um reavivamento tomístico na chamada escola de Salamanca, enriquecendo sua literatura com contribuições de autores como Gabriel Vásquez, que fez um estudo bastante completo da obra de Agostinho, além de Domingo de Soto, que atuou como professor na Universidade de Salamanca, assim como era confessor do imperador Carlos e comentou largamente sobre as obras de física e lógica aristotélica.

Os processos de ocupação e trocas comerciais estabelecidos entre grupos europeus e grupos indígenas nas Américas fomentaram a relevância das experiências pessoais e *in loco*, muitas vezes sedimentadas por alguns desses cânones escolásticos. Já no século XVII, os Frades capuchinhos aqui estudados, além de se basearem nos cânones e nas autoridades discursivas da Igreja, também estavam imbuídos de um conhecimento que foi fruto do trabalho direto dos missionários e exploradores. Podemos dizer, então, que os religiosos franceses atuaram como missionários etnógrafos, na medida em que eles se interessavam e buscavam compreender os sistemas de conhecimento Tupinambá, as formas de vida e os traços da cultura desses nativos.

Apesar das diferenças, tanto ontológicas, quanto epistêmicas, entre os dois coletivos de pensamento, havia uma tônica que percorreu as relações da missão dos religiosos, que tentou aproximar as realidades dos europeus, especialmente franceses daquela vivida pelos habitantes nativos do Maranhão e terras próximas. Não é incomum, na narrativa dos missionários, encontrarmos descrições que caracterizem os Tupinambá como um povo inteligente, habilidoso, racional e com seus próprios sistemas de valores morais. Tanto Claude d'Abbeville, como já foi mencionado acima, quanto Yves d'Évreux afirmavam que davam liberdade aos indígenas, para que eles mantivessem hábitos de modificações corporais, como os adereços que usavam na boca, ou nas orelhas, buscando destacar a proximidade e a aliança que os franceses tinham traçado com as aldeias do Maranhão (DAHER, 2007). Os nativos, que trocaram experiências com os franceses, como demonstramos, tinham seus próprios interesses e, muitas vezes, influenciavam diretamente nas interpretações da natureza, feitas pelos religiosos em seus registros sobre a França Equinocial.

As interações ambientais e as informações relevantes que poderiam ser extraídas delas, como o valor mercantil de algum bicho, ou as propriedades terapêuticas de alguma planta, eram conhecimentos indígenas que, através da zona de contato estabelecida entre os coletivos de franceses e de Tupinambá, foram apropriados, e, na França e em outros locais, circularam, especialmente através da relação da missão de Claude d'Abbeville que

foi publicado ainda em 1614. Além disso, vale ressaltar que, junto de d'Abbeville, foram para a França seis indígenas do Maranhão e adjacências. Dentre eles, três faleceram e três sobreviveram e se estabeleceram na Europa. De acordo com d'Abbeville “foi designado pela reunião geral de todos os principais e velhos de *Eusaauap*, como se fosse o grande estado, para vir à França com outros cinco índios prestar homenagem a Sua Majestade, com o que muito se alegrou” (D'ABBEVILLE, 1614, p. 348). Entre os indígenas que morreram, havia Caripira, da nação dos Tobaias, chamado pelos franceses por Francisco, Patuá, natural da ilha do Maranhão, nomeado Tiago, e Maném, natural da nação dos Cabelos Compridos, habitantes de uma região que se localizava perto do rio Pará, também conhecido como António (D'ABBEVILLE, 1614, p. 348-360). Entre aqueles que sobreviveram, havia Itapucu, natural dos Caetê, depois conhecido por Luís Maria, Uaroia, natural da aldeia de Mocuru, depois conhecido como Luís Henrique e Iapuaí, natural da ilha do Maranhão, depois nomeado Luís de São João (D'ABBEVILLE, 1614, p. 361-365). No capítulo seguinte de seu registro, d'Abbeville escreveu sobre o batismo desses indígenas e sobre suas vidas depois da conversão no continente Europeu.

Tendo em vista o lugar dos animais, tanto para a doutrina franciscana, quanto para as cosmogonias tupi-guarani, espalhadas pelos territórios do Brasil e terras próximas, os conhecimentos europeus e indígenas parecem ter se misturado nas descrições feitas pelos franceses, de modo que, ao longo de muitas de suas narrativas e comentários sobre os animais, ou mesmo sobre as árvores e plantas locais, as práticas de caça, a dietética, as relações com os animais considerados mais perigosos e mesmo o que certos bichos significavam na mitologia Tupinambá, aparecem espalhados pelos capítulos de suas obras.

Como desenvolvemos nos subtópicos acima, os comportamentos e hábitos dos animais eram importantes sinais das qualidades desses seres, tanto para os Tupinambá, quanto para os capuchinhos, que transpunham características humanas aos bichos com frequência em suas descrições. Seus comportamentos tinham relação com a interação deles com o ambiente e com outros animais, humanos e não-humanos. Eles serviam como exemplos morais utilizados tradicionalmente pelos franciscanos e, nesse caso, pelos capuchinhos, à vida humana. Para acessar certos comportamentos em situações de perigo ou felicidade, as percepções sensoriais eram formas fundamentais e bastante acessadas pelos missionários para compreender, por exemplo, a relação entre o barulho emitido por alguns pássaros da região do equinocial, ou de animais quadrúpedes, com fenômenos físicos, naturais, ou de sobrevivência, como a chegada da chuva, dos ventos ou da caça

praticada entre as espécies.

3.6 Considerações finais.

As qualidades dos animais situados no Maranhão e descritos pelos capuchinhos missionários carregavam consigo informações sobre seus territórios, sobre as espécies existentes no Brasil, especialmente no Maranhão, e a relação de suas características com o clima, a paisagem natural de suas localidades (florestas, montanhas, rios etc.) e a temperatura, características do hemisfério sul, mas sobretudo das regiões próximas à Zona Tórrida. Essa, por sua vez, pode ter começado a ser compreendida como um espaço habitável, que teria produzido espécies de seres vivos singulares. Essas discussões podem ter influenciado numa ideia de singularidade, muito defendida pelos capuchinhos franceses, que se confunde com a própria noção de natureza equinocial, ou seja, de territórios singulares e equinociais, e, portanto, que possuíam animais equinociais, singulares e, inclusive muitas vezes, superiores em certas qualidades daqueles que se encontravam na Europa.

Analisar as descrições e explicações das qualidades dos animais produzidas pelos missionários franceses é também estudar os costumes, hábitos e a cultura Tupinambá do Maranhão. Fazia parte dela a presença dos animais, não apenas como representações mitológicas de sua cosmogonia, mas também como animais reais. Em paralelo, esses seres aparecem no discurso dos capuchinhos franceses, como personagens particularmente relevantes para o conhecimento das singularidades, curiosidades e qualidades daquela colônia, sejam estas parte da moral, ou da natureza física do território maranhense. Através das virtudes epistêmicas do período, expostas pelos capuchinhos em suas obra sobre a França Equinocial, em contato com as formas de conhecer o mundo e a cosmogonia dos Tupinambá, pudemos compreender que os animais possuíam, nesse contato, potência e lugar de significado da natureza física (ontológica) do território e de seus habitantes do Maranhão, além da sua natureza simbólica e moral (metafísica).

Próximos dos humanos, porém abaixo deles na cultura europeia ocidental, os animais eram compreendidos como seres importantes para o estudo da natureza do Novo Mundo e das suas especificidades, como a temperatura, umidade, localização geográfica, qualidades etc. Os capuchinhos, especificamente, também os enxergavam como irmãos da fraternidade franciscana, que carregavam os segredos do Criador e se comunicavam com os humanos, através de seus sons, cheiros, aparência ou do comportamento e do hábito que eles tinham. Acreditamos que o comportamento, como qualidade e categoria

de classificação natural dos animais, foi fundamental, especialmente na obra de d'Évreux, para a análise da natureza e da aproximação, ou distanciamento, existente entre os animais e os humanos, o que poderia indicar as suas singularidades e maravilhas, localizadas no Maranhão e terras próximas. Para os Tupinambá, os animais carregavam consigo aprendizados, significados e mitologias que faziam parte da própria história desse povo. Eles os utilizavam em muitas, senão todas as suas atividades práticas e simbólicas, seja na caça, nos ritos, na alimentação, nas trocas, no comércio, nos ornamentos que usavam e mesmo nos nomes dos membros de suas aldeias e florestas.

Nesse sentido, os animais, representados e reais, compuseram a história do contato entre franceses e maranhenses, ou seja, entre França e Maranhão, ou mesmo entre o Velho e o Novo Mundo. Esse contato suscitou novos questionamentos sobre esses seres, tais como sobre sua origem e sobre suas semelhanças e diferenças com àqueles que habitavam a Europa. Portanto, acreditamos que os animais descritos pelos capuchinhos franceses tenham tido a função essencial de mediadores culturais e de conhecimentos, tanto de caráter moral, quanto natural nos trabalhos aqui estudados. Eles carregavam consigo, de acordo com os registros de d'Abbeville, d'Évreux, Cristóvão de Lisboa, Charles Des Vaux e os Tupinambá retratados nas descrições francesas, informações sobre seus meios, seus territórios e mesmo sobre as espécies de plantas e de outras qualidades de animais espalhados ao longo da ilha do Maranhão, além de mediar valores morais e éticos entre capuchinhos e Tupinambá e apresentarem exemplos morais e comportamentais aos europeus do Velho Mundo sobre os habitantes equinociais.

A mediação entre dois mundos, feita pelos animais, que tinham em suas qualidades os signos de sua terra (Maranhão), foi essencial na defesa moral, comercial e política da existência dessa colônia francesa. As características, por eles carregadas, fomentaram novas narrativas sobre esse local, ainda pouco conhecido pelos colonos europeus, marcadas por um grande determinismo geoclimático vigente no período acerca da região equinocial. Esse, por sua vez, pode ter alimentado a ideia de que, nos territórios logo abaixo da linha equinocial, existia vida, e os seres vivos desse local detinham qualidades muito singulares, maravilhosas e, em alguns momentos, monstruosas, mas certamente equinociais. Nessa nova França equinocial, de acordo com os franceses, havia uma natureza preenchida por uma grande diversidade de habitantes equinociais.

Conclusão

Ao longo dessa pesquisa, pude analisar a conexão entre conhecimentos, filosóficos e práticos utilizados pelos capuchinhos franceses Claude d'Abbeville, Yves d'Évreux e pelo explorador Charles Des Vaux, no processo de conhecimento dos animais do Maranhão e adjacências. Para tanto, as trocas e alianças com algumas aldeias Tupinambá do Maranhão e a zona de contato (PRATT, 1991) instituída nesse local, possibilitaram a produção de documentos, ricos em detalhes sobre o mundo animal e a paisagem natural das terras do norte do Brasil, que naquela época ainda não tinham sido conquistadas pelos ibéricos.

Entretanto, desde antes do estabelecimento da empresa colonial francesa, nas primeiras viagens de contato com o Novo Mundo nas Américas, no início do século XVI, os europeus já reportavam a existência de animais exóticos nas terras abaixo da linha equinocial, como os papagaios, onças, tatus, tucanos, tamanduás, bichos-preguiças, entre outros. O recorrente envio de animais, ou partes deles, aos portos europeus (LEITE, 2014), assim como a chegada de qualidades de animais europeus no Brasil, para que fossem aclimatados e se reproduzissem nesse novo território (VELDEN, 2012), são exemplos da importância desses seres aos interesses econômicos e coloniais da época, assim como para o crescente sentimento de curiosidade em relação às novidades sobre o Novo Mundo na época (PARRISH, 1999). A possibilidade de estudo e identificação territorial através dos animais também passou a ser um tema recorrente nas crônicas e registros de viagem sobre essas regiões, que tinham por objetivo, de maneira geral, informar sobre os habitantes e os territórios ocupados pelas monarquias do Velho Continente. Essas obras, como a de José d'Acosta (1589), já conhecido no início do século XVII, influenciaram as crônicas que ainda seriam feitas, e lançavam teorias sobre a existência de uma grande diversidade de animais e plantas exóticas no Novo Continente, como a Atlântida, que ligaria os dois mundos, ou mesmo as teorias bíblicas, especialmente retiradas do Gênesis, que, dentre outras coisas, defendia a dispersão das diferentes qualidades de animais através do dilúvio.

Os papéis dos animais na produção de conhecimento podem ser inúmeros. No caso específico da colônia francesa instituída no Maranhão e adjacências, defendemos a ideia, ao longo desse trabalho, de que eles ocuparam o lugar de mediadores de conhecimento, seja através dos seus comportamentos e hábitos, seja através das suas sensibilidades e instintos, ou mesmo pelo fato, segundo os missionários aqui estudados,

de eles carregarem consigo signos maravilhosos deixados por Deus na terra do Maranhão e circunvizinhanças.

Entre os três capítulos que compõem esse trabalho, um dos elementos avaliados é a aproximação das realidades físicas e morais entre o Novo e o Velho Mundo. Ela era relevante aos cronistas e conquistadores europeus para que se pudesse explicar a ligação entre uma terra e outra e, de certa forma, justificar a posse das terras “novas” a partir dessas ideias de proximidade, ou mesmo de distanciamento, que nesse caso era outra forma de argumentar sobre a introdução da cultura e práticas religiosas europeias nas novas colônias. Nesse sentido, conhecer o Novo Continente era uma maneira de se aproximar do ‘outro’, criado e difundido pelo imaginário europeu através do que era contrário a eles próprios.

Ao longo da relação feita por Claude d’Abbeville, Yves d’Évreux, e mesmo dos desenhos produzidos sob o comando de Charles Des Vaux, a conexão entre os dois mundos foi estruturada através dos animais. As similitudes (FOUCAULT, 2000 [1966]), recorrentemente usadas nas descrições sobre o Novo Mundo, serviam como elo entre as qualidades de bichos encontrados nos territórios em conquistas e aqueles que viviam na Europa. O tamanho, as cores, o modo de vida e o comportamento eram algumas das qualidades que aproximavam, ou distanciam os animais dos dois continentes. Claude d’Abbeville e Yves d’Évreux, em diversas descrições que compuseram suas obras sobre a França Equinocial, aproximaram, ou distanciaram, os animais dos dois mundos. Esse é o caso, por exemplo, do pássaro *uíra-uacu*, uma qualidade de gavião que, de acordo com d’Abbeville era muito parecido anatomicamente com a águia, ou o jacaré comparado com o crocodilo do Nilo por d’Évreux, assim como outros cronistas anteriormente já tinham feito, como Jean de Léry, dentre tantos outros exemplos, como o pássaro *chouâ* parecido com uma galinha, segundo as descrições de d’Abbeville. Esses animais, como a galinha, o crocodilo, e a águia já eram conhecidos pelos europeus e, de maneira geral, eram empregados nesses registros e crônicas sobre o Novo Mundo, como agentes de aproximação ou distanciamento entre as realidades culturais, naturais e morais dos dois mundos.

Aproximar e distanciar a natureza do Velho e do Novo Mundo era uma forma de dar sentido àquela “nova” terra e seus habitantes. O tamanho, a cor, e as utilidades eram características importantes para o sentido e a aproximação, ou distanciamento, entre os animais desses dois continentes. Dar sentido à diversidade de animais, de humanos, da vegetação, do clima, e de outros aspectos geográficos que se ligavam com as explicações

sobre a ordem e as qualidades de seus habitantes. Os significados e sentidos desses seres eram informados, muitas vezes indiretamente, através de seus gostos, ou seja, pela alimentação, ou pela interação existente entre eles, seja pelo som característico que eles emitiam em determinadas situações, ou pelo odor de certos animais, que poderia indicar algumas de suas propriedades terapêuticas. Como demonstramos, ao longo dos capítulos dessa dissertação, as percepções sensoriais foram essenciais como forma de conhecimento *in loco* e direto na conformação de descrições sobre os bichos existentes no território onde fundou-se a França Equinocial. Através dos sentidos, que atravessam as descrições de teor naturalista e providencialista dos capuchinhos franceses, pode-se analisar o papel fundamental dos animais para o conhecimento do território, das plantas, dos costumes dos Tupinambá e da cultura local indígena expressa nos registros capuchinhos. Como mediadores de conhecimentos, os animais, que eram considerados seres sensíveis, podiam evidenciar, através da troca de sensibilidades entre eles e humanos, as suas próprias qualidades, assim como as de seus territórios. Como já defendia Sérgio Buarque de Holanda em suas obras (1945, 1957, 1958) os animais também ensinavam sobre os sentidos e sobre a adaptação ambiental.

Apesar da grande importância dada aos animais ao longo do processo de conquista e ocupação das Américas e das Índias, comumente as plantas eram objeto de maior interesse dos cronistas e investigadores do mundo natural, especialmente por conta das suas propriedades terapêuticas, das quais muitas já se conheciam na Europa. No caso dos animais, sua relevância também dizia respeito às suas possíveis qualidades terapêuticas, entretanto, outras eram as suas utilidades que mais chamavam a atenção dos conquistadores, como a caça, a alimentação, o comércio e, em certos casos, o estudo do seu meio, como comentamos acima. No caso das relações de Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, grande parte de seus capítulos foram direcionados à descrição dos bichos existentes na então colônia francesa (BILLÉ, 2015).

Buscamos compreender, ao longo dessa pesquisa, as relações entre os autores desses registros e o mundo animal. Evidenciamos que os capuchinhos franceses, ligados à tradição franciscana primitiva, frequentemente buscavam nos animais exemplos morais aos seus fiéis humanos. Nas hagiografias de Francisco de Assis, a conexão entre o Santo e os animais é alimentada, através de uma relação de fraternidade, o que, de certa forma, aproximava os animais dos humanos (GONÇALVES, 2017). No caso dos registros feitos por d'Abbeville e d'Évreux, a importância dos animais apareceu, entre os capítulos de suas obras, sobretudo, através da descrição dos seus comportamentos. Estes, por sua

vez, serviam como exemplos aos humanos. Há de se apontar, ainda, que existia, nas relações aqui estudadas, uma certa hierarquia dos animais, aqueles que eram considerados mais “espertos”, outros considerados menos úteis, e assim por diante, o que ressalta a utilização de exemplos de fábulas como as de Esopo, já bastante conhecidas nesse período, e mesmo passagens bíblicas para a conformação de uma descrição animal, que oscilava entre argumentos teológicos e naturais, mas também baseados na experiência *in loco*.

É preciso enfatizar, entretanto, que muitos dos elementos da descrição capuchinha aqui estudada são compartilhados com outros cronistas e missionários de seu tempo, mesmo aqueles que não eram efetivamente de tradição franciscana, como as categorias de descrição e classificação dos animais, evidenciadas no segundo capítulo. Ainda assim, acreditamos que algumas qualidades, como o comportamento animal, tenham sido mais agenciadas pelos capuchinhos estudados, como parte de uma argumentação moral e física acerca da própria natureza do território da França Equinocial. Essa, por sua vez, foi compreendida e descrita pelos missionários franceses, sobretudo através dos animais, que além de quantitativamente assumirem boa parte dos capítulos destinados a natureza da breve colônia, também compartilhavam características, especialmente relativas à sensibilidade, com os humanos. Esse compartilhamento de qualidades sensíveis, de certa forma, aproximava o mundo animal do mundo humano na retórica franciscana e capuchinha, o que não necessariamente acontecia em textos de missionários e cronistas que pertenciam a outras Ordens religiosas.

Os capuchinhos eram religiosos ativos na conversão de franceses ao longo das chamadas guerras de religião que marcaram as relações políticas da França entre o século XVI e início do século XVII (DOMPNIER, 1998). A crescente atenção que os capuchinhos ganhavam na França, pela atuação no interior do território e a proximidade com seus fiéis, culminou na escolha dos quatro missionários enviados à colônia do Maranhão, para atuarem na conversão e na manutenção da aliança franco-tupinambá na então fundada França Equinocial.

Os interesses ligados ao envio dos franceses, junto dos capuchinhos, no entanto, não eram apenas religiosos. Apesar da grande importância que a conversão dos indígenas significava para a monarquia francesa do período, e mesmo para a aproximação com as aldeias do local ocupado, o comércio de madeira (especialmente pau-brasil que era uma mercadoria já bastante exportada pelos franceses), as pedras preciosas, os animais e as

plantas eram alguns dos principais motivos que mobilizaram fidalgos, armadores e exploradores a irem ao Novo Mundo.

Vale ressaltar que, muito antes da instalação das colônias francesas na América Portuguesa e arredores, a intensa atividade mercantil franco-tupi no litoral norte marcava os acordos e alianças que foram concretizadas posteriormente (MARIZ; PROVENÇAL, 2007). A prática mercantil remota entre esses dois grupos e as disputas territoriais, entre ibéricos e outras monarquias, pela conquista do Maranhão e terras próxima, fez com que os desenhos produzidos por Charles Des Vaux se tornassem valiosos para a própria história do território e do conhecimento sobre ele. Analisamos os desenhos de animais que possivelmente foram produzidos sob a supervisão de Des Vaux no contexto da colônia francesa, entendemos que é possível que estes sejam alguns dos primeiros documentos visuais que representam a fauna e a flora local. A ortografia, as rasuras e a nomenclatura contidas em cada desenho revelam que estes documentos foram manipulados e, possivelmente, apropriados dos franceses pelos portugueses (PAPAVERO e TEIXEIRA, 1999). Além de se configurarem como importantes documentos que fazem parte da própria história da disputa pelo território do Maranhão, demonstramos, nessa dissertação, que os desenhos que se encontram nesse livro, anos depois publicado e atribuído a Cristóvão de Lisboa, configuram relevantes exemplos visuais sobre a representação anatômica e dos hábitos de certos animais. O modo de vida de animais que viviam em dois ambientes, como alguns pássaros, foram representados entre um ambiente e outro, o hábito de caça de algumas qualidades de animais quadrúpedes, como a onça, também aparece representada nos desenhos, ou mesmo o hábito de pastagem de alguns animais, como os veados, que supostamente existiam na região onde viria a se tornar a França Equinocial. Essas imagens suscitam discussões sobre objetividade e sobre o lugar da visão em relação aos outros sentidos na produção de conhecimento (DASTON, 2007; BATTISTINI, 2018) e na sua disseminação (LONG, 2002).

Levando em consideração as várias pessoas e outros agentes, como os animais, envolvidas na produção dos documentos analisados nessa pesquisa, os temas da coletividade e dos papéis na produção de conhecimento também foram ressaltados nesse trabalho. O grupo de franceses que continha capuchinhos, fidalgos, comerciantes, armadores, médicos, artesãos e tantos outros personagens que, aos poucos, aparecem nas relações de d'Abbeville e d'Évreux, compunham o coletivo de pessoas inicialmente enviadas para a fundação da França Equinocial e que, ao longo de sua existência,

trabalharam em conjunto para a sua manutenção. Os Tupinambá, importantes personagens destacados nas obras dos religiosos, influenciaram no entendimento das qualidades dos animais do Maranhão e nas suas utilidades, sobretudo, pela descrição dos costumes dos indígenas que aparecem com frequência nos capítulos das obras francesas. Junto dos personagens elencados, os próprios capuchinhos, como religiosos, são fundamentais para essa discussão. Os missionários, não apenas os que produziram as relações sobre a missão no Maranhão e terras próximas, mas também Arsène de Paris e Ambroise d'Amiens, foram destacados produtores de conhecimento filosófico, moral, etnográfico e colonial sobre o território e a natureza do Maranhão. Suas obras elucidam debates sobre a própria ideia de 'ciência' que existia no período. As pessoas que produziam ciência, ou conhecimento sobre o mundo, no início da época moderna, podiam ser designados como matemáticos, cosmógrafos, astrônomos, cartógrafos, filósofos naturais, etc, já que os campos de investigação dessas pessoas eram muito amplos e, muitas vezes, se cruzavam (SHAPIN, 2010 [1996]). Os capuchinhos, que eram missionários e religiosos, também produziram conhecimento filosófico, astronômico, cosmográfico e mesmo matemático ao longo dos capítulos de suas obras. Através das descrições dos animais, como demonstramos ao longo da dissertação, esses conhecimentos se revelam.

Logo, entendemos nessa pesquisa, que os animais, foco da análise do trabalho, foram descritos e compreendidos através da atuação franciscana (capuchinha) e da filosofia natural existente nos registros de d'Abbeville e d'Évreux, além também de terem sido percebidos e significados pelas experiências *in loco* e pelas percepções sensoriais, fundamentais como integrantes da virtude epistêmica do período em relação a natureza e a verdade que poderia ser encontrada nela.

Referências Bibliográficas.

Fontes Analisadas:

BELON, Pierre. *L'Histoire naturelle des estranges poissons marins, avec la vrai peinture e description du Daulphin, e de plusieurs autres de son espece.* à Paris: de l'imprimeire de Regnaud Chaudiere, 1551.

D'ABEVILLE, Claude. *Histoire de la Mission des Pères Capucins en L'isle de Maragnan & Terres circonvoisines, où est traicté des singularitez admirables & des Meurs merueilleuses des Indiens habitants de ce pais avec les missiues et aduis qui ont esté envoyez de nouveau,* Par le R. P. Claude d'Abbeville Predicateur Capucin. à Paris: de l'Imprimerie de François Huby, 1614.

D'ABBEVILLE, Claude. *L'arrivée des Pères Capucins et la conversion des sauvages a nostre sainte foy déclarée par le R.P. Claude d'Abbeville Predicateur Capucin.* à Paris: chez Jean Nigaut, 1613.

D'ABBEVILLE, Claude; PARIS, Arsène de; LANGLOYS, Denis (ed.). *Discours et congratulations à la France sur l'arrivée des Pères capucins en l'Inde nouvelle de l'Amérique méridionale, en la terre du Brésil.* à Paris: chez Denis Langloys, 1613.

CARTIER, Jacques. *Relation originale du voyage de Jacques Cartier au Canada en 1534: documents inédits sur Jacques Cartier et le Canada (nouvelle série), par Henri-Victor. Michelant et Alfred Ramé.* à Paris: Librairie Tross, 1867.

CAVAZZI DA MONTECUCCOLO, Giovanni Antonio. *Istorica Descrizione de' tre regni Congo, Matamba ed Angola.* Bologna: Giacomo Monti, 1687.

D'ÉVREUX, Yves. *Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614 l'ai, le rèe Yves d'Éyreux.* Publié d'après l'exemplaire unique conservé à la bibliothèque impériale de paris, 1864. Avec une introduction et des notes par j. Ferdinand Dexis, 1864 [1615].

DIOSCÓRIDES, Pedacio; LAGUNA, Andres de. (trad). *Dela Pestinaca Marina. Libro Secundo. Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos.* Salamanca: Matías Gast, 1570.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil. História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil.* Brasília, Senado Federal, 2008.

LISBOA, Cristóvão de. *História dos animais e das árvores do Maranhão.* Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, 1967.

LÉRY, Jean. *Histoire d'un Voyage fait en la terre du Bresil, Autrement dite Amerique.* Pour Antoine Chuppin, 1577.

MARCGRAVE, George; PISO, Willem. *Historia Naturalis Brasiliae [...] in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur.* [Organizado por Joannes de Laet]. Disponível online: http://biblio.wdfiles.com/local--files/marcgrave-1648/historia/marcgrave_1648_historia.pdf.

PALMIER, Jean. *Mémoire touchant l'établissement d'une mission chrestienne dans le troisième monde, autrement appelé la Terre australe, méridionale, antartique et inconnue [...] par un ecclésiastique originaire de cette mesme terre.* à Paris: chez Claude Chamoisy, 1663.

PARÉ, Ambroise. *Les œuvres d'Ambroise Paré... divisées en vingt huit livres.* à Paris : G. Buon, 1585.

STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil.* São Paulo: Tipografia da casa Eclectica, 1900.

THEVET, André. *Les singularitez de la France Antarctique autrement nommée Amérique, & de plusieurs terres et isles découvertes de notre temps.* à Paris: chez les heritiers de Maurice de La Porte, au Clos Bruneau, à l'enseigne S. Claude. 1558.

_____. *La Cosmographie Universelle [...].* à Paris, 1575.

Fontes Citadas:

ALDROVANDI, Ulisse. *De animalibus insectis libri septem, cum singulorum iconibus ad vivum expressis.* Bologna, 1602

BELON, Pierre. *Illustrations de Portraits d'oiseaux, animaux, serpents, herbes, arbres, hommes et femmes d'Arabie et d'Egypte.* à Paris, 1557.

_____. *L'Histoire naturelle des estranges poissons marins, avec la vraie peinture et description du Daulphin, et de plusieurs autres de son espèce.* à Paris: de l'imprimeire de Regnaud Chaudiere, 1551.

_____. *La Nature et diversité des poissons, avec leurs pourtraicts représentés au plus près du naturel.* à Paris: C. Estienne, 1555.

_____. *Les Observations de plusieurs singularitez et choses mémorables trouvées en Grèce, Asie, Judée, Égypte, Arabie et autres pays estranges, rédigées en trois livres.* à Paris, 1553.

CARTIER, Jacques. *Relation originale du voyage de Jacques Cartier au Canada en 1534: documents inédits sur Jacques Cartier et le Canada (nouvelle série).* par Henri-Victor. Michelant et Alfred Ramé. à Paris: Librairie Tross, 1867.

COPÉRNICO, Nicolau. *De revolutionibus orbium coelestium.* Nuremberg, 1543.

DENIS, Ferdinand. *Fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550, suivie d'un fragment du XVIe siècle roulant sur la théogonie des anciens peuples du Brésil, et des poésies en langue tupique de Christovam Valente, par Ferdinand Denis*. à Paris, 1850.

DURET, Claude. *Thresor de l'histoire des langues de cest univers: contenant les origines, beautés, perfections, décadences, mutations, changemens, conversions et ruines des langues*. diffusion Champion, à Paris, 1613.

_____. *Histoire admirable des plantes et herbes esmerveillables & miraculeuses en nature*, à Paris: N. Buon, 1605.

GESSNER, Conrad. *Historiae Animalium*. [...]. Zurich, 1551.

_____. *Bibliotheca universalis*, 1549.

HOTMAN, François. *Franco-Gallia*. à Paris: Fayard, 1991 [1573].

NEWTON, Isaac. *Naturalis Principia Mathematica*. S. Pepys, 1687.

DESCARTES, René. *Discours de la Methode* [...]. à Leyde: chez Ian Mayre, 1637.

RONDELET, Guillaume. *Histoire entière des poissons*. Composée premièrement en latin par maistre Guillaume Rondelet [...], à Lion: par Mace Bonhome à la Masse d'or, 1558.

ROSÁRIO, António do. *Frutas do Brasil numa nova, e ascética Monarquia Consagrada à Nossa Senhora do Rosário*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 2008 [1702].

SACROBOSCO, João (aut.); SANTOS, Renan (ed.). *Tratado da Esfera: Cosmologia tradicional e mecânica celeste*. Porto Alegre: Concreta, 2018.

VASCONCELOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu do estado do Brasil* [...] Em casa do editor A. J. Fernandes Lopes, 1663.

Bibliografia:

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Editora UnB, 1963 [1907].

AMORIM, Maria Adelina. *Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade de seiscentos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2005.

ALVES, Abel A. *The Animals of Spain An Introduction to Imperial Perceptions and Human Interaction with Other Animals, 1492-1826*. Brill, 2011.

AUDUBERT, Albert. "O Renascimento Francês". *Revista de História*, São Paulo, vol. 41, n. 83, 1970.

ANTHIAUME, Albert. *Cartes marines, constructions navales, voyages de découverte*

chez les Normands, 1500-1650. Tome I. à Paris, 1916.

APARICIO, Miguel. “Um mundo sem animais, ou a rota da nossa desconexão”. *Revista Campos*, vol. 17, n.1, 2017 p. 65-77.

APROBATO FILHO, Nelson. *O couro e o aço: sob a mira do moderno, a ‘aventura’ dos animais pelos ‘jardins’ da Paulicéia, final do século XIX, início do XX*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de filosofia, literatura, ciências sociais e história da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ASSUNÇÃO, Paulo de. “*A Terra dos Brasis*”. *A natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros Jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2001.

BARATAY, Eric. “L’Église et l’animal (France, XVIIe-XXe siècle)”. *Archives de sciences sociales des religions*, n. 94, 1996. p. 48-50.

_____. “Les animaux du Christ: le bœuf et l’âne dans la Nativité du XVIIIe siècle à nos jours”. *Cahiers d’histoire, Comité historique du Centre-Est*, 1989, p.107-133.

_____. *Le point de vue animal. Une autre version de l’histoire*. Paris: L’Univers historique, 2012.

BARRETO, Luis Filipe & DOMINGUES, Francisco Contente (Org.). *A abertura do mundo: estudos de história dos descobrimentos europeus em homenagem a Luís de Albuquerque*. Lisboa: Editora Presença, 1986.

BARROS, José D’Assunção. “A Escolástica em seu Contexto Histórico” *Revista Fragmentos de Cultura*, vol. 22, n. 3, 2012, p. 231-239.

BASALLA, Georges. “The spread of Western Science”. *Science*, vol. 156, 1967, p. 611-622.

BATTISTINI, Matilde. *Comment regarder les Symboles et Allégories*. HAZAN, 2018 [2002].

BAUBÉROT, Jean. *Estratégias da Liberdade*, In: SAGEL. S. (org.), *A Tolerância*. Porto Alegre: L&PM, 1993.

BRAUDEL, Fernand. *L’identité de la France*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1986.

BELMONTE, Alexandre; SENA. André Luís P. “Acadianos: entre chegada, ocupação e diáspora no Canadá Atlântico dos séculos XVII e XVIII.” *Revista interdisciplinar UVA*, Rio de Janeiro, n. 17, 2017, p. 23-34.

BELLUZZO, Ana Maria Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. Brasil: Editora Objetiva, 1999.

MONTEIRO, Rodrigo Nunes Bentes. “As Reformas Religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico.” *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37, 2007, p. 130-150.

- BICALHO, Maria Fernanda B. “A França Antártica, o curso, a conquista e a “peçonha luterana”. *História*, vol. 27, n.1, 2008, p. 29-50.
- BOSSY, John. *A Cristandade no Ocidente 1400-1700*. Lisboa: Edições 70, 1990 [1985].
- BROWNE, Janet. *The Secular Ark: Studies in the History of Biogeography*. Yale University Press, 1983.
- BUTTERFIELD, Herbert. *The Origins of the Modern Science 1300-1800*. New York, London, Toronto, Sidney, Singapore: The Free Press, 1965 [1957].
- CAIRES, Daniel Rincon. « A Mercantilização do Éden; O homem e a natureza sob o olhar de Claude d’Abbeville e Yves d’Évreux.” São Paulo, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011.
- CAIRES, Daniel Rincon; TORRÃO FILHO, Amilcar. “A Alma de Uma Cidade: Natureza e Cultura na França Equinocial na Visão de Claude d’Abbeville”. *Revista História: Questões e Debates*, n. 57, 2012, p. 239-263.
- CAMENIETSKI, Carlos Ziller. “Cosmologia e experiência em Portugal no século XVI.” *Revista navigator – Dossiê Território, defesa e atuação militar na América Portuguesa*, vol. 8, n. 15, 2012, p. 38-45.
- CAPEL, Horácio. “A América no nascimento da geografia moderna: das crônicas medievais às crônicas sobre as Índias, passando por Plínio e pelo descobrimento das novas terras.” In CAPEL, Horacio. *O nascimento da ciência moderna e a América*. Maringá: UEM, 1999, p. 45-80.
- CADENAS Vicente de. *El Saco de Roma de 1527 por el ejército de Carlos V Hidalguía*. Madrid: Instituto Salazar y Castro, 1974.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Puritan Conquistadors: Iberianizing the Atlantic, 1550-1700*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 31, nº 61, 2011, p. 317-338.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas Canibais*. Ubu Editora, 2018.
- CARELLI, Mario. *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Tradução de Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papyrus, 1994.
- CLARK, Stephen R. L. *Animals in Classical and Late Antique Philosophy*. The Oxford Handbook of animal ethics, 2011.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Brasil: Editora Unesp, 2003.

_____. *O que é um autor*. Edufscar, 2012.

CHRISTIN, Olivier. “O desfecho das guerras de religião: a autonomização da razão política na metade do século XVI.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 14, 2014, p. 139-165.

CROSBY, Alfred, W. “Visualization: An introduction.” In CROSBY, Alfred, W. *The Measure of Reality: Quantification on Western Europe 1250-1600*. Cambridge University Press, 1997.

_____. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. Companhia das Letras, 2011 [1986].

CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte. “Interações missionárias e matrimônios de índios em zonas de fronteiras (Maranhão, início do século XVII)”. *Revista Tempo*. Dossiê Missões na América ibérica: dimensões políticas e religiosas, vol. 19, n. 35, 2013.

DAVIES, Surekha. *Renaissance Ethnography And The Invention Of The Human. New Worlds, Maps And Monsters*. Cambridge University Press, 2016.

DAHER, Andrea. *O Brasil francês. As singularidades da França Equinocial (1612-1615)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____. (org). *Papéis da conquista do Maranhão*. Rio de Janeiro: Academia Maranhense de Letras, 2009.

_____. “A conversão dos Tupinambá entre oralidade e escrita nos relatos franceses dos séculos XVI e XVII.” *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 22, 2004, p. 37-65.

DASTON, Lorraine. “A Economia Moral da Ciência.” In DASTON, Lorraine. *Uma História da Objetividade Científica*, In: *Historicidade e Objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017, p. 37-51.

_____. “Sobre a Observação Científica.” In DASTON, Lorraine. *Uma História da Objetividade Científica*, In: *Historicidade e Objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017, p. 91-108.

_____. “O que pode ser um Objeto Científico? Reflexões sobre Monstros e Meteóros.” In DASTON, Lorraine. *Historicidade e Objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017, p.79-90.

_____. *Objetividade e imparcialidade: virtudes epistêmicas nas humanidades*. In: DASTON, Lorraine. “Uma História da Objetividade Científica.” In *Historicidade e Objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017, p. 125-143.

DASTON, Lorraine; PARK, Katharine. "Introduction: At the Limit." In DASTON, Lorraine; PARK, Katharine. *Wonders of the other of nature (1150-1750)*. Nova York: Zone Books, 1998.

DASTON, Lorraine; LUNBECK, Elizabeth. "Observed observations." In DASTON, Lorraine ; LUNBECK, Elizabeth. *History of scientific observations*. Chicago and London : University of Chicago Press, 2011.

Daston, Lorraine; GALISON, Peter. "Truth-To Nature." In DASTON, Lorraine; ALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007.

DELUMEAU, Jean. *O que sobrou do paraíso ?* Brasil: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Le catholicisme entre Luther et Voltaire*. Paris: Presses universitaires de France, 1971.

_____. "De l'Édit de Nantes à l'œcuménisme." *Bulletin de la Société de l'Histoire du Protestantisme Français (1903-2015)*, vol. 144, 1998, p. 927-939.

_____. *L'italie de la Renaissance à la fin du XVIIIe siècle*. Paris: Colin, 1991.

DOMPNIER, Bernard. "Les missions des Capucins et leurs empreinte sur la Réforme catholique en France". *Revue d'histoire de l'Église de France*, n. 184, 1984, p.127-147.

_____. "Ordres, diffusion des dévotions et sensibilités religieuses. L'exemple des Capucins en France (XVIIe-XVIIIe siècles)." *Rivista del Dipartimento di studi storici dell'Università La Sapienza di Roma*, 1994.

_____. *L'histoire religieuse chez les controverses réformés au début du XVIIe siècle*, In: *L'historiographie de la Réforme (Aix-en-Provence, 1972)*, Paris-Neuchâtel-Montréal: Delachaux et Niestlé, 1977, p. 16-36.

_____. "Un aspect de la dévotion eucharistique dans la France du XVIIe: les prières des Quarante-Heures". *Revue d'histoire de l'Église de France*, n. 178, 1981, p. 5-31.

DUBOST, Jean-François. *Les Italiens en France aux seizième et dis-septième siècles (1570-1670)*. Préface de Daniel Roche. Paris: Aubier, 1997.

DUARTE, Regina Horta. "História dos animais no Brasil: tradições, historiografia e transformação". *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, vol. 9, n. 2, 2019, p. 16-44.

_____. "Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção", *Latin American Research Review* 41, n. 1, 2006, p. 3-26.

_____. "Zoogeografia do Brasil: Fronteiras nacionais, percursos pan-americanos". *Latin American Research Review* vol. 49 n. 1, 2014, p. 68-83.

_____. “Zoos in Latin America.” In BEEZLEY, William (ed.). *The Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. New York: Oxford University Press, 2017.

_____. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ERASMUS, Desiderius. *The Colloquies of Erasmus*. THOMPSON, Craig R (transl.). Chicago: The University of Chicago Press, 1965 [1522].

FARIA, Leite de. *Os primeiros missionários capuchinhos [...] Lisboa: Separata do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e as Comemorações Henriquinas*, 1961.

FRANCO, José Luiz de Andrade. “As representações da Panthera Onca no Brasil”. In KURY, Lorelai Brilhante. *Representações da Fauna no Brasil, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014.

FRAGOSO, Hugo. *Presença Franciscana no Brasil em Cinco Séculos de Evangelização: Entre Memória e Utopia*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FEBVRE, Lucien. *Problèmes d'ensemble, in Au Coeur Religieux du XVIIe Siècle*. Paris: Le Livre de Poche Biblio Essais, 1983 [1957], p.7-95.

FLECK, Ludwick. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Fabrefactum, 2010 [1935].

FINDLEN, Paula. *Possessing Nature. Museums, Collecting, and Scientific Culture in Early Modern Italy*. University of California Press, 1996.

FRIEDA, Leonie. *Catherine de Medici*. W & N, 2005.

TORRÃO FILHO, Amilcar Torrão. “Does Every Traveller See All That He Describes?” O viajante cego James Holman e os limites do olhar viajante”. *Revista História*, São Paulo, n. 175, 2016, p. 319-348.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1966].

FUDGE, Erica. “Renaissance animal things.” In LANDES, Joan B; LEE, Paula Young; YOUNGQUIT, Paul (ed.). *Gorgeous Beasts: Animal Bodies in Historical Perspective*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2012, p. 41-56.

_____. *A Left-Handed Blow: Writing the History of Animals*. In: ROTHFELS, Nigel (ed.) *Representing Animals*. Bloomington: Indiana University Press, 2002, p. 3-18.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville”. *Revista Topoi*, vol.1, n.2, 2011, p. 66-83.

GADELHA, Regina Maria A.F. “Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil”. *ESTUDOS AVANÇADOS*, vol. 16, 2002, p. 63-80.

GARCIA, Gilberto Gonçalves. “Francisco de Assis e a Comunhão das Criaturas.” *Caminhos. Revistade Ciências da Religião*, Goiás, vol. 12, n. 1, 2014.

GARIN, Eugenio. *La Cultura del Renacimiento*. IISaggeatore/ Tascabilli, 1998.

GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica 1750-1900*. Companhia das Letras, 1996.

_____. *l’Uomo del Rinascimento*. Lisboa: Editora Presença, 1991.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. “Descrições da América: História Natural, circulação de ideias e a formação territorial do Brasil (séculos XVI ao XVIII)”. *Intellèctus*, ano XIII, n. 2, 2014, p. 1-30.

_____. “Animais e Plantas do Sertão do Rio São Francisco nas Representações do Brasil.” In KURY, Lorelai Brilhante (et. al). *Sertões adentro – viagens nas Caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012.

GIUMBELLI, Emerson. “A Religião que a Modernidade Produz: Sobre a História da Política Religiosa na França”. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 4, 2001, pp. 807-840.

_____. *O Fim da Religião: Controvérsias acerca das “Seitas” e da “Liberdade Religiosa” no Brasil e na França*. Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Rafael Afonso. “Francisco de Assis: mestre dos animais, exemplo dos homens”. *Revista Territórios e Fronteiras*, vol. 9, n. 1, 2016.

GOUWENS, Kenneth; REISS, Sherly E. *The Pontificate of Clement VII: History, Politics, Culture*. Ashgate: Aldershot, Hants, England, Burlington, VT, 2005.

GLORIEUX, Paléon. *La Faculté des arts et ses maîtres au XIIIe siècle*. Paris: J Vrin, 1971

GRUZINSKI, Serge. “O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio.” *Revista Estudos Avançados*, vol. 17, n. 49, 2003.

HACKE, Daniela; MUSSELWHITE, Paul. *Empire of the Senses: Sensory Practices of Colonialism in Early America*. Brill, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. Brasil: Brasiliense, 2000 [1959].

_____. *Caminhos e Fronteiras*. Companhia das Letras,

1994[1957]

_____. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1945].

HOLT, Mark P. *The French Wars of Religion, 1562-1629*. Cambridge University Press, 2012.

HOOYKAAS, Reyer. “Contexto e razões do surgimento da Ciência Moderna.” In HALL, Alfred Rupert. *From Galileo to Newton 1639-1720*. New York: Dover Publications, INC, 1981 [1963].

EDIN, Humbert. *Historia Del Concilio de Trento*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1975.

KANTOR, Íris. “Usos diplomáticos da ilha-Brasil. Polêmicas cartográficas e historiográficas”. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, 2007.

KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KOYRÉ, Alexandre. *Do Mundo fechado ao Universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

KNETH, Roberth Jean. *Francis I*. Cambridge University Press, 1984.

KNIGHT, David Marcus. “Viagens e Ciência no Brasil.” *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII, 2001, p. 809-822.

KURY, Lorelai Brilhante. *As Mil Vozes da Natureza*. In: KURY, Lorelai Brilhante. *Representações da Fauna no Brasil, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014.

_____. “Gaviões ardilosos, aves curiosas. O manuscrito de d. Lourenço de Potfliz (1752).” In KURY, Lorelai Brilhante. *Representações da Fauna no Brasil, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014.

LEITE, Bruno Martins Boto. “Animalia exotica & mirabilia. Os animais brasileiros na cultura europeia da época moderna de Thevet a Redi.” In KURY, Lorelai (Org.). *Representações da fauna no Brasil: séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Editora, 2014.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2011.

_____. *Os Intelectuais na Idade Média*. Brasil: Brasiliense, 1988.

LESTRINGANT, F. *Le français est sauvage: métissage et échec colonial en Amérique XVIème - XVIIème siècles, L’expérience huguenote au nouveau monde (XVIe siècle)*. Genève: Droz, 1996.

_____. *Jean de Léry ou l'invention du sauvage: L'Amérique et la controverse coloniale*, en France, au temps des guerres de religion (1555-1589). Paris, Honoré Champion Éditeur, 1999.

LIMA, Flávia Pedroza; MOREIRA, Ildeu de Castro. “Tradições astronômicas tupinambás na visão de Claude D’Abbeville”. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 1, 2005, p. 4-19.

LONG, Pamela. “Objects of art/Objects of nature. Visual representation and the investigation of nature”. In FINDLEN, Paula; SMITH, Pamela H. *Merchants and Marvels: Commerce, Science and Art in Early Modern Europe*. Routledge, 2002.

LOPES, Gabriel. “Anopheles gambiae no Brasil: antecedentes para um “alastramento silencioso”, 1930-1932”. Rio de Janeiro, *História Ciência Saúde- Manguinhos*, vol. 26, n. 3, 2017, p. 823-839.

MAUZAIZE, Jean. “Le couvent des Capucins de la rue Saint-Honoré à Paris. Étude topographique et historique”. *École pratique des hautes études*, 4e section, Sciences historiques et philologiques, 1972.

_____. “Une fondation royale de l’histoire de l’ancien Paris: le couvent des Capucins de la rue Saint-Honoré”. *Bulletin de la Société de l’histoire de Paris et de l’Ile-de-France*, 1987, p. 49-95.

MARÍN, Antonio Ignacio Molina. “Estrabón, Pomponio Mela y Plinio: Las enciclopedias del saber”. *Antigüedad y Cristianismo*. Dossiê Geographica: ciencia del espacio y tradición narrativa de Homero a Cosmas Indicopleustes, n. 27, 2010.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardiere e a França Equinocial: os Franceses no Maranhão 1612-1615*. Brasil: Topbooks, 2007.

MARTIN, Catherine. “Les Campagnes de la Propagation de la foi (1632-1685)”. *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, n. 51-1, 2004.

MARTINIÈRE, Guy. “São Luís, capitale du Maranhão, capitale rêvée de la France équinoxiale: the dream capital of equinoctial France”. *História*, São Paulo, vol. 30, n. 1, 2011, p. 252-263.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

MOLLAT, Michel. *Grands Voyages et connaissance du monde du milieu du XIIIe siècle à la fin du XVe*. Paris: Centre de documentation universitaire, 1966.

NAVARRO, Jose Gabriel. *Los Franciscanos En La Conquista Y Colonización de América*. Madrid: Ediciones Cultura Hispânica, 1955.

NETO, Carlos de Araujo Moreira. *Franceses no Brasil, séculos XVI e XVII*. In: *Coleção Franceses no Brasil, séculos XVI e XVII*. Fundação Darcy Ribeiro, 2009, p. 15-17.

NICKELSEN, Kärin. “Draughtsmen, botanists and nature: constructing eighteenth-century botanical illustrations”. *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, 2006.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. “A “Ilha Brasil” de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico”. *REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES*, vol. XXII, n. 1.191, 2017, p. 1-31.

ORDOÑEZ, Javier; ELENA, Albert. (eds.). *La ciencia y su público: Perspectivas históricas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. “[Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasílica](#)”. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 25, 1936, p.129-174.

OLIVEIRA, Valéria Mara de. “Nascidas do Sol e da Chuva: Minas Gerais e o combate às saúvas”, Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2007.

_____. “O Brasil contra a saúva: considerações sobre a Campanha Nacional de 1935”. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS-UFU*, 2010, p. 563-580.

OSTOS, Natascha Stefania de Carvalho. “União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX”, *Revista Brasileira de História*, vol. 37 n. 1, 2017, p. 1-22.

PÁDUA, José Augusto. “As bases teóricas da História Ambiental”. *Revista Estudos Avançados*, vol. 24, n. 68, 2010, p. 81-101.

PALAZZO-ALMEIDA, Carmem Licia. *Entre Mitos, Utopias E Razao: Os Olhares Franceses Sobre O Brasil, Séculos XVI a XVIII*. Edipucrs, 2010.

PALOMO, Federico. *A Contra- Reforma em Portugal, 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

_____. *La memoria del mundo: clero, erudición y cultura escrita en el mundo ibérico (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Universidad Complutense, Servicio de Publicaciones, 2014.

_____. “Ascetic tropics: Franciscans, missionary knowledge and visions of Empire in the Portuguese Atlantic at the turn of the eighteenth century.” *Culture & History Digital Journal*, 2016.

PANOFSKY, Aaron L. *A critical reconsideration of the ethos and autonomy of science*. In: CRAIG.J, Calhoun (ed.). *Robert K. Merton: Sociology of Science and Sociology as*

Science. Columbia University Press, 2010.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; FIGUEIREDO, José Lima de. “Frei Cristóvão de Lisboa not the autor of "História dos animais e árvores do Maranhão”. 1. Introduction and comments on plates 1-60”. *Contribuições Avulsas sobre a História Natural do Brasil, Sér. História da História Natural*, n. 6, 1999, p. 1-12.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. “Os viajantes e a biogeografia”. Rio de Janeiro, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 8, 2001, p. 1015-1037.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; PRADO, Laura Rocha. *História da biogeografia. Do Gênesis à primeira metade do século XIX*. Technical Books, 2013.

PRATT, Mary Louise. “Arts of the Contact Zone”. New York, Modern Language Association. *Profession*. 1991.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].

PELEGRINELLI, André Luiz Marcondes. *Francisco de Assis e a Visualidade: Ver para Crer, Ver para Ser. Uma História de Política e Devoção na Basília de Assis (Século XIII)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

PERRONE-MOÍSES, Leyla. *Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*. Brasil: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Relações preciosas: franceses e ameríndios no século XVII*. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de filosofia, letras, ciências sociais e história da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PETTEGREE, Andrew. *Europe in the sixteenth- century*. Oxford: Blackwell, 2002.

PITA, Luiz Fernando Dias. Do Mito para a Ciência: a Presença de Criaturas Míticas ou Imaginárias em de Chorographia, de Pompônio Mela. *Principia*, n. 30, 2015.

POULAT, Émile. *Liberté, Laïcité: La Guerre des Deux France et le Principe de la Modernité*. Paris: CERF/Cujas, 1987.

POMATA, Gianna. *Observation Rising: Birth of an Epistemic Genre, 1500 –1650*. In: POSEY, Darrell A. “Introduction to Ethnobiology. Its implications and applications” In PLENDERLEITH, K. (Ed.). *Indigenous knowledge and ethics: a Darrell Posey reader*. New York: Routledge, 2004, p. 1-6.

PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardière e a França Equinocial: os Franceses no Maranhão 1612-1615*. Brasil: Topbooks, 2007.

RAJ, Kapil. “Conexões, cruzamentos e circulações: a passagem da cartografia britânica

pela Índia, séculos XVII-XIX”. *Cultura, Revista de História e teoria das Ideias*, vol. 24, 2007, p. 156-179.

RAJ, Kapil. “Thinking Without the Scientific Revolution: Global Interactions and the Construction of Knowledge.” *Journal of Early Modern History*, 2017.

_____. *Go-Betweens, Travelers, and Cultural Translators*, in: LIGHTMAN, Bernard (ed.). *A Companion to the History of Science*. Chichester, Wiley-Blackwell, 2016, pp. 39-57.

RADER, Karen. *Making Mice: standardizing Animals for American Biomedical Research, 1900-1955*. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

REBOLLO, Regina Andrés. “O legado hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno”. *Scientiae Studia*, São Paulo, vol. 4, n. 1, 2006.

RIDDLE, John. M. *Dioscorides on Pharmacy and Medicine*. Austin: University of Texas Press, 1985.

ROSSI, Paolo. *O nascimento da Ciência moderna na Europa*. Brasil: EDUSC, 2001.

RUBIÉS, Joan-Pau. “Ethnography and Cultural Translation in the Early Modern Missions.” *Studies in Church History*, vol. 53, 2017, p. 272–310.

_____. *Travel and Ethnology in the Renaissance: South India through european eyes, 1250-1625*. Cambridge University Press, 2000.

SARTON, Georges. *Galen of Pergamo*. University of Kansas Press, 1954.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da. “Esta que “é uma das delícias, e mimos desta terra...”: o uso indígena do tabaco (N. rustica e N. tabacum) nos relatos de cronistas, viajantes e filósofos naturais dos séculos XVI e XVII”. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2013.

SHAPIN, Steven. *The Scientific Revolution*. University of Chicago Press, 2018.

_____. “A mudança nos gostos: que gosto as coisas tinham no começo da era moderna e que gosto têm agora.” *Novos Estudos*, São Paulo, n. 95, 2013.

SHAPIN, Steven; SCHAFER; Simon. *Leviathan and the Air-Pump. Hobes, Boyle and the Experimental Life*. Pinceton and Oxford: Princeton University Press, 2011 (1985).

SHANK, J.B. “Special Issue: After the Scientific Revolution. Thinking Globally about the Histories of the Modern Sciences”. *Journal of Early Modern History*, 2017.

SECORD, James A. “Knowledge in Transit”. *Isis*, v. 95, n. 4, 2004.

SEED, Patrícia. *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World, 1492–1640*. New York: Cambridge University Press, 1995.

SILVA, M. F. S. Aristóteles. *Partes dos animais*. (Tradução). Lisboa: Imprensa Nacional

Casa da Moeda, 2010.

_____. *História dos animais*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

SILVA, Ana Paula da; FREIRE; José Ribamar Bessa. As palavras e a letra: Etnosaberes Tupinambá nas fontes colônia”. São Paulo, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011, p. 1-15.

SIVASUNDARAM, Sujit. *Nature and the Godly Empire: Science and Evangelical Mission in the Pacific, 1795-1850*. Cambridge University Press, 2005.

SOARES, Luis Carlos. *Do Novo Mundo ao Universo Heliocêntrico*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SORRELL, Roger D. *St. Francis of Assisi and Nature: Tradition and Innovation in Western Christian Attitudes toward the Environment*. New York: Oxford University, 1988.

SURAIYA, Faroqhi. *The Ottoman Empire and the World Around It*. Londres: I.B.Tauris, 2006.

SCHWARCZ, Lilia. “Lendo e agenciando imagens: o Rei, a Natureza e seus belos naturais.” *sociologia&antropologia*, Rio de Janeiro, vol. 04.02, 2014, p. 391- 431.

STRAUSS- LÉVI, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Rio de Janeiro: Releitura Livros, 1970 [1962].

TAUNAY, Afonso de. *Zoologia fantástica do Brasil (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1934.

TAVARES, Luís Fabiano de Freitas. *O Novo Mundo Na França: discursos e poderes (c. 1530- c. 1630)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

TERRAL, Mary; RAJ, Kapil. “Circulation and Locality in Early Modern Science”. *Special issue of The British Journal for the History of Science*, vol. 43, n. 4, 2010.

TETTEROO, Samuel. *A Ordem dos Frades Menores no Brasil: Resumo Histórico Cronológico 1500-1924*. São João Del Rei: TYP. Ação Social, 1924.

TODOROV, Tzevtan. “A viagem e seu relato”. *Revista de Letras da Universidade Estadual Paulista*, São Paulo, vol. 46, n. 1, 2006, p. 231-244.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo : Companhia de Bolso, 2010 [1983].

VELDEN, Felipe V. *Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana*. São Paulo: Alameda, 2012.

VANDERPOOL, Christopher K. (eds). *Comparative Studies in Science and Society*.

- Columbus, Ohio: Charles Merrill Publishing Co, 1974.
- VAT, Odulfo Van Der. *Princípios Da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1952.
- VERNARD, Marc. “La Grande Cassure” In RÉMOND, R.; LE GOFF, J. (eds.). *Histoire de la France Religieuse*. Paris: Seuil, 1988.
- VOGEL, Klaus A. “Cosmography”. In DASTON, Lorraine; PARK; Katharine (ed). *Cambridge History of Science*. Volume 3. Early Modern Science. New York: Cambridge University Press, 2008.
- WALTER, Jaime(ed). *História dos animais e árvores do Maranhão*: Frei Cristóvão de Lisboa/Estudo de Jaime Walter. Notas e Comentários de J.Walter, F. Frade, J.E.M.Ferrão, L.F.Mendes e M.C.Liberato. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.
- WANEGFFELEN, Thierry. *L'Édit de Nantes. Une Histoire Européenne de la Tolérance (XVIe-XXe Siècle)*. Paris: Le Livre de Poche, 1998.
- WILLEKE, Venâncio.” Escolas Franciscanas do Brasil.” Recife, *Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco*, 1961.
- _____ . *Missões Franciscanas no Brasil (1500-1975)*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- _____ . *Franciscanos na História do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- WOOD, James B. *The King's Army: Warfare, Soldiers and Society during the Wars of Religion in France, 1526-76*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- ZERON, Carlos. *Yves d'Évreux. Voyage au nord du Brésil (1615). Édition critique établie par Franz Obermeier*. Kiel: Westenseeeverlag-Verlag, 2001.